

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA DE FÁTIMA CÔGO

**O TELEJORNALISMO LOCAL E SEUS MODOS DE PRODUZIR
SENTIDOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

VITÓRIA
2015

MARIA DE FÁTIMA CÔGO

**O TELEJORNALISMO LOCAL E SEUS MODOS DE PRODUZIR
SENTIDOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação, na linha de Pesquisa: Cultura, Currículo e Formação de Educadores/as.

Orientadora: Professora Dra. Martha Tristão.

**VITÓRIA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial de Educação,
Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

- C676t Côgo, Maria de Fátima, 1956-
 O telejornalismo local e seus modos de produzir sentidos em educação ambiental /
 Maria de Fátima Côgo. – 2015.
 202 f. : il..
- Orientador: Martha Tristão.
 Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de
Educação.
1. Educação ambiental. 2. Liberdade de expressão. 3. Movimentos sociais. 4.
Multiculturalismo. 5. Sustentabilidade e meio ambiente. 6. Telejornalismo – Vitória (ES). I.
Tristão, Martha, 1957-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação.
III. Título.

CDU: 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA DE FÁTIMA CÔGO

**O TELEJORNALISMO LOCAL E SEUS MODOS DE
PRODUZIR SENTIDOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Tese apresentada ao Curso de
Doutorado em Educação da
Universidade Federal do Espírito
Santo como requisito parcial para
obtenção do Grau de Doutor em
Educação.

Aprovada em 19 de junho de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Martha Tristão
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Erineu Foerste
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Carlos Eduardo Ferraço
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Hiran Pinel
Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor João Barreto da Fonseca
Universidade Federal de São João del-Rei

Professor Doutor Celso Sánchez Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS,

Chegar a este momento é sem, dúvida, viver um privilégio que se faz de agradecimentos. Pelas aprendizagens, pelas travessias em dias de sins e em dias de nãoos porque a vida assim se veste em sua impermanência. São muitas as pessoas nessa ciranda mas, para começar, agradecimentos primeiros a Geresa Contti, Thelmo Scarpine, Danilo Souza e Fabiano Mazzini pela participação no exercício desta tese em seu retrato-recorte sobre a cobertura socioambiental no telejornalismo local.

Na roda-viva da vida, agradecimentos à Martha Tristão, professora orientadora, pelas discussões, consensos e dissensos que possibilitaram outros olhares sobre a produção telejornalística socioambiental.

Ao grupo do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental, Gil, Andréia, Soler, Patrícia, Flávia, Ana Paula, Rosinei, Denize, Fernanda, Toni, Cida, Nadja, Márcia e Kátia pelas trajetórias dos possíveis encontros e construções.

Especial agradecimento a Gil Maulin por todas as conversas, pelos projetos desenvolvidos em nome da crença de que, sim, é possível fazer o sonho virar realidade, virar novas possibilidades. Valeu viver os desafios que vieram junto a outros que virão.

Nas voltas dessa ciranda, agradecimentos e lembranças de Elza, minha mãe, que virou uma estrela antes que eu terminasse esta tese. Elza se foi num sábado de chuvinha fina, ainda manhã, em busca de outras venturas. Sim, muitíssimo obrigada, Elza, você foi fundamental para que eu chegasse até aqui. Mesmo sem ter tido oportunidade de frequentar a escola por muito tempo você sempre acreditou que esse lugar de aprendizagens pode abrir outros caminhos, outras possibilidades. Sim, você estava certa. Obrigadíssimo a Arlindo, meu pai, pelos ensinamentos sobre o mundo, a ter fé na vida, no amor, no afeto, no ir adiante apesar dos tropeços. É preciso saber viver, você me diz sempre. Sim, saber viver. E o humor, não é mesmo? Minha especial família, singular, plural, Arlindo, Elza, Rubem, Edalmo, Claudia, Gabriel e Rafael. A Rubem, pela construção de conhecimentos no agoraqui do viver.

À tia Amélia Côgo e à prima Maria Pastore pela certeza de que o afeto, a cumplicidade e a compreensão enfeitam nossa caminhada. Cirandam convivências.

Obrigada carinhoso a Francisco Velasco pela trajetória de projetos compartilhados na política afetiva do cotidiano, nas tantas apostas na vida e que tudo vai certo. Força e fé. Desistir, nunca. Desesperar? Jamais. Aprendendo sempre.

Às amigas, Márcia Gaudio Campos, Vivia Fernandes e Regina Célia Alves, por tantas histórias compartilhadas em nossa trajetória de amizade e solidariedades.

Agradecimentos à Fraternidade Espírita Bezerra de Menezes onde aprendo que viver implica em responsabilidades. Com nós mesmos, com a vida, com a natureza, com o outro. Sabedorias que vão constituindo o seguir adiante, a vida.

Mil agradecimentos à Graça Ruy e à Eliane Siqueira, mulheres do tempo-saúde, da ousadia, da procura por novos conhecimentos generosamente compartilhados mostrando possíveis superações de limites. Ao grupo de terapia, de tantos anos, Vivia, Virgínia Fraga, Virgínia Lopes, Marilene, Regina, Mariângela, Maria Júlia e Marcelo. Muitos risos e lágrimas. Respiremos, respiremos!!!

A Juliano Travezani Monteiro, pela gentileza e sabedoria nas horas em que a saúde precisou de cuidados.

Aos diretores do Sindicato dos Jornalistas, Marília Polleti, Suzana Tatagiba, Douglas Dantas e Júlio Pater pelas construções coletivas na vida que se faz tecendo resistências.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo pela cessão do uso de fotografias o que permitiu compor uma rede imagética do passado-presente e de muitas memórias. Ações e ativismo.

À Thais Fernandes e Thainá Fernandes pela dedicação, generosidade e compromisso para que esta tese se levantasse de seus chãos em meio às correrias na ciranda família-trabalho-vida-acadêmica-sindicalismo.

Aos professores Martha Tristão, João Barreto da Fonseca, Celso Sánchez Pereira, Carlos Eduardo Ferraço, Hiran Pinel e Erineu Foerste por fazerem parte da banca de apresentação desta tese contribuindo para o fechamento de mais uma etapa de minha caminhada. Muito obrigada.

RESUMO

Esta tese, intitulada *O Telejornalismo local e seus modos de produzir sentidos em Educação Ambiental*, discute atravessamentos entre notícias e a educação ambiental na trajetória político-cognitiva do campo da educação ambiental e do jornalismo progressista fundamentando seu eixo problemático em torno de repercussões do desenvolvimento predatório, práticas sustentáveis como subversão à ordem econômica e ações de movimentos sociais em contraponto ao modelo neoliberal e à centralização da informação na mídia corporativa. Segue suas travessias, análises e reflexões a partir de notícias apresentadas em telejornais das televisões locais Educativa, Gazeta, Tribuna, Vitória e Capixaba, fundadas na compreensão do jornalismo enquanto viés plural e democrático de expressão dos acontecimentos. Faz sua aposta político-cognitiva nos pressupostos multiculturalistas da educação ambiental e do jornalismo progressista construindo sua gramática discursiva a partir de redes de conversações com jornalistas e radialistas que desenharam um recorte-retrato de cotidianidades e de memórias, demarcadas pela linha do tempo entre 1980 e 2015. Problematisa a cobertura dos telejornais locais seguindo percursos de defesa da democratização da informação e de sua agenda progressista em contraposição ao pensamento de mercado que, historicamente, exclui o humano e o ambiental. Argumenta em favor da superação de visões restritas da problemática socioambiental em suas resistências ao agronegócio e ao neoliberalismo defendendo o cuidado e o respeito com a natureza e discutindo intervenções emancipatórias produzidas pelos movimentos sociais em seus caminhos contrários ao padrão civilizatório seletivo e discriminatório.

Palavras-chave: educação ambiental, telejornalismo, multiculturalismo, ativismo social, ações sustentáveis e liberdade de expressão.

ABSTRACT

Entitled Local TV Broadcasting and its means for producing sense in Environmental Education, this thesis discusses the cross-links of broadcasting news with environmental education onto the political-cognitive trajectory of environmental education and progressive journalism, basing its problematic axis around the impact of predatory development, sustainable practices as subversion of the economic order and the actions of social movements in opposition to the neoliberal model and the centralization of information by corporate media. It outlines the cross-links, analyses and reflections from news broadcasted by the five local television stations, TV Educativa, Gazeta, Tribuna, Vitória and Capixaba, based on the understanding of journalism as a pluralistic and democratic means for the expression of events. It sets its political-cognitive bet on multicultural presuppositions for environmental education and progressive journalism while building its discursive grammar from a network of conversations with journalists and broadcasters who outline a cutout-portrait of their daily activities and recollections demarcated by the 1980 to 2015 timeline. It ponders on local broadcast news coverage by following pathways for the defense of information democratization and its progressive agenda as opposed to market-driven thinking that has historically excluded human and environmental elements. It argues in favor of overcoming restricted visions on social and environmental issues on their resistance to agribusiness and neoliberalism, while defending the care for nature and discussing emancipatory interventions produced by social movements in their ways opposite to a civilization pattern that is selective and discriminatory.

Keywords: environmental education, environment, news broadcasting, multiculturalism, social activism, sustainability actions and freedom of speech.

RESUMEN

Esta tesis, titulada Los programas de televisión locales y sus medios de producir sentido en la Educación Ambiental, analiza los entrecruzamientos de las noticias transmitidas y la educación ambiental en la trayectoria político-cognitiva de la educación ambiental y el periodismo progresista, basando su eje problemático en torno al impacto del desarrollo depredador y las prácticas sostenibles como la subversión del orden económico y las acciones de movimientos sociales opuestas al modelo neoliberal y el monopolio de la información por parte de los medios de comunicación corporativos. Describe los cruces, los análisis y las reflexiones de las noticias difundidas por las cinco estaciones de televisión locales —TV Educativa, Gazeta, Tribuna, Vitória y Capixaba—, basados en el entendimiento del periodismo como un medio democrático y plural de difusión de los acontecimientos. Establece su apuesta político-cognitiva en supuestos multiculturales de la educación ambiental y el periodismo progresista construyendo su gramática discursiva a partir de una serie de conversaciones con periodistas y presentadores que describen una silueta de sus actividades cotidianas y remembranzas del periodo comprendido entre 1980 y 2015. Cuestiona la cobertura de los programas de noticias locales, siguiendo vías para defender la democratización de la información y su agenda progresista al contrario del pensamiento de mercado que históricamente excluye los elementos humanos y ambientales. Argumenta a favor de la superación de las visiones restringidas sobre las cuestiones sociales y ambientales en su resistencia a la agroindustria y el neoliberalismo, a la vez que defiende el cuidado de la naturaleza y analiza las intervenciones emancipadoras producidas por los movimientos sociales en sus maneras opuestas a un patrón de civilización que es selectivo y discriminatorio.

Palabras clave: educación ambiental, periodismo televisivo, multiculturalismo, activismo social, sostenibilidad, medio ambiente y libertad de expresión.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Habitação de São Pedro, 1983	31
Figura 2 - Greve no jornal A Tribuna, 1984	32
Figura 3 - Greves na TVE Educativa, TV Gazeta e Rádio Espírito Santo	33
Figura 4 - O jornalismo capixaba nas lutas	38
Figura 5 - Parada do Movimento LGBT em São Paulo	44
Figura 6 - Protestos contra a ditadura civil-militar	46
Figura 7 - Convoção da polícia a servidores da Rádio Espírito Santo	47
Figura 8 - Comício pelas Diretas Já, Praça Oito, Vitória, 1984	50
Figura 9 - Jornal Pasquim, edição de 03/05 a 09/05/1984	51
Figura 10 - Ato pelo impeachment do presidente Fernando Collor de Mello	52
Figura 11 - Protesto do Sindijornalistas-ES contra a privatização da Vale	58
Figura 12 - Manifestação dos servidores públicos estaduais, Cidade Alta, Vitória	59
Figura 13 - Movimentos Sociais na Cúpula dos Povos, Rio de Janeiro, 2012	62
Figura 14 - Cúpula dos Povos Frente à Mudança Climática, Peru, 2014	66
Figura 15 - Exposição no 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, Acre, 2012	67
Figura 16 - Revista Carta Capital: O Brasil de Sherazade a dona Yvone	79
Figura 17 - Campanha nacional contra o racismo	85
Figura 18 - Anúncio sobre desenvolvimento regional	101
Figura 19 - Portos de Vitória (Baía de Vitória) e de Capuaba (Vila Velha)	106
Figura 20 - Seca do Rio Doce, município de Colatina	117
Figura 21 - Destruição da mata atlântica, Vitória	121
Figura 22 - Aspectos gerais da destruição da mata atlântica	140
Figura 23 - Reserva Kautsky, Domingos Martins	146
Figura 24 - Trabalhadores Sem Terra em caminhada no Espírito Santo	150
Figura 25 - Campanha contra uso de agrotóxicos	156
Figura 26 - Ação policial contra protestos, Centro de Vitória	170
Figura 27 - Protesto de movimentos sociais nas ruas de Vitória	172
Figura 28 – Manifestações em 2015 a favor da democracia e do governo federal..	177
Figura 29 - Protestos em 2015 contra o governo federal e contra a democracia	178

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AI-5	Ato Institucional Número 5
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Educação
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AOL	News, Sports, Weather, Entertainment, Local & Lifestyle
BBC BRASIL	British Broadcasting Corporation Brasil
CE	Centro de Educação
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação
COJIRA	Comissão Nacional dos Jornalistas pela Igualdade Racial
COOPETEC	Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DCDP	Divisão de Censura de Diversões Públicas
DEM	Democratas
DOI - CODI	Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna
FAESA	Faculdades Integradas Espírito-Santenses
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FIFA	Federação Internacional de Futebol
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INTERVOZES	Intervozes/Coletivo Brasil de Comunicação Social
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPC	Ministério Público Especial de Contas
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento Sem Terra

NINJA	Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação
NIPEEA	Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental
NOMIC	Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação
OBTEIA	Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e das Águas – Teia de Saberes e Práticas
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RBJA	Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
SESC	Serviço Social do Comércio
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
STF	Supremo Tribunal Federal
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
TAMAR	Tartarugas Marinhas
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
15M	Democracia Real Ya!

SUMÁRIO

MOVIMENTOS EM DIREÇÃO AOS SENTIDOS PRODUZIDOS PELAS NOTÍCIAS SOCIOAMBIENTAIS NO TELEJORNALISMO LOCAL	17
1 INCURSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DA NOTÍCIA SOCIOAMBIENTAL.....	21
1.1 ATRAVESSAMENTOS ENTRE A NOTÍCIA E O AMBIENTAL.....	30
2 REDE DE MEMÓRIAS SOBRE O SOCIOAMBIENTALISMO, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O JORNALISMO	39
2.1 O DESAFIADOR TRÂNSITO DO SOCIOAMBIENTAL NAS NOTÍCIAS	45
2.2 PRODUÇÕES NARRATIVAS NA COBERTURA DE EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	60
3 ‘DONOS DA TELEVISÃO’ CONTRA A PLURALIDADE DE VOZES.....	67
3.1 EXCLUSÃO E SELETIVIDADE DE POTENCIAIS EMANCIPATÓRIOS NA INFORMAÇÃO DA TEVÊ.....	77
3.1.1 A LUTA DOS GRUPOS SOCIAIS CONTRA A ORDEM COLONIALISTA E EXCLUDENTE	84
3.2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE À CULTURA DO CONSUMO NA TELEVISÃO	89
3.2.1 AÇÕES CONTRA A LÓGICA INSTRUMENTAL DO CONSUMO	95
4 UM PARADIGMA INSUSTENTÁVEL MOVIMENTA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	101
4.1 UMA RETÓRICA DESGASTADA PARA MOSTRAR IMPACTOS DO PROGRESSO.....	107
4.2 LINEARIDADE NA LEITURA DOS FENÔMENOS NATURAIS FAÇA SOL OU FAÇA CHUVA.....	116
4.2.1 COBERTURA SUPERFICIAL DAS CHUVAS COM DESTAQUE PARA CELEBRIDADES	126

4.3	ANIMAIS, ENTRE FLASHES E CURIOSIDADES, NA LÓGICA DA DEVASTAÇÃO AMBIENTAL	134
4.4	SENTIDOS ATRIBUÍDOS A PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO	139
4.5	AÇÕES POLÍTICAS EM DEFESA DE UMA VISÃO ECOLÓGICA DE MUNDO	149
5	O ATIVISMO SOCIAL EM BUSCA DE OUTROS REPERTÓRIOS ARGUMENTATIVOS...	161
5.1	MONOPÓLIO DE INFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE O ATIVISMO SOCIAL	168
5.2	COMUNIDADES INTERPRETATIVAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA MÍDIA CONSERVADORA	179
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191

MOVIMENTOS EM DIREÇÃO AOS SENTIDOS PRODUZIDOS PELAS NOTÍCIAS SOCIOAMBIENTAIS NO TELEJORNALISMO LOCAL

O trabalho desenvolvido nesta tese se pauta na análise de telejornais e de programas telejornalísticos apresentados pelas televisões locais, Educativa, Gazeta, Tribuna, Vitória e Capixaba discutindo e problematizando como mostram atravessamentos entre a educação ambiental e notícias socioambientais e assumindo a compreensão do jornalismo enquanto viés plural e democrático de expressão dos acontecimentos¹. Entende que o compromisso social do jornalismo é narrar os fatos com precisão, clareza e respeito e praticar valores inerentes à informação voltada ao exercício da democracia, do interesse da coletividade e da diversidade de opiniões mediado por um processo ético, criterioso, independente e sem preconceito.

Os princípios intrínsecos à prática plural e democrática da informação, à construção da cidadania e à rejeição de todas as formas de discriminação pressupõe respeitar condições e escolhas legítimas dos cidadãos como crença, convicção religiosa, filosófica, de pensamento, de classe, de organização política, de origem étnica, de gênero e de orientação sexual, fundamentados em uma linguagem elucidativa e esclarecedora de significados, causas e efeitos.

A informação enquanto bem público e direito social implica em apresentar à sociedade elementos para a reflexão, crítica e constituição de opiniões sobre ideias e fatos de forma abrangente e plural e pressupõe responsabilidade no tratamento da notícia, o que se inicia no processo de apuração dos fatos e passa, necessariamente, pela contextualização de forma a que os sujeitos sociais possam compreender a problemática em sua totalidade. Essa também é a perspectiva assumida por esta tese em sua defesa do papel do jornalismo na consolidação de espaços de democracia e de denúncias de injustiças e de adversidades diante dos cerceamentos a informações críticas, plurais e democráticas. No processo da comunicação esses compromissos são materializados por meio da garantia de

¹ Esta tese assume a perspectiva da informação enquanto bem público e direito social, inserida no campo de reflexões e de discussões da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) a que irei me referenciar ao longo do trabalho em função de sua prática política e de seu ativismo social.

expressão da diversidade social, cultural, regional e étnica, da pluralidade de ideias e da percepção da realidade dos fatos o que constitui a aposta metodológica, epistemológica e política da tese em sua discussão sobre a cobertura socioambiental local, iniciada no Capítulo I, com os percursos teórico-metodológicos.

A interlocução com teóricos, a análise de notícias, as narratividades de jornalistas e radialistas convidados e os movimentos cognitivos da pesquisadora se voltam a perspectivas da educação ambiental e do jornalismo progressista² no sentido de discutir os atravessamentos entre a educação ambiental e as notícias socioambientais a partir de apostas políticas na diversidade e na pluralidade que constituem o viver ambiental. Neste contexto, a tese problematiza os sentidos produzidos pela notícia socioambiental discutindo e refletindo sobre repercussões do desenvolvimento predatório, fenômenos da natureza, práticas sustentáveis como subversão à ordem econômica, ações emancipatórias do ativismo social em contraponto ao modelo neoliberal e à centralização da informação na mídia, tratamento a animais, incentivo ao consumo e espetacularização da violência social.

A construção de memórias sobre o ativismo ambiental, local e nacional, discutida no Capítulo II, toma como referência ações no campo da educação ambiental, do jornalismo e do socioambientalismo registradas entre os anos 1980 e 2015 e compreendidas como possibilidade de inserção crítica e política no processo de produção de sentidos sobre a cultura-natureza³ (TRISTÃO, 2013). As discussões se reportam a um tempo de cotidianidades, memórias, ações políticas, éticas e cognitivas desenhando travessias que emergem por entre histórias voltadas à reflexão sobre o papel do jornalismo e da educação ambiental e a iniciativas dos

² Emprego a denominação para demarcar politicamente o exercício da profissão diante do poder dos 'donos da mídia' assumindo, desse modo, perspectiva da FENAJ e de sua defesa em favor de um jornalismo ético e comprometido com a pluralidade e com a democracia na informação. Nesse sentido destaco, ainda, opinião do jornalista Paulo Henrique Amorim, segundo a qual, as empresas estão ligadas a interesses econômicos em um sistema de cooptação instituído que envolve, também, os poderes políticos e econômicos. Esse aspecto, como observa Amorim, produz um estado de degradação da imprensa brasileira que, a seu ver, chegou a um ponto sem precedentes envolvendo a revista *Veja*, a *Rede Globo* e os jornais *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo* formando o que ele denomina de Partido da Imprensa Golpista (ROVAI, R. LAZZARDI, R., 2008).

³ Grafia original da autora em sua discussão sobre a pesquisa narrativa em educação ambiental associada ao pensamento filosófico ambiental. TRISTÃO, M. **Uma abordagem Filosófica da Pesquisa em Educação Ambiental.** Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27529319003>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

movimentos sindicais e ambientalistas em suas ações crítico-políticas no contexto socioambiental.

Em tempos marcados pelo predomínio da informação, o Capítulo III discute aspectos da formação do sistema de televisão privado, sistematicamente voltado para negócios e para a defesa de interesses político-partidários, procurando refletir sobre suas conexões com o social, o político, o econômico e o cultural. Volta o olhar para a televisão enquanto parte do contexto local e global marcado pela impressionante rapidez de transmissão da informação e procura desvelar caminhos que entrecruzam a perspectiva multicultural da educação ambiental e do jornalismo progressista inscritos em um sistema de valores e de crenças que potencializa a produção de sentidos das notícias socioambientais.

A televisão é defensora do modelo econômico que repercute visões restritas da problemática socioambiental, afasta vozes que considera dissonantes de suas compreensões de mundo, aposta na globalização de produções materiais e simbólicas e particulariza o meio ambiente enquanto mera fonte de consumo ignorando a finitude dos recursos naturais, uma discussão ampliada no Capítulo IV, que situa o desenvolvimento predatório avesso ao agravamento da crise ambiental e à consequente destruição da vida.

Discute a produção de cenários desafiadores em nome de um padrão civilizatório, seletivo e discriminatório que promove veloz destruição da natureza e deixa lugares devastados, dentre outras realidades inquestionáveis, que mostram o político-econômico ditando regras atreladas a um modelo de civilização dicotômico e antropocêntrico.

Exatamente neste contraponto, movimentos no campo tecem redes de resistência ao modelo político-econômico e ao desenvolvimento predatório pautado pelo agronegócio colocando, no plano do cotidiano, o uso de práticas de segurança alimentar e de cuidado com a vida e produzindo repertórios interpretativos (SANTOS, 2007, 2008) que são-sendo-no-mundo, dão sentido à vida, ramificam-se e não se neoliberalizam.

As inspirações, insurgências e intervenções produzidas pelos movimentos em seus caminhos emancipatórios também conduzem a tese a outras argumentações sobre

o ativismo social que impulsiona múltiplas ações de contestação ao modelo econômico e de defesa de reformas políticas e da democratização dos meios de comunicação. Seguindo este cenário, o capítulo V amplia as discussões sobre o movimento social e suas resistências nas ruas e praças fazendo coro às suas dissonâncias em relação ao projeto neoliberal e às contestações ao grande poder que as corporações alcançaram para se apropriar da riqueza coletiva gerando uma crise de democracia e de desigualdade que deixa um enorme contingente de pessoas à margem da vida. Na impressionante concentração de renda, 1% das famílias são donas de quase metade da riqueza mundial (BBC BRASIL, 2014).

Em sua trajetória de discussão e de problematização sobre os sentidos produzidos pelas narrativas jornalísticas, esta tese se volta, em particular, à análise de ações cognitivas e políticas que apontam a urgência de encharcar o atual modelo de jornalismo de uma ciranda de vozes que expresse a diversidade e a pluralidade características da cultura-natureza (TRISTÃO, 2013). Uma aposta que se fundamenta na compreensão do jornalismo como contribuição à crítica e à constituição de opiniões sobre a problemática socioambiental assumindo a perspectiva da informação plural e diversa enquanto direito social na consolidação e ampliação de espaços de democracia e de denúncia de injustiças socioambientais.

Frente a cenários neoliberais que avançam sobre o humano e a natureza, certamente são enormes os desafios para a educação ambiental e para o jornalismo progressista, vez que o modelo civilizatório dicotômico e antropocêntrico que se volta ao consumo ostensivo e ao desenvolvimento predatório e insustentável vem conduzindo uma contínua deterioração do meio ambiente, o que contrasta, gravemente, com a lentidão de medidas efetivas para mitigar danos (CARIDE, MEIRA, 2001). Um paradigma que mostra a urgência de novas formulações, ações e mudanças em nossos modos individuais e coletivos de nos relacionar com a natureza e com a diversidade ameaçada que forma a vida humana e não humana em seu destino e aventura na terra.

1 INCURSÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS NA PRODUÇÃO DA NOTÍCIA SOCIOAMBIENTAL

Cada vez mais, notícias sobre a cultura-natureza (TRISTÃO, 2013) trafegam local e globalmente em um fluxo contínuo por meio de diversas redes que interconectam e retroalimentam questões políticas, sociais, econômicas e culturais em uma circularidade em que o silêncio das coisas é rompido a todo instante pelo mundo globalizado da comunicação. Neste cenário, a produção e a circulação intermitente de milhões de informações por segundo inserem frequentemente a problemática socioambiental nos meios de comunicação⁴ muito embora seja necessário destacar que a vasta rede é integrada, em sua maioria, pela esfera privada, nada afeita ao exercício da informação enquanto viés plural e democrático.

A centralização da informação, a vinculação dos meios de comunicação ao mercado e a defesa da mercantilização do meio ambiente são fortes componentes de um padrão vigente no Brasil e que revela modos de abordagem muito semelhantes entre o jornalismo local e o nacional, pois, se, por um lado, as normas se materializam por meio de manuais de redação, seminários e workshops, por outro, estão atreladas a uma dinâmica ainda maior que é a centralidade dos meios e dos conteúdos. O sistema de televisão é controlado por cinco grandes grupos privados (INTERVOZES, 2007) que, de maneira geral, produzem uma informação excludente sobre a problemática socioambiental ignorando os princípios de diversidade e de pluralidade defendidos pela educação ambiental e pelo jornalismo progressista. A televisão privada, de crescente orientação lucrativa, se exime de reflexões e de críticas sobre o agravamento da situação ambiental e prioriza aspectos econômicos que geram enorme injustiça socioambiental para as pessoas em seus modos de vida, cotidianidades, costumes e hábitos.

Acompanho diariamente notícias locais sobre a problemática socioambiental, vejo o jornalismo muito distante da crítica e da reflexão sobre problemas sociais e sobre a destruição do meio ambiente em função do desenvolvimento predatório e quis discutir estas e outras questões à luz do telejornalismo fazendo uma reflexão no

⁴ Adotam-se, também, as variações veículo e canal para o sistema que é ligado à indústria de bens simbólicos que correspondem à produção, circulação e consumo de variados artefatos materializados em palavras, sons e imagens (MELO, J.M., TOSTA, S.P., 2008).

âmbito do doutorado por entender que é um assunto que merece mais atenção na perspectiva da pesquisa científica. Diante disto, defini como objetivo geral discutir os atravessamentos entre a educação ambiental e notícias do telejornalismo local problematizando os sentidos produzidos em relação à questão socioambiental a partir dos temas específicos da investigação e que são voltados à cobertura de repercussões do desenvolvimento predatório, fenômenos da natureza, práticas sustentáveis como subversão à ordem econômica, ações emancipatórias do ativismo social em contraponto ao modelo neoliberal e à centralização da informação na mídia, tratamento a animais, incentivo ao consumo e espetacularização da violência social.

Acredito que o jornalismo tem papel fundamental na problematização sobre a questão socioambiental e que suas práticas devem ser voltadas à construção da crítica e ao respeito à diversidade cultural rejeitando proselitismos, debatendo publicamente temas de relevância social, assegurando a expressão de ideias, opiniões e pontos de vista divergentes e socializando a produção do conhecimento. A meu ver, o conteúdo jornalístico não pode ser dirigido à tutela e ao direcionamento da opinião pública devendo, ao contrário, voltar-se à formação de valores democráticos, ao estímulo à solidariedade, à cultura da paz e à convivência respeitosa entre as diferenças agindo com responsabilidade e contribuindo, primordialmente, para que a informação seja um caminho para que as pessoas possam formar suas próprias opiniões.

Seguindo essa perspectiva busquei constituir um quadro teórico-metodológico tomando como referência a compreensão sobre o meio ambiente enquanto recurso a ser compartilhado e preservado, meio de vida para ser organizado e lugar de pertença e de construção de espaços individuais e coletivos (GAUDIANO, 2005) entendendo que a informação é um agente de produção de sentidos em meio à rede de relações, práticas e interações sobre a cultura-natureza (TRISTÃO, 2013), guia que fundamenta a discussão da tese em seus entrelaces entre jornalismo e educação ambiental. A tese é lastreada em perspectivas dos estudos culturais, dos pressupostos emancipatórios da educação ambiental e do jornalismo progressista e da discussão política sobre a concentração dos meios de comunicação no Brasil e segue seu aporte teórico-metodológico de análise e de problematização a partir de uma rede de saberes que aposta na democracia na informação (LIMA, 2001, 2003,

2004, 2009, 2013; FENAJ, 2012, 2014; INTERVOZES, 2007, 2014) e assume a perspectiva crítico-política dos estudos culturais (CANCLINI, 2006, 2009; BARBERO, 2000, 2008, 2014; HALL, 2003, 2005) e do jornalismo progressista (BUENO, 2007, 2011; NOVAES, 1989, 1992, 2002, 2012, 2015; FENAJ, 2010, 2012, 2014, 2015) articulados a conhecimentos da educação ambiental discutidos a partir de Tristão (2005, 2008, 2013), Caride e Meira (2001) e Gaudiano (2005) e da intercessão de Santos (2001a, 2001b, 2007, 2008, 2010, 2012, 2015).

O trabalho é fundado, também, na rede de diálogos construída com os jornalistas e radialistas convidados⁵ Thelmo Scarpine, Gerusa Conti, Danilo Souza e Fabiano Mazzini, o que permitiu conhecer a expressão de suas ideias, opiniões e experiências sobre a cobertura socioambiental e colocar em prática a aproximação epistemológica entre a análise científica e práticas cotidianas que fundamentam a argumentação da pesquisa-narrativa (HART, 2005; TRISTÃO, 2005). As primeiras entrevistas foram feitas em 2012 discutindo forma e conteúdo da notícia socioambiental e a cobertura do movimento Cúpula dos Povos e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizados no Rio de Janeiro naquele ano.

Na sequência foram gravadas notícias apresentadas em telejornais das televisões locais, Educativa, Tribuna, Capixaba, Gazeta e Vitória em momentos intervalares compreendidos entre 2013 e 2015 com a primeira fase sendo desenvolvida entre novembro e dezembro de 2013 e abrangendo os programas *Bom Dia Espírito Santo*, *ESTV 1ª e ESTV 2ª Edição*, *Gazeta Comunidade* e *Jornal do Campo* (Rede Gazeta), *Tribuna Notícias 1ª Edição*, *Tribuna Notícias 2ª Edição* (Rede Tribuna) e *ES no Ar*, *Jornal da TV Vitória* e *Fala Espírito Santo* (Rede Vitória).

⁵ Danilo Souza é radialista, trabalha na *Rádio Espírito Santo*, foi produtor de programas na *TV Vitória*, é especialista em Produção de Programas com fins educativos para rádio e televisão pela Radio Nederland Training Center/Holanda e tem pós-graduado em Gestão em Assessoria de Comunicação. Fabiano Mazzini é jornalista, foi repórter da *TV Educativa*, *TV Vitória* e *TV Capixaba*, é professor de Jornalismo da Faesa (Faculdades Integradas Espírito-Santenses) e mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo na linha de pesquisa História Social das Relações Políticas. Thelmo Scarpine é jornalista e trabalha na *TV Educativa*, foi repórter na *TV Gazeta*, professor na Faesa e é pós-graduado em Estudos Avançados em Comunicação. Gerusa Conti é radialista, diretora, repórter e editora de programas da *TV Educativa*, foi repórter na *TV Vitória* e na *TV Capixaba*. A rede de conversações foi produzida a partir de entrevistas estruturadas (MOREIRA, CALEFFE, 2008).

Em seguida, entre fevereiro e julho de 2014, foram gravadas edições do *Jornal Capixaba* (TV Capixaba), *TV é Ciência*, *Oportunidades* e *ES Rural* (TV Educativa), *Terra Capixaba* (TV Tribuna) e *Espaço Sustentável* (TV Capixaba) e, fechando o ciclo, em janeiro de 2015, foram registradas notícias esparsas. No total foram gravadas oitocentos e quarenta notícias⁶ e, literalmente transcritas, sessenta e três que atendiam aos objetivos geral e específicos, usando-se fragmentos ao longo de todo o trabalho.

Na sequência, voltei ao diálogo com os jornalistas e radialistas convidados registrando suas impressões e análises sobre a cobertura socioambiental feita pelos telejornais. Optei por entrevistas considerando meu propósito de trazer, também, suas histórias e experiências profissionais entrelaçadas às análises das notícias e a compreensões sobre a problemática socioambiental e, em paralelo, produzir um registro histórico, fotográfico e textual sobre os desafiadores caminhos do jornalismo progressista, da educação ambiental, do socioambientalismo e do ativismo social entre os anos 1980 e 2015.

Os outros recursos teórico-metodológicos foram a bibliografia de referência, registros documentais, consultas a websites e a participação em congressos nacionais dos jornalistas⁷, no seminário *A TVE e a Rádio Espírito Santo que Queremos*, nas conferências do filósofo Edgar Morin⁸ e do sociólogo Boaventura Souza Santos⁹ e nos movimentos do grupo Nipeea¹⁰.

⁶ Trabalho de gravação feito em parceria com o Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência, ligado à Universidade Federal do Espírito Santo.

⁷ Realizados, respectivamente, em Rio Branco (Acre), em 2012 e em Maceió (Alagoas), em 2014, dos quais participei na condição de representante eleita pelos jornalistas locais.

⁸ Edgar Morin foi um dos debatedores do evento *A Terra está inquieta*, realizado no SESC do Rio de Janeiro, em 2012, em paralelo à Conferência da ONU, e abordou a crise multidimensional e global e mudanças da sociedade a partir da construção de novos modos de vida. Também no debate, Doudou Diene, encarregado da ONU para os conflitos civis na Costa do Marfim e no Senegal.

⁹ Boaventura Souza Santos, a quem me refiro pelo último sobrenome nesta tese, discutiu no Fórum Humanidades, em 2012, a necessidade de construir cidades justas, sustentáveis e politicamente participativas em um evento que reuniu representantes da cidade espanhola de Vitória-Gasteiz, da Rede Nossa São Paulo, da Rede Latino-Americana por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, da Rede da Maré e do Movimento da Zona Leste de São Paulo que apontaram problemas dos centros urbanos, principalmente na América Latina, onde vivem quinhentas milhões de pessoas sendo um terço abaixo da linha da pobreza. O Fórum Humanidades foi realizado em paralelo à programação da Conferência Rio + 20, no Rio de Janeiro. **Cidades são oportunidades**

Os aspectos identificados no telejornalismo local em torno de contradições, tensões e negações sobre a problemática socioambiental, discutidos nesta tese a partir de enquadramentos teóricos, políticos e epistemológicos dos estudos culturais (CANCLINI, 2006, 2009; BARBERO, 2000, 2008, 2014; HALL, 2003, 2005) partem da compreensão que os meios de comunicação estão inseridos em cenários altamente simbólicos e ocupam lugar estratégico na sociedade contemporânea.

O dial dos aparelhos de rádio ficará saturado de emissoras mesmo em cidades sem água corrente e as favelas serão povoadas por antenas de televisão. Sobretudo isso, antenas de televisão, porque essa representa a síntese do massivo (BARBERO, 2008, p. 252).

Os meios projetam informações que contribuem para a formação de valores e de percepções modelando e remodelando constantemente aquilo que representam.

(...) Essas definições não atuam sobre nós como se fôssemos uma tela em branco. Contudo, elas invadem e retrabalham as contradições. (...) Afirmar que essas formas impostas não nos influenciam equivale a dizer que a cultura do povo pode existir como um enclave isolado, fora do circuito de distribuição do poder cultural e das relações de força cultural (HALL, 2003, p. 254-255).

Muito embora tanto o jornalismo quanto os veículos de informação estejam enfrentando crises e desafios diante das novas mídias¹¹, a televisão é o veículo preferido do brasileiro para obter informação chegando a 73.4% da população¹². Não

para os empreendedores sociais. Disponível em: <<http://www.empreendedorismosocial.org.br/index.php?>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

¹⁰ Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo em Educação Ambiental do Centro de Educação da UFES que agrega pesquisas do PPGE/CE/UFES e outros projetos na área.

¹¹ O público vem deixando de ser meramente consumidor de informações produzidas pela televisão, rádio, jornais e revistas para ser criador de conteúdos que influenciam a opinião de outras pessoas. Nesse cenário de fragmentação da mídia, os veículos tradicionais estão competindo palmo a palmo pela atenção do público com sites especializados, blogs e mídias sociais que geram uma infinidade de assuntos e formatos que circulam pela rede de computadores e por telefones.

¹² **Pesquisa Brasileira de Mídia** Disponível em < <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2015.

se pode negar que é um significativo polo de produção de notícias relacionadas ao socioambiental, indo desde aspectos sobre o humano até os referentes aos espaços físicos, muito embora faça opção por um padrão de notícias diaspórico e dicotômico que realça concepções binárias e fragmentadas colocando em opostos natureza/cultura, sujeito/objeto e espírito/matéria (SANTOS, 2007; TRISTÃO, 2008) e contribuindo para produzir sentidos frontalmente contrários à dimensão do ambiente enquanto sistema interligado e lugar de recursos naturais finitos. Vai de encontro à compreensão do meio ambiente integrado ao sistema ecológico de suporte da vida (NOVAES, 2002, 2015; CARIDE, MEIRA, 2001; GAUDIANO, 2005) integrando contextos marcados pela informação voltada a processos altamente desafiadores à construção e ao fortalecimento de ações políticas e cidadãos que respondam à problemática ambiental de forma cognitivamente democrática, solidária e eticamente responsável em relação ao futuro, ao outro e à natureza.

O incremento da associação entre radiofonia e telefonia celular contribui para integrar ainda mais um mercado simbólico que manifesta com muita intensidade a transformação da natureza em um ambiente técnico voltado ao progresso, ignorando que o objetivo final deve ser um bem estar sustentável e, não, o crescimento exponencial do consumo material. Produzem cenários frontalmente contrários à aposta da educação ambiental e desta tese que se contrapõem à prevalência da ciência econômica vigente de desrespeito aos limites do planeta.

O campo do ambiente, em geral, é um espaço complexo constituído por uma enorme variedade de discursos e de ideários com graus muito variados e níveis de radicalização. Neste espaço, insere-se também a educação ambiental, frequentemente em contrassenso com as formas culturais e econômicas que se preconizam através dos meios de comunicação, principalmente a partir do momento em que se exacerbaram os intercâmbios comerciais que acompanham os estilos econômicos neoliberais entronizados pela globalização (GAUDIANO, 2005, p. 84).

A educação ambiental abriga a diversidade de pensamentos e de ações que reconhecem diferentes culturas e diferentes conhecimentos voltados à formação de matizes, valores e atitudes compreendendo a educação-ação como saber que promove profunda ligação entre teoria, prática, reflexão, emoção, valores individuais e coletivos, natureza e cultura (TRISTÃO, 2013). Um saber que associa áreas de

conhecimento à dimensão ambiental e a interesses humanos tentando criar novas sensibilidades e racionalidades.

Partindo dessa compreensão, esta tese faz sua aposta política e cognitiva em pressupostos da não neutralidade (SANTOS, 2001a, 2007, 2008; 2010; HART, 2005; TRISTÃO, 2005, 2013) e na contraposição à dicotomia celebrada pelo racionalismo moderno que separa as áreas de conhecimento e dificulta a contextualização e a integração de saberes.

Esse debate pode trazer um profundo impacto ao potencial emancipatório da educação ambiental que não faz pesquisa desinteressada mas encarna o movimento ético constante entre a pesquisa e o universo pesquisado num desejo de superação da lógica perversa do racionalismo moderno que promove um desenvolvimento a qualquer custo, degrada e destrói com força brutal a *naturezacultura*. Nesse caso, a pesquisa em educação ambiental tem uma relação profunda entre fato e valor tornando o/a pesquisador/a eticamente responsável no enfrentamento das relações meio ambiente e desenvolvimento (TRISTÃO, 2013. p. 6).

Seguindo, portanto, posição contrária à não neutralidade que tenta isentar o pesquisador de suas próprias práticas, afastando-o de sua produção científica, este trabalho busca fundamentos no conhecimento crítico-político e emancipatório que permita avançar em relação ao paradigma positivista (SANTOS, 2007) e produzir conhecimento científico alinhado à expressão de crenças, convicções, escolhas, inspirações e apostas éticas.

Podemos no que diz respeito à ciência, ser objetivos mas não neutros como devemos distinguir entre objetividade e neutralidade. Objetividade porque possuímos metodologias próprias das ciências sociais para ter um conhecimento que queremos que seja rigoroso e que nos defenda de dogmatismos, e, ao mesmo tempo, vivemos em sociedades muito injustas em relação às quais não devemos ser neutros. Devemos ser capazes de fazer essa distinção que é muito importante (SANTOS, 2007, p. 23).

As travessias cognitivas, teóricas e políticas desta tese são apostas, também, em ações de diversidade, cidadania e democracia, como discute a epistemologia do sul, esteada na ideia “que não há justiça social global sem justiça cognitiva social, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos” (SANTOS, 2007, p. 40), uma

argumentação em favor do conhecimento-emancipação que coloca diferentes formas de saber em um mesmo patamar de igualdade. Assume o processo de conhecimento como possibilidade de transformação e acredita na reinvenção das ciências e em argumentos que enfrentem o desperdício de experiências (SANTOS 2001a, 2001b) e expressem modos de reconhecer os sujeitos como construtores de história e de eventos vividos, sentidos e conectados à memória e à cultura (HART, 2005; TRISTÃO, 2005, 2013).

Entende que, no geral, a cobertura socioambiental na mídia corporativa se contrapõe a princípios multiculturalistas de diversidade, pluralidade e de emancipação social e está fortemente atrelada à epistemologia dicotômica que separa ciência, cultura e natureza, uma perspectiva muito comum na televisão e no jornalismo conservador, como será discutido e problematizado.

De forma generalizada, o telejornalismo local segue padrão nacional de suas matrizes e apresenta uma cobertura ambiental marcada pela negação de conhecimentos que não reconhece como legítimos, desconsiderando direitos individuais e coletivos, apostando no desenvolvimento predatório e pouco dizendo sobre o viver e agir sustentáveis enquanto exercícios de ação crítico-política. Destaca o pensamento utilitarista do paradigma moderno marcado pela racionalidade instrumental e tecnicista (TRISTÃO, 2008) com prevalência da cultura científica e reproduz discursos que priorizam a natureza técnica e o mercado.

Ignora a multiplicidade da construção do conhecimento que envolve a articulação de questões políticas, econômicas, culturais e sociais inerentes à problemática socioambiental, fatores que, embora imbricados, são apresentados de forma desarticulada na maior parte das notícias analisadas. Predomina a racionalidade cognitivo-instrumental (SANTOS, 2007) de dominação da natureza registrada de forma geral em todo o telejornalismo.

Concepções dicotômicas sobre a cultura-natureza (TRISTÃO, 2013) apontam a reprodução de um processo linear compartimentado e compartimentalizado do conhecimento e de práticas sociais muito distantes dos pressupostos emancipatórios da educação ambiental e do jornalismo progressista em sua contestação à exploração predatória do meio ambiente e ao agravamento da crise ambiental.

As notícias raramente vinculam o esgotamento de recursos naturais ao padrão de consumo predatório, ostentatório e acumulativo e produzem abordagens que privilegiam o crescimento apenas pelo aspecto do mercado, desconsiderando que, na maioria dos casos, o desenvolvimento não levou em conta as diferentes repercussões que caracterizam a problemática socioambiental e as injustiças sociais produzidas (FENAJ, 2012). A seletividade temática é outro componente muito presente nos telejornais denotando exclusões e silenciamentos que eliminam das telas a diversidade do arquipélago de subjetividades que constitui a sociedade brasileira (NOVAES, 1989) deixando muito claro o controle da informação por poucos grupos midiáticos.

No plano local, a TV Educativa, estatal administrada pelo governo do estado, prioriza atos de governadores em detrimento à cobertura crítica e plural da problemática socioambiental e produz silêncios sobre a destruição ambiental. Por sua vez, a televisão comercial faz adesão, inconteste, aos princípios do mercado e à celebração do econômico evitando críticas ao desenvolvimento insustentável.

Em termos gerais, se observa que os desafios que pressupõem salvaguardar processos e recursos naturais têm sido cada vez maiores diante do consumo acelerado, do aumento da população mundial e da destruição dos recursos ambientais pressupondo-se, em consequência, que trabalhar pela sustentabilidade global deve ser fundamento da sociedade e um grito de alerta que aponte alternativas para os desafios que vivemos.

O jornalismo deve levar em conta o conceito de sustentabilidade que associa preservação do meio ambiente (com utilização responsável dos recursos naturais) e desenvolvimento social (com diminuição das desigualdades e garantia de trabalho digno). Os aspectos ambientais e sociais devem estar presentes, transversalmente, nas coberturas jornalísticas de economia, de política, de urbanismo e de todo e qualquer tema que tenha, direta ou indiretamente, ligação com a utilização de recursos naturais ou com possíveis impactos ambientais e/ou sociais (FENAJ, 2012, p.11).

Pesquisas recentes demonstram graves riscos para o funcionamento contínuo do planeta terra, tal como tem ocorrido ao longo os séculos, e voltado, quase exclusivamente, ao bem estar da civilização humana, o que está criando potencial

para uma emergência humanitária em escala global. Na palestra que fez em Vitória¹³, Novaes defendeu que é responsabilidade da imprensa divulgar questões ambientais de maneira abrangente e interconectada e sublinhou a necessidade do objetivo ético de uso racional dos recursos naturais e a prática de direitos que se assentam na justiça, na solidariedade e na equidade social. Posteriormente, em entrevista à Diniz, reafirmou essas questões.

O tempo vem mostrando, com cada vez mais intensidade, que é praticamente impossível discutir qualquer assunto sem entrar por esses terrenos porque tudo o que o ser humano faz tem impacto sobre o mundo físico, sobre o solo, sobre o ar que respiramos, sobre os recursos naturais e as outras espécies. Mas, ao mesmo tempo, é muito difícil porque são questões que atingem muitos interesses. E a mídia teme as repercussões que isso pode ter sobre ela mesma, se tratar muito a fundo dessas questões (DINIZ, 2012, p. 2)¹⁴.

Novaes (2002, 2015) registra, ainda, que os problemas ambientais que estão acontecendo em todo o mundo deixam evidente uma crise civilizatória estabelecida sobre pilares de um modelo de desenvolvimento econômico fixado em padrões de produção e de consumo que indicam um caminho extremamente perigoso de ameaça ao futuro.

1.1 ATRAVESSAMENTOS ENTRE A NOTÍCIA E O AMBIENTAL

Em razão de minhas atividades jornalísticas, acompanho bem de perto questões em torno da problemática socioambiental desde os anos 1980 quando ingressei no jornalismo e quando o Espírito Santo já enfrentava graves repercussões sociais e ambientais em função do programa de desenvolvimento baseado na industrialização altamente contestada pelos movimentos sociais em consequência dos impactos gerados.

¹³ Em 2012, sobre Meio Ambiente e Cobertura Socioambiental a convite do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo.

¹⁴ DINIZ, L. **Meio ambiente: a mídia (ainda) de olhos fechados**. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/imprimir/47672>>. Acesso em: 14 dez. 2012.

À época, o ativismo social e os partidos de esquerda se fortaleciam na emergente redemocratização do país ocupando ruas e fazendo manifestações e atos de protestos, muitos dos quais participei enquanto ativista e como repórter no jornal *A Tribuna* onde tive meu primeiro emprego fixo na empresa privada.

A rotina de trabalho implicava nas mais diversas coberturas sobre a problemática socioambiental e me permitia acompanhar inúmeras intervenções dos movimentos populares e socioambientais contra a destruição do meio ambiente promovida pelo projeto de ‘progresso’ que juntava governos e empresas como a Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce), AcellorMital (antiga Companhia Siderúrgica de Tubarão) e Fibria (antiga Aracruz Celulose), dentre outras. Uma de minhas mais significativas coberturas foi o início da habitação em massa na região de São Pedro, em Vitória, a partir de 1983, o que me permitiu ver muito de perto a tragédia de muitas famílias sem moradia e dependentes de um lixão existente na região para sobreviver¹⁵.



FOTO: Gildo Loyola
Processo de habitação do bairro São Pedro, 1983

Vi, no entanto, a solidariedade e o engajamento político daquelas pessoas em suas lutas por melhorias concretizadas a partir das inúmeras negociações com o poder público envolvendo a liderança de dona Leda, de Graça Andreatta e de Rui Coelho. À resistência e à luta por moradia se juntou a busca pela educação, com a primeira escola, improvisada pelos próprios moradores, funcionando na sede do movimento comunitário e tendo como professoras, mulheres da própria comunidade que tinham alguma experiência em educação. Nasceu, assim, a escola Grito do Povo.

¹⁵ O processo é narrado no livro *Lugar de Toda Pobreza*, dos jornalistas Amylton de Almeida, Henrique Gobbi e dos fotojornalistas, Helô Sant'Ana e Gildo Loyola, um dos primeiros documentos sobre a habitação em massa de São Pedro nos anos 1980.

Mais do que um lugar de prática profissional, *A Tribuna* significou aprendizagens fundamentais em minha formação político-sindical vividas para além do exercício do jornalismo. Em março de 1984 iniciamos um movimento grevista, com dois jornalistas fazendo greve de fome e que teve a visita do ex-presidente, Luiz Ignácio Lula da Silva, então metalúrgico, em Vitória, em campanha pelas eleições diretas.



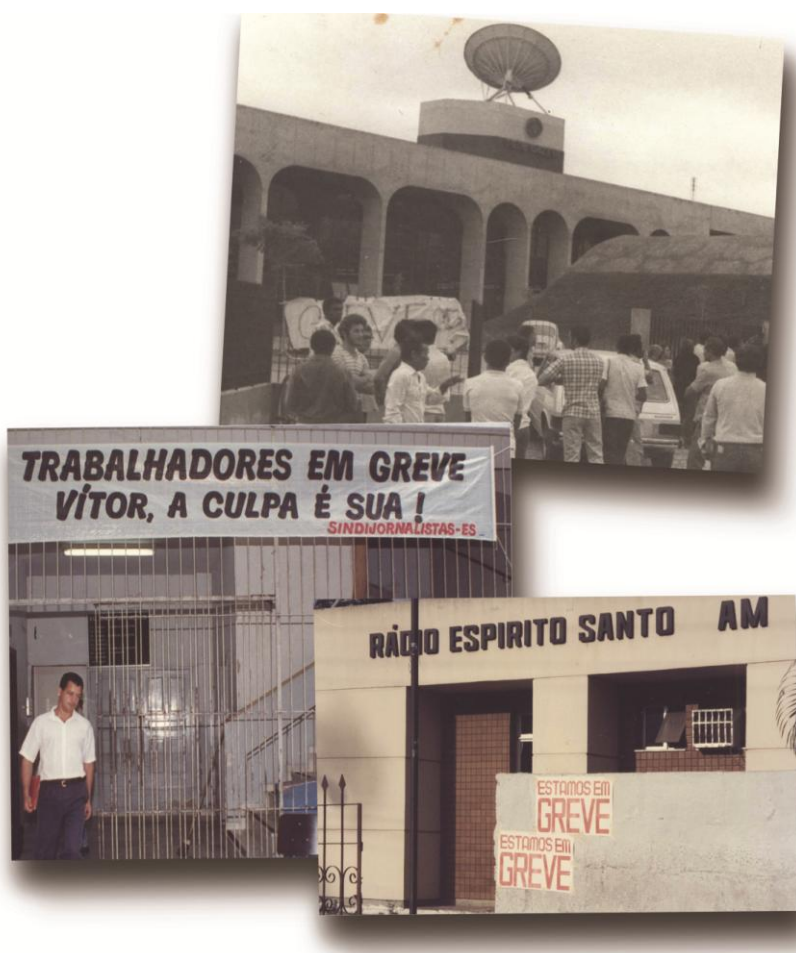
FOTOS: Acervo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo

ARTE: Thais Fernandes

A greve foi um exercício de aprendizagens que vinham do dia a dia de uma redação marcada por inesquecíveis discussões entre partidários do PC do B e do PCB, que viveram a resistência à ditadura, e do Partido dos Trabalhadores, em construção no Espírito Santo. Nosso *Jornal Tribuna Livre* foi porta-voz de uma luta só interrompida com o fechamento do jornal e a demissão de todos os grevistas, jornalistas e

gráficos que passariam a enfrentar longos períodos de desemprego. A luta por melhores salários e condições de trabalho não iria esmorecer e, nos anos seguintes, ocorreram outras greves na rádio Espírito Santo e nas televisões Educativa, Vitória, Capixaba e Gazeta.

Naquele momento, de demissão em massa no jornal *A Tribuna*, o grupo do qual eu fazia parte se integrou à equipe da Cooperativa dos Jornalistas¹⁶



FOTOS: Acervo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo.

ARTE: Rubem Côgo

vivendo uma fase de intensa produção de jornais e de promoção de eventos que tinham como objetivo viabilizar empregos, manter a entidade e atuar culturalmente. Um de nossos mais significativos trabalhos foi contribuir para a revitalização da antiga Faculdade de Filosofia, atual escola Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música (Fafi), localizada no Centro de Vitória, cujo prédio estava

¹⁶ Faziam parte, também, Annie Cicattelli, Ademir Ramos, Uberpaulo Coimbra, Jô Amado, Moyses Ramalho, Luiz Vital, Amylton de Almeida, Carminha Correa e Luiz Claudio Gobbi da Silva.

praticamente abandonado e foi reintegrado à vida da capital após um grande trabalho de restauração envolvendo órgãos públicos.

No ano de 1987 nosso grupo político venceu as eleições no Sindicato dos Jornalistas e, pouco depois, com a saída do presidente, assumi o cargo, vivendo um período de muitas discussões sobre a questão salarial e condições de trabalho em empresas privadas e estatais. Uma de nossas lutas, em conjunto com o sindicato dos Radialistas, resultou em melhores salários para os servidores da TV Educativa e na aquisição de novos equipamentos que possibilitaram à emissora produzir quatorze programas locais de jornalismo e de entretenimento entre os anos 1980 e 1990.

O segundo emprego fixo, exatamente, na estatal TV Educativa, redefiniu minha carreira profissional levando-me à escolha pela televisão como veículo de trabalho e à uma permanência por mais de três décadas na emissora¹⁷ onde desempenhei diferentes funções, da produção à edição de notícias, em programas de meio ambiente, política, economia e cultura. Comecei a trabalhar na TV Educativa em tempos em que os movimentos socioambientais eram muito articulados e conseguiram a criação dos primeiros espaços político-institucionais na educação ambiental (PASSOS, 2005) e quando era intensa a atuação sindical por democracia e por condições dignas de salário e de trabalho, o que ocorria, também, na categoria dos jornalistas, extremamente mobilizada e atuante.

No fim dos anos 1980 voltei ao magistério para atuar no jornalismo na Faesa (Faculdades Integradas Espírito-Santenses) conciliando as atividades com o emprego na TV Educativa e regressando, assim, às 'origens' já que na década de 1970 eu havia começado minha carreira profissional como professora de ensino fundamental. Nas atividades desenvolvidas no curso de Telejornalismo, em quase dez anos de magistério, tive oportunidade de fazer muitos trabalhos sobre a temática socioambiental em disciplinas de jornalismo impresso, rádio e televisão, associados à atuação na TV Faesa, onde, junto com alunos e professores, pude produzir vários programas jornalísticos levados ao ar por um consórcio de emissoras de televisão.

¹⁷ Trabalhei, também, nas extintas revistas Agora e Espírito Santo, nos jornais A Tribuna e A Gazeta e nas televisões Vitória, Gazeta e Capixaba. Atualmente, trabalho na rádio Espírito Santo e concilio atividades com o ativismo sindical fazendo parte da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo.

Anos depois, em uma breve passagem pela direção da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), continuei participando de lutas específicas por melhorias de salários e de condições de trabalho, além de questões mais amplas como a democratização dos meios que é, ainda hoje, uma das principais pautas políticas na discussão sobre a informação¹⁸ e é um dos fundamentos da discussão desta tese.

Acompanhei muito de perto as inovações tecnológicas que chegavam ao mundo do trabalho e foram substituindo as velhas máquinas, impulsionando a integração da informação nos planos global, nacional e local e redefinindo cenários marcados pela reconfiguração geográfica, política e econômica que possibilitam a criação de uma ampla rede de informações compartilhadas pelo sistema de comunicação. As notícias passaram a chegar ao público em tempo real mas, em contrapartida, reproduzem uma imagem da cultura-natureza (TRISTÃO, 2013) altamente desafiadora ao pensamento emancipatório da educação ambiental em sua defesa de protagonismos que superem o atual paradigma de desenvolvimento predatório.

No jornalismo, a convergência midiática gera a supressão de diversos postos de trabalho como registrou o último congresso dos jornalistas, realizado em Maceió, em 2014, onde o sociólogo Dominique Volton destacou que não se pode ignorar a complementariedade entre as mídias mas não se deve esquecer também que a tecnologia tem contribuído para diluir o trabalho jornalístico em função da prevalência da máquina sobre o humano submetido, cada vez mais, a condições adversas e ao acúmulo de trabalho (FENAJ, 2014).

Reproduzindo uma ação generalizada, o jornalismo local também enfrenta inúmeros cortes de postos de trabalho não mais exclusivamente em função das novas tecnologias mas, também, em consequência da crise que atinge o setor dos veículos impressos e que provocou, em 2014 e nos quatro primeiros meses de 2015, sessenta e oito demissões nas redes Gazeta, Tribuna, TV Vitória, TV Capixaba,

¹⁸ A discussão norteou a aposta teórico-metodológica de meu curso de mestrado em Educação, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo, entre 2002 e 2004, sobre **Ética no Jornalismo a partir da produção de notícias em atividades teórico-práticas de alunos e professores do curso de Jornalismo da Faesa**, desenvolvida no Programa de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, com orientação do professor doutor, Carlos Eduardo Ferraço.

Recordnews e assessorias de Imprensa¹⁹. A precarização inclui, ainda, o desempenho de diferentes tarefas sem a devida remuneração pelo acúmulo, o trabalho estagiário em substituição à mão de obra profissional e o fim da obrigatoriedade do diploma de formação superior específica²⁰, fatores altamente nocivos ao jornalismo.

Não bastasse isto, o jornalismo é submetido a uma política empresarial mercadológica e conservadora, voltada à vertente técnica e economicista (BUENO, 2007, 2011; FENAJ, 2012, 2014) e frontalmente contrária à abordagem crítico-política da problemática socioambiental e aos princípios da informação enquanto bem público e direito social. Apesar de assumir como inquestionáveis as responsabilidades éticas no exercício do jornalismo, esta tese aponta, no entanto, para a força e o poder dos meios corporativos e sua interferência no processo da notícia, alertando, inclusive, para a falta de uma legislação que os impeça de transmitir uma informação “mutilada, cortada, deturpada, às vezes, até o contrário do que o repórter ou o jornalista colheu” como observa Naves (1989, p. 30).

Há, ainda, violência frequente em decorrência do trabalho jornalístico registrando-se, em 2014, cento e trinta e cinco mortes (FENAJ, 2014) no mundo. Uma violência que faz parte do dia a dia como registrou o congresso dos Jornalistas, realizado no Acre²¹ em 2012, onde Ruy Sposati informou ter sofrido ameaças de morte quando fazia cobertura das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, localizada em Altamira, no Pará e onde, segundo disse ainda, foi impedido de circular a partir de uma liminar do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) que o acusou de liderar manifestações dos trabalhadores contra a empresa.

A obra, do governo federal, é alvo de intensas críticas de ambientalistas por provocar grande destruição social, ambiental e econômica. A partir da inundação da

¹⁹ Em maio de 2015, a FENAJ e os sindicatos de Jornalistas promoveram um ato nacional em São Paulo contra práticas antissindicaais, precarização das relações de trabalho e demissões intensificadas em todo o país nos últimos meses (FENAJ, 2015).

²⁰ Ato realizado em 7 de abril, na Câmara dos Deputados, reunindo sindicalistas, profissionais, professores e estudantes, em comemoração ao dia do Jornalista, buscando aprovação da PEC 206/2012 que prevê a volta da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo (FENAJ, 2015).

²¹ Discutiu Jornalismo e Desenvolvimento Sustentável e, além de jornalistas, reuniu professores, advogados e representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

cidade de Altamira, povos indígenas são duramente impactados. Várias ilhas estarão submersas. Processos judiciais estão sendo movidos em função de problemas envolvendo licenciamento, condicionantes e impactos irreversíveis. A mineradora canadense Belo Sun Mining, ligada ao Forbes & Manhattan Bank, planeja a retirada de toneladas de ouro em escala industrial utilizando energia elétrica gerada por Belo Monte e já expulsou várias famílias de garimpeiros artesanais cujas gerações moram e trabalham na região há décadas ²².

Frente à mídia conservadora e defensora do desenvolvimento predatório que produz desigualdades, destrói o meio ambiente e ignora a utilização responsável dos recursos naturais (BUENO, 2007, 2011; FENAJ, 2012), outras inúmeras situações mostram o trabalho jornalístico praticamente sitiado em um campo de forças antagônicas como argumentou o presidente da FENAJ, Celso Schröder ²³, em sua reflexão sobre o papel assumido pela maioria das empresas de comunicação. Analisou que os grupos abandonaram o jornalismo, assumiram o partidarismo como objetivo e abdicaram da informação em troca da profusão de opiniões, do sensacionalismo e da espetacularização, o que aponta um desafiador momento para o jornalismo progressista em sua contribuição à constituição da esfera pública.

Centenas de jornalistas se sacrificaram e, alguns com a sua vida através de seu trabalho cotidiano e nem sempre glamoroso. Gostaria que os assassinos e agressores de jornalistas fossem exemplarmente punidos (...) Gostaria que o jornalista pudesse cumprir sua tarefa exclusiva, o jornalismo, de maneira livre, independente e potente (SCHRÖDER, 2015, p. 1).

As apostas em uma cobertura que passe a vincular desenvolvimento à diminuição de desigualdades e à utilização responsável dos recursos naturais são questões altamente desafiadoras e que pressupõem a urgência de se avançar em direção à perspectiva humanista e a práticas de cidadania crítica e responsável em relação ao uso dos recursos ambientais e ao combate às desigualdades.

²² **Uma montanha de ouro por trás de Belo Monte.** Disponível em: <<http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=7429>>. Acesso em: 24 jan. 2015.

²³ Vice-presidente da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) e presidente da Federação dos Jornalistas da América Latina e do Caribe (FEPALC).

O jornalismo capixaba nas lutas



FOTOS: Acervo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo
ARTE: Thais Fernandes

2 REDE DE MEMÓRIAS SOBRE O SOCIOAMBIENTALISMO, A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O JORNALISMO

Há quase meio século, a complexidade da questão ambiental ganhava visibilidade mundial com a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia, em 1972), que inseriu o ambiente na pauta política mundial e lançou o conceito de desenvolvimento sustentável como ação que atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Muito embora faça referências à prudência e à ética em contraponto à desigualdade, fome e miséria no mundo, o conceito de desenvolvimento sustentável²⁴ não descarta o progresso material caracterizando-se como um discurso distante de “uma estratégia pedagógico-política que possibilite intervir mais efetivamente na transformação que supostamente se procura” (GAUDIANO, 2005, p. 78). Deixa evidente, como também registra Tristão, a integração entre economia e ecologia não pelas políticas públicas, mas, sim, pela via do mercado.

É importante ressaltar que existem controvérsias em relação ao ideário do desenvolvimento sustentável. Alguns autores argumentam que ele é contraditório por entender que a base de todo desenvolvimento é produtivo e este dificilmente possibilita um desenvolvimento social desvinculado da sustentabilidade, por isso preferem deslocar esse ideário para sociedades sustentáveis (TRISTÃO, 2008, p. 47).

No período, a educação ambiental no Brasil “dava os primeiros passos dentro e fora da escola,” como observam Tristão e Jacobi (2010, p. 16), em tempos marcados mundialmente por ativa militância, denúncias e protestos²⁵ e quando as questões ambientais eram pouco discutidas nacionalmente em função da ditadura civil-

²⁴ Relatório Brundtland publicado no Brasil com o título *Nosso Futuro Comum*.

²⁵ A proposta deste capítulo foi constituir uma rede de diálogo com os convidados e registrar alguns fatos históricos que atravessaram o jornalismo, o socioambientalismo e a educação ambiental entre os anos 1980 e 2015.

militar²⁶ e da onda de progresso exaustivamente defendida à época²⁷. No país, embalado pela propaganda ufanista, com ameaças nem um pouco sutis como “ame-o ou deixe-o,” havia, mesmo assim, denúncias e protestos contra questões como a instalação de usinas nucleares em Angra dos Reis (Rio de Janeiro), contra o uso de defensivos agrícolas e contra a poluição atmosférica provocada pelas indústrias de Cubatão, em São Paulo (JACOBI, TRISTÃO, 2010), dentre outras.

Ainda na década de 1970 foi realizada a conferência de Tbilisi que recomendou que a educação ambiental fosse além de suas considerações sobre a fauna e a flora e se voltasse ao enfoque global e interdisciplinar focalizando aspectos sociais e interdependentes entre fatores econômicos, científicos, tecnológicos, culturais, ecológicos e éticos. A conferência, em nível intergovernamental e nos termos da UNESCO (Organização nas Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), foi realizada em 1975, em Belgrado (Iugoslávia) e endossada por cento e cinquenta países, menos o Brasil, que não participou em caráter oficial.

A conferência produziu a Carta de Belgrado, documento que reconheceu a crescente deterioração ecológica e apelou à nova ordem econômica para propor um conceito de desenvolvimento mais harmônico com o meio ambiente erradicando-se causas básicas da pobreza, a fome, o analfabetismo e a exploração. Criticava o crescimento do consumo, defendia a universalização da ética (GAUDIANO, 2005) e apontava para uma nova proposição em torno do conceito de interdisciplinaridade como dimensão integrada ao meio.

A partir daí promove-se uma educação interdisciplinar aberta às necessidades da comunidade de que se trate, encaminhada para a solução de problemas concretos que supõem não apenas a aquisição de conhecimentos e técnicas, mas também o desenvolvimento de práticas comunitárias a serem exercidas sobre meios determinados e com caráter

²⁶ Utilizo a expressão considerando o apoio e a atuação de setores da sociedade ao governo militar.

²⁷ Na década de 1970, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para a Amazônia traçado pelo governo militar se voltava à integração física e à ocupação humana, econômica e cultural da região amazônica com abertura das grandes rodovias Belém-Brasília e Transamazônica e a criação de núcleos agrícolas que geraram diversos impactos sociais e ambientais. **Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo.** SERRA, M. A.; FERNANDES, R. G. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=572&tp=a>. Acesso em: 12 fev. 2015.

permanente, uma vez que, pela primeira vez na história, os conhecimentos, as compreensões técnicas e determinados valores variam muito durante a vida de uma pessoa (GAUDIANO, 2005, p. 38).

Com seus acontecimentos e eventos, os anos 1970 foram de mudanças significativas para o pensamento ecológico e para a consciência global sobre os problemas e perigos que ameaçam o planeta (TRISTÃO, 2012) em tempos que o Espírito Santo se inseria em programas de industrialização plenamente apoiados pelo governo do estado. A partir dos anos 1980, no entanto, complexos como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (ArcelorMittal), a Companhia Vale do Rio Doce (Vale) e a Aracruz Celulose (Fibria) se tornaram alvo de inúmeros protestos dos movimentos populares e ambientais em suas reações contra repercussões do progresso predatório. Os movimentos eram muito atuantes destacando-se as comunidades eclesiais de base, sob a inspiração da Teologia da Libertação e ligadas à igreja católica, muito presente em discussões com os movimentos comunitários.

O ativismo agregava demandas socioambientais geradas pelo êxodo rural registrando-se, à época, na Grande Vitória, a chegada de milhares de migrantes em condições de extrema pobreza como se viu em Nova Rosa da Penha, localizado no município de Cariacica, bairro que recebeu inúmeras pessoas praticamente jogadas pelo governo estadual de Gerson Camata em uma extensão de terra sem qualquer infraestrutura. Vitória e Vila Velha também recebiam muitos migrantes.

Acentuavam-se demandas por mecanismos públicos geradores de melhores condições de vida, moradia, saneamento, transporte coletivo, saúde e educação que mobilizavam as comunidades e contribuíam para a criação e o fortalecimento de associações de moradores e de centros comunitários. À época, foi criada a Associação Capixaba de Meio Ambiente, a mais antiga das entidades voltadas ao meio ambiente no estado.

Junto a protestos, denúncias e reivindicações foi ampliado o espaço político-institucional da educação ambiental e fortalecido o contexto socioambiental com a criação de órgãos de pesquisa e de conservação como o projeto Tartarugas

Marinhas (TAMAR)²⁸, o Consórcio Mata Atlântica e a Federação das Associações dos Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo.

Com a Constituição de 1988, o meio ambiente foi incluído na pauta política tornando-se bem comum do povo e, em seu movimento de inserção pública, a educação ambiental passou a integrar redes de discussão, núcleos de pesquisa e espaços institucionais. De acordo com Jacobi e Tristão (2010), a criação da Política de Educação Ambiental a partir dos anos 1990 e a posterior regulamentação, unindo os ministérios da Educação e do Meio Ambiente em atuações integradas, contribuíram para a institucionalização da educação ambiental.

Em termos nacionais, o movimento ambientalista buscava a formulação de políticas e de ações de caráter educativo-ambiental que afirmassem a dimensão ecológica e a participação política da educação ambiental no sentido de englobar conhecimentos que acolhessem subjetividades e diferentes culturas em suas práticas cotidianas. Partilhando da dimensão epistemológica, transformadora e multicultural (TRISTÃO, 2008; 2013), a educação ambiental procurava repercutir valores e atitudes favoráveis à construção de alternativas a processos hegemônicos de desenvolvimento econômico e cultural (CARIDE, MEIRA, 2001; GAUDIANO, 2005).

Emergiam ideais de uma educação crítica e emancipatória que procurava romper com a concepção tecnicista muito presente no ensino brasileiro.

Em contraste com a vertente tradicional da educação crítica e do currículo, nessa tendência crítica, o argumento é de que nenhuma teoria científica é neutra ou desinteressada pois está inevitavelmente implicada em relações de poder. A educação ambiental começa a ser fortemente influenciada por essa tendência (...) trazendo a sua especificidade, a de compreender as relações sociedade-natureza, e de intervir nos problemas e conflitos socioambientais (JACOBI, TRISTÃO, 2010, p. 21).

²⁸ O TAMAR apoia o desenvolvimento das comunidades costeiras oferecendo alternativas econômicas para amenizar a questão social e reduzir a pressão humana sobre as tartarugas marinhas organizando atividades a partir da conservação e pesquisa aplicada, educação ambiental e sustentabilidade. Utiliza técnicas pioneiras de conservação e de desenvolvimento comunitário de acordo com a realidade de cada região e atua em vinte e duas bases distribuídas no litoral brasileiro. **Projeto Tamar**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-projeto-tamar/meio-ambiente-projeto-tamar-1.php>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

No âmbito das estratégias horizontalizadas ampliaram-se os encontros sobre a problemática socioambiental em diferentes regiões do país. A criação de um grupo de trabalho na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (ANPED) abriu novos espaços de discussão. Por parte das ações oficiais nacionais, os ministérios do Meio Ambiente e da Educação lançaram no ano de 2005 o documento intitulado Programa de Educomunicação Socioambiental (MMA/ME, 2005) destacando a importância da formulação de uma política pública de comunicação para a educação ambiental.

A ação conjunta entre os ministérios apontou a necessidade de políticas voltadas à produção e à veiculação de conteúdos diante da carência da política de comunicação ambiental no âmbito do governo federal procurando consolidar uma política ambiental baseada em princípios de democratização, promoção da autonomia e emancipação da comunicação. Sublinhava a necessidade, não apenas do acesso à informação e aos bens culturais, mas também, de participação na criação e na gestão dos meios de comunicação. A busca por um horizonte simbólico envolvendo abordagens entre comunicação e educação e a relação com a sustentabilidade foi considerada condição primordial para o empoderamento de novos atores e para a implantação de novas agendas ambientais diante das questões prescritivas e utilitárias da mídia. Acionava-se um campo de políticas voltadas à comunicação educativa visando ao uso de processos de produção midiática e de tecnologias de informação no contexto de ensino-aprendizagem e de comunicação interpessoal no relacionamento entre grupos (MMA/ME, 2005).

No cenário do ativismo popular, os trabalhadores sem-terra empreendiam lutas sem trégua pela reforma agrária construindo a história de um dos movimentos mais organizados e resistentes do país. Ações comuns pelo direito à terra e à própria cultura também demarcavam a resistência das comunidades quilombolas e indígenas. O ativismo social se colocava contra reformas que arrocharam os salários em nome de ajustes fiscais impostos pelo Fundo Monetário Internacional e se organizava em busca de respostas à crise socioeconômica contestando as privatizações e o desmonte do serviço público afetado, particularmente, nas áreas de saúde e de educação.

Grupos inseridos em redes de conscientização de direitos garantiam espaços contra a discriminação. As mulheres, o movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros e o movimento afrodescendente intensificaram a luta



FOTOS/ARTE: Rubem Côgo

Parada do Movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, em São Paulo

contra a discriminação, aliada, então, a manifestações culturais diversas.

Organizações ambientalistas não governamentais passaram a atuar no terceiro setor, articuladas por meio de parcerias com o poder público (GOHN, 2011). Propostas fundadas na construção de mudanças socioculturais defendiam a economia alternativa em contraposição aos princípios neoliberais. A economia solidária promovia a inclusão social e combatia a miséria e o desemprego transformando-se em um modelo de desenvolvimento alternativo ao individualismo competitivo das sociedades

capitalistas,²⁹ contribuindo para a qualidade de vida e para a sustentabilidade. Movimentos cooperativistas e de produção alternativa de alimentos e de produtos agropecuários constituíram heterogeneidades e grande diversidade de estratégias em torno de trabalho e geração de renda (GOHN, 2011).

O debate sobre a problemática socioambiental ganhou força em vários países pautando eventos marcados por incontáveis alertas sobre a necessidade de novos repertórios interpretativos (SANTOS, 2001b) e para a urgência de mudar atitudes em

²⁹ A economia solidária teve início no Brasil nos anos 1980 e hoje o país conta com milhares de empreendimentos solidários em vários setores da economia, com destaque para a agricultura familiar. Geram renda para milhões de pessoas. **Economia Solidária se aproxima das origens do socialismo, diz Paul Singer.** Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/economia-solidaria-se-aproxima-das-origens-do-socialismo-diz-singer/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

relação ao uso de recursos naturais e a seus desdobramentos. No entanto, mesmo diante do imenso rol de acordos e de discussões que, sem dúvida, contribuíram para elevar padrões de convivência, estamos diante de crescente comprometimento da vida, da qualidade de ar, da água, do solo, da biodiversidade e das fontes de energia o que mostra, como lembra o convidado da tese, Thelmo Scarpine, a necessidade de ações para além da mídia ou do mero discurso e que possam, efetivamente, ressignificar nossa forma de viver.

2.1 O DESAFIADOR TRÂNSITO DO SOCIOAMBIENTAL NAS NOTÍCIAS

Temas sobre o uso dos recursos naturais, fenômenos e desastres naturais passaram a ter mais visibilidade nos meios de comunicação a partir da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em 1972, na Suécia, (FENAJ, 2012), em momentos em que a cobertura, no Brasil, representava enfrentamento à censura militar. Um dos episódios mais conhecidos no meio jornalístico foi a prisão de Randau Marques, um dos primeiros a divulgar a causa ambiental e penalizado após publicação de reportagens que denunciavam a contaminação por chumbo e a intoxicação de grávidas e sapateiros na cidade paulista de Franca ³⁰.

A repressão dizimava pontos de vista divergentes em tempos que, para fazer calar o contraditório, havia prisões, assassinatos, torturas e desaparecimentos configurando os muitos abusos da ditadura apoiada por setores da sociedade e da mídia corporativa. Violações massivas de direitos humanos, caracterizadas por falta de normalidade democrática e estado de emergência, marcaram um histórico enfrentamento político de grupos de resistência contra os crimes cometidos pelas ditaduras militares no continente latino-americano nos anos 1970 (SANTOS, 2013). Em termos nacionais, os jornais *Pasquim*, *Opinião* e *Movimento* denunciavam os inúmeros crimes da ditadura e faziam campanhas pela redemocratização, pela

³⁰ **Jornalismo Ambiental: Uma Breve Análise da Abordagem na Mídia Impressa.** CARDINALLI, M.A. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1431-1.pdf>> Acesso em 05 dez. 2013.

anistia e pela Assembleia Nacional Constituinte por meio de uma ampla pauta política a que se juntavam organizações de esquerda.

Nesse cenário, o assassinato do diretor de Telejornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, em janeiro de 1976, intensificaria a luta do jornalismo contra a ditadura, deflagrada a partir do manifesto público que contestava conclusões do inquérito policial militar apontando o suicídio do jornalista nas dependências do DOI- CODI, na capital paulista.

O documento foi organizado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e encaminhado à 1ª Auditoria Militar daquele estado com assinaturas de quatrocentos e setenta e seis jornalistas e pago para ser publicado no jornal *Estado de São Paulo*³¹.

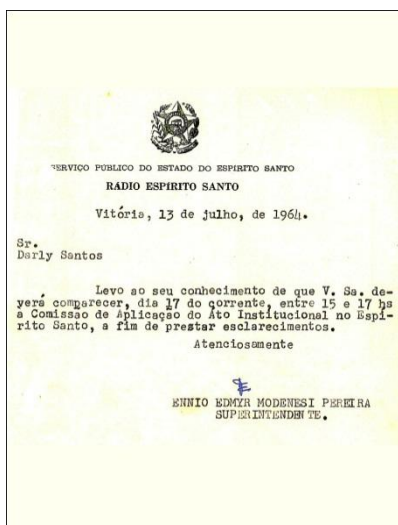


FOTOS: Internet

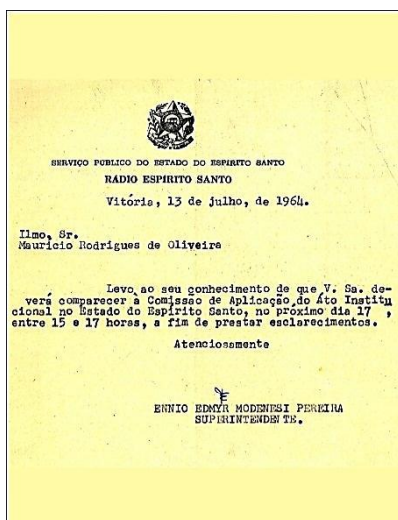
No contexto local, o jornal *Posição*, também publicado a partir de 1976 e mantido pela venda porta a porta, em bancas, assinaturas e anúncios, foi uma referência para os capixabas na resistência contra o regime militar-civil. Tinha como principal público, estudantes, universitários, intelectuais e lideranças políticas e enfrentava a censura à informação que atingia todas as formas de expressão.

³¹ **Inauguração de Praça e Memorial, SJSP cita documento histórico sobre a morte de Vlado.** Disponível em: <http://sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4580&catid=4580>. Acesso em: 30 dez. 2014.

Na Rádio Espírito Santo, como observou Danilo Souza, convidado da tese, era sistemática a atuação dos censores e frequentes os documentos convocando servidores para prestar esclarecimentos à polícia federal após o primeiro ato institucional do governo civil-militar.

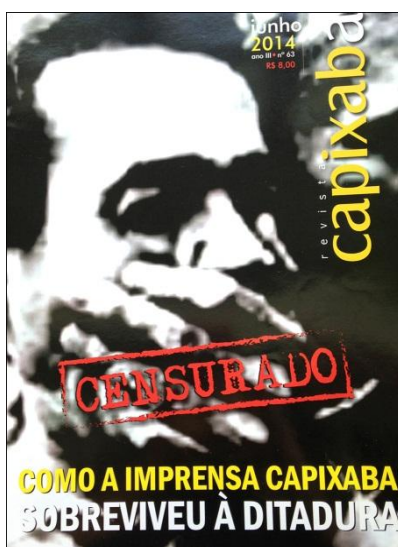


Era comum, naquela época, a visita de censores do Departamento de Polícia Federal à sede da Rádio Espírito Santo. No Departamento de Programação tocavam o terror recolhendo discos com composições que haviam sido censuradas e comunicando o novo “index” de músicas e artistas proibidos. Repetiam o mesmo ritual no Departamento de Jornalismo deixando no quadro de avisos os assuntos que deveriam ser evitados.



(...) O processo de análise de uma programação musical era bastante burocratizado e a emissora era obrigada a enviar a programação para a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), da Delegacia de Polícia Federal do Espírito Santo, com quarenta e oito horas de antecedência e só era liberada após o carimbo de aprovação. Além da censura às composições musicais, os censores indicavam palavras e assuntos que não podiam ser ditos como, por exemplo, democracia, Rússia, liberdade, comunismo, camponês e Fidel Castro.

(...) Com o aprofundamento da repressão, principalmente após o AI-5, atentávamos ainda mais para a questão política e, aí, tínhamos cuidado redobrado com composições de Chico Buarque, Geraldo Vandré, Milton Nascimento, Caetano Veloso e Gilberto Gil, dentre outros. Em outra época, nossa preocupação se voltou aos ditos “maus costumes” cuidando de banir da programação diária músicas com insinuações maliciosas e de duplo sentido.



Em pleno contexto da ditadura e auge do desenvolvimento econômico no Espírito Santo, o cientista Augusto Ruschi fazia diversas denúncias públicas em defesa dos ecossistemas nativos marcando sua ferrenha oposição ao estado e às leis de incentivo à monocultura do eucalipto que beneficiaram a Fibria (antiga Aracruz Celulose), maior produtora nacional de celulose.

Na aprovação ao plano de expansão da empresa por meio do Programa Produtor Florestal, órgãos do governo estadual ignoraram várias exigências ambientais (PASSOS, 2005)

registrando-se que, somente na fase de implantação, a Fibria ocupou territórios de comunidades tradicionais devastando milhares de hectares de mata atlântica. Afetou drasticamente a diversidade e a vida de comunidades indígenas e quilombolas em Aracruz, São Mateus³² e em Conceição da Barra mostrando a associação entre o estado e o empresariado.

Com a ocupação dos territórios indígenas e quilombolas, a Aracruz Celulose construiu a base para a apropriação dos grandes territórios de suas operações no Brasil. Ou seja, a partir da invasão de cerca de 130 mil hectares de terras anteriormente ocupadas pelas comunidades tradicionais e pela mata atlântica, concentradas em apenas três municípios capixabas, foi possível iniciar a rede devastadora que representa seus empreendimentos no país (GOMES, OVERBEEK, 2011, p. 10-11).

Ainda para Gomes e Overbeek (2011), a Rede Gazeta se alinhou à Fibria em defesa do desenvolvimento, evidenciando notícias positivas e minimizando protestos, críticas e denúncias dos movimentos sobre impactos, devendo receber, em contrapartida, favorecimentos em grande quantidade de anúncios que deviam concorrer para a manipulação da opinião pública através do jornal, da TV e da rádio (GOMES, OVERBEEK, 2011). Pelo que registra o depoimento do proprietário e então diretor da Rede Gazeta, Carlos Lindenbeg Filho, a empresa realmente se declarou a favor do crescimento econômico do Espírito Santo desde sua inauguração e manteve essa perspectiva como parte de sua trajetória³³.

O estado continuou a política expansionista investindo sobre florestas naturais, ameaçando de extinção as reservas de Comboios (municípios de Linhares e

³² Em 2013, o documentário **Imprensados, a luta pelo território quilombola do Sapê do Norte**, com direção coletiva de Ariel Lacruz, Breno Vinicius Silva, Ligia Sancio, Tião Xará e Vitor Hugo Simon, denunciou as condições precárias das comunidades quilombolas que vivem na região do Sapê, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, a partir da grilagem das terras para a monocultura do eucalipto destinada à produção da Fibria. Segundo informações da Comissão Quilombola do Sapê do Norte, com apoio de entidades e pesquisadores, atualmente trinta e nove comunidades quilombolas e apenas mil e quinhentas famílias resistem a inúmeras dificuldades como a deterioração da qualidade da água e das plantações impressadas pelo eucalipto. **Documentário retrata saga quilombola na luta por suas terras**. A. COMETTI. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/12554/10/documentario-retrata-saga-quilombola-na-luta-por-suas-terras>>. Acesso em: 07 jan. 2015.

³³ Registro do documentário **30 anos em 30 Programas**, produzido pela TV Gazeta, mostrando que a empresa associa informação e desenvolvimento (TV GAZETA, 2006).

Aracruz), Mestre Álvaro (Serra) e Forno Grande, em Castelo (PASSOS, 2005) sendo reiteradamente acusado de descumprimento da legislação. Em paralelo, a sociedade demarcou conquistas libertárias por meio de protestos e de atos civis contra a ditadura. Um processo organizado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, com sede na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, congregava várias entidades e reunia estudantes, jornalistas e políticos de oposição em luta pela anistia a presos e a perseguidos políticos.

No Brasil e no exterior foram formados comitês para defender uma anistia ampla, geral e irrestrita a todos os brasileiros exilados no período da repressão política.

Em 1979 foi promulgada a Lei de Anistia que, no entanto, gerou polêmica por deixar de tratar dos crimes de responsabilidade do estado a quem são imputadas graves violações cometidas contra os direitos humanos³⁴. Cinco anos depois, o movimento Diretas Já produziu uma extensa jornada de atos políticos em defesa das eleições para presidente da República proposta pela emenda do deputado Dante de Oliveira (PMDB) que envolveu a sociedade civil, jornais e partidos de esquerda em novas ações de resistência à ditadura.

Um protagonismo que levou multidões às ruas do país, mas que foi, no entanto, invisibilizado pelo jornalismo da TV Globo que apresentou o histórico ato na Praça da Sé, uma das maiores mobilizações das Diretas e que reuniu milhares pessoas, como uma festa em homenagem ao aniversário da cidade de São Paulo.

Outro ato político em favor das diretas, realizado em Curitiba (PR), também foi completamente ignorado pela TV Globo que nada disse sobre o comício que também levou milhares de pessoas às ruas da capital paranaense. A emissora recusou, inclusive, a chamada para o ato que os organizadores tentaram veicular como publicidade paga (PASSOS, 2001) .

³⁴ A Comissão Nacional da Verdade, instalada em 2012, pela presidenta Dilma Rousseff, investigou crimes e violações de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 e que incluem a ditadura civil-militar (1964-1985). Aponta em seu relatório final a necessidade de mudanças nas áreas de segurança pública, civil e criminal e propõe a desmilitarização da polícia e reformas no sistema carcerário. Além disso, citou os nomes de pessoas apontadas como responsáveis por crimes durante no período ditatorial incluindo tortura, assassinato, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. **As 29 recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Disponível em < <http://www.revistaforum.com.br/2014/12/10/29-recomendacoes-cnv/>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

A campanha em favor das diretas envolveu a sociedade capixaba por meio de comitês, debates e concentrações (A TRIBUNA LIVRE, 1984) em um momento em que os setores progressistas unificavam forças para por fim à ditadura civil-militar e desenvolvendo atuação social marcante.

Vitória também organizou um grande comício pelas eleições diretas, realizado na Praça Oito, no centro da cidade (VALFRÉ, 2014).



FOTOS: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo
Comício pelas Diretas Já, Praça Oito, Vitória, abril de 1984.

Na época, a ampliação do sistema nacional de comunicação ocorria em ritmo acelerado possibilitando a expansão das redes de televisão e de suas afiliadas em um processo que praticamente ligou o país de norte a sul (BUCCI, 1997).

Em termos regionais não foi diferente com as empresas se associando a grupos nacionais a partir de um sistema de reprodução de informação produzido e gerado no eixo Rio-São Paulo,³⁵ restando para o local, a programação telejornalística vinculada a normas de suas matrizes.

³⁵ A TV Vitória foi fundada em 1962, a TV Educativa, em 1974 e a TV Gazeta, em 1976. A TV Tribuna

A emenda em favor das Diretas Já foi recusada pelo PDS (Partido Social Democrata), base da ditadura. Com o título, *Os 178 paus-mandados*, o jornal *Pasquim* divulgou em sua edição de 03/05 a 09/05/1984 a lista completa dos deputados que rejeitaram a emenda e que, identificados, ganharam os mais



variados adjetivos tais como, avestruz, vaca-de-presépio, lambe-botas, fariseu, biltre, etc. Ninguém escapou, nem mesmo os que se abstiveram. Ainda, de forma indireta, o país teria seu primeiro presidente civil, Tancredo Neves, eleito em 1985 e que faleceu antes de assumir o cargo, ocupado, então, pelo vice, José Sarney.

Somente após a promulgação da Constituição de 1988 iriam ocorrer as eleições diretas, em uma campanha eleitoral polarizada entre Fernando Collor de Mello e Luiz Ignácio Lula da Silva e que, em termos de cobertura,

marcou a história recente do jornalismo quando a TV Globo foi acusada de favorecer Collor em seus telejornais *Hoje* e *Nacional*.

Em suas edições, os telejornais destacaram os melhores momentos de Collor e os piores de Lula de uma forma muito tendenciosa que gerou muitas controvérsias diante de um favorecimento assumido, anos depois, pelo então presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho (BUCCI, 2002).

Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito pelo voto direto após a ditadura, tomou posse em março de 1990 e realizou um governo conturbado que começou com o confisco dos investimentos em poupança e foi seguido de acusação de fraudes e de corrupção. Collor renunciou em 1992 para se livrar de um processo de impeachment sendo sucedido pelo vice, Itamar Franco. Antes, no

entanto, o país viveu o Fora Collor que levou multidões às ruas e ficou conhecido também como 'cara-pintadas' por ter congregado estudantes em todo o país e que se valiam do recurso de pintar o rosto, uma das características do movimento.



FOTO: Internet

Protesto contra o presidente Fernando Collor de Mello

Em função do agravamento de problemas provocados pelo programa de desenvolvimento houve ampliação da cobertura socioambiental nacional na mídia (NOVAES, 1989) e, no âmbito do jornalismo, foi criado o grupo de eco jornalistas do Rio Grande do Sul. O Seminário População e Meio Ambiente, realizado pela FENAJ, foi ponto de partida para ampliar discussões no campo ambiental (BELMONTE, 2015).

Um grupo de jornalistas criou a Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental (RBJA). Washington Novaes, interlocutor desta tese, levou a discussão sobre a questão ambiental para a televisão, livros, jornais e revistas. Anos depois, no canal Globo News, o programa *Cidades e Soluções*, apresentado por André Trigueiro, abriu espaço para diferentes iniciativas em torno da problemática socioambiental.

No começo dos anos 1990, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, que reuniu chefes de estado e de governos, empresários e a sociedade civil e retomou a discussão sobre desenvolvimento sustentável apontando propostas para reverter a degradação ambiental e problemas enfrentados pelas populações mais carentes do planeta ³⁶. A conferência produziu uma série de convenções, acordos e protocolos em torno de questões ecológicas e de desenvolvimento³⁷ mas ao conciliar múltiplos e contraditórios interesses não formulou uma denúncia radical da ordem econômica e política, socialmente injusta e ecologicamente predadora e manteve o dogma neoliberal, confiando ao livre mercado a capacidade de regular o crescimento e o bem-estar social sem considerar os danos provocados por tais dinâmicas (CARIDE, MEIRA, 2001).

Em paralelo, os movimentos sociais articularam o Fórum Global do qual participaram diversas organizações não governamentais que encenaram um dos mais importantes momentos de constituição das lutas globais, mobilizações e protestos contra a ordem econômica. O fórum apontou propostas, incluídas na Carta da Terra e voltadas à sustentabilidade e defendeu a paz e a justiça socioeconômica, além de princípios básicos referentes ao respeito e cuidado com a vida, integridade ecológica, justiça social e econômica. São também outros princípios expressos, a construção de sociedades democráticas, sustentáveis e justas, a promoção de uma cultura de tolerância e de não violência e a distribuição equitativa dos recursos da terra. A partir da conferência, a Carta da Terra passou por amplo debate intercultural envolvendo todos os continentes, de escolas primárias a ministérios e fazendo uma consulta³⁸ que produziu uma visão integradora da questão ambiental considerando a

³⁶ A partir da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia, em 1972), seguiram-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro (1992) e a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em Joannesburgo, na África do Sul, em 2002 (GAUDIANO, 2005). Em 2012 foi realizada no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.

³⁷ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio- 92) reuniu chefes de estado e de governos, empresários e a sociedade civil e resultou na assinatura de diversos documentos como a convenções sobre Mudanças do Clima e da Diversidade Biológica, do Protocolo de Florestas e da Agenda 21 Global.

³⁸ Envolveu participação de quarente e seis países e mais de cem mil pessoas. **Carta da Terra.** Disponível em:

pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia e a ética como problemas interdependentes que demandam soluções congruentes.

O Fórum Global de 1992 aprovou, também, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global que reafirma o princípio da educação ambiental como ato político baseado em valores para a transformação social. Um pressuposto voltado para dimensões interdisciplinares discutindo possibilidades de intervenção na realidade, a importância e necessidade do respeito a diversidades socioculturais e a promoção do diálogo entre saberes, ações éticas, justiça, igualdade e democracia.

Observa-se, naquele momento, a educação ambiental voltada para a emancipação, sendo abordada de forma mais crítica e complexa e apontando a necessidade engajamento dos sujeitos na transformação da realidade por meio de compromissos e responsabilidades voltados à mudanças de atitudes e comportamentos de forma a garantir outras formas de conviver no mundo (TRISTÃO, 2008).

Antecedendo a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a TV Cultura e a TV Globo criaram, respectivamente, os programas *Repórter Eco* e *Globo Ecologia* voltados à problemática socioambiental. Às vésperas da conferência, Novaes (1992) argumentava que cabia à imprensa aprofundar a discussão sobre problemas ambientais mas como registrou Ramos (1995), a cobertura da conferência pela televisão não iria cumprir tal papel. Em sua pesquisa de mestrado ele verificou que a TV Globo e a extinta TV Manchete transformaram o evento em espetáculo midiático e produziram um protagonismo que contribuiu para alijar temas importantes e polêmicos em torno da exploração mineral, conflitos pela posse de terra, comércio ilegal de madeira e demarcação de terras indígenas.

Em relação à preservação da biodiversidade da Amazônia, tema ainda hoje nevrálgico, Ramos observou que o assunto foi invisibilizado pelas narrativas jornalísticas e que, especialmente, o *Jornal Nacional*, destacou atividades

“ecológicas” realizadas por soldados do Exército brasileiro na região como o pessoal que mais entendia do assunto no país.

A partir da conferência, o debate sobre a questão socioambiental passou a ser mais frequente na academia brasileira observando-se a formação de redes e de grupos de discussão e de estudos em educação ambiental³⁹. Ainda nos anos 1990 foram realizados eventos sobre desenvolvimento sustentável em vários países⁴⁰ e o mundo corporativo se apropriou do conceito em busca de melhores mercados e de imagens para seus serviços e produtos.

Inseridas no marketing verde, empresas passaram a financiar campanhas publicitárias sobre desenvolvimento sustentável em rádios, revistas, jornais e na televisão e o que ocorreu, localmente, em tempos que a Grande Vitória enfrentava poluição da água com dezesseis rios prejudicados como fonte de abastecimento, além de graves problemas de poluição atmosférica denunciados pelo Movimento Popular Contra Poluição (PASSOS, 2005).

Práticas sustentáveis ficavam, portanto, bem longe dos discursos porque os recursos naturais continuavam sendo destruídos em nome do progresso, como observou Danilo Souza ao comentar ações da TV Vitória, onde trabalhou.

O que acontecia naquela época ainda se repete nos dias de hoje. Lembro-me de inserções travestidas de educação ambiental e veiculadas com ênfase ao longo da programação. Eram peças patrocinadas pelas grandes poluidoras locais como a CST (ArcelorMittal), Aracruz Celulose (Fibria) e Vale do Rio Doce (Vale). Nos idos de 1990, o mau cheiro produzido pela Aracruz Celulose chegava a Vitória sempre ao cair da tarde. Por sua vez, enquanto o capixaba dormia a CST despejava na atmosfera toneladas de poluentes e a Vale do Rio Doce cobria nossas casas com o brilho tóxico do pó de minério. Enquanto isso, a TV Vitória, supostamente, cumpria o seu papel na educação ambiental.

³⁹ Outras iniciativas buscaram fortalecer a formação acadêmica destacando-se a disciplina de Jornalismo Ambiental oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e trabalhos do jornalista Wilson da Costa Bueno, interlocutor desta tese e professor da Universidade Metodista de São Paulo.

⁴⁰ Seguiram-se congressos e fóruns no México, no Canadá, no Chile e no Equador e dentre os que envolveram educação e informação estão a Conferência Mundial sobre Educação e Comunicação sobre Ambiente e Desenvolvimento realizada no Canadá (1992) e o Seminário Regional sobre Educação e Informação em Meio Ambiente, População e Desenvolvimento Sustentável, realizado no Chile, em 1994 (GAUDIANO, 2005).

Confrontando a conflituosa realidade socioeconômica do Espírito Santo, a sociedade civil continuou demarcando espaços públicos em instâncias colegiadas muito embora a relação com órgãos do governo fosse quase sempre de “tapas e beijos,” como registra Passos (2005), em função de políticas refratárias ao meio ambiente e à qualidade de vida da população.

Em termos da comunicação local, entre 1980 e 1990, o socioambiental ocupou consideráveis espaços na TV Educativa que desempenhou papel singular apresentando demandas comunitárias e ambientais no programa *Povo na TV*⁴¹ que contribuiu para ampliar o lugar da televisão como arena pública de discussão entre os poderes públicos e as comunidades. Era ao vivo e feito de diversos bairros da Grande Vitória e reunia moradores e representantes de prefeituras e do governo do estado e, como destacou a radialista convidada da tese, Gerusa Contti, que trabalha na emissora, mostrava as muitas adversidades vividas pelas comunidades.

Na TVE, os problemas socioambientais tiveram atenção através de programas como o *Povo na TV* quando íamos aos bairros cobrar das autoridades, por exemplo, a implantação de esgotamento sanitário. Em municípios como Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana, os esgotos corriam a céu aberto e faltava pavimentação, encanamento e abastecimento de água.

Novos cenários a partir dos anos 1990 registraram a criação da reserva de Jacarenena (1994) e do Consórcio Mata Atlântica, além da fundação da Associação Vila-Velhense de Proteção Ambiental, em tempos de acelerada ocupação da Grande Vitória, da degradação imposta pelas aglomerações urbanas e de intensa especulação imobiliária. É também daquela época, o Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica (IPEMA) voltado ao cunho conservacionista nos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais e à produção e divulgação do conhecimento científico em torno de projetos, programas e pesquisas em educação ambiental com ênfase na mata atlântica e na conservação da natureza. Na proposta de criação estava a captação de recursos para o desenvolvimento de pesquisas, além da produção e da

⁴¹ O programa foi objeto do trabalho de mestrado da jornalista Francisca Selidonha Pereira da Silva, intitulado **O Programa Povo na TV da TVE como estratégia de Comunicação Pública** (2008), realizado na Universidade Federal do Espírito Santo.

divulgação do conhecimento científico como forma de contribuir com a tomada de decisões sobre o meio ambiente.

Foi, no entanto, um período de perdas significativas para o movimento ambiental com a morte dos ativistas Paulo Cesar Vinha (1993) e Sebastião Sales de Sá (1994) quando o movimento ambiental ainda ocupava consideráveis espaços na TV Educativa com a apresentação de pautas socioambientais em diversos programas.

GERUSA CONTTI: Os ambientalistas usaram a TVE para estratégias de divulgação e de conscientização da população através de programas especiais. O maior herói (ou seria mártir?) dessa causa, Paulo Vinhas, foi acompanhado por nós diversas vezes para mostrar o problema envolvendo o areal da reserva de Lameirão. A pouco menos de vinte dias do assassinato dele estivemos naquele local com ele.

Em função do trabalho dos ambientalistas foi ampliado o campo político-institucional regional e criados o Conselho Estadual de Meio Ambiente e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, além de conselhos em vários municípios. Também foi ampliada a participação de representantes de entidades ecológicas e da sociedade civil em projetos de gestão ambiental, em políticas públicas e em instâncias colegiadas com a inserção da educação ambiental em diversos projetos governamentais e não governamentais e em parcerias com a secretaria de Educação (PASSOS, 2005).

A criação da lei 9.795/1999 vinculou a interdependência entre meio natural, ética e educação a práticas sociais tentando inserir a educação ambiental nos meios de comunicação e estabelecendo que divulgassem ações ambientais sociais e de preservação da natureza o que, no entanto, não se efetivou até hoje. Ao fazer uma crítica à omissão dos meios nesse sentido, o jornalista convidado da tese, Fabiano Mazzini, avaliou que, em função de sua amplitude e da importância na vida das pessoas, a televisão deveria ser parceira na execução da lei.

Não me recordo de ter visto nada neste sentido. Talvez alguma coisa parecida sejam aquelas vinhetas institucionais da TV Globo nos intervalos dos programas, sobretudo nos filmes da madrugada, sobre conscientização das pessoas quanto à destinação do lixo doméstico e como o descarte irregular contribui para inundações registradas no período das chuvas de verão.

Nos anos 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso adotou a política econômica fundada em reformas neoliberais que deslocaram tensões para o plano cotidiano diminuindo oportunidades no mundo formal do trabalho, precarizando o emprego e limitando direitos individuais e coletivos. Faltavam investimentos na educação e na saúde públicas e ampliavam-se os espaços para serviços privados. É dessa época a privatização da Vale, o que gerou protestos em todo o país, e que, localmente, teve participação dos jornalistas capixabas representados pelo seu sindicato.



FOTO: Acervo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo

Aumentavam as pressões sobre o equilíbrio ecológico diante do esgotamento progressivo dos recursos não renováveis e intensificavam-se lutas globais contra o “capitalismo mundial entregue à sua cega dinâmica produtivo-destrutiva” (CARIDE, MEIRA, 2001, p. 137), em um período em que, fazendo coro às decisões neoliberais do governo, o jornalismo conservador investiu no descredenciamento dos serviços públicos notadamente na área de saúde e educação.

Prevalecia a aposta no livre mercado e no desenvolvimento a qualquer custo, bancado por empresas e governos que, em grande medida, promovem associação crescente entre poder político e poder econômico gerando hipertrofia das funções do estado cuja soberania é submetida “à crescente influência de poderosos atores econômicos nacionais e internacionais fazendo com que mandatos democráticos sejam subvertidos por mandatos de interesse minoritários mas muito poderosos” (SANTOS, 2013, p. 52).

No Espírito Santo, ruas e praças serviam de palcos políticos para as lutas dos servidores públicos estaduais. Unificados, os movimentos ocupavam a Cidade Alta, nas imediações do Palácio Anchieta e do antigo prédio da Assembleia Legislativa.



FOTOS: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

Mesmo em governos considerados mais progressistas como o de Luiz Ignácio Lula da Silva e o de Dilma Rousseff, a partir dos anos 2000, a questão ambiental continuou submetida a um programa de desenvolvimento predatório com a cobertura socioambiental passando, por sua vez, por cerceamento e controle ditados por regras submetidas ao princípio do mercado como discutiu o Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado no Acre, em 2012.

No geral, os meios de comunicação contribuem para disseminar a ideia de crescimento econômico contínuo e de progresso infinito (SANTOS, 2007, 2008),

dificultando compreensões sobre a natureza como ambiente sistêmico (FENAJ, 2012; NOVAES, 2002) e repercutindo premissas de um modelo de civilização injusto e predatório baseado em práticas insustentáveis de desenvolvimento.

Grupos de mídia criam inúmeros impedimentos à informação democrática, priorizam negócios e defendem um modelo marcado por exclusão e injustiça socioambiental reproduzindo o paradigma do desenvolvimento medido pela ideia de crescimento econômico contínuo, assumindo, desse modo, a dimensão que Santos (2007) denomina de razão proléptica por imaginar o progresso infinito, assim como imagina um futuro infinito. É um modo de conhecer a vida que produz uma espantosa e discrepante distância entre nosso futuro individual e o da sociedade porque nos faz cuidar apenas de nós, nos importando pouco com a natureza e com o futuro e com a saúde do planeta.

2.2 PRODUÇÕES NARRATIVAS NA COBERTURA DE EVENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Em termos oficiais, a discussão globalizada sobre a questão ambiental ganhou novo palco na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente⁴², popularmente denominada Rio+20, que debateu, novamente, o conceito de desenvolvimento sustentável⁴³ e o princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, criado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992. O documento final recomendou à Organização das Nações Unidas (ONU) que atuasse em cooperação com organizações internacionais na aplicação de políticas de desenvolvimento sustentável e que os países mais ricos

⁴² Reuniu representantes de cento e oitenta e oito países no Rio de Janeiro, em 2012.

⁴³ Em paralelo à conferência, governos e empresas de diferentes países, agências da ONU e órgãos dos poderes Legislativo e Judiciário apresentaram programas e projetos sobre desenvolvimento sustentável e práticas sustentáveis. A prefeitura de Vitória fez debates preparatórios e discutiu propostas, incluídas na **Carta de Vitória pelo Desenvolvimento Sustentável para a Rio+20**, contemplando a democratização dos espaços de gestão ambiental e a criação de um fundo destinado a custear pesquisas, atividades de extensão e ações para adaptação das cidades ao cenário socioambiental e econômico decorrente das mudanças climáticas.

investissem mais no desenvolvimento sustentável por terem degradado mais o meio ambiente durante séculos⁴⁴.

Além disto, a Rio+20 considerou a pobreza o maior desafio global e destacou o viés econômico em relação ao crescimento de renda e de emprego fazendo referências específicas à redução de emissão de carbono, à poluição, à ampliação da eficiência energética e à prevenção de perdas de biodiversidade e do ecossistema (BARBOSA, CARVALHO, 2012). Não faltaram, também, divergências sobre as decisões envolvendo ambientalistas e setores da sociedade civil que assinaram uma carta endereçada aos governantes, intitulada “A Rio+20 que não queremos” e na qual criticaram, como frágil e genérica, a agenda das futuras negociações diante da importância e da urgência dos temas abordados.

A carta diz ainda que a Rio+20 passará para a história como uma conferência das Nações Unidas que ofereceu à sociedade mundial um texto marcado por “graves omissões que comprometem a preservação e a capacidade de recuperação socioambiental do planeta, bem como a garantia, às atuais e futuras gerações, de direitos humanos adquiridos” (BARBOSA, CARVALHO, 2012, p. 3).

Reunidos na Cúpula dos Povos, em paralelo à conferência, movimentos sociais deram um tom especial às discussões alertando para o momento considerado grave diante de devastações ambientais, mudanças climáticas, fome e miséria, questões que mostram a urgência de novos modos de habitar o planeta e de lidar com os recursos naturais construindo sociedades democráticas. Na perspectiva da educação ambiental e nos contextos de comunidades interpretativas (SANTOS, 2001b), os movimentos revelam espaços de participação e solidariedade enquanto um conceito polissêmico (TRISTÃO, 2005) que envolve cidadania, ética e justiça por meio da diversidade de culturas e de indivíduos e de suas insurgências contra um modelo excludente e predatório contrapondo-se a imaginários sociais impregnados pela lógica do desenvolvimento predatório desafiador a práticas sustentáveis.

⁴⁴ BARBOSA, D. CARVALHO, E. **Rio+20 aprova texto sem definir objetivos de sustentabilidade.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/rio20-termina-sem-definir-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel.html>>. Acesso em: 09 set. 2012.

A cúpula mostrou que a humanidade da era planetária vive um tecido de interações, princípio assumido também pela educação ambiental em sua defesa de cidadania, ética, justiça e educação popular e de responsabilidade com o futuro, respeito ao outro, seja o humano, o grupo social ou a natureza.



FOTOS: Fátima Côgo

ARTE: Rubem Côgo

Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro, em 2012, reunindo movimentos sociais.

Durante a Cúpula dos Povos e o Fórum Humanidades, realizados em paralelo à conferência, Santos se reportou a ameaças ao planeta e à humanidade dizendo que

são decorrentes de ações bem mais amplas do que a crise climática estando relacionadas ao grande poder que as corporações alcançaram para se apropriar da riqueza coletiva e gerar uma crise de desigualdades. Defendeu outras práticas e experiências sobre gestão de cidades observando que a força política dos cidadãos é essencial para potencializar ações e compromissos em causas ambientais que promovam a sustentabilidade.

Santos disse acreditar que esforços para energias limpas serão inúteis se as sociedades não evoluírem para novas formas de produção e de consumo detectando a exploração de mão de obra e escolhendo entre o que irão consumir ou não. Questionando o pensamento sobre o desenvolvimento sustentável nos temas propostos pela conferência argumentou que alternativas para a sustentabilidade do planeta estão em incentivar economias pela lógica da solidariedade, justiça socioambiental e justiça social. Ecologia no lugar da produtividade e economia popular e solidária no lugar da ganância e do lucro.

Não há cidade sustentável sem desenvolvimento sustentável e não há desenvolvimento sustentável enquanto o entendimento global favorecer a obsessão pelo crescimento infinito e um consumo insustentável em que só aumentam os graus de desigualdade social (SANTOS, 2012).

Em palestras realizadas em paralelo à conferência, o filósofo Edgar Morin ⁴⁵ criticou o discurso da Rio+20, que considerou distante da crítica e da reflexão e arguiu o modelo de desenvolvimento que agrava o aquecimento global, provoca o esgotamento de recursos naturais e destrói comunidades tradicionais e suas culturas em processos que atribuiu ao egocentrismo que produziu um enorme contingente de pessoas vivendo em condições de miséria.

Ao refletir sobre a cultura científica que mostra o objeto como isolável e manipulável e o sujeito como desconhecido e estranho, Morin argumentou em favor do pensamento complexo e da reflexão ética fundados no princípio da responsabilidade com o futuro e no respeito ao outro e à natureza e constituídos em torno de uma epistemologia aberta como lugar de incerteza e de diálogo. Defendeu a integração de culturas e a interconexão de saberes como forma de rever a fragmentação das

⁴⁵ Na Cúpula dos Povos e no debate citado *A Terra está inquieta*.

áreas de conhecimento produzida pelo pensamento padronizado em base científica que traz dificuldades para a contextualização da questão ambiental.

Jornalistas de todo o mundo fizeram a cobertura tanto da conferência quanto da Cúpula os Povos registrando-se em termos locais e nacionais, segundo analisaram os convidados desta tese, tentativas de eliminar a transversalidade entre as áreas econômica, política e sociocultural e de descaracterizar o lado político dos eventos. Produziu-se uma cobertura que impediu a possibilidade de reflexão e limitou compreensões sobre a abrangência da problemática ambiental (BUENO, 2007, 2011) deixando de lado a contextualização entre as propostas da conferência e os acontecimentos locais.

Na Rádio Espírito Santo, como observou Danilo Souza, faltou “um olhar mais local que pudesse aproximar o público capixaba da conferência”. Thelmo Scarpine avaliou que os telejornais locais também evitaram correlacionar questões apontadas pela conferência a aspectos importantes no cotidiano da região metropolitana da Grande Vitória.

Faltaram discussões sobre questões cruciais para a qualidade de vida e a sustentabilidade, como, por exemplo, sobre a poluição atmosférica, doenças cardiorrespiratórias, desmatamento e desertificação, além da implantação de grandes projetos industriais que geram degradação ambiental e problemas sociais.

Ainda para Thelmo Scarpine, o telejornalismo nacional tratou o evento pelos aspectos turístico e cultural com a cobertura dando destaque a projetos ambientais de iniciativas públicas e privadas. Fabiano Mazzini, por sua vez, se referiu à atuação da TV Globo que, na opinião dele, tentou ofuscar a importância e o credenciamento político do evento e disse que o *Jornal Hoje* produziu um excelente material sobre roubo de madeira na Amazônia, resultado de uma reportagem investigativa que durou meses e que teve o apoio do IBAMA e da Polícia Federal mas que foi apresentada de uma forma que descredenciava a conferência.

FABIANO MAZZINI: A denúncia motivou a entrada ‘ao vivo’ da ministra do meio ambiente para expor o diagnóstico do governo sobre o setor que, sabidamente, não é o mesmo dos grandes grupos de mídia. Seria tudo em

nome do bom jornalismo não fosse a descontextualização daquela denúncia em relação à pauta da conferência (...) e do fato do telejornal ter assumido um protagonismo, ao lidar da questão ambiental, que me pareceu ofuscar a própria conferência e os interesses que estavam em jogo. Como se tentasse desacreditar o próprio encontro e o fato de os Estados Nacionais estarem sendo chamados a apresentar compromissos efetivos com a preservação do planeta sem estar legitimados para tal (pelo menos aos olhos das corporações privadas de mídia). É o efeito do protagonismo que a meu ver é predatório em relação à cobertura que se espera de um jornalismo comprometido com o esclarecimento e a cidadania.

Enquanto minimiza a discussão política sobre adversidades em relação à apropriação econômica da natureza, a televisão privada despreza a diversidade de opiniões e de interesses da coletividade e ignora o pressuposto da informação como bem público e direito social. De maneira geral se observa nas notícias uma lógica distante das necessárias conexões entre as mensagens veiculadas e a importância de apontar o uso responsável da natureza e dos bens materiais submetidos à permanente degradação em nome de um modelo produtivista (SANTOS, 2001a)

A cada dia, o jornalismo enfrenta mais desafios na cobertura da temática socioambiental em função “dos interesses das empresas de comunicação que adotam posições francamente favoráveis aos grandes empreendimentos em curso” (FENAJ, 2012, p.12) o que pressupõe buscar transformações significativas sobre a concentração dos meios e dos conteúdos. Em relação ao exercício da profissão, na opinião de Fabiano Mazzini, é preciso debater a problemática socioambiental a partir de uma pauta que discuta conceitos, responsabilidades e desdobramentos “estabelecendo uma estratégia de cobertura para que as notícias cheguem até as pessoas de maneira criativa e amarrada”.

Considerando o controle da informação na mídia conservadora isto significa empreender uma luta sem trégua contra a produção de conteúdos que privilegiam a mercantilização da natureza, incentivam o consumo e ignoram a destruição e a degradação do meio ambiente, questões discutidas pela Cúpula dos Povos Frente à Mudança Climática, realizada no Peru, em dezembro 2014, quando os movimentos contestaram a ligação da mídia corporativa e do estado ao poder econômico e rejeitaram mecanismos de mercado como solução para a crise climática (MST,

2014)⁴⁶. A cúpula defendeu, também, a adoção de ações urgentes de preservação da biodiversidade global e apostou na justiça social e no fortalecimento das lutas e resistências contra o sistema capitalista, o racismo e a homofobia.



FOTO: Internet

Cúpula dos Povos Frente à Mudança Climática, Peru, 2014

Alertou para a privatização dos bens da natureza, para o aumento da exploração dos trabalhadores, para a repressão dos movimentos sociais e para a violência física e psicológica que se tornaram múltiplas formas da crescente militarização, controle territorial e criminalização das lutas dos povos.

⁴⁶ Foi realizada em paralelo à 20ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP20) que não chegou a conclusões sobre o corte de gases que geram efeito estufa, nem sobre a adaptação das nações a modelos de inovação industrial e de investimento em energias renováveis. **Cúpula dos Povos: luta continua para mudar o sistema, não apenas o clima.** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/12/17/cupula-dos-povos-luta-continua-para-mudar-o-sistema-nao- apenas-o-clima.html>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

3 'DONOS DA TELEVISÃO' CONTRA A PLURALIDADE DE VOZES

Enquanto fonte de informação, a televisão ocupa lugar privilegiado na sociedade brasileira muito embora seja, também, território altamente contestado em função da concentração e do controle por parte dos seletos grupos familiares que dominam o setor. Sua produção cultural que atinge, ao mesmo tempo, o local e o global, é



FOTO: “Reciclagem”, de J. Pavani, Roraima
Exposição no 35º Congresso Nacional dos Jornalistas, Acre, 2012

articulada a estruturas de poder que, de modo geral, assumem e repercutem linguagens neoliberais, apostas no individualismo e a lógica da cultura do consumo (TRISTÃO, 2008; CARIDE, MEIRA, 2001; GAUDIANO, 2005). Desenvolvendo seu modus operandi com grande vocação para negócios (LIMA, 2001, 2003, 2004; BRITOS, BOLLAÑO, 2005;

FENAJ, 2014), a televisão privada defende, incontestemente, um modelo de desenvolvimento que gera pobreza e destruição da natureza.

A história registra casos peculiares da formação do sistema de televisão no Brasil apontando um crescimento diretamente associado a articulações com a ditadura civil-militar a quem serviu de ponte para o regime tentar controlar a sociedade por meio da censura à informação (BUCCI, 1977). Mais especificamente a partir dos anos 1980, novas tecnologias contribuíram para inúmeras mudanças organizacionais na informação impulsionando o espaço midiático e a formação e ampliação do setor de televisão em uma época de demarcação da radicalidade do capitalismo.

Foram tempos de ascensão de partidos conservadores na Europa e nos Estados Unidos e de sujeição férrea de diversos países a exigências do capitalismo

multinacional e às suas instituições de suporte, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (SANTOS, 2001), com entrada em cena da abertura neoliberal da economia e da consequente desregulamentação de gestão dos meios de comunicação.

Apesar da ampliação das redes radiofônicas, o setor ficou nas mãos de poucos grupos midiáticos privados⁴⁷ registrando-se, no Brasil, grande concentração por parte da Rede Globo que detem trezentos e quarenta veículos e é seguida pelo Sistema Brasileiro de Televisão, com cento e noventa e cinco; Record, com cento e quarenta e dois, Bandeirantes, com cento e sessenta e seis e a Rede TV, com oitenta e quatro⁴⁸. O sistema público é formado pela EBC (Empresa Brasileira de Comunicação), com noventa e cinco veículos associados e pela rede Cultura, com quarenta (DONOS DA MÍDIA, 2015)⁴⁹.

Historicamente, as grandes redes definiram associações com centenas de emissoras em um processo que envolve igrejas, estado, empresas privadas e políticos por meio de contratos que garantem a disseminação de conteúdos informativos em todo o país. A formação e a consequente concentração do sistema ocorreram por meio de um processo irregular (BUCCI, 1977; LOBATO, 2001) que permitiu aos ‘donos da mídia’ o registro de concessões em nome de pessoas diferentes de uma mesma família e que, desse modo, se tornaram sócias de empresas distintas. O caráter essencialmente privado dos meios permitiu ao empresário e jornalista Assis Chateaubriand formar os Diários Associados, primeiro império de comunicação no Brasil e sucedido pela Rede Globo.

⁴⁷ O processo é comum a toda América Latina com grandes grupos formados pela Televisa (México); Cisneros (Venezuela) e Clarín (Argentina). O Clarín controla 31% da circulação dos jornais, 40,5% da receita da TV aberta e 23,2% da TV paga. A Rede Globo responde por 16,2% da mídia impressa, 54% da TV aberta e 44% da TV paga. A Televisa e a TV Azteca formam um duopólio e acumulam 69% e 31,37% da TV aberta, respectivamente. MORAES, D. **Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo**. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/por-que-a-concentracao-monopolica-da-midia-e-a-negacao-do-pluralismo/>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

⁴⁸ Regionalmente se repetiu o modelo nacional com o Grupo Vitória se tornando proprietário de um canal de televisão e de duas rádios e o grupo Tribuna, de uma televisão e três rádios. A Rede Gazeta é formada por quatro emissoras de televisão, cinco rádios e dois jornais. A TV Bandeirantes tem um canal de televisão, enquanto o sistema RTV-ES é formado pela TV Educativa e pela rádio Espírito Santo (SINTERES, 2014).

⁴⁹ **As redes de TV: Donos da Mídia** Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/redes/tv>>. Acesso em: 20 maio 2015.

Em relação à concentração, Lima (2004) argumenta que um pressuposto para se falar da centralidade dos meios, sobretudo eletrônicos, é a existência do modelo nacional de redes formado na década de 1970, reconhecido pelo regime militar e aliados civis e que, em nome da segurança nacional e do mercado, criou as condições de infraestrutura indispensáveis à consolidação do sistema. Por um lado, o estado autoritário fez uso político dos meios valendo-se da censura e, por outro, angariou apoio explícito das principais redes eletrônicas (BUCCI, 1997), algumas formadas e consolidadas durante o próprio período militar, com destaque para a rede Globo, a maior do país⁵⁰.

Na contemporaneidade, segundo Lima (2004), a maioria das sociedades pode ser considerada centrada na mídia uma vez que a disseminação da informação e a construção do conhecimento assumem papel crescente no processo de socialização e, em particular, da socialização política.

Uma comparação da importância histórica de diferentes instituições sociais no processo de socialização revelará que, nos últimos trinta anos, a família, as igrejas, a escola e os grupos de amigos vêm crescentemente perdendo espaço para a mídia. Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito), etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado. A política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que define o que é público no mundo contemporâneo (LIMA, 2004, p. 51).

No governo Fernando Henrique Cardoso o processo de ampliação do setor incluiu a implantação da televisão a cabo e inaugurou a concessão de novos canais para

⁵⁰ É notória a aliança entre a rede Globo e o regime militar a quem serviu e de quem obteve regalias diversas. Conforme Herz, o crescimento da empresa no início da década de 1960 ocorreu em meio a negócios com o grupo americano *Time Life Broadcast International* e permitiu a modernização, ampliação da estrutura, aquisição de equipamentos de transmissão, obras e treinamento técnico especializado dentre outras ações administrativas e comerciais. Os contratos firmados com o grupo *Time-Life* violaram a constituição brasileira e resultaram numa CPI que não foi muito longe e não chegou a resultados concretos. HERZ, D. **A História Secreta da Rede Globo**. Disponível em: <<http://www.danielherz.com.br/node/166>> Acesso em: 08 out. 2013.

poderes públicos e para universidades⁵¹ mas manteve favorecimentos a detentores de empresa de televisão aberta, como a Rede Globo, que obteve vários canais fechados.

As regras seguiram inalteradas nos dois mandatos presidenciais de Luiz Ignácio Lula da Silva (2003-2011) e no primeiro de Dilma Rousseff (2011-2015) que não colocaram em pauta a regulamentação de artigos constitucionais impeditivos de práticas de concentração dos meios.

A legislação do setor ainda não foi uniformizada. Se, por um lado, a Constituição brasileira reza, desde 1988, que os “meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (Parágrafo 5º do Artigo 220), normas legais mais recentes, como a Lei da TV a Cabo, a Lei Mínima e a Lei Geral de Telecomunicações, por intenção expressa do legislador, não incluíram dispositivos diretos que limitassem ou controlassem a concentração de propriedade (LIMA, 2001, p. 97)

Desse modo, a televisão comercial segue livre para promover uma produção que guarda estreita proximidade com conveniências corporativas fixadas em estratégias destinadas à maximização de lucros buscando a formação cultural de plateias voltadas ao consumo de ideias e de bens simbólicos e materiais (CANCLINI, 2009; BARBERO, 2008). Associada a um sistema de mídia que pratica regras do mercado, faz apologia ao estado mínimo e mercantiliza relações sociais diante do fortalecimento sem precedentes da cultura de massas e da celebração de estilos de vida individualistas, privatistas e consumistas (SANTOS, 2001a).

Opta pela disparidade entre o alto volume de produtos culturais importados e a baixa produção audiovisual nacional constituindo-se em um espaço integrado ao mercado local-global, produzindo e comercializando bens culturais e simbólicos (BARBERO, 2008) inseridos na racionalidade do capitalismo em busca de novos mercados e de maximização de lucros (CANCLINI, 2009).

⁵¹ As televisões universitárias implantadas pela lei da TV a Cabo poderiam ser possibilidades de diversidade de conteúdos, todavia, enfrentam baixo investimento. A TV Faesa, uma das mais produtivas no início de suas atividades nos anos 2000, saiu do sistema de televisão a cabo e concentra sua produção na internet mantendo, atualmente, dois programas veiculados pela TV Educativa. A TV UFES, ligada à Universidade Federal do Espírito Santo, ficou anos funcionando precariamente e só recentemente voltou a incrementar a produção.

Um panorama intensificado com as novas tecnologias da informação que permitiram a convergência mundial das mídias e jogaram por terra os sistemas domésticos em seus países de origem.

No cenário da globalização contemporânea a consequência mais evidente da convergência no setor de comunicações é a enorme e sem precedentes concentração da propriedade que provoca a consolidação e a emergência de um reduzido número de megaempresas mundiais (...) envolvendo Estados Nacionais, bancos, grandes empreiteiras e empresas transnacionais privadas, estatais e mistas (LIMA, 2001, p. 93).

Assim, se em seu início era um meio de negócios ainda incipiente, a televisão passou a ocupar lugar estratégico no mercado, associada a um universo discursivo de produção e de circulação de mensagens que não pode ser pensado em separado da dimensão da cultura.

Nos processos de transformação que atravessam nossa sociedade (...) se dão as mudanças de desterritorialização, realocação das identidades, hibridização da ciência e da arte, das literaturas escritas e das audiovisuais, reorganização dos saberes e do mapa de ofícios a partir dos fluxos e redes por onde hoje se movimenta não só a informação mas, também, o trabalho, o intercâmbio e a experiência posta em comum em projetos de pesquisas científicas e de experimentações estéticas (BARBERO, 2000, p.107).

Fortemente vinculada ao poder do mercado, a televisão exerce ingerência na vida política nacional sempre gravitando em torno de governos, apoiando ou fazendo oposição de acordo com conveniências e interesses e se manifestando na vida político-partidária com seus dirigentes se colocando como atores da história política do país. Na história recente, a “partidarização,” notadamente pela TV Globo, confere papéis peculiares a seu jornalismo como se viu nas eleições à presidência da República, em 1989, quando apoiou explicitamente o candidato Fernando Collor de Mello e se colocou contra a candidatura Luiz Ignácio Lula da Silva⁵².

Nos anos 1990, incentivou o crescimento econômico pela via do setor privado e defendeu o programa de privatizações do governo Fernando Henrique Cardoso

⁵² A eleição de Fernando Collor de Mello para presidente da República ocorreu em meio ao discurso neoliberal celebrado pela Rede Globo como “limpeza” no serviço público e combate à corrupção.

usando intenso discurso neoliberal contra o serviço público e tentando descredenciar ações de grupos e de movimentos sociais contrários a privatizações de empresas públicas e incentivando o crescimento econômico pelas vias do setor privado.

Mais tarde adotou posição contrária à nova candidatura de Luiz Ignácio Lula da Silva (LIMA, 2001) e, em 2012, supervalorizou a cobertura do julgamento do *mensalão*, escândalo de corrupção, que envolveu políticos petistas e de outros partidos. Nas eleições de 2014 à presidência da República deixou muito claras suas preferências pelo candidato Aécio Neves (PSDB) continuando a assumir conhecidas posições político-partidárias em relação à disputa pelo poder e indo muito além de seu efetivo papel enquanto meio de comunicação que é informar à sociedade de forma plural e democrática.

Os meios, invariavelmente, assumem uma lógica politicamente antidemocrática, segundo avalia o presidente da FENAJ, Celso Schröder.

Temos que entender que não é legítimo um meio de comunicação, principalmente uma concessão pública, se comportar como um partido político, que é, afinal, por natureza, uma parte da sociedade, e não, portanto, todo o público. O grande desafio é enfrentar uma história de meios de comunicação autoritários e partidarizados sem reproduzir esta lógica (SCHRÖDER, 2010, p. 3).

Há pouco tempo, inclusive, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) disse que empresas de comunicação ocupam lugar de oposição porque os partidos de oposição são fracos⁵³ reafirmando, desse modo, a contraposição histórica a governos de esquerda, o que não se constitui uma novidade, considerando-se as alianças com a ditadura civil-militar e, como é notório, o papel que os meios conservadores protagonizaram no golpe contra o presidente João Goulart, em 1964.

Em sua argumentação sobre ações da mídia contra a credibilidade da democracia, Lima (2013) diz que o *system blame*, literalmente, "culpar o sistema", se traduz por

⁵³ No governo do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, a grande mídia e, em especial a TV Globo, encampou uma campanha de desestabilização nos dois mandatos presidenciais. Ação semelhante ocorreu na campanha eleitoral de 2014, desta vez, contra a presidente Dilma Rousseff que concorria a um novo mandato e o que prosseguiu no primeiro ano do segundo governo, a partir de 2015.

avaliações negativas do regime democrático responsabilizando-o, de qualquer jeito, por uma situação a partir de um teor exclusivamente denunciatório.

A cultura política que vem sendo construída e consolidada no Brasil, pelo menos desde que a televisão se transformou em “mídia de massa” hegemônica, tem sido de desqualificação permanente da política e dos políticos. (...) Não se pode ignorar os riscos potenciais para o regime democrático da prevalência dessa cultura política. A contribuição insidiosa da mídia para o incremento do *system blame* é apontada como um dos obstáculos à consolidação democrática (LIMA, 2013, p. 3).

É, portanto, em um cenário de disputas e de conflitos que a problemática socioambiental irá ter mais ou menos destaque, dependendo da importância que for atribuída pelas empresas de comunicação e por seus departamentos de jornalismo, e seguir uma lógica submetida a interesses políticos, culturais e econômicos, individuais e de grupos que podem produzir entraves, priorizar temas e dar maior ou menor dimensão aos fatos.

Se o regime militar censurava as notícias enquanto levava adiante um programa de desenvolvimento predatório, hoje, o direcionamento na informação segue uma lógica demarcada por propósitos e ações que, observou Fabiano Mazzini, transformaram o mercado em um ente maior e mais importante que o poder público. Define, inclusive, quem tem credibilidade ou não.

Hoje, o ‘mercado’ (assim mesmo, como sujeito indefinido, de paradeiro incerto e não conhecido) é uma fonte mais credível que o próprio agente público ou ocupante de cargo público. Se for cargo eletivo, nem se fala. No meu entender, no seu exercício do poder, a mídia também define quem deve ter legitimidade ou não, quem é credível ou não. Um caso exemplar do ponto de vista do jornalismo brasileiro ocorreu por volta de 2007 quando os meios de comunicação usaram de alarmismo em relação a uma notícia sobre epidemia de febre amarela no país e que a própria mídia criou. Os casos eram referentes ao contágio no meio rural, sem desenvolvimento da doença em áreas urbanas. Optou-se pela escalada dos casos, todos originados na área rural, sem esclarecer quais os critérios recomendados para a vacinação, o que levou as pessoas na cidade à busca de vacina sem necessidade. Houve filas e desespero decorrente da ausência de doses de vacina para todos. No meio do alarmismo, uma surpresa: a palavra do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, no sentido de descartar a epidemia, foi desacreditada e colocada em suspeição por vários órgãos de imprensa.

A propósito da discussão sobre o mercado, Canclini registra que se trata de uma lógica organizadora de interações sociais e que, mais do que um lugar social, “é um modo de organizar a circulação de bens, mensagens, serviços e mercadorias e que tende, na atualidade, a reduzir as interações sociais ao seu valor econômico de troca” (2009, p. 137). A partir dessa compreensão pode-se argumentar que a cobertura socioambiental fica situada, ou quase sitiada, em um campo de forças antagônicas constituído no conflituoso espaço de interesses em torno da acumulação de bens materiais revelando disputas no âmbito da sociedade civil em torno de relações socioeconômicas e político-culturais que demarcam o lugar da televisão brasileira na cena contemporânea.

Nas mãos do setor privado, a televisão é lugar de discursos voltados basicamente para negócios que eliminam a diversidade de ideias e a inserção de novos atores sociais.

Nas comunicações, poucos proprietários, além de significar menos concorrência, também significa menos diversidade de conteúdo ou a possibilidade de restrições explícitas ou implícitas, diretas ou indiretas à livre manifestação do pensamento (...). Numa sociedade com pluralidade de proprietários e diversidade de conteúdo, na mídia estariam asseguradas as condições indispensáveis para que se constitua uma opinião pública livre e autônoma através do debate de ideias (LIMA, 2003, p 7).

Como discutem Lima (2001, 2007) e Britto e Bollaño (2005), a televisão deve ser pensada enquanto uma arena eletrônica inserida em contextos que podem ser entendidos a partir das finalidades comerciais ou sociais configuradas pelos princípios que regem a criação dos sistemas privado, público e estatal. De forma bem simples se pode dizer que as emissoras públicas e estatais estão impossibilitadas de se dedicar especialmente a negócios enquanto as comerciais têm ampla liberdade em seus vínculos com o mercado.

Outra diferença está no modelo de produção e de circulação de conteúdos pois, enquanto as públicas buscam horizontalização em suas parcerias abrindo espaços à produção regional, as comerciais têm uma programação muito controlada e emitida das geradoras para as afiliadas o que gera hipertrofia e verticalização no sistema como um todo (FENAJ, 2014). Impõem uma pauta restrita, concentrada em entretenimento, esportes, novelas e jornalismo, praticamente um padrão nas

emissoras privadas, organizadas em torno de uma linha editorial rígida e com baixa relação de troca. É raro haver participação das emissoras locais na programação nacional a não ser em caso de tragédias ou de interesses das matrizes.

A rede privada interpõe-se, também, à construção e à consolidação da rede pública como se viu em relação à rede Brasil, alvo de muitas críticas desde sua criação em 2008, sob o argumento de baixa audiência e o que não é, de fato, sua principal finalidade. Apesar das críticas observa-se na TV Brasil⁵⁴ a veiculação de programas semanais com conteúdos socioambientais destinados a diversas faixas de público e viabilizados por parcerias que permitem à TV Educativa local exibir nacionalmente os programas *ES Rural* e *TV e Ciência*.

Horizontalização e parceria são princípios também da TV Cultura, de São Paulo, que divulgou nacionalmente, entre os anos 1980 e 2000, diversas reportagens produzidas pela TV Educativa local. Além disto, anos atrás, a emissora paulista viabilizou o projeto denominado jornalismo-cidadão que ampliava a participação da sociedade no telejornalismo por meio de críticas e de sugestões mas, atualmente, passa por uma política de desmantelamento a partir da concepção neoliberal de governos contrários à presença do estado na comunicação.

A programação ambiental no setor público representa um significativo diferencial em relação ao sistema privado onde praticamente não se discute a problemática. As redes nacionais Bandeirantes, Record, SBT e Rede TV dedicam espaços mínimos à questão registrando-se inserção um pouco maior na TV Globo que apresenta o *Globo Ecologia*, *Globo Cidadania* e *Globo Rural* exibidos, no entanto, em horários pouco atraentes.

Há, também, de maneira geral, uma versão seletiva e discriminatória das demandas multiculturalistas que gera a exclusão de minorias, dos movimentos e de grupos sociais como negros, gays e indígenas, dentre outros, levando esta tese a argumentar que, pensar a informação enquanto desenvolvimento do potencial democrático e emancipatório (Santos, 2007), pressupõe uma radicalidade na leitura

⁵⁴ Apesar de ter se estabelecido em praticamente todo o país passa por redução de investimento conforme registrou reunião do Comitê de Rede, em julho de 2014, em Brasília.

do mundo que valorize o diálogo entre saberes e dê concretude a experiências de diversos grupos em seus processos de conhecimento e de subjetivações.

Em uma sociedade hipermidiatizada os sujeitos estão imersos em um cenário de informações que incidem cotidianamente na construção identitária que estabelecem com os outros e com o mundo e que, no caso da televisão, demarca uma imperativa centralidade midiática. Nesse lugar de domínio, a forte concentração de conteúdo atinge sobremodo a problemática socioambiental ao privilegiar interesses particulares esteados em negócios, ignorar a natureza como ambiente interligado e subjugar a polissemia de vozes que caracteriza os processos de socialização inscritos em redes de relações intersubjetivas. A televisão reproduz concepções marcadas por heranças da modernidade que desvalorizam a diversidade de experiências que envolvem os sujeitos e suas histórias.

O monopólio da comunicação e de conteúdo sobrevive em função da cessão do espaço de radiofrequência ao setor privado por parte do estado que não exige, em contrapartida, a garantia do efetivo direito das pessoas à comunicação, nem cobra o cumprimento de preceitos constitucionais voltados à pluralidade que é um dos fundamentos políticos da democracia e um esteio da convivência de múltiplas concepções de mundo (LIMA, 2003).

Faltam práticas efetivas de deveres por parte dos meios radiofônicos que avancem para além de reducionismos, seletividades e exclusões de grupos étnicos, sociais e políticos cujo direito à expressão está relegado a um horizonte ainda longínquo.

Mais que isto, a exploração comercial subverte a origem pública das concessões concorrendo para a produção de sentidos voltados à espetacularização do humano, à criminalização de movimentos sociais e à transformação da natureza em objeto de consumo por meio de conteúdos que formam uma verdadeira roda viva na medida em que as emissoras locais traduzem muito fidedignamente os padrões de suas matrizes. Produz-se um circuito de similaridades de abordagens que visam a consolidar um padrão único, uma única voz e um olhar único que tentam abafar a multiplicidade e o pluralismo.

Enquanto integrante de instrumentalização da cultura, a televisão produz efeitos de homogeneização (LIMA, 2001, 2004, 2013) que, dentre outros fatores, concorrem

para despolitizar a discussão sobre a problemática socioambiental. Busca sustentação em gêneros que proporcionem altos índices de audiência como telenovelas e *reality shows* e, como discute e problematiza esta tese, integra um novo tipo de espaço público que tem dentre seus principais propósitos produzir entretenimento voltado à venda de produtos culturais e simbólicos. Essa é uma perspectiva que está invadindo o espaço jornalístico no qual se insere, também, a aposta no jornalismo-espetáculo voltado à exploração de mazelas que depreciam o humano e negligenciam sentimentos de pertença, práticas socioambientais e o cuidado com a natureza.

3.1 EXCLUSÃO E SELETIVIDADE DE POTENCIAIS EMANCIPATÓRIOS NA INFORMAÇÃO DA TEVÊ

Moldada por uma programação contrária à horizontalidade da cultura e do conhecimento, a televisão privada alija de seu espaço grande parte da população produzindo ausências por meio de uma monocultura que tenta desacreditar a vasta experiência social (SANTOS, 2007), as relações interculturais e as diferentes formas de conhecimentos. Desse modo, revela falta de pluralidade e de democracia na produção e circulação de conteúdos como demonstra a pesquisa "A TV é loira e o país não é," realizada pela Fundação Perseu Abramo.

43% dos que assistem TV aberta não se identificam com o que veem nas telas. Outros 25% acham que são retratados negativamente. Em relação aos preconceitos há uma percepção de que as mulheres são quase sempre (19%) ou, às vezes, (47%) tratadas com desrespeito, assim como ocorre com os nordestinos- às vezes (44%) ou quase sempre (19%) - e a população negra, 49% e 17%, às vezes e quase sempre, respectivamente. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2014, p.1).

Na medida em que elimina o que não considera importante, exclui de sua tela, em consequência, a efetiva potencialidade de saberes e constrói, além de um monopólio de propriedade, um monopólio geográfico que impõe uma estética empobrecedora para a cultura nacional (FENAJ, 2010). Aproximando esta perspectiva do pensamento de Santos (2008) pode se argumentar que a televisão promove

desperdício de experiências na medida em que não reconhece o que está fora de sua razão e faz uma classificação social que “consiste na monocultura da naturalização das diferenças” (2008, p. 103) caracterizada pela falta de valorização das demais expressões de cultura. As narrativas expõem a fratura das desigualdades de forma estereotipada usando recursos simbólicos associados a repertórios muito distantes do sentido da aprendizagem das diferenças.

Aqui a hierarquia não é causa das diferenças mas sua consequência porque os que são inferiores nestas classificações naturais o são “por natureza,” e por isso, a hierarquia é uma consequência de sua inferioridade; desse modo se naturalizam as diferenças. Essa é outra característica da racionalidade preguiçosa ocidental: não sabe pensar diferenças com igualdade; as diferenças são sempre desiguais (SANTOS, 2007, p. 30).

Nessa linha de raciocínio se insere o preconceito contra diversos grupos sociais, a punição ao arrepio da lei, o desrespeito à presunção de inocência e a identificação de adolescentes em conflito com a lei sem acatar o tratamento à imagem, como é determinado, e que são questões diárias incentivadas pelos telejornais, como registrou Varjão (2015), a partir de análises sobre programas de televisão exibidos em dez capitais brasileiras. A pesquisa mostrou que os programas repercutem um cotidiano marcado pela incitação à violência como registra o trecho de reportagem do *Brasil Urgente*, da Band, sobre o caso de um ladrão que teve o corpo queimado.

(...) é por isso que a sociedade, cada vez mais, vendo que não existe lei para ela, começa a ter essas reações... se não melhorarem as leis, eu falo até cansar, se não melhorarem as leis, o povo vai fazer justiça com as próprias mãos” (*Programa Brasil Urgente*, Band, 21/02/2014. VARJÃO, 2015, p. 49).

São inúmeros os exemplos como foi apresentado, também, pelo programa *Cidade 190*, da TV Cidade, de Fortaleza, que veiculou durante dezessete minutos, cenas de estupro cometido contra uma criança de nove anos (VARJÃO, 2015). Outro caso de repercussão nacional foram os comentários homofóbicos e racistas da jornalista e apresentadora Rachel Sherazade, do Jornal do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), que provocaram as mais diferentes repercussões, em fevereiro de 2014, quando ela corroborou o castigo e a humilhação impingidos publicamente a um

jovem negro e pobre acorrentado nu a um poste no Rio de Janeiro, acusado de um suposto crime.

Tanto o comentário quanto a humilhação renderam protestos nas redes sociais, repercussões na mídia em geral e manifestações de muitos jornalistas que repudiaram a atitude e o uso dos meios de comunicação e de programas jornalísticos para difundir opiniões pessoais preconceituosas, racistas, homofóbicas e de apologia à violência.

Apesar de condenada por inúmeras normativas nacionais e por diferentes tratados internacionais ratificados pelo Brasil, esse tipo de abordagem tem sido cada vez mais recorrente na televisão brasileira, como registrou ainda Varjão (2015), observando-se, também, a prática frequente em emissoras regionais que veiculam os programas das matrizes e fazem suas próprias produções.



Repercutem a violência simbólica característica do gênero e reproduzem diferenças sociais promovidas pelo sistema de desigualdades situado em torno de aspectos culturais (HALL, 2003) e de distinções genéticas e biológicas que reforçam o preconceito e o racismo que muito frequentemente atingem grupos sociais submetidos a um profundo desrespeito a suas vidas, a seu pensamento e à sua imagem.

Para verificar se esses componentes estavam presentes nos telejornais locais analisei notícias apresentadas no *Tribuna Notícias 1ª Edição*, *Tribuna Notícias 2ª Edição* (Rede Tribuna), *ES no Ar* (Rede Vitória) e *Jornal Capixaba* (TV Capixaba) que dedicam considerável espaço à cobertura da violência e estudei, também, como trabalham a contextualização, a pluralidade e a construção do conhecimento a partir de perspectivas multiculturalistas da educação ambiental e do jornalismo progressista.

Logo de início pude observar grande relevância do tema já que de um total de oitocentos e quarenta notícias gravadas como instrumento de análise da tese,

duzentas e quarenta e seis abordaram a violência social suplantando temas em torno de política e economia que vão rapidamente desaparecendo dos noticiários. Não deixa de ser um número expressivo a se considerar, ainda, que são referentes apenas aos telejornais diários das emissoras comerciais já que os programas semanais e a TV Educativa não tratam da temática.

O lado altamente negativo é que, tanto local quando nacionalmente, as notícias reforçam estereótipos que pressupõem a cultura da preservação da ordem e confirmam diferenças históricas promovidas pelo sistema de exclusões em sua frequente violação de direitos. Denotam, também, violação à lei e o predomínio de lógicas excludentes produzidas em torno de uma economia política baseada em ações rotinizadas, repetitivas e conformistas que legitimam e naturalizam a violência.

O espaço destinado às notícias policiais é tão significativo que, não raro, são divulgadas ações por meio de notas reducionistas e descontextualizadas, configurando simples estatísticas como se viu no *Jornal Capixaba* de 28/02/2014 sobre uma operação realizada no norte do estado, registrando que mais de setenta pessoas, incluindo quinze adolescentes, haviam sido detidas portando armas, munição, drogas, dinheiro e produtos falsificados. A impressão é que o telejornal necessitava de um registro policial e que a detenção de tantas pessoas justificava a notícia⁵⁵.

Outra característica é que os programas funcionam como verdadeiros tribunais eletrônicos apresentando as pessoas suspeitas de forma muito semelhante e usando uma lógica baseada na exclusão que interfere prejudicialmente na discussão sobre a violência enquanto problema social grave. É uma ação que atinge diversos grupos sociais, a quem se tenta tirar o direito à voz, muito embora sejam cotidianamente julgados e condenados em uma abordagem marcada por falta de contextualização e por conteúdos sensacionalistas e superficiais. Os discursos, muitas vezes, reacionários, envolvem questões polêmicas como pude verificar em reportagem veiculada pela TV Tribuna sobre a redução da maioridade penal diante de um possível envolvimento de menores com o tráfico de drogas. Sem qualquer

⁵⁵ Abordagem semelhante foi feita pelo telejornal *Tribuna Notícias 1ª Edição*, de 16/11/2013, sobre a detenção de dois homens em Cachoeiro de Itapemirim acusados de assalto a uma mercearia e que fugiram “levando quase 5 mil reais”.

contextualização, a notícia abriu espaço para o delegado entrevistado questionar a legislação.

DELEGADO WELLINGTON LUGÃO: Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e, em uma súmula recente, a prática por si só do tráfico não conduz, no caso, à internação. Com base nessa súmula, os magistrados estão acolhendo e os delegados estão liberando os adolescentes. A verdade é essa. Então, ele pode ter dez, quinze passagens. Se for por tráfico ele vai ser liberado.

APRESENTADOR: Verdade difícil de engolir. Um absurdo. Quer dizer que fica por isso mesmo, falei no início do jornal que o Senado está discutindo a redução da maioridade penal. Vamos ver no que dá (*Tribuna Notícias*, 1ª Edição, TV Tribuna, 04/11/2013).

Tanto o delegado quanto o telejornal não fizeram nenhuma reflexão sobre o tráfico de drogas enquanto problema social grave e prestaram um enorme desserviço ao questionar e se contrapor ao Estatuto da Criança e do Adolescente, uma lei ainda de difícil assimilação. É interessante observar, confirmando análise de Varjão (2015), que os programas telejornalísticos regionais reproduzem versões nacionais, não promovem reflexões sobre a violência urbana cotidiana e fazem opção pelo julgamento e condenação, uma questão assumida tanto por repórteres quanto por apresentadores. Isso ficou muito claro na reportagem do telejornal *ES no Ar*, da TV Vitória, onde prevaleceram, ainda, o deboche e o desrespeito a dois presos suspeitos de assaltos em Vitória e em Cariacica.

EDUARDO SANTOS, apresentador: Vocês já repararam que todos eles são inocentes, ninguém comete crime nenhum? Todos eles, se a gente bobear se candidatam a papa e ganham. Vai sair aquela fumacinha branca na chaminé lá na praça de Roma, na praça São Pedro, porque é tudo santo meu irmão (...) Não tem um capeta nessa história, tudo santo, tudo candidato a papa. Se Francisco bobear esses caras tomam o lugar dele. Vão ser canonizados, beatificados e santificados (*ES no AR*, TV Vitória, 13/12/2013).

Outra questão frequente é a valorização da ação opressiva destacando-se narrativas de policiais que *acreditam na culpa dos suspeitos* e convidam a população para denunciar a violência através de um número telefônico. A meu ver, é uma tentativa de envolver a sociedade por meio de discursos que contribuem para promover sentidos muito questionáveis, como também avaliou Danilo Souza, ao dizer que nos

noticiários “os casos que causam mais comoção envolvem exatamente a participação da polícia”.

Seja em versões nacionais ou locais, os programas evitam reflexões sobre o quadro social da violência e da exclusão e são marcados por narrativas depreciativas que usam recorrentemente o deboche e o humor sensacionalista para insuflar o julgamento e a condenação de grupos sociais cotidianamente à margem da construção histórica. Também conhecida como humor de insulto, a depreciação é uma herança de programas policiais exibidos nos anos 1980, como *Ratinho Livre* (Record), *Aqui Agora* e *Cidade Alerta* (SBT), extintos, mas campeões de audiência em suas modalidades e que contribuíram para instaurar um estilo caracterizado, também, por encenações dramatizadas e espalhafatosas de apresentadores.

O gênero atravessou o espaço e o tempo por meio de produções narrativas altamente desrespeitosas que humilham, exploram a miséria e ignoram a via judicial como fórum legítimo de solução de conflitos.

Os delitos de condenação simbólica são configurados por um contexto de expressão de imaginários muito distantes das sensibilizações inseridas em cotidianidades de reconhecimento social (TRISTÃO, LACERDA, 2013) e da dimensão multicultural repercutindo domínios onde se fala sobre a sociedade, no entanto, não se está disposto a ouvi-la (NOVAES, 1989).

Minorias étnico-raciais e grupos discriminados socialmente são mostrados por um modo de conhecimento que contribui para agravar a naturalização das diferenças, o que se contrapõe, frontalmente, aos princípios defendidos pelo jornalismo progressista.

FABIANO MAZZINI: A ‘visão de mundo’ com a qual os telejornais trabalham é conservadora. Propaga, em uníssono, um discurso do ‘homem de bem’, cordial, pacato. Se você não se enquadra e comete deslizes vai merecer o rigor da punição pela violência e pela repressão. Sua desgraça vai ser registrada e apresentada na TV. Mas as maiores vítimas são os pobres, jovens, negros, moradores das periferias.

É, também, uma atitude contrária à perspectiva da justiça socioambiental defendida pela educação ambiental (CARIDE, MEIRA, 2001; GAUDIANO, 2005; TRISTÃO, LACERDA, 2013) no que se refere ao respeito ao diferente e o que pressupõe, no

contraponto, uma prática social e cultural crítica de resposta à visão hegemônica a partir de ações e de compromissos que permitam descobrir outros mundos além dos fabricados.

À destituição da cidadania no Brasil agregam-se as limitações que as condições socioambientais de vida colocam para o exercício pleno dos direitos adquiridos por grande parte das populações. Esses problemas e riscos atingem principalmente as classes populares, a população pobre e os excluídos como os negros e os indígenas. A degradação ambiental e a degradação social estão diretamente relacionadas porque os problemas ambientais e sociais são indissociáveis (TRISTÃO, LACERDA, 2013, p. 9).

Foi possível verificar a forte presença do conhecimento cognitivo-instrumental (SANTOS, 2007) fundado na contradição à compreensão do potencial reconhecimento do outro como igual. Além disso, os pressupostos do pensamento hegemônico presentes no telejornalismo, descontextualizando e fragmentando uma determinada realidade (CARIDE, MEIRA, 2001; SANTOS, 2008; TRISTÃO, 2005), desconsideram ainda que, em grande parte, a violência social é produzida pelo sistema socioeconômico injusto e discriminatório, um fato tornado irrelevante diante da busca audiência como observaram os convidados.

THELMO SCARPINE: Na busca irresponsável pela audiência, as TV's procuram imprimir às coberturas um tom mais ficcional e, portanto, mais dissociado da realidade e da seriedade que o assunto merece.

DANILO SOUZA: O exagero na visibilidade da violência é resultado da desenfreada busca pela audiência. A decisão desses "formadores de opinião" se baseia erroneamente no recorte de audiência. Não vejo necessidade de "nivelar por baixo" a produção jornalística.

Em um sentido oposto, o conhecimento emancipação aponta para o acolhimento de subjetividades individuais e coletivas e para o respeito às diferenças e acena com perspectivas assumidas pela ecologia dos saberes em direção a ações rebeldes e a práticas alternativas que reconheçam a diversidade, a pluralidade e o uso contra-hegemônico da ciência hegemônica.

Ou seja, a possibilidade de que a ciência entre não como uma monocultura mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes em que o saber

científico possa dialogar com o saber laico, como saber popular, com o saber dos indígenas, com o saber das populações urbanas marginais, com o saber camponês (...) e conhecer o que determinado conhecimento produz na realidade (SANTOS, 2007. p. 32-33).

As narrativas, como ainda registrou Varjão (2015), tanto violam a legislação quanto incitam a polícia e a população a desrespeitar preceitos legais e éticos e são marcadas por discursos de ódio, preconceito étnico, religioso, de condição socioeconômica, orientação sexual, violação ao direito ao silêncio, tortura psicológica e tratamento desumano e degradante, ignorando completamente o contexto de ausências do estado na consolidação de políticas públicas. Merecem atenção pelos discursos extremamente impactantes, pelas práticas de violação a direitos humanos e pela sensação de impunidade que aponta o caminho da violência, da intolerância, do arbítrio e do próprio crime como solução de problemas sociais graves.

3.1.1 A LUTA DOS GRUPOS SOCIAIS CONTRA A ORDEM COLONIALISTA E EXCLUDENTE

As denúncias a atitudes contrárias aos direitos humanos na mídia são bandeiras históricas dos movimentos e dos grupos sociais que passam, necessariamente, pela construção da democracia na informação diante do domínio cultural e do poder alcançado pelas corporações, como discute o documento *Direito Humano à Comunicação, Um Mundo, Muitas Vozes*, produzido pelo Encontro Nacional de Direitos Humanos. O documento trata de questões em torno da censura, monopólio e comercialização, questiona o domínio cultural e o poder alcançado pelas corporações transnacionais e nacionais de mídia⁵⁶ e defende o reconhecimento de que há práticas de racismo, sexismo, xenofobia, homofobia preconceito religioso e

⁵⁶ **Direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes.** Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/direito-humano-a-comunicacao-um-mundo-muitas-vozes/>> Acesso em: 12 jan. 2012.

outras formas de intolerância na cultura brasileira reproduzidas pela mídia e outras instituições.

Indica mudanças radicais no estatuto das comunicações, na publicidade e nos instrumentos de difusão e educação apontando a importância dos meios na



FOTO: Divulgação governo federal
Campanha Nacional contra o Racismo

construção de uma sociedade justa e igualitária sob o signo dos direitos humanos e da democracia. Em sua articulação, os grupos ligados aos direitos humanos em todo o país lutam contra o preconceito, a espetacularização dos fatos e o sensacionalismo. Nesse sentido, têm impetrado diversas ações contra os programas policiaiscos (VARJÃO, 2015) podendo-se citar, dentre elas, a denúncia contra o programa *Tarde Quente*, exibido pela Rede TV e apresentado pelo humorista João Kleber, que exibia pegadinhas e quadros expondo as pessoas a situações vexatórias, humilhando e

incitando a violência contra negros, mulheres, homossexuais, deficientes, indígenas, crianças e adolescentes.

Uma ação pública pediu suspensão do programa, direito de resposta, indenização por dano moral coletivo e cassação da emissora e resultou na retirada da Rede TV do ar até que entrasse em acordo com a justiça (VARJÃO, 2015). Outra ação, dessa vez, impetrada contra a TV Record pelo Instituto Nacional de Cultura e Tradição Afro-Brasileira, acusou a emissora de divulgar mensagens depreciando religiões de matriz africana nos programas evangélicos (INTERVOZES, 2007). Não são, todavia, ações simples, pois ao serem questionados e acionados, os programas recorrem ao falacioso argumento de que estão sendo censurados ou patrulhados. Estudos de movimentos ligados aos direitos humanos mostram a recorrência de um mapeamento discriminatório das notícias e argumentam que a descontextualização elimina questões estruturais em torno da violência, reduz a cobertura à ação de indivíduos maus e malvados, atingindo particularmente negros e mulatos, e contribui para produzir formas subjetivas que reforçam implicitamente o racismo e a exclusão

organizados em torno de práticas sociais e culturais e do sistema socioeconômico de exploração. Um episódio violento mostrado sem contextualização reforça estereótipos do processo social preconceituoso, racista, discriminatório e excludente muito presente na sociedade brasileira e que exige manifestações no sentido de consolidar e ampliar direitos sociais.

DANILO SOUZA: Considero fundamentais os questionamentos dos direitos humanos na medida em que podem reposicionar os holofotes da imprensa exigindo que os telejornais evitem julgamento precipitado e uso indiscriminado de adjetivos difamatórios.

FABIANO MAZZINI: Qualquer ação, por mais isolada que possa parecer, é importante. Acho também que o Ministério Público, em nome dos chamados interesses difusos e coletivos, tem um papel muito maior do que o apresentado até aqui.

A apresentação de uma realidade social grave e preocupante de forma preconceituosa, como analisa Thelmo Scarpine, representa mudanças ainda pouco significativas no cenário da informação, o que “demonstra uma cumplicidade muito grande, para não dizer, conivência da justiça com os grandes conglomerados de comunicação no país” requerendo ações mais amplas em termos políticos, jurídicos, de resistência e de luta. O viés autoritário e discriminatório vai muito além da condenação simbólica de diversos grupos sociais atingidos por mortes violentas provocadas por ações criminosas e pela omissão estatal diante do agravante da polícia agir em flagrante desrespeito aos direitos humanos (VALENTE, 2015) e matar, muitas vezes, com aval e respaldo do estado como denuncia a campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto sobre a violência contra o povo negro.

Apenas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, estudos da Anistia Internacional, realizados em 2011, mostraram que as polícias mataram muito mais do que em países onde existe pena de morte. Organismos e entidades dos direitos humanos denunciam, ainda, que há silêncio ou anuência dos governos já que o estado produz e permite uma realidade insustentável, o que levou países membros da Organização das Nações Unidas a recomendar a desmilitarização da polícia brasileira (SILVA, WALÊ, 2013). O Brasil é o único país do mundo, fora de uma ditadura e em um estado democrático, a ter segurança baseada na militarização

violenta, truculenta e responsável por execuções extrajudiciais cometidas por uma parcela significativa da corporação militar (RODRIGUES, 2014).

A luta pelos direitos humanos se insere no paradigma da igualdade enquanto luta pelo respeito à diferença e representa, em síntese, “que temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos trivializa” (SANTOS, 2013, p. 79), um fundamento do conhecimento emancipação em busca de superação das desigualdades e da exclusão promovidos por critérios socialmente dominantes. Mais do que isto, os grupos sociais buscam superar parâmetros de exclusão e assumem formas próprias de pertencimento contra preconceitos dominantes sexistas, racistas e colonialistas.

A luta contra a discriminação e exclusão deixou de ser uma luta pela integração e pela assimilação na cultura dominante nas instituições subsidiárias para passar a ser uma luta pelo reconhecimento da diferença, pela consequente transformação da cultura e das instituições, de modo a separar as diferenças (a respeitar) das hierarquias (a eliminar) que atavicamente lhe estavam referidas (SANTOS, 2013, p. 79).

A hierarquia e a exclusão, presentes na mídia e em sistemas sociais como a família, a escola, a igreja e o estado, criam dispositivos de normalização simplificadores e desqualificadores inscritos “em um processo histórico através do qual uma cultura, pela via de um discurso de verdade, cria o interdito” (SANTOS, 2008, p. 281). Em sentido contrário à produção e à reprodução de desigualdades, a ecologia do reconhecimento propõe alternativas e novas subjetividades que ajudem a descolonizar as mentes, ver a diversidade sem relativismos e captar experiências presentes em todos os grupos sociais que dão sentido a um mundo que não tem um sentido único, pois é um sentido de todos nós.

A minha análise destaca algum potencial emancipatório da cultura social e política de grupos sociais cuja vida cotidiana é intensificada pela necessidade de transformar estratégias de sobrevivência em fontes de inovação, de criatividade, de transgressão e subversão (SANTOS, 2008, p. 193-194).

Essas transformações convergem para o imbricamento de noções culturais em seus diferentes modos de sobrevivência e são inerentes ao pensamento da educação

ambiental em sua busca de emancipação social como aposta ética na superação de conflitos e de respostas identificadas com novas compreensões de solidariedade e de direitos humanos (TRISTÃO, LACERDA, 2013). Como argumenta a sociologia das ausências, é preciso tornar presentes outras realidades que valorizem a riqueza cultural dando novo sentido ao que é considerado não existente em seu modo de ver o conhecimento como um processo social ativo.

A sociologia das ausências visa revelar as experiências, iniciativas e concepções que tenham sido eficazmente suprimidas enquanto expressão de necessidade ou aspirações emancipatórias (...) desvelar que essa impossibilidade é o resultado de políticas hegemônicas no sentido de suprimir, inviabilizar ou desacreditar tais ligações ou articulações (SANTOS, 2008, p. 197).

Em sua ação transformadora e multicultural, a educação ambiental repercute a ideia ecológica de mundo (TRISTÃO, 2008; CARIDE, MEIRA, 2001; GAUDIANO, 2005) inserida na busca de alternativas a processos hegemônicos, colocando-se contrária à monocultura de saberes (SANTOS, 2008) e procurando construir pontes filosóficas que abriguem a diversidade de pensamentos e de ações. Assume o conhecimento que reconhece diferentes realidades e saberes e acolhe a pluralidade de culturas onde valores humanos não se reduzam apenas a valores científicos ou tecnológicos mas promovam sensibilizações inseridas em cotidianidades de reconhecimento social, de constituição e de expressão de imaginários que implicam na valorização de narrativas emancipatórias (TRISTÃO, 2005, 2008).

Propõe um debate político voltado a intervenções transformadoras e a novos valores éticos em substituição ao tecnicismo predominante e assume o conhecimento emancipação (SANTOS, 2001a, 2007) como possibilidade de mudanças e de formação do pensamento crítico. Nesse cenário, Tristão e Lacerda (2013) se reportam ao Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, proposto pelo Fórum Global de Organizações Não-Governamentais, que aponta a necessidade da educação ambiental se valer de estratégias democráticas e da interação entre as culturas para estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos. Por sua vez, os movimentos sociais e sindicais desenvolvem ações e campanhas permanentes

inseridas em potenciais emancipatórios registrando-se, no jornalismo progressista, a formação de Comissões Nacionais pela Igualdade Racial (COJIRA) que lutam contra a violência, o racismo e a mortalidade da população negra.

Conforme discutido em seminário realizado em Vitória, em setembro de 2014, durante lançamento da representação regional⁵⁷ da COJIRA, é urgente fortalecer ações em torno da mídia alternativa e negra que deve ter acesso a recursos públicos para garantir outras imagens de sua existência e de suas reivindicações. As comissões defendem o fim da violência policial contra a população negra bem como a promoção de ações que façam cessar a exposição de jovens suspeitos e de corpos dilacerados como acontece reiteradamente na mídia corporativa.

3.2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE À CULTURA DO CONSUMO NA TELEVISÃO

A produção, circulação e consumo de bens materiais e simbólicos que move o contínuo fluxo planetário de interações econômicas, culturais, políticas e sociais se valem de diversas redes que contribuem para fomentar a cultura de mercado (BARBERO, 2008, 2014; CANCLINI, 2009) apoiada na arquitetura tecnológica, em processos de internacionalização e na globalização da sociedade midiaticizada. Todo esse arsenal, articulado, garante ações diversas de sinergia na promoção da mesma ideia, produto, celebridade ou político transformando bens culturais em objetos rentáveis divulgados em uma cadeia quase infinita. Poucas vezes, porém, favorecendo aspectos locais.

A chamada globalização, em vez de oferecer, como se costuma apregoar, novos mercados a escritores e a músicos latino-americanos, seleciona aqueles de audiência massiva, redefine “seus produtos” para que circulem internacionalmente e faz calar a enorme maioria dos criadores locais. Na seleção efetuada por gerentes de empresas transnacionais cabem poucas

⁵⁷ As comissões são ligadas aos sindicatos de jornalistas do país e propõem discussões sobre o racismo, incentivo ao ingresso de profissionais negros no mercado de trabalho, promoção da capacitação profissional, inserção da discussão na pauta dos veículos de comunicação e debates sobre igualdade racial. O seminário, em Vitória, foi realizado em conjunto com Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência.

diferenças nacionais ou regionais: só aquelas que podem se converter em matrizes digeríveis para os públicos da “literatura Internacional” e da “música mundial” (CANCLINI, 2009, p. 244).

O desenvolvimento cultural submetido a leis econômicas articuladas em sistemas e redes que entrelaçam telecomunicação, informática e comunicação (BARBERO, 2000; CANCLINI, 2009; CARIDE, MEIRA, 2001) concorre para ampliar a circulação de produtos, ideias e bens simbólicos e produzir uma exaustiva extensão da produção e do consumo movimentados pelo processo de globalização que, diz Hall (2003), incluem interesses de empresas transnacionais, desregulamentação dos mercados mundiais e do fluxo global do capital, produzindo efeitos que podem ser vistos em todo o mundo.

Nesse contexto, o crescimento exponencial das indústrias culturais, impulsionadas por tecnologias de informação e por fluxos culturais entre o global e o local, cria possibilidades de identidades partilhadas (HALL, 2005) que atingem consumidores para os mesmos bens, clientes para os mesmos serviços e públicos e para as mesmas mensagens e imagens, muito embora as pessoas possam estar muito distantes umas das outras no tempo e no espaço.

Um significativo exemplo no sentido do que aponta o autor foi, sem dúvida, a divulgação de mais um filme da saga Harry Potter, em 2011, associando economia, política, comunicação e redes tecnológicas em uma campanha que mostrou a união estratégica de cadeias de produção e de circulação de um produto cultural em termos globais. Utilizando ações de sinergia, uma das formas mais comuns de expressão do poder de diferentes mídias para promover uma mesma ideia, celebridade, político ou produto, o marketing corporativo atraiu, só no Brasil, mais de 1,2 milhão de pessoas apenas na primeira semana de lançamento (LIMA, 2003). Entrava em cena a estratégia midiática de divulgação de um produto cultural nos termos da globalização expressa pela mundialização do mercado e interesses do capital ⁵⁸.

⁵⁸ A gigantesca operação ocorreu no domínio de uma única corporação formada pela Warner Bros (estúdio realizador do filme), Warner Music (produtora e comercializadora da trilha sonora), Moviefone (promotora e vendedora de ingressos pela internet) e Time INC (detentora de cento e sessenta títulos impressos que publicaram notícias, anúncios e produziram concursos) e AOL (provedora, à época, com trinta e um milhões de internautas nos Estados Unidos). LIMA, V. **Propriedade e Diversidade:**

Outra situação semelhante, desta vez, mostrando a associação local e global de aspectos culturais e econômicos, ocorreu durante a copa do mundo, realizada no Brasil, em 2014, quando a TV Globo usou seus telejornais para exibir reportagens feitas em todo o país, colocando em ação o conhecido pressuposto em torno da construção identitária discutido por Hall e relacionado ao fato de contar “histórias sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (2005, p. 51).

A metáfora foi perfeitamente traduzida para a realidade pelo telejornalismo que produziu e reforçou significados em torno da simbologia do futebol, pela qual o Brasil é reconhecido mundialmente e foi desenvolvida por meio de uma exaustiva empreitada de cobertura iniciada ainda na fase preparatória da copa. A TV Globo envolveu o *Jornal Hoje*, o *Jornal Nacional* e o programa *Fantástico* em uma campanha de forte apelo emocional marcada por reportagens que realçavam a vida dos jogadores e mostravam expectativas e esperanças dos telespectadores.

O apuro técnico inerente à maior rede de comunicação do país permitia entradas ao vivo de vários estados brasileiros por meio de uma ação articulada de centralização de conteúdo que levou sua afiliada local, a TV Gazeta, a uma mesma lógica e a produzir uma infinidade de matérias locais sobre a copa. As transmissões mostraram o alcance mundial da TV Globo que, segundo a própria emissora, chegou a milhões de pessoas em todo o mundo levando, também, a muitas terras, um cenário marcado pelo jornalismo e pelo marketing publicitário.

Não por acaso, as entrevistas dos jogadores e dos técnicos dos times de futebol foram concedidas em frente a um grande painel que concentrava as marcas dos anunciantes mostrando uma estratégia que definia não apenas a divulgação do evento em si, mas, também, o lugar assegurado pelos inúmeros patrocinadores. Os trabalhos de cobertura entrelaçaram diferentes aspectos culturais, políticos e econômicos promovendo o que Canclini denomina de processos intertécnicos e internacionais “entre fluxos produzidos pelas tecnologias e as corporações; intercâmbios financeiros globalizados, repertórios de imagens e informação criados para serem distribuídos a todo planeta pelas indústrias culturais” (2009. p. 201).

O processo lastreado pela convergência midiática transcendeu o espaço televisivo já que, intermitentemente e, de forma quase simultânea, as plataformas digitais replicam a divulgação das notícias e da publicidade evidenciando uma ação global ampliada pelo entrelaçamento entre comunicação, telecomunicação e informática. Em geral, associam jornais, revistas, rádio, televisão, telefonia, portais da internet, sistemas a cabo e satélites em redes, muitas vezes, de propriedade de uma única corporação.

A uniformidade progressiva das práticas culturais obedece a uma “nova” estratégia para estimular o consumo; o desenvolvimento das redes digitais de telecomunicações converte-as em instrumentos de homogeneização cultural em mercados virtuais para realizar as transações económicas. O capital circula em redes telemáticas, à margem de aparelhos de controlo estatais, travestidos em sinais digitais que podem dar a volta ao mundo em fracções de segundo (CARIDE, MEIRA, 2001, p. 48).

Certamente que estratégias de divulgação têm seu espaço garantido mas o estreitamento cada vez maior dos limites entre notícia e entretenimento demarca um considerável lugar para o incentivo ao consumo, com narrativas colocadas a serviço do comércio de bens materiais e simbólicos. Foi o que se viu, também, em agosto de 2012 nos telejornais *ESTV 1ª* e *2ª Edição*, da TV Gazeta que viabilizaram uma estratégia de marketing para o programa Caldeirão do Huck, da TV Globo e seus patrocinadores, divulgando a reforma de um barraco em um bairro da Serra.

Tudo começou com imagens detalhadas das precárias condições mostrando-se, na sequência, a nova casa reformada e mobiliada com a família, ‘feliz’, realçando a ‘conquista da felicidade’ na medida em que a filha, que havia se recusado a ficar na casa antiga, voltara a morar com a família depois da reforma. De uma forma nem um pouco sutil, as imagens da mãe e filha se abraçando indicavam o fator econômico como promotor de bem-estar e de harmonia materializados pelo programa ficando clara a mercantilização da felicidade imposta pela lógica consumista voltada à persuasão comercial por meio de mecanismos de enunciação de discursos (HALL, 2005) que contribuíram para disseminar a ideia que satisfações diversas preenchem a vida (CANCLINI, 2009).

Uma mesma lógica se repetiria no concurso *Show de Empreguetes*, também promovido pela Rede Globo em nova parceria com a TV Gazeta e que elegeu a empregada doméstica com mais talento para a interpretação musical ⁵⁹. O concurso ofereceu o prêmio de dois mil reais e a participação em um clipe e, ao final, três concorrentes se apresentaram cantando ao vivo no estúdio do *ESTV 1ª Edição*, especialmente decorado para a ocasião. A estratégia teve continuidade no *ESTV 2ª Edição* e revelou um jogo de relações culturais (HALL, 2003) que pode ser compreendido a partir da tentativa de chamar atenção para a novela ao mesmo tempo em que se divulgavam produtos anunciados pela TV Globo e TV Gazeta.

Estabeleceu-se um paralelo entre realidade e ficção na medida em que três jovens atrizes, belas e charmosas lutavam, na novela, para conseguir dinheiro, amor e sucesso, enquanto, na vida real, as três trabalhadoras locais ganhavam visibilidade por meio de uma concorrência. Buscou-se a glamourização do concurso mostrando-se concorrentes maquiadas, produzidas e cantando ao vivo no telejornal onde a vencedora recebeu o prêmio mas a realidade, bem distinta e muito longe do glamour da novela, seria vista com muita clareza quando a vencedora, acompanhada pela reportagem, chegou à Belvedere, na Serra, onde morava. Trata-se de um bairro pobre, com ruas sem calçamento, mas um fato completamente ignorado pela reportagem em sua versão do jornalismo-entretenimento, onde faltam crítica e conteúdos reflexivos e analíticos, como bem lembrou Thelmo Scarpine.

Tanto nas reportagens sobre o programa do Huck quanto sobre o concurso das empregadas entrou em cena a produção de significados voltados ao universo do consumo que procura atingir setores cada vez mais amplos da vida coletiva (CANCLINI, 2009) em uma sociedade produtora de mercadorias que engendra a coisificação das pessoas e a personificação das coisas (SANTOS, 2001a). Aposta na simbologia destinada a impulsionar a venda de artefatos culturais e tenta retirar o telespectador de seu status de cidadão para transformá-lo em cliente e consumidor.

⁵⁹ O concurso *Show de Empreguetes*, inspirado na novela *Cheias de Charme* exibida pela TV Globo, no ano de 2012, mostrava o cotidiano de três jovens empregadas domésticas e suas lutas para chegar ao sucesso. **Empreguetes com tudo! Cheias de Charme supera ibope do 'Jornal Nacional**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/heloisa-tolipan/noticias/2012/08/17/empreguetes-com-tudo-cheias-de-charme-supera-ibope-do-jornal-nacional/>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

As publicações, os programas de rádio e televisão geram interpretações satisfatórias para diferentes grupos de consumidores, comentários amáveis, divertidos, vivências melodramáticas, obtidas no lugar dos fatos, sem problematizar a estrutura social na qual esses fatos se inscrevem, nem discutindo a possibilidade de transformá-los (CANCLINI, 2006, p. 266).

Aspectos subliminares suplantam a crítica e investem em relações culturais lastreadas em ações mercadológicas segundo critérios de rentabilidade e eficiência (CANCLINI, 2009) que tentam vender a felicidade por meio de valores e desejos aquisitivos que impulsionam o sistema capitalista.

Parece útil perguntar pelo tipo de correspondência que existe entre a exaltação do instante na vida cotidiana, no consumo, e a escorregadia dinâmica dos mercados de bens e mensagens. A cultura do instantâneo sem história não teria algo a ver com a instabilidade dos investimentos e lucros, renováveis nas cotações de cada dia e imprevisíveis do dia seguinte, que ocultam as políticas de gestão dos capitais e dos seus concretos dispositivos ou estruturas (fábricas, bancos, controles dos meios de transportes e dos circuitos para transmitir mensagens)? (CANCLINI, 2009, p. 220).

Os artifícios e práticas midiáticas que impulsionam o processo de produção, consumo e circulação de bens culturais e simbólicos (BARBERO, 2014) ajudam a construir e reconstruir a ideia de meio ambiente como lugar de recursos infinitos, trivializando políticas que destroem e degradam o meio ambiente subjugado a interesses diversos sobre a dimensão ecológica. Um cenário que envolve grupos econômicos e governos, sempre entrelaçados à mídia em busca de melhores imagens⁶⁰ para seus feitos, muito embora sejam grandes responsáveis por políticas extremamente agressivas ao meio ambiente, raramente denunciadas pela mídia conservadora.

⁶⁰ Os governos estão dentre os maiores anunciantes registrando-se que, no primeiro governo Dilma Rousseff, a então ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas, concedeu a maior parte da verba publicitária para a grande mídia – Globo, jornal e tevê, Folha e Estadão. MARTINS, R. **A grande imprensa é mesmo golpista?** Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed836_a_grande_imprensa_e_mesmo_golpista?>. Acesso em: 06 fev. 2015.

3.2.1 AÇÕES CONTRA A LÓGICA INSTRUMENTAL DO CONSUMO

A ideia de progresso contínuo assentado na supervalorização do crescimento econômico e em altas taxas de consumo tem produzido os mais diferentes reflexos diante de recursos naturais que escasseiam, de lugares devastados e da destruição da biodiversidade como apontava ainda em 2008, relatório da ONG World Wildlife Fund mostrando o uso dos recursos naturais 30% acima da capacidade de reposição do planeta (QUEIROZ, 2010). Em paralelo, a crise de democracia e de desigualdade reproduz realidades contraditórias e perversas que geram um enorme contingente de pessoas praticamente à margem da vida.

Uma parte significativa da população nos países centrais vive dominada pela temporalidade cada vez mais curta e obsoleta do consumo, enquanto uma grande maioria da população dos países periféricos vive dominada pelo prazo imediato e pela urgência da sobrevivência diária (SANTOS, 2001a, p. 320).

A produção e o consumo globalizados impõem a padronização cultural em torno de situações da vida humana marcadas pela racionalidade instrumental, manufaturável e quantificável (SANTOS, 2001a, 2007, 2008; TRISTÃO, 2008) que está muito presente nas notícias de incentivo ao acúmulo, ao frugal e ao “sempre mais.” Desse modo, dificultam entendimentos que o consumo desenfreado contribui para a degradação ambiental (TRISTÃO, 2008) e modelam a construção de imagens frontalmente contrárias ao pensamento ecológico.

O pensamento dicotômico e redutor que atravessa temporalidades espaciais e a relação local/global cria a existência da cisão cultura e natureza, base do paradigma dominante da ciência moderna e da educação moderna, e se contrapõe às práticas de uma Educação Ambiental problematizadora dessas realidades (TRISTÃO, 2012, p. 217).

O modelo capitalista está levando a natureza velozmente à exaustão, porém, essa é uma discussão incomum na televisão cuja vocação está voltada, exatamente, ao incentivo ao consumo e à produção de um conceito social marcadamente

individualista (GAUDIANO, 2005) que ganha visibilidade no incremento à capacidade aquisitiva e a preferências cada vez mais globalizadas e homogeneizadas. Nesse cenário, onde predominam concepções voltadas à obsolescência, os produtos são rapidamente descartados em razão de demandas artificiais impulsionadas por insistentes técnicas de incentivo ao efêmero (CANCLINI, 2009) e fundadas em retóricas midiáticas que induzem à ilusão que a vida útil do produto se esgotou mesmo que esteja em perfeitas condições de uso.

Insuflam a cultura consumista por meio de um amplo arsenal de signos que desconsideram a visão ecológica e tentam transformar a natureza em mercadoria.

Na verdade, as políticas industriais que tornam imprestáveis os aparelhos elétricos a cada cinco anos, ou desatualizam os computadores a cada três, bem como as políticas publicitárias que põem fora de moda a roupa a cada seis meses (...) conseguem, assim, mediante a renovação de produtos e a expansão das vendas, garantir a reprodução durável dos capitais (CANCLINI, 2009, p. 220).

A televisão repercute a característica de domínio sobre a natureza que se espalha com a informação e com a ciência, reproduz versões fragmentadas e dicotômicas que disseminam o discurso racional-instrumental e despreza conexões entre economia e cultura em suas variáveis relacionadas à produção e consumo desenfreados que geram impactos graves para o meio ambiente.

O predomínio de uma cultura altamente imagética, particularmente esteada na difusão de uma ideia de mundo que aponta o imperativo do novo e do frugal, apresenta o meio ambiente como fonte inesgotável para o consumo e embala repertórios dicotômicos que concorrem para a formação de sujeitos consumidores ao invés de críticos. São narrativas distantes do sentido de que os cidadãos possam conhecer e exercer plenamente seus direitos e deveres em relação ao consumo consciente (TRISTÃO, 2008).

Não são validadas práticas simples como o uso prolongado ou mesmo a reutilização de objetos, o que poderia ajudar a reduzir significativamente a grande quantidade de descartados, muito embora não se trate de imaginar, ingenuamente, que práticas simples de reuso suplantarão a complexa questão em torno da escala produtiva

capitalista. Mesmo assim, trago, aqui, o exemplo do movimento Free Your Stuff, iniciativa de reutilização de produtos na Alemanha, que envolve mais de dezenove mil pessoas e reflete o espírito comunitário contra o acúmulo e o desperdício, o que considere uma proposta para quebrar a cadeia em torno de critérios meramente consumistas⁶¹.

Recorrendo à perspectiva discutida por Canclini (2009) é possível argumentar que, nesse caso, o consumo adquire uma feição política e cidadã em que a posse transpõe domínios individuais, supera o acúmulo e transforma apropriações em ações de solidariedade. Proporciona ações de compartilhamentos que vão além do fetiche das mercadorias, atravessando o paradigma do consumismo e do individualismo e se aproximando de necessidades humanas, satisfação decente e consumo solidário.

No paradigma emergente, os meios de satisfação estão a serviço das necessidades – sendo as necessidades simultaneamente privação e potencialidade-, o mercado é apenas uma de entre muitas formas de organização do consumo, e as necessidades são concebidas como experiências subjetivas que podem ser expressas de variadíssimas formas, de acordo com os contextos e as culturas (SANTOS, 2001a, p. 338).

Notícias sobre reuso praticamente não entraram nos telejornais locais no período analisado, no entanto, uma reportagem sobre a escola de Samba Unidos da Macrina, de Alfredo Chaves, apresentada pelo *ESTV 1ª Edição*, da TV Gazeta, em fevereiro de 2012, mostrou a reutilização de fantasias doadas por escolas de Vitória por meio do projeto Recicla Folia em um raro momento de abordagem sobre a questão. Não houve, no entanto, nenhum destaque sobre a reutilização como questão ecológica, o que ficaria evidenciado, também, na falta de incentivo a

⁶¹ São oferecidos produtos novos ou em bom estado de conservação como móveis, eletroeletrônicos, aparelhos de telefone, computadores e itens mais simples como livros, sapatos e bolsas. Na Alemanha há outras práticas que se assemelham ao escambo e ao compartilhamento de alimentos levando muitas pessoas a atuar contra o desperdício e a coletar excedente de alimentos em mercados e lojas. Em 2013, a iniciativa impediu que quatrocentos mil quilos de alimentos fossem para o lixo. **Como o pós-consumismo floresce na Alemanha.** Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outras-midias/como-a-alemanha-reage-ao-consumismo/>> Acesso em: 12 dez. 2014.

práticas sustentáveis durante a tentativa de retirar de circulação, em Vitória, sacolas plásticas usadas no comércio.

Por um lado, a população não encampou a ideia. Por outro, o próprio poder público concorreu para o fracasso da lei ao desconsiderar a necessidade de uma campanha de informação e de orientação sobre a substituição das sacolas. Os telejornais também pouco contribuíram deixando de discutir a importância ecológica da lei e os malefícios produzidos pelos plásticos para o meio ambiente.

Aproveitando que Vitória estava sediando a Feira do Verde, em novembro de 2013, procurei analisar em que medida as notícias sobre a relação produção-consumo e a questão ecológica seriam apresentadas pelos telejornais vez que o evento abordava a lei 12.305/2010 sobre a destinação dos resíduos sólidos⁶².

Tanto a TV Vitória quanto a TV Gazeta entrevistaram o secretário de Meio Ambiente de Vitória, Cleber Guerra, que destacou “ser superimportante discutir e conscientizar sobre o meio ambiente” muito embora, nem ele, nem as reportagens tivessem explorado o assunto deixando de dar informações importantes sobre o plano da prefeitura para viabilizar a lei.

Na TV Gazeta, a repórter foi passando de um tema a outro sem aprofundar nenhum deles em uma abordagem fragmentada que contou, também, com a interferência do entrevistador do programa.

MÁRIO BONELLA, entrevistador: eu fiquei curioso, você passou antes de entrar no supermercado. Era um vestido verde ali. Dá para mostrar? Secretário, você sabe se aquele vestido é feito com material reciclável? Me chamou a atenção!

GABRIELA RIBETI, repórter: Não, Mario! Olha só, deixa a gente explicar. O vestido, na verdade não é feito de material reciclado, não. Aqui é um stand que mostra a origem dos objetos. Então, aqui o tecido do vestido vem do algodão, né? Ali, a gente tem um plástico que é feito do petróleo, aqui do lado temos uma cadeira que é feita de minério. A gente mostra a origem dos objetos, depois, mostra o supermercado e vai para residência das pessoas

⁶² A lei define instrumentos para o enfrentamento de problemas ambientais e a eliminação de áreas de depósito que causem problemas à saúde e contaminação do solo, da água e do ar. Cabe ao poder municipal elaborar o plano de gestão integrada que institui responsabilidades compartilhadas entre fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, cidadãos e poderes constituídos. Em termos regionais deveria ter sido implantado em 2012 (COMETTI, 2014).

até a destinação final dos objetos (*Bom Dia Espírito Santo*, TV Gazeta, 11/12/2013).

A cobertura da TV Vitória não foi muito diferente com o secretário repetindo no telejornal *ES no Ar* praticamente tudo o que havia dito para a TV Gazeta e voltando a classificar a destinação do lixo “como um desafio muito grande para a nossa cidade, um problema urgente.” No entanto, a entrevista não explorou a questão ecológica, certamente desafiadora para o ambiente em relação à grande produção de lixo na capital, como observou o próprio secretário, e, em nenhum momento, discutiu aspectos definidos pela lei.

Como são frequentes as abordagens sobre o descarte do lixo em bairros periféricos aproveitei para observar se as matérias fariam, nesse caso, alguma referência à lei, à questão ecológica e à produção e ao consumo analisando uma reportagem feita no bairro Santo André, em Vitória, que deixou muito claro o grande desafio de se dar um destino final ao lixo.

MICHEL BERMUDES, repórter: Quem é que joga esse troço, aí?

ADRIANA TENENTE, moradora entrevistada: Nós mesmos, os moradores, todo mundo.

MICHEL BERMUDES, repórter: A senhora acha que é o lugar certo de jogar?

ADRIANA TENENTE, moradora entrevistada: Não, não é, mas além de não ser, não tem outro lugar pra colocar.

MICHEL BERMUDES, repórter: Aqui no bairro Santo André são vários pontos viciados onde a população se acostumou a jogar o lixo, o entulho. Para tentar ajudar, crianças da comunidade pintaram vários muros como esse aqui: “por gentileza não jogue lixo, neste local... obrigado!!!” Dá pra ver que não adiantou, né? (*Bom Dia Espírito Santo*, TV Gazeta, 04/12/2013).

No caso específico do bairro Santo André, a reportagem acabou transferindo a responsabilidade pelo descarte inadequado exclusivamente à comunidade, colocando pouco em xeque o papel do poder público e produzindo, dessa forma, sentidos despolitizados que em nada contribuem para a percepção do conhecimento crítico e intencionalmente engajado em relação à questão ambiental (BUENO, 2007, 2011).

No geral, as matérias não se reportaram aos desafios que envolvem a complexidade ambiental em relação aos resíduos sólidos e em nenhum momento fizeram qualquer referência à cadeia produção-consumo enquanto ação política que considere a finitude dos recursos naturais. Não houve referência obsolescência dos produtos e, tampouco, à legislação e à importância da questão ecológica em relação ao descarte.

No âmbito da escola brasileira, como argumenta Layargues (2005), a reciclagem do lixo é envolta em proposições técnicas de enfrentamento em programas de educação ambiental e inspirou a formulação da Política ou Pedagogia dos 3R's² com orientações técnicas e pedagógicas em relação à questão do lixo. São, no entanto, segundo diz, ainda, desenvolvidas de modo reducionista e focalizando apenas a coleta seletiva em detrimento da reflexão crítica e abrangente sobre os valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos.

4 UM PARADIGMA INSUSTENTÁVEL MOVIMENTA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Cada vez mais, obras suprimem ambientes naturais para a implantação de projetos que provocam efeitos irreparáveis ao campo e à cidade deixando muito clara a disputa pelos recursos naturais que impulsiona o processo de degradação ambiental

intensificado no Espírito Santo a partir dos anos 1970.

A instrumentalização do conhecimento, apoiada em notícias que evitam associar repercussões do crescimento econômico a impactos socioambientais (FENAJ, 2012), ganha densidade na defesa do programa de desenvolvimento por parte de governos e de veículos de comunicação.

Grandes investimentos trazem a marca de um paradigma ecologicamente insustentável de uso da natureza como mostra, ao lado, o emblemático anúncio do governo Renato Casagrande, reproduzindo uma concepção



FOTO: Jornal A Gazeta de 13/07/2013

utilitarista de progresso, altamente preocupante diante da falta de discussões críticas na mídia, da estreita convivência entre poderes constituídos que não priorizam a sustentabilidade e do desmantelamento de órgãos públicos ambientais em curso no estado.

Se a partir dos anos 1970 os processos industriais tiveram peso significativo na geração de problemas socioambientais, o atual programa de expansão portuária em execução tem contribuído para novos impactos para populações do litoral capixaba

e para a destruição do meio ambiente produzindo realidades de marginalização e de exclusão social diante da falta de prioridade à sustentabilidade. A denúncia está em um documento assinado por quarenta organizações ambientalistas que defenderam a construção de um marco regulatório pelo governo federal com mecanismos que conciliem preservação ambiental e a garantia de participação social nos processos de licenciamento dos portos⁶³ (COMETTI, 2014). A expansão portuária é um assunto extremamente nevrálgico na perspectiva da sustentabilidade registrando-se, no período de análises da tese, atenção à questão por parte da TV Gazeta que, no entanto, em reportagem do telejornal *Bom dia Espírito Santo*, de 21/11/2013, deu explícito apoio à construção do Porto Central, no município de Presidente Kennedy, sul do Espírito Santo, destacando a parceria entre o Porto de Rotterdam, na Holanda, e uma empresa capixaba “em um acordo importante para a economia aqui do nosso estado.”

Como é comum em abordagens econômicas onde geralmente prevalece a monocultura dos critérios de produção capitalista (SANTOS, 2008) foram valorizados os investimentos iniciais de dois bilhões de reais que vão dar “oportunidade ao estado de se transformar em uma grande plataforma logística em termos internacionais e mudar, radicalmente, a região do sul capixaba”. Nem a repórter, nem o entrevistado explicaram, todavia, o que seria “mudar radicalmente o sul do estado” e pouco disseram sobre o necessário licenciamento ambiental. Os possíveis impactos e riscos socioambientais foram comentados de forma muito superficial pelo apresentador a partir da opinião de um internauta.

MARIO BONELLA, apresentador: Tem pergunta chegando aqui no nosso e-mail. A gente vê o tamanho do investimento dessa obra e muita gente preocupada com a questão ambiental. Como é que vai ser o impacto ambiental aí no sul do estado com uma obra tão grande assim?

ELIANA GORRITI, repórter: Falta licença do IBAMA, ainda, né? E o que é que estão esperando?!

NERY DE ROSSI, secretário de Desenvolvimento: O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, o IBAMA está fazendo o licenciamento do porto uma vez

⁶³ No programa estão previstos os portos da Manabi, em Linhares, e da Edison Chouest em Itapemirim e que vão provocar grandes impactos para as comunidades pesqueiras e unidades de conservação. **Novos-portos-brasileiros-sao-pensados-em-esquema-varejista.** COMETTI, A. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/18879/10/novos-portos-brasileiros-sao-pensados-em-esquema-varejista-1>> 2:6/09/2014> Acesso em: 20 dez. 2014.

que acaba tendo interferência em dois estados, o nosso e o norte fluminense também. De alguma forma é impactado pela obra e pelo desenvolvimento, mas todo o processo está sendo conduzido de forma bastante tranquila na região onde está sendo implantado não devendo haver nenhum tipo de impacto ambiental significativo.

ELIANA GORRITI, repórter: Ok, seu Nery de Rossi, muito obrigada pelas informações. Ficamos aí na expectativa dessa grande obra, né? Melhorar, ajudar no desenvolvimento da economia do Espírito Santo. Eu volto com você, Mario Bonella.

MARIO BONELLA, apresentador: Sem dúvida um impacto e tanto para nossa economia, uma obra grandiosa. A gente vê mais um grande empreendimento que vai se instalar no sul do Espírito Santo (*Bom dia ES*, TV Gazeta, 21/11/2013).

A notícia reforçou o imaginário social (HALL, 2005) em relação ao desenvolvimento e à geração de empregos, no caso, em torno de cinco mil postos, argumentos muito usados como componentes de convencimento em relação a programas de desenvolvimento cujos “benefícios” ocupam lugar marcadamente inscrito na textura social dos meios de comunicação. Nesse sentido, estratégias de valorização dos investimentos podem ser mais facilmente compreendidas quando se toma como equivalência termos como ‘novo’ e ‘melhor’ (GAUDIANO, 2005) ou similares e que, na reportagem, foram vistos por meio de narrativas que priorizaram “a super obra” e sua importância para a economia capixaba, a amplitude do porto, “um dos maiores do mundo,” ou ainda, “um impacto e tanto para nossa economia”, “uma obra grandiosa”.

O telejornal produziu um viés político-econômico com avaliações próprias sobre a natureza, a economia e a cultura (CARIDE, MEIRA 2001; TRISTÃO, 2005, 2008) assumindo uma perspectiva que se repetiu no *Bom dia Espírito Santo*, em reportagem de 03/12/2014, sobre a determinação da justiça à empresa Jurong de indenizar mais de duzentos pescadores prejudicados com a construção do estaleiro localizado em Barra do Shay, município de Aracruz.

A indenização seria de um salário mínimo por mês desde que os pescadores comprovassem prejuízos em função das obras da empresa que afirmou, por sua vez, que iria recorrer da decisão por ter cumprido todas as normas estabelecidas pelos órgãos ambientais. A meu ver, a reportagem ignorou os vínculos dos pescadores com a natureza e a riqueza cultural de suas experiências de vida

(SANTOS, 2001) ao deixar de se posicionar criticamente em relação ao fato de eles terem perdido uma produção que garantia a subsistência, o que atingiu Juarez Guimarães que disse à reportagem ter vendido o barco e passado a trabalhar como ajudante de pedreiro.

Outra questão verificada foi a falta de contextualização, desta vez, também, em outra reportagem da TV Gazeta, sobre regras de repasse de royalties do petróleo no Espírito Santo em um período de intensas discussões sobre possíveis alterações na distribuição dos recursos e quando houve grande movimentação de autoridades do Espírito Santo e do Rio de Janeiro para que as regras não fossem modificadas.

A lei aprovada pelo Congresso Nacional alterou a legislação anterior e, em março de 2012, parlamentares das bancadas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, estados produtores do pé sal, entraram com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a anulação da sessão que derrubou os vetos presidenciais à lei dos royalties do petróleo⁶⁴.

A reportagem usou como argumento as grandes mudanças que ocorrem em regiões de exploração de petróleo onde, geralmente, aumentam o contingente populacional e demandas por saúde, segurança e educação e discutiu os possíveis impactos mostrando famílias ocupando uma área onde não havia segurança, abastecimento regular de água e rede de iluminação pública, enfim, não havia saneamento. Em nenhum momento, porém, fez ligação entre a falta de segurança dos moradores e a falta de estrutura em geral que havia apontado no começo. Outro fato recorrente, como apontaram as análises, é a aposta no desenvolvimento sem limites dando-se amplo destaque ao mercado e desprezando repercussões socioambientais o que demonstra a compreensão mecanicista de uso da natureza levada às últimas consequências.

FABIANO MAZZINI: Eu acho que as emissoras representam as elites que sempre se beneficiaram das riquezas do estado. Aliás, seus proprietários fazem parte dessa elite. É por isso que as pontes, a relação de causa e efeito, não aparecem (...). Pelo histórico da degradação do que ocorreu nas

⁶⁴ **Governo do RJ estuda mais medidas caso nova lei de royalties seja mantida.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/governo-do-rj-estuda-mais-medidas-caso-nova-lei-de-royalties-seja-mantida.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

terras capixabas, a questão ambiental deveria ser tema obrigatório nos telejornais. Aliás, uma das vezes em que vi a tevê local falando sobre as riquezas naturais do Espírito Santo foi em um antigo programa, o *Painel de Domingo*, da TV Gazeta, o poderia ser um contraponto para discutir a degradação, mas os patrocinadores eram empresas sabidamente poluidoras.

A aposta ao desenvolvimento a qualquer preço em detrimento do risco ambiental, a prioridade à esfera econômica e o desprezo a questões que emergem das cotidianidades dos moradores (BUENO, 2007, 2011) ficaram longe de sensibilizações sobre a qualidade de vida revelando-se a concepção técnica que velozmente suplanta dimensões socioambientais.

Ficou claro o predomínio do econômico como objetivo racional e a prioridade ao discurso institucional fundado no conhecimento-regulação que opera com a baixa capacidade de decifrar práticas sociais determinadas pela razão proléptica (SANTOS, 2007) manifestada em favor do progresso de forma reducionista, linear e previsível. Um saber que contribui para gerar o empobrecimento da biodiversidade e uma radical transformação dos ecossistemas nativos em natureza-técnica abandonando completamente o conhecimento prudente para uma vida decente que reconheça a capacidade de enriquecer a relação com o mundo.

THELMO SCARPINE: Esse descaso com relação à preservação do meio ambiente e à diversidade cultural mostra o papel relevante da mídia nesse cenário e que, salvo raríssimas exceções, não estabelece conexões entre preservação ambiental, qualidade de vida e respeito a diferenças e à justiça social.

DANILO SOUZA: Pouco se fala sobre os impactos ambientais que um empreendimento vai provocar para o estado. O que se diz na imprensa local é que esses empreendimentos geram negócios, emprego e renda e divisas para o Espírito Santo tentando se tornar a questão ambiental apenas um pequeno detalhe sem importância.

Em relação às repercussões provocadas pelo programa portuário cabe lembrar, ainda, outras denúncias dos movimentos ambientais enfatizando que o processo de licenciamento ambiental foi protocolar e a serviço de projetos eleitoreiros e que a expansão ignora os problemas que serão criados para as pessoas que dependem

daquelas áreas para sobreviver e para as riquezas de cada região nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais (COMETTI, 2014).

Avesso a críticas e a denúncias, o plano de expansão portuária vai mudando radicalmente, também, o cenário da baía de Vitória, onde verdadeiros armazéns a céu aberto suprimem a geografia natural e ampliam os espaços técnicos.



FOTOS: Fátima Côgo

ARTE: Rubem Côgo

Baía de Vitória com a ampliação dos portos de Vitória e de Capuaba (Vila Velha)

A se considerar, no entanto, o volume de investimentos previstos para o estado dentro do Programa de Investimento em Logística, muitos impactos ainda estão por vir diante dos R\$ 13,4 bilhões a serem aplicados em investimentos de modernização e infraestrutura entre 2015 e 2016 (SEDES, 2015).

Ao discutir o programa portuário, o ex-governador Renato Casagrande considerou os investimentos fundamentais para garantir mais competitividade e eficiência aos portos capixabas e consolidar a vocação do Espírito Santo para o comércio internacional.

4.1 UMA RETÓRICA DESGASTADA PARA MOSTRAR IMPACTOS DO PROGRESSO

O desenvolvimento predatório produz cenários de uma crise ambiental singular que afeta a qualidade de vida e é atribuída, em boa medida, a atividades humanas inaugurando uma etapa sem precedente na história (CARIDE, MEIRA, 2001) e que atinge, simultaneamente, o local-global. Regionalmente, em nome do progresso, os poderes públicos se omitem e, pior, no âmbito do governo estadual, promove-se, historicamente, o desmantelamento de órgãos responsáveis pela política ambiental (PASSOS, 2005) e a desregulamentação de mecanismos de concessão de licença.

Embora a questão se arraste ao longo dos anos, no governo Renato Casagrande uma das iniciativas em relação à questão ambiental foi descaracterizar o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), um dos órgãos responsáveis pela política ambiental no estado. Além disso, o governo terceirizou a concessão de licenciamento ambiental⁶⁵ por meio de um convênio firmado entre o Instituto Estadual de Meio Ambiente e a Fundação, Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COOPETEC), ligada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Trata-se de procedimento inadequado para resolução do problema do passivo ambiental que está na fila, evidenciando a preocupação que os dirigentes do órgão possuem com a velocidade do processo de licenciamento em função de pressões ocasionadas por grupos político-econômicos (Findes, Sindirochas, ES em Ação) (VERVLOET, 2015, p. 2)⁶⁶.

⁶⁵ O licenciamento ambiental, instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente estabelecido pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, estipula a obrigação do empreendedor de buscar o licenciamento diante de obras e serviços potencialmente poluidores em qualquer parte do território nacional. **Política Nacional do Meio Ambiente e a eficácia de seus instrumentos.** RODRIGUES, M.M. Disponível em <<http://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/112287074/politica-nacional-do-meio-ambiente-e-a-eficacia-de-seus-instrumentos>>. Acesso em; 21 jan. 2015.

⁶⁶ VERVLOET, R. **O legado ambiental do Governo Casagrande e o continuísmo de PH – O futuro repetindo o passado.** Disponível em: <<http://www.sindipublicos.com.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2015.

A falta de gestão como observou, ainda, Vervloet, compromete o aprimoramento do licenciamento em favor da proteção e da preservação total dos poucos remanescentes de natureza primária que ainda restam no estado. Outra questão que ele registou foi o déficit de servidores no Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) e na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) que passaram por alta rotatividade de gestão com a secretaria sendo administrada em quatro anos por quatro diferentes secretários e o IEMA, por três diretores-presidentes. As mudanças, como destacou, dificultaram a aplicação da política ambiental e de políticas públicas, o planejamento de atividades de gestão e a formulação de soluções para questões socioambientais.

O governo Casagrande deixou também como herança o Decreto Nº 63-R, chamado de “pó preto,” que legalizou a emissão sistemática de toneladas de partículas poluentes provenientes dos complexos industriais da Vale e da ArcelorMittal para a atmosfera da região da Grande Vitória. Assinado em dezembro de 2013, o decreto definiu quatorze gramas por metro quadrado como padrão final mensal de emissão de partículas totais de pó preto e o que representa quase o dobro da média mensal registrada pelo monitoramento da qualidade do ar na estação da Ilha do Boi, em Vitória, índice muito superior aos limites de tolerância da saúde, segurança e bem-estar da população (COMETTI, 2013).

Diante da medida governamental a quantidade de pó poderia praticamente dobrar sem que houvesse qualquer tipo de punição ou restrição para as poluidoras, o que foi muito questionado pelos movimentos ambientalistas que estavam discutindo regras com as empresas e com o poder público em quase um ano e meio de debates. Além disso, segundo o grupo Juntos SOS Espírito Santo Ambiental, houve outra arbitrariedade já que o processo não passou por consulta à Procuradoria Geral do estado, nem à Secretaria Estadual de Saúde que, obrigatoriamente, deveriam ter se manifestado em relação à regularidade jurídica e aos limites da poluição sob o ponto da legalidade médico-científica (COMETTI, 2014).

O grupo requereu anulação do decreto e denunciou que o estado se rendeu a interesses das poluidoras não definindo, sequer, os prazos para que fossem

atingidos os padrões intermediários e finais de controle de poluição, desrespeitando as propostas que haviam sido aprovadas pelo grupo de trabalho Respira Vitória⁶⁷.

Tramita também na Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual uma ação popular contra o convênio entre a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COOPETEC) e a administração anterior do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (COIMBRA, 2015).

O ano de 2015 começou com enfrentamento aos problemas provocados pela poluição atmosférica por pó de minério que, no entanto, só passaram a ser divulgados nos telejornais quando se intensificaram cobranças dos movimentos ambientais contra as poluidoras Vale e ArcelorMittal. Mesmo assim, em sua primeira matéria sobre o assunto, a TV Gazeta não ouviu o movimento ambiental responsável pelas contestações e optou por destacar uma situação individual, do morador Marco Modenesi, que teve um problema de doença agravado nos últimos cinco anos, o que ele atribuiu à poluição provocada pelo pó de minério de ferro.

REPÓRTER: Assim como o Marco, muita gente enfrenta o pó de minério e outros tipos de poluição há anos. A TV Gazeta tem feito diversas reportagens nos últimos dias mostrando que aumentou a quantidade de poluição e que as pessoas estão sofrendo com isso. O secretário de Meio Ambiente, Rodrigo Júdice anunciou hoje à tarde quatro medidas com o objetivo de controlar a poluição. O governo vai entrar na justiça para que a Arcelor Mittal (...) controle o pó de minério. Também vai notificar o Sindicato da Construção Civil e outras empresas para que, em trinta dias, criem um plano para diminuir a poluição. A outra medida é a criação de um grupo de trabalho, incluindo prefeituras, para intensificar as fiscalizações. Além disso, o governo vai convocar o Conselho de Meio Ambiente para aprovar o plano de qualidade do ar.

RODRIGO JÚDICE, Secretário Estadual de Meio Ambiente: Nós temos que adotar uma política macro para todos os meses, para todos os anos. A partir do princípio do desenvolvimento sustentável, da geração de emprego, de renda, mas observando, também, a qualidade de vida da população.

COMENTÁRIO FINAL: As medidas começam a ser implementadas a partir da semana que vem. O Sindicato da Indústria da Construção Civil informou, por meio de nota, que vai aguardar a notificação do governo para tomar as

⁶⁷ As entidades querem redefinição dos limites para a qualidade do ar considerando estudos que apontam o pó de minério responsável por grande parte de alergias e problemas respiratórios, cardiovasculares e cancerígenos. COIMBRA, U. **De alarmante a caótica: poluição do ar causada pelo pó preto na Grande Vitória só piora.** Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/20837/10/de-alarante-a-caotica-poluicao-do-ar-causada-pelo-po-preto-na-grande-vitoria-so-piora>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

medidas. A Vale e a ArcelorMittal disseram que só irão comentar o assunto quando forem notificadas. A ArcelorMittal informou, ainda, que tem intensificado medidas de controle ambiental mas reconhece que nesta época do ano houve aumento da emissão de poeira por conta do vento forte e do calor (*ESTV 2ª Edição*, TV Gazeta, 16/01/2015).

No mesmo dia, o *Jornal da TV Vitória* caracterizou a poluição como problema antigo que estava mobilizando moradores de vários bairros de Vitória e mostrou a Ilha do Boi “tomada por uma grande quantidade de pó preto, o que escondeu a areia da praia”. Também informou que o governo Paulo Hartung, que assumia o estado naquele período, havia anunciado medidas para controlar a poluição convocando o Conselho Estadual de Meio Ambiente e notificando as empresas poluidoras para que apresentassem um plano de contingência dentro de trinta dias.

A reportagem avançou um pouco em relação ao telejornal concorrente e entrevistou Eraylton Moreschi, presidente da Associação Juntos SOS Espírito Santo Ambiental, que luta desde 2003 para diminuir a poluição atmosférica na Grande Vitória.

ENTREVISTA, banhista não identificada: A gente frequenta a Ilha do Boi há muito tempo. É a primeira vez que eu vejo assim e eu só espero que não seja minério.

ENTREVISTA, banhista não identificada: A gente não sabe o que isso pode causar para a saúde.

ERAYLTON MORESCHI, presidente da Associação Juntos SOS Espírito Santo Ambiental: Em 2005 na Ilha do Boi nós tínhamos uma sedimentação média anual de 3g por metro quadrado (...). A poluição aqui beira 7,16 g por metro quadrado média/ano. Um aumento de mais de 50% da poluição de poeira sedimentável (*Jornal da TV Vitória*, TV Vitória, 16/01/2015).

Uma comparação entre as duas notícias mostrou que evitaram explicar as consequências da poluição para a saúde e não localizaram a origem do problema que atingiu graves proporções anos atrás gerando a criação do Movimento Popular Contra Poluição (PASSOS, 2005). Os telejornais deixaram de explorar a omissão dos poderes Legislativo e Executivo, coniventes com as poluidoras como vem sendo denunciado ao longo das últimas décadas e, além disto, sem qualquer explicação, algumas notícias alteraram a nomenclatura da poluição provocada por ‘minério de ferro,’ para ‘pó-preto’.

Os movimentos ambientalistas têm tido pouco sucesso diante da omissão dos poderes públicos envolvendo governo do estado, prefeituras e Assembleia Legislativa onde o assunto tramitou três vezes, nos últimos três anos, em torno da formação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Em 2013 e 2014, os deputados assinaram o pedido, no entanto, acabaram recuando. Em janeiro de 2015, os movimentos ambientais fizeram vários protestos e, no começo de fevereiro, obtiveram a criação da CPI do Pó Preto destinada a apurar as denúncias sobre a poluição. Já na instalação, no entanto, foram noticiadas ingerências do governo Paulo Hartung bem como de empresas poluidoras junto a deputados em quem haviam investido nas campanhas político-eleitorais⁶⁸.

No mesmo período, a Câmara Municipal de Vitória aprovou uma lei que concedeu o prazo de oito anos para as empresas poluidoras se adequarem a exigências de controle da poluição⁶⁹ caracterizando, mais uma vez, a omissão histórica dos poderes constituídos em relação à problemática socioambiental.

Por sua vez, as notícias guardaram grande distância dos pressupostos defendidos pela educação ambiental e pelo jornalismo progressista em relação ao exercício crítico e à capacidade de interpretar valores que promovam a emancipação e permitam encontrar significado com base no diálogo e no compromisso com a questão ambiental (NOVAES, 1992, 2002; BUENO, 200, 2011). Assumindo posição semelhante, Gaudiano (2005) diz que as formas de solidariedade socioambiental que modelam nossas subjetividades e, portanto, as relações entre nós e o ambiente vital, são exercícios fundamentais diante das diferentes circunstâncias que contribuem para o problemático momento.

⁶⁸ Nas eleições de 2012, como registra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Vale e a ArcelorMittal financiaram campanhas políticas do prefeito de Vitória, Luciano Rezende (PPS) que recebeu dois depósitos da ArcelorMittal no valor de R\$ 50 mil cada, além de R\$ 95 mil da Fibria. Em Vila Velha, também atingida pela poluição, o prefeito Rodney Miranda (DEM) recebeu doações de R\$ 50 mil da Arcelor Mittal e de R\$ 90 mil, da Fibria. COIMBRA, U. **Poluidoras 'compram' omissão dos prefeitos em troca de financiamento de campanhas.** Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/20982/10/poluidoras-compram-omissao-dos-prefeitos-em-troca-de-financiamento-de-campanhas-1>>. Acesso em: 23 abr. 2015

⁶⁹ COIMBRA, U. **Câmara de Vitória dá oito anos de prazo para Vale e Arcelor continuarem a poluir o município.** Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/21294/10/camara-de-vitoria-da-oito-anos-de-prazo-para-vale-e-arcelor-continuarem-a-poluir-o-municipio-1>>. Acesso em: 24 maio 2015.

Foi possível verificar que as notícias contribuem para distanciar cada vez mais o cidadão de compromissos com a problemática ambiental relevando obrigações de empresas e governos em relação a um ambiente ecologicamente equilibrado.

DANILO SOUZA: As empresas poluidoras “fingem” abraçar a causa, com a cumplicidade dos veículos de comunicação e sob o olhar beneplácito do governo que, na verdade, deveria ser o guardião de nossas riquezas naturais. Sempre que se lança em projetos e obras faraônicas ou quando defrontado com desastres ambientais, o governo é o primeiro a se negar a dar informações claras sobre as consequências para o meio ambiente.

Outros impactos decorrentes do desenvolvimento insustentável puderam ser vistos em relação à falta de saneamento envolvendo, mais especificamente, esgotamento sanitário e pavimentação de ruas, resultado imediato de projetos urbanos sem planejamento e que atingem, diretamente, bairros pobres da Grande Vitória. São assuntos mostrados com frequência pelos telejornais⁷⁰, em especial por meio de reportagens e entrevistas com moradores, líderes comunitários e representantes de prefeituras revelando protagonismos que incidem na qualidade de vida e apontam necessidades urgentes de atender a direitos sociais (CARIDE, MEIRA, 2001).

Neste cenário, o programa *Gazeta Comunidade*⁷¹, extinto em 2015, apresentava semanalmente problemas dos bairros colocando-se como uma espécie de porta-voz de demandas comunitárias como se viu no bairro Operário, em Cariacica, onde a apresentadora Sandra Freitas foi, como disse, “mostrar os problemas do bairro e cobrar soluções”.

SANDRA FREITAS, repórter: Eu quero começar aqui fazendo uma pergunta. Como é morar aqui no bairro Operário?

JOSÉ CARLOS, morador: Morar no bairro Operário é bom, tirando o sofrimento aqui da falta de estrutura, não tem calçamento, não tem nada.

⁷⁰ O telejornal *ES TV 1ª Edição* (TV Gazeta) mantém o quadro semanal *Urna do ES* recebendo demandas das comunidades. Lembro que as repercussões socioambientais, intensas já nos idos de 1980, tinham considerável espaço no jornal *A Tribuna* que manteve por muito tempo uma página semanal destinada exclusivamente a demandas dos bairros da Grande Vitória.

⁷¹ O programa *Gazeta Comunidade* chegou ao fim em março de 2015 e, nos últimos onze anos, esteve sob o comando da jornalista Sandra Freitas.

DONA GERALDA, moradora: Quando chove, a água desce aqui em baixo e forma esses buracos. A gente não tem nem como sair (*Gazeta Comunidade*, TV Gazeta, 30/11/2013).

Cerca de quinhentas famílias moravam na parte central do bairro onde o programa registrou problemas de iluminação e de falta de recolhimento de lixo, o que gerava reclamações dos moradores há décadas. Diante da falta de cumprimento de promessas do poder público sobre a pavimentação das ruas, muitos moradores enfrentavam dificuldades como era o caso de Diomar da Costa que enumerou os problemas e disse ser “um sofrimento, a gente tem que descer igual um astronauta né, tem que botar sacola, tem que descer com cuidado para não cair” .

DANIELA PAIXÃO, repórter: O secretário de obras de Cariacica esteve aqui para ver de perto todos esses problemas. Secretário, aquela rua ali não dá, né? Tá difícil!

SALVADOR CAPAZ, secretário de Obras: Realmente ela tá meio triste! Com essa chuva acabou de piorar mais ainda, né?

DANIELA PAIXÃO, repórter: Secretário, por que ficou desse jeito?

SALVADOR CAPAZ, secretário de Obras: A empresa que foi contratada no mandato passado abandonou o trabalho. Nós estamos tentando agora fazer um novo contrato para entrar com uma licitação e, assim, dar essa alegria que eles aqui tanto precisam (...). Nós já combinamos com os moradores, aqui. Vamos marcar uma reunião, trazer a equipe que prepara o solo e nós vamos fazer isso até o dia quinze de janeiro (*Gazeta Comunidade*, TV Gazeta, 30/11/2013).

A reportagem terminou com a apresentadora prometendo acompanhar o trabalho da prefeitura, “vamos cobrar! A gente volta aí depois para ver!” e, em outro momento, já em Morada da Barra, em Vila Velha, o programa apresentou uma situação semelhante.

MICHEL BERMUDES, repórter: Dá para acreditar que essa via cheia de buracos e lama é uma avenida? Há dois anos a comunidade pediu à prefeitura, prioridade na urbanização da avenida das Bandeiras e das ruas São Paulo, Visconde do Rio Branco e Jaguaráçu mas as vias continuam com mato, entulho e lixo por todo lado. Quando não é a lama é a poeira que atormenta os moradores. A avenida Treze de Maio, principal do bairro, é asfaltada mas os moradores pedem quebra-molas e dizem que veículos passam em alta velocidade e que os atropelamentos são frequentes. O

bairro não tem rede de esgoto, nem unidade de saúde, também não tem praça (*Gazeta Comunidade*, TV Gazeta, 16/11/2013).

A comunidade estava esperando há dois anos por obras que “havam sido prometidas para os próximos dias” e, mesmo assim, o engenheiro José Carlos de Assis, informou que só depois da conclusão do projeto de esgotamento sanitário é que a prefeitura iria “correr atrás de recursos tanto a nível federal como estadual”. Como argumentou um morador (sem identificação), a falta de drenagem “faz tudo ficar entupido e, quando chove, alaga muitas casas” ⁷².

MICHEL BERMUDES, repórter: Aí, ninguém sai de casa.

MORADOR não identificado: Ninguém sai de casa.

MICHEL BERMUDES, repórter: Deixa eu ouvir o senhor mais uma vez sobre o calçamento. Já falamos de drenagem. A gente tá aqui em uma avenida bonitinha mas a maioria não é nada bonita aqui, não é? (*Gazeta Comunidade*, TV Gazeta, 16/11/2013).

A falta de infraestrutura é uma situação recorrente em bairros pobres da Grande Vitória e, ao contrário dos telejornais diários onde, muitas vezes, as prefeituras se manifestaram apenas por notas, foi possível observar no programa *Gazeta Comunidade* a presença constante do poder público. Apesar, no entanto, de ser uma cobertura mais ampla, não foi muito diferente dos telejornais diários, evitando-se a crítica, a reflexão⁷³ e a conexão com as diferentes variáveis que envolvem a problemática socioambiental.

Por sua vez, a atuação dos órgãos públicos pode ser resumida como um enorme descaso às demandas dos bairros carentes muito embora seus representantes tivessem sempre uma ‘resposta pronta’ como se viu por parte da prefeitura de

⁷² Pouco tempo depois da visita do programa, o município de Vila Velha enfrentou uma das piores enchentes dos últimos anos.

⁷³ As matérias abordaram muito pouco problemas de saúde provocados pela falta de saneamento mas o *Jornal Capixaba* (TV Capixaba) de 26/02/2014, mostrou um terreno no bairro Manoel Plaza, no município da Serra, que servia de depósito para todo tipo de descartável e alertou para a possibilidade de doenças como a dengue. Em outro momento, o programa *Fala Espírito Santo*, da TV Vitória, de 25/11/2013, também abordou cuidados em relação à dengue a partir do plano de contingência que a prefeitura de Vitória havia elaborado para o verão.

Cariacica ao prometer aos moradores do bairro Operário que, “sim, com certeza, na semana que vem nós estaremos aqui com nossa equipe para dar solução.” Do lado de lá, onde estão os problemas, a omissão do poder público é velha inscrição no imaginário popular.

MORADOR, não identificado: Os políticos vêm aqui no período de campanha para solicitar um voto, dar um abraço em um e em outro mas no momento de dificuldade não aparece nem um membro da prefeitura para ouvir a população. E a dificuldade, a cada dia, aumenta (*Gazeta Comunidade*, TV Gazeta, 30/11/2013).

Repetindo a velha lógica analítica e hegemônica, os telejornais seguiram na contramão dos princípios emancipatórios da educação ambiental em sua proposta de problematizar realidades ambientais, contradições e conflitos (CARIDE, MEIRA, 2001) e amenizaram críticas a governos e a empresas⁷⁴. Ignoraram vertentes políticas e culturais articuladas em torno da questão socioambiental (BUENO, 2007, 2011; NOVAES, 2012, 2015; TRISTÃO, 2008, 2013) e deixaram claro que, em determinados aspectos de uma realidade percebida, exercem papel bem mais significativo e decisivo do que insistem em preconizar paradigmas de imparcialidade e objetividade.

DANILO SOUZA: Os momentos de reflexão direcionados a avaliar a dimensão e a importância dos bens naturais disponíveis e a proporcionar respostas às agressões constantes ao meio ambiente encontram espaços tímidos nos meios de comunicação notadamente no rádio e na TV. Nas exposições mais sérias sobre o tema nota-se uma tendência de utilização de canais com pouca acessibilidade para a maioria da população como nos jornais de circulação nacional e, em especial, na TV por assinatura. Por sua vez, as informações ambientais produzidas pelo governo, não raro, são opacas. Há censura, sigilo, mentira e manipulação que funcionam como barreiras para o acesso a informações sobre as atividades que causam riscos ao meio ambiente e às pessoas.

⁷⁴ A despeito da deficitária cobertura na grande mídia local, os danos ambientais são registrados com frequência pelas redes sociais e pelo portal *Século Diário*, uma das fontes de pesquisa desta tese, cujas notícias abordam, de forma crítica, as repercussões do desenvolvimento predatório.

4.2 LINEARIDADE NA LEITURA DOS FENÔMENOS NATURAIS FAÇA SOL OU FAÇA CHUVA

Nos últimos anos intensificaram-se por parte da comunidade científica alertas sobre efeitos da mudança climática, ligados, de um lado, a um conjunto biofísico de ciclos do próprio planeta e, de outro, a ações humanas que geram interações entre a diminuição da camada de ozônio e alterações no clima em consequência de processos químicos e poluentes.

Estudiosos e cientistas insistem no risco para vida no planeta, o que tem se acentuado diante do aumento exponencial, cumulativo e sinérgico das pressões a que está submetido o equilíbrio ecológico, exposto a rupturas sem precedentes (CARIDE, MEIRA, 2001), envolvendo elementos básicos do meio natural como a água, a terra e o ar, associados à modificação das sequências de dinâmicas biológicas e sociais, à exploração de recursos naturais e à perda da biodiversidade.

As diferenças nos modos colectivos de viver, relacionados com as condições ambientais, não tem comparação com qualquer época passada, a que juntámos uma imensa incerteza sobre as trajectórias futuras. Talvez só com uma e definitiva certeza: o caminho da vida será cada vez mais intransitável e hostil se prosseguirmos no mesmo rumo (CARIDE, MEIRA, 2001, p. 32).

O fenômeno das mudanças e repercussões climáticas registrou situações adversas nos anos de 2013 e 2014 em toda a região capixaba, marcada, respectivamente, por chuvas excessivas e por longas estiagens. Uma grande seca, classificada pelo jornalismo local como a mais grave no estado desde 1970, motivou a realização de várias reportagens da TV Gazeta sobre o rio Doce que vinha sofrendo há anos com a poluição e com o assoreamento e enfrentando problemas que se estendem ao longo do curso, a partir de Minas Gerais, onde nasce, até a foz, no encontro com o mar na Praia de Regência, em Linhares, no Espírito Santo, passando pelos municípios de Baixo Guandu, Colatina e Itapina.

O pesquisador Ricardo Valory, entrevistado em uma das reportagens, informou que

grandes volumes de terra deslocados pela desordenada construção de estradas vicinais por parte do poder público, contribuíram para o assoreamento.

Em outro momento, o biólogo Eduardo Segatto disse que a vegetação original foi reduzida a “apenas 2 ou 3%” de mata original mas a reportagem não explorou a questão deixando de se referir ao fato de o norte capixaba estar submetido à monocultura de eucalipto.

Mais que isto, e reproduzindo situação comum a todo o estado, o rio foi transformado em depósito de lixo e de esgoto por falta de



FOTO: Rosinei Ronconi
Rio Doce, no município capixaba de Colatina

cuidados individuais e coletivos e pela ausência de políticas de saneamento ambiental.

VINICIUS BAPTISTA, repórter: Uma água escura, sem vida e com um cheiro quase insuportável. O que hoje parece esgoto puro já foi um córrego, um afluente do rio doce. O córrego São Silvano, aqui, é despejado sem nenhum tratamento. É todo o esgoto produzido no bairro São Silvano, o maior de Colatina. A coleta feita durante a expedição científica mostra uma escala de zero a nove e, nove, é o número máximo do nível de oxigênio na água. O córrego São Silvano foi o único que ficou no zero e nenhum ser vivo que necessita de oxigênio poderia habitar aqui.

LEONARDO DEPTULSKI, prefeito de Colatina: O projeto deve levar mais dois ou três anos para ser concluído mas a estação já está bem adiantada. A solução para a situação que nós encontramos é essa. Menos de 20% dos municípios da bacia do Doce têm tratamento de esgoto, fruto de anos sem investimento em saneamento porque nós não temos recursos próprios para fazer. Então nós vamos buscar esse recurso fora, buscar parceria com o governo federal. Agora nós estamos conseguindo executar as obras para poder tratar o esgoto. Ao final de 2017, se Deus quiser, teremos todo um sistema implantado coletando e tratando 10% por cento do esgoto da zona urbana.

SEBASTIÃO SALGADO, fotógrafo, entrevistado: Nós, para construir essa sociedade urbana moderna que a gente tem, nós deixamos atrás da gente um deserto, nós destruimos profundamente e hoje há necessidade de refazer, de recuperar, de tomar cuidado com as águas, com as florestas, né? É uma necessidade maior se não vai ser muito complicado para nossa espécie sobreviver (*Bom Dia ES*, TV Gazeta, 07/11/2014)⁷⁵.

Houve, na reportagem, repetição de relatos fragmentados e falta de crítica sobre o fato de o rio ter sido transformado em depósito de esgoto e de lixo. Não foi contextualizada a destruição ambiental, comum a vários municípios capixabas, nem discutida a falta de investimento em políticas públicas, histórica no estado (PASSOS, 2005), o que têm contribuído cotidianamente para a destruição dos recursos naturais. Como argumentou Fabiano Mazzini, a situação do rio entrou em pauta, particularmente, em função da seca.

Agora mesmo a gente assiste a maior emissora do estado discutindo a morte do Rio Doce. É como estivesse descoberto um rio que foi desenhado durante a madrugada. Não é nada disso: os problemas do rio Doce são tão velhos quanto ele. Uma boa pergunta da pauta seria: o que a tragédia da enchente de um ano atrás no Espírito Santo tem a ver com a morte do rio Doce? A emissora tem equipamentos, tecnologia, tempo e recursos para fazer essa ponte e não fez.

A partir de janeiro de 2015 os efeitos da seca se alastraram por todo o estado⁷⁶ e chegaram com intensidade à Vitória quando a questão começou a ocupar a mídia, prefeituras e o governo estadual que anunciou um pacote de medidas. O rio Jucu, um dos que abastece a Grande Vitória, estava com apenas 37% da vazão esperada

⁷⁵ Em entrevista ao repórter Mário Bonella (*Bom Dia ES/TV Gazeta*, 11/03/2015), Sebastião Salgado se referiu ao projeto de reflorestamento denominado “Olhos D’água” que é desenvolvido pelo Instituto Terra, do qual faz parte. Conforme explicou, o rio Doce tem muitas nascentes e o projeto compreende recuperar todas elas o que vai contribuir para devolver o rio para a circularidade da vida. O instituto já fez o piloto de recuperação e plantou árvores em mil e duzentas nascentes compreendendo a recuperação de bacias em Minas Gerais e no Espírito Santo. A partir de 2015 serão recuperadas cabeceiras, nascentes, córregos e afluentes.

⁷⁶ As primeiras avaliações feitas no final de janeiro de 2015 pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) apontavam perdas nas lavouras de café entre 20% a 32%; na produção de leite, entre 23% e 28% e na fruticultura, entre 20% e 30%. **Seca e calor provocam prejuízos de R\$ 1,390 bi no Espírito Santo.** FERREIRA, V. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Cafe/noticia/2015/01/seca-e-calor-provocam-prejuizos-com-de-r-1390-bi-no-espírito-santo.html/>>. Acesso em: 22 maio 2015.

para a época do ano, a menor capacidade desde 1989, conforme reportagem do ESTV 2ª Edição.

ELIANA GORRITI, repórter: O rio Jucu é responsável pelo abastecimento de um milhão de pessoas em Vitória, ou seja, muita gente depende desse rio. A gente está agora no canal do Araçás onde, infelizmente, acontece o despejamento de esgoto. É isso mesmo?

PETRUS LOPES, pesquisador do Instituto Jacarenema: É, o canal do Araçás que escoia boa parte do esgoto de Vila Velha e cai *in natura* aqui no rio Jucu, está bastante poluído e recebendo esgoto industrial, doméstico e hospitalar.

APRESENTADOR: A última medição indica que os rios Jucu, Santa Maria e Benevente estão com 37% da vazão esperada para mês de janeiro. Os três rios são responsáveis pelo abastecimento da região metropolitana da Grande Vitória. Uma nova medição está sendo feita pela agência estadual de recursos hídricos (ESTV 2ª Edição, TV Gazeta, 26/01/2015).

Outra reportagem mostrou o município Guaçuí⁷⁷, no sul capixaba, adotando racionamento de água em repartições públicas, com a prefeitura orientando sobre “consumo consciente” e anunciando multas para quem desperdiçasse água para lavar carros e calçadas ou encher piscinas. É interessante observar que o discurso oficial da prefeitura em torno da “consciência” se pautou por uma ameaça já que havia uma penalidade a ser imposta, associada a uma linguagem imperativa e não motivadora (TRISTÃO, 2008), o se que configura como uma questão muito distante do processo de transformação social e individual e de organização da sociedade em sua relação com a natureza.

Foi possível observar, ainda, que o sentido atribuído pelas notícias dificulta a compreensão da conscientização na perspectiva da educação ambiental que entende o ato de conscientizar como concepção ampla em torno de dimensões históricas, políticas, culturais e econômicas, fundamentais para contextualizar as questões socioambientais (TRISTÃO, 2008).

⁷⁷ ESTV 1ª Edição, de 05/11/ 2014.

Na última semana de janeiro de 2015, o governo estadual⁷⁸ divulgou na televisão uma campanha tímida de sensibilização sobre o uso da água e, assim como os telejornais, chamou a responsabilidade sobre a economia para o consumidor⁷⁹. Dias depois, manifestando-se, em raro momento de análise sobre a questão, o secretário estadual de Agricultura tocou rapidamente no desmatamento como um componente relacionado à seca e reconheceu a necessidade de aumentar a cobertura florestal no estado.

OTACIANO NETO, secretário estadual de Agricultura. No eixo da sustentabilidade, a primeira vertente é aumentar a cobertura florestal no Espírito Santo. A gente precisa ter um trabalho importante por parte do produtor rural de preservar nascentes (...), precisa ser implementada uma política estadual de segurança hídrica que aponte a necessidade de investimentos em estrutura hídrica. Na época das cheias tem uma quantidade de chuvas, em geral, muito grande e a gente não tem capacidade de reservar essa água para os períodos de estiagem. A política tem essa vertente de construir barragens, de construir represas, de melhorar a transposição de água de um pequeno rio para outro pequeno rio. Mas isso tudo com muito cuidado com o meio ambiente porque nós não podemos apenas ficar falando em segurança hídrica sem nos preocupar com a área ambiental, com os impactos no ecossistema (*Jornal do Campo*, TV Gazeta, 18/01/2015).

O secretário não definiu prazos e o telejornal, por sua vez, deixou de questionar a origem dos problemas reproduzindo a racionalidade cognitivo-instrumental (SANTOS, 2007) e mantendo a recorrente falta de contextualização entre estruturas políticas, socioeconômicas e culturais.

⁷⁸ Apesar das graves questões ambientais, o governador Paulo Hartung retirou da Assembleia Legislativa, em fevereiro de 2015, quatro projetos deixados pelo antecessor Renato Casagrande, dentre os quais, a abertura de crédito especial de R\$ 9 milhões destinados aos municípios para realização de obras de infraestrutura hídrica e recuperação de bacias hidrográficas. O governador pediu, também, devolução da proposta que criava o Fundo de Sustentabilidade Econômica do Estado prevendo mudanças na regulamentação do regime jurídico das terras devolutas. SAMORA, N. **Hartung veta projetos aprovados e pede devolução das matérias de Casagrande.** Disponível em: <<http://seculodiario.com/21180/8/hartung-veta-projetos-aprovados-e-pede-devolucao-das-materias-de-casagrande>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

⁷⁹ Relatório divulgado em janeiro de 2015 pelo Sistema Nacional de Informações sobre saneamento, referente ao ano de 2013, mostra que Espírito Santo lidera o desperdício de água tratada na região Sudeste, com 34,39% de perdas durante a distribuição. Está em segundo lugar em consumo, na faixa de 191,14 litros de água por dia/por pessoa o que é superior à média nacional de 166,29 litros/per capita. Ainda segundo o relatório, pouco mais de 30% do esgoto é tratado no estado. **ES lidera desperdício de água no Sudeste e trata apenas 32,15% de seu esgoto.** Disponível em: <<http://www.sindipublicos.com.br/es-lidera-desperdicio-de-agua-no-sudeste-e-trata-apenas-3215-de-seu-esgoto/>>. Acesso em: 24 maio 2015.

Entrevistado também sobre a seca, na TV Gazeta, o prefeito de Vitória, Luciano Rezende se referiu à reserva da Fonte Grande, que corta o cento da capital capixaba, lembrando que naquele local havia, anos atrás, abundância de água.

Atualmente, tanto o Morro da Fonte Grande quanto o morro da Piedade fazem fronteira com a área de reserva atingida pela acelerada concentração urbana a partir

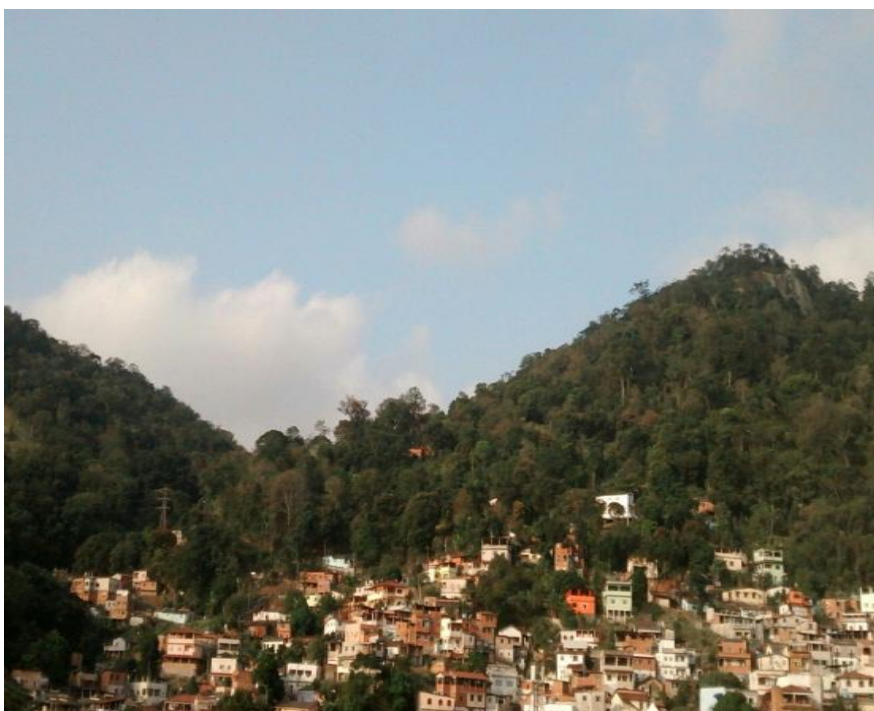


FOTO: Rubem Côgo

Parte da reserva da mata atlântica entre os morros da Piedade e Fonte Grande, Vitória

dos anos 1970. Casas ocupam o morro até a parte alta onde há remanescente da mata sendo comum a ocorrência de focos de incêndios⁸⁰ em um lugar onde se observa ausência de serviço efetivo de fiscalização por parte da prefeitura.

As análises mostraram também que as notícias se eximiram de crítica e da reflexão deixando de fazer referências a alertas da ciência sobre mudanças climáticas e a questões que envolvem a indústria e o agronegócio, grandes predadores e poluidores do meio ambiente. Prevaleceram discursos reducionistas de governos concentrados na necessidade de se fazer economia sobre o consumo doméstico com ameaças de multar o consumidor.

Não foram exploradas a falta de compromisso de gestores públicos com a questão socioambiental nem as aproximações entre empresas poluidoras e poderes

⁸⁰ A mata atlântica é submetida a incêndios frequentes diante de fiscalizações precárias e de governos que não utilizam equipamentos eficazes de combate como se viu em matéria na reserva de Pedra Azul, município de Domingos Martins, onde a equipe do governo estadual estava inerte, sem os devidos equipamentos diante da destruição de uma área equivalente a trinta campos de futebol como registrou o *ESTV 2ª Edição*, em 26/01/2015.

públicos, o que permite a exploração predatória de recursos naturais (SANTOS, 2001a; 2007; BUENO, 2007, 2011).

Procurando ampliar um pouco mais o foco da discussão sobre a cobertura fiz algumas leituras a partir do *Jornal Nacional* e de sites da *Rede Brasil* no sentido de analisar notícias sobre a seca que havia atingido o estado de São Paulo, em 2014, com repercussões sobre o rio Tietê, para ver em que medida havia semelhança com as abordagens locais diante da cobertura sobre a seca que atingia o Espírito Santo. Chamou atenção, inicialmente, o grande desencontro de informações, com o governo estadual, administrado por Geraldo Alckmim (PSDB), recém-eleito, negando a interrupção do abastecimento, contrariando ações de ONGS ambientalistas e de manifestantes, que foram às ruas protestar contra a falta de água. Parte da mídia escondeu e parte denunciou a crise hídrica.

Nesse caso, também, prevaleceram notícias dicotômicas denotando-se a eliminação de conexões entre a natureza e ações humanas com a linha de ruptura das mudanças climáticas e atmosféricas revelando um modo de ver muito semelhante entre as abordagens, tanto local quanto nacional, o que configura um padrão frequente no jornalismo onde faltam análises sobre repercussões dos fenômenos naturais em uma perspectiva mais ampla. Faltam associações entre ações humanas e o processo de destruição da natureza que incide sobre eventos climáticos, como tempestades, inundações, períodos de seca e de extremo calor, e gera, em consequência, desagregação de redes de infraestrutura e de serviços, insegurança alimentar, falta de água, perda de produção agrícola e de meios de renda, contaminação da terra, do ar e da água, acumulação de resíduos urbanos e aumento do uso de combustíveis fósseis para transportes e indústrias (CARIDE, MEIRA, 2001), dentre outras questões.

Junto a isto, está o crescimento da população humana que deverá passar de nove bilhões até 2050 e que irá requerer, em contrapartida, aumento da produção de alimentos, de energia e de utilização de recursos hídricos esbarrando na ideia de “um mundo-limitado-mundo-finito” (CARIDE, MEIRA, 2001, p. 30) e de grandes incógnitas sobre a existência de recursos para assegurar as necessidades em um futuro próximo. Muitos destes impactos já atingem milhões de pessoas que precisam deixar seus lugares de origem diante de guerras, desastres ambientais e práticas

agrícolas, industriais e energéticas nocivas ou do esgotamento de recursos que contribuíam para sua subsistência.

No momento atual, o grande debate mundial relacionado ao aquecimento global⁸¹ e à destruição da camada de ozônio também aponta impactos graves para os ecossistemas e para a humanidade em função do aquecimento global e das mudanças climáticas, assunto que mereceu atenção detalhada em novembro de 2014 do *Movimento dos Trabalhadores Sem Terra*. Foram discutidos diversos aspectos relacionados ao fenômeno da seca em uma longa entrevista com Antonio Nobre, pesquisador do Centro de Ciência do Sistema Terrestre do Instituto Nacional de Pesquisas que destacou impactos do desmatamento e argumentou que, no Brasil, as florestas têm muito pouca importância, “até eucalipto tem mais valor que floresta nativa”. Disse que, no caso da Amazônia, que citou como exemplo, há “uma assembleia fantástica de seres vivos que operam no nível de átomos e de moléculas regulando o fluxo de substâncias e de energia e controlando o clima” (CHIARETTI, 2014).

Informou, ainda, na entrevista que nos últimos quarenta anos foram destruídas mais de quarenta bilhões de árvores o que dá dimensão da falta de percepção de que a floresta é potente, condiciona o clima e é uma usina de serviços ambientais. Disse que o sistema climático planetário está entrando em falência como previsto, só que mais rápido. Alertou para colapsos.

Nesse estudo eu quis esclarecer conexões porque esta discussão é fragmentada. “Temos que desenvolver o agronegócio. Mas e a floresta? Ah, floresta não é assunto meu”. Cada um está envolvido naquilo que faz e a fragmentação tem sido mortal para os interesses da humanidade. Quando fiz a síntese destes estudos eu me assombrei com a gravidade da situação. Lá, está aumentando a duração da estação seca e diminuindo a duração e o volume de chuva. Agricultores do Mato Grosso tiveram que adiar o plantio da soja porque a chuva não chegou. Ano após ano, na região leste e sul da Amazônia, isso está ocorrendo. A seca de 2005 foi a mais forte em cem anos. Cinco anos depois teve a de 2010, mais forte que a de 2005. O efeito externo sobre a Amazônia já é realidade. O sistema está ficando em desarranjo (CHIARETTI, 2014, p.3).

⁸¹ A temperatura vem aumentando de forma irregular no planeta no último século, em especial, na América Central e na América do Sul, onde chegou a 1%, enquanto a média mundial ficou em 0.74° C. Neste cenário, o primeiro impacto mais visível é o derretimento de geleiras (PRIMI, 2014).

Novaes (2015) também alertou para a urgência de uma estratégia de “guerra à ignorância” quanto às questões relacionadas à Amazônia e que exigem políticas competentes e obrigatórias para que se possa chegar ao desmatamento zero⁸², abolindo o uso do fogo, recompondo espaços desmatados e mostrando às “elites” o papel decisivo que têm a desempenhar no processo, o que implica impedir a expansão de pastagens (que emitem o gás metano) e, em consequência, mudar os caminhos da pecuária.

Ainda no caso específico da Amazônia, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, publicado em 2008 aponta a urgência de políticas de desmatamento zero (NOVAES, 2015), reiteradamente discutido em uma campanha da ONG ambientalista Greenpeace, que atua pela preservação da floresta. No entanto, dados de janeiro de 2015, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), mostraram que o desmatamento na Amazônia Legal aumentou 32% no Amazonas, 42% Pará, 18% no Mato Grosso e 5% em Rondônia, em períodos já de vigência do novo Código Florestal⁸³ aprovado pelo Congresso Nacional em setembro de 2012.

Vale lembrar que o novo código florestal brasileiro praticamente não foi discutido na grande mídia deixando o telespectador completamente alheio às propostas que passaram por redução das unidades de conservação e por mudanças nas regras de licenciamento ambiental⁸⁴. A mídia conservadora nada disse, também, sobre manifestações, protestos e denúncias que mobilizaram a sociedade, ambientalistas

⁸² **“Amazônia: a atualidade do “Desmatamento Zero”**. NOVAES, W Disponível em: <http://isearch.omiga-plus.com/?type=hp&ts=1421777219&from=face&uid=ST3250318AS_6VMAX05J>. Acesso em: 27 maio 2015.

⁸³ **Com novo Código Florestal, desmatamento na Amazônia cresce 437%**. SILVEIRA, D. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/11787-com-novo-codigo-florestal-desmatamento-na-amazonia-cresce-437-por-cento>>. Acesso em: 24 maio 2015.

⁸⁴ À época, Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente no governo Luiz Ignácio Lula da Silva disse que pesquisas mostravam 80% da sociedade contra a aprovação o código florestal e que a redução do desmatamento no país só havia ocorrido porque houve aplicação de penalidades a grileiros, multas e apreensão de madeira em grande quantidade. Disse, também, que tais iniciativas despertaram reações contrárias por parte de setores conservadores do governo como energia, transporte e agricultura, da bancada ruralista e dos governadores do Mato Grosso e de Rondônia e, depois, reforçadas pelo Robert Mangabeira Unger (ex-ministro de Assuntos Estratégicos) que liderou uma agenda para que o presidente Luiz Ignácio Lula da Silva revogasse as medidas (BERNARDO, A., 2012).

e redes sociais gerando a campanha, *Veta Dilma*, com recados para a presidenta Dilma Rousseff evitar a aprovação.

Avaliando a cobertura, em entrevista à Diniz (2012), Novaes disse que os meios fizeram de conta que não sabiam da influência das questões propostas para a zona rural e para certos setores econômicos, o que deixa muito evidente, como entende esta tese, que os silêncios da mídia são muito mais comuns do que se possa imaginar quando estão em jogo o aspecto econômico e interesses dos meios de comunicação.

Em relação às notícias analisadas verifiquei que pouco se ativeram a omissões de governos e de políticos que burlam leis, desconsideram práticas sustentáveis e ignoram repercussões em nome de um modelo de progresso que assume uma forma de conhecimento metonímico (SANTOS, 2008) por se colocar como a única forma de racionalidade existente. Na discussão inscrita na sociologia das ausências, o autor diz que superar a monocultura de interpretação da razão metonímica passa pela crítica à lógica produtivista que tem como único objetivo o crescimento econômico e racional aplicado à natureza.

O que está em causa é a ampliação do mundo através da diversificação do presente. Só através de um novo espaço-tempo será possível identificar e valorizar a riqueza inesgotável do mundo e do presente (...). Na fase de transição em que nos encontramos, em que a razão metonímica, apesar de muito descreditada, é ainda dominante, a ampliação de mundo e a dilatação do presente tem que começar por um procedimento que designo por sociologia das ausências. Trata-se de uma investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na verdade, activamente, produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não-credível ao que existe (SANTOS, 2008, p.102).

Faltaram análises e reflexões sobre os problemas em suas múltiplas dimensões que incluem a história, fatores naturais, sociais, econômicos e políticos (CARIDE, MEIRA, 2001; GAUDIANO, 2005; NOVAES, 2012) ignorando-se a perspectiva crítica, ética e democrática que busca o questionamento, a preocupação, as interações com a problemática ambiental e o melhor relacionamento com o mundo.

Foi possível verificar, ainda, que as notícias repercutiram perspectivas muito distantes da transformação emancipatória proposta pela educação ambiental e pelo

jornalismo progressista em sua defesa de subjetividades que possam contribuir para compreensões, valores e crenças e com nossa própria ação no mundo. Esta também foi observação dos participantes da tese avaliando a falta de abordagens sobre os cuidados necessários com a natureza.

DANILO SOUZA: É evidente que não há nenhuma intenção de informar e formar a opinião pública. Nos desastres naturais ou nos ambientais não vejo qualquer tipo de esforço no sentido de contribuir para a consciência ambiental da população.

THELMO SCARPINE: Acredito ser necessária uma abordagem que contemple todos os olhares e percepções e estimule e aprofunde discussões. Além do caráter informativo, as matérias devem ter, também, um viés didático apontando, sobretudo, responsabilidades de toda a coletividade na preservação ambiental.

Em um aspecto mais imediato, como também registra Novaes, em entrevista à Castilho (2012), a relação com a natureza implica em mudar hábitos que passam por responsabilidades individuais e coletivas sobre os impactos produzidos e sobre como reduzi-los.

Em 97, quando foi aprovado o protocolo de Kyoto, se estabeleceu que os países industrializados reduziram emissões de gases poluentes em 5,10% até 2012. O balanço diz que essas emissões aumentaram 45% e, não, diminuíram 5,2% (CASTILHO, 2013, pág. 4).

4.2.1 COBERTURA SUPERFICIAL DAS CHUVAS COM DESTAQUE PARA CELEBRIDADES

Ao separar a cultura da natureza e a sociedade da natureza (TRISTÃO, 2008) reproduzindo e reiterando abordagens dicotômicas e lineares, as notícias contribuem para o monopólio de interpretação (SANTOS, 2007) que marcou, também, as coberturas das intensas chuvas que atingiram várias regiões do Espírito Santo em 2013. Um desses momentos ocorreu no *Bom Dia Brasil*, da TV Globo que anunciou “a pior chuva que atingiu o Espírito Santo nas últimas décadas” mostrando como

estava a situação no bairro Jockey, em Vila Velha, a partir de uma reportagem feita pela TV Gazeta.

GABRIELA RIBERTI, repórter: Não parece, mas essa aqui é a rua principal do bairro. Os moradores estão há dez dias ilhados. Por causa das chuvas, a BR-101 e a BR-259 estão interditadas. Aqui no estado, as regiões mais atingidas pelos alagamentos são as regiões noroeste e norte, onde fica o município de Colatina. Lá, os bombeiros ainda procuram duas crianças que estão desaparecidas. Em todo o Espírito Santo quase cinquenta mil pessoas tiveram que deixar suas casas por causa das chuvas. A situação está mesmo crítica por aqui, Rodrigo, Ana (*Bom Dia Brasil*, TV Globo, 26/12/2013).

Em menos de quarenta segundos a notícia terminou e, no *Jornal Nacional*, também da TV Globo, uma matéria feita pela TV Gazeta às vésperas do natal mostrou a visita da presidenta da República, Dilma Rousseff que sobrevoou o estado junto com o ex-governador Renato Casagrande. A reportagem fez um apanhado geral da situação a partir do município de Colatina deixando para falar sobre a visita no final.

MÁRIO BONELLA, repórter: Quatro horas de trabalho. Bombeiros e moradores em Colatina, no norte do estado, retiraram terra e entulho e um homem de vinte e quatro anos foi resgatado com vida e levado para o hospital. O barranco despençou por volta de sete da manhã e destruiu quatro casas.

JORGE DE CARVALHO, morador: Rápido, rápido, rápido! Saiu diluindo tudo, lavando tudo, derrubando tudo.

MARIO BONELLA, entrevistador: A cada dia aumenta o número de pessoas que precisam sair de suas casas aqui no Espírito Santo. Já são aproximadamente cinquenta mil. Mesmo morando em bairros alagados muita gente insiste em permanecer em suas casas. Nesse bairro, em Vila Velha, a água entrou pela janela das casas. Esse homem está morando no terraço e improvisou uma escada do lado de fora de casa.

RODINELI GONÇALVES, morador: Não tem nada dentro de casa, a comida que tinha não teve jeito de levar porque a água subiu muito rápido.

MARIO BONELLA, entrevistador: Mais de duas mil toneladas de doações já foram recolhidas. Difícil é chegar até em casa com os mantimentos.

MARIO BONELLA, entrevistador: Hoje de manhã, junto com o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, a presidente Dilma sobrevoou áreas alagadas na região metropolitana de Vitória.

DILMA ROUSSEFF, presidenta do Brasil: No momento inicial o que nos interessa é não ter morte. Você tem que salvar as pessoas e garantir abrigo a elas. Eu vi, em alguns estados, situações, assim, de alagamentos fantásticos. Eu vi isso no Maranhão, quando houve alagamento mas aqui eu vi uma quantidade de água absurda. É impressionante (*Jornal Nacional*, TV Globo, 24/12/2013).

A entrevista da presidenta referindo-se “a alagamentos fantásticos” como os que ela havia visto no Maranhão ou, ainda, à “quantidade de água absurda” que viu no Espírito Santo foi completamente deslocada e não trouxe nenhuma informação importante sobre o que o governo federal iria fazer em relação aos prejuízos. Naquele momento, informações da Defesa Civil Estadual davam conta que oito pessoas haviam morrido e que, dos setenta e oito municípios capixabas, mais de cinquenta haviam sido afetados pela chuva levando o governo Casagrande a decretar situação de emergência em todas as áreas atingidas (GLOBO, 2013).

Na TV Vitória, a cobertura do telejornal *ES no Ar* passou por tons de brincadeira com a reportagem comparando imagens do alagamento “a cenas que parecem de um filme, com as mesmas ruas e os mesmos locais debaixo d’água,” em uma abordagem completamente aleatória que evitou contextualizações sobre a falta de saneamento. Como mostrou, ainda, o telejornal, centenas de pessoas buscaram abrigo na escola João Calmon, no Parque das Gaivotas, em Vila Velha, onde Selma Julião Santos, de cinquenta e sete anos, e Virgílio Silveira de Oliveira, de sessenta e três, disseram estar vivendo o pesadelo de ver suas casas, na região da Grande Terra Vermelha, invadidas pela água.

Embora tivesse feito uma referência a procedimentos para evitar doenças, a matéria acabou se concentrando nas doações.

REPÓRTER: Quem puder doar, faz como?

ROSEANE NASCIMENTO BATISTA, Coordenadora de Calamidade Pública: É só se dirigir à escola João Calmon. Entregar à equipe da prefeitura que se encontra aqui. Uma equipe de psicólogos, assistentes sociais, educador social. Tem toda uma equipe pronta para fazer esse acolhimento.

APRESENTADOR: Olha, quem puder ajudar essas famílias pode enviar doações para a escola João Calmon que fica na rua Sebastião Silveira, no

bairro Parque das Gaivotas, em Vila Velha (*ES no Ar*, TV Vitória, 13/12/2013).

A notícia passou de um assunto a outro sem questionar a responsabilidade do poder público em relação aos recorrentes alagamentos a que os entrevistados se referiram, menosprezou ações preventivas e deixou de questionar a falta de políticas públicas e de cuidados coletivos e individuais. Fragmentou a notícia e eliminou a crítica repetindo modelo comum a praticamente todas as reportagens analisadas e repercutiu uma ideia generalizada, que, segundo analisou Thelmo Scarpine, mostra “uma tendência da imprensa em transformar tudo num grande espetáculo onde valem mais os efeitos e os impactos imediatos causados pelos acontecimentos do que refletir e debater sobre os fatores que o motivaram”.

Para não dizer que a prevenção foi totalmente ignorada, uma matéria do *ES no Ar*, de 28/11/2013, se referiu a um programa do governo do estado, o que vai permitir informações mais precisas sobre chuvas, mas ficou restrita a questões técnicas e aos custos, divididos com uma empresa de mineração. Pouco esclareceu sobre como o programa poderia ajudar as pessoas residentes em áreas de alagamentos.

Em praticamente toda a cobertura, chamou atenção a ausência do prefeito de Vila Velha, Rodney Miranda, que tinha viajado ao exterior ainda no começo das chuvas e foi muito criticado pelas redes sociais. Em uma das poucas vezes em que foi entrevistado usou como justificativa o fato de estar “em merecidas férias com a família” e pouco disse em relação a responsabilidades do poder municipal sobre a falta das obras questionadas por entrevistados que enfrentavam alagamentos há anos.

Foi também pelas redes sociais que as comunidades se mobilizaram para recolher alimentos e gêneros de primeira necessidade em um intenso protagonismo noticiado pelo *Bom dia ES*, de 26/12/2013. Mas o destaque, no entanto, acabou sendo para celebridades em uma discussão conduzida pelo entrevistado.

GILBERTO SUDRÉ, entrevistado: Eu trouxe aqui três exemplos de artistas de renome nacional que ficaram engajados (...) e divulgaram o problema, a catástrofe que aconteceu aqui no estado. Aqui tem a Anitta, uma cantora famosa no Brasil todo.

FILIPPE LEMOS, apresentador: Sim, claro.

GILBERTO SUDRÉ, entrevistado: A própria Ivette Sangalo também retuitou e publicou a mensagem “Ore pelo Espírito Santo”. E, também, a Preta Gil que fez a mesma questão. Divulgou através dos seus seguidores, mensagem dessa catástrofe que teve aqui no estado. Para você ter uma ideia, olha só, só aqui no post da Anitta, trinta três mil pessoas, mais de trinta e três mil pessoas curtiram essa publicação.

FILIPPE LEMOS, apresentador: Trinta e três mil tomaram conhecimento da situação.

GILBERTO SUDRÉ, entrevistado: Exatamente! Aqui, no caso da Ivette Sangalo, quase trinta e quatro mil pessoas tiveram conhecimento e foram envolvidas na questão desse evento todo que aconteceu aqui. Além disso, o Naldo, a própria Bruna Marquezine, também, que são atores ou cantores nacionais, ficaram envolvidas. Então acho que é uma questão bem importante, de uso bem adequado da rede social para exatamente isso, o engajamento e envolvimento das pessoas (*Bom dia ES*, TV Gazeta, 26/12/2013).

Em que se pese a importância da divulgação em função do alcance da internet, não se sabe ao certo o que as celebridades fizeram, além dos cliques, e que a cantora Anitta veio ao estado para entregar doações de gêneros básicos a desabrigados. Cercada por fãs eufóricos mereceu cobertura ao vivo no *ES TV 1ª Edição* que, no entanto, produziu uma cobertura altamente superficial e simplificadora que concorreu para distanciar o público de avaliações críticas em relação às chuvas e aos problemas que estavam ocorrendo.

Viu-se, ainda, prioridade às consequências que reduzem a cobertura a um olhar imediatista e desconectam a problemática de suas origens mostrando a forte presença do conhecimento instrumental (SANTOS, 2001b) em um modelo de abordagem marcado pela concepção binária e que coloca em lados opostos, cultura e natureza (TRISTÃO, 2008). Produziram sentidos que concorrem para limitar e inviabilizar compreensões sobre o processo de degradação ambiental que não pode, em absoluto, ser atribuído, meramente, a fenômenos da natureza. Decerto que eventos climáticos, astronômicos e geológicos provocam as mais diferentes transformações no planeta, no entanto, diversos estudos têm mostrado alterações ambientais como particularidade singular inerente a traços da atual civilização que gerou uma crise mundial como um dos efeitos mais globalizados do processo (CARIDE, MEIRA, 2001).

Colocar em lados opostos, cultura e natureza, invariavelmente com prevalência de um aspecto sobre o outro (SANTOS, 2007; TRISTÃO, 2008), se tornou quase uma “fórmula” no jornalismo, manifestada em abordagens que raramente fazem uma leitura abrangente do acontecimento. Em sua análise sobre a questão, Danilo Souza lembrou um acidente ocorrido no Morro do Macaco, em Vitória, em janeiro de 1985, onde o deslizamento de uma pedra vitimou centenas de moradores e argumentou que faltou prevenção por parte do poder público e esclarecimentos da imprensa em relação àquela área de risco. Naquela época, eu estava trabalhando TV Educativa e, como nas demais emissoras, nosso departamento de Jornalismo ficou vários dias envolvido com notícias sobre o acidente, mas, ao que me lembro, o enfoque se concentrava no imediatismo e nas consequências dos fatos.

Vários anos depois, o destaque a consequências deu o tom novamente à notícia veiculada pelo *Jornal da TV Vitória*, na edição de 11/11/2013 mostrando que o Morro do Macaco ainda é uma área de risco, situação que se agrava em função de chuvas, apesar da construção de muros de contenção. A notícia lembrou o acidente de 1985 com detalhes e informou que o morro está dentre os vinte e cinco pontos de perigo mapeados em Vitória⁸⁵ mas não questionou a nova ocupação permitida pelo poder público.

Trata-se de uma visão reducionista e, como avaliou Thelmo Scarpine, longe de uma abordagem “multidisciplinar que contemple todos os olhares e percepções a respeito do tema, estimule e aprofunde a discussão, o que, de certa forma, vai na contramão da atual tendência de notícias curtas com caráter meramente imediatista e impactante”.

A prevalência das consequências é priorizada, também, em coberturas nacionais como observou Fabiano Mazzini ao se referir a tragédias ocorridas no Rio de Janeiro sendo a primeira, no Morro do Bumba⁸⁶, em Niterói, em abril de 2010, e a segunda,

⁸⁵ Conforme registro da matéria “era madrugada quando a pedra de cento e cinquenta toneladas rolou no morro deixando um rastro de destruição. Centenas de pessoas ficaram feridas, mais de seiscentas famílias perderam suas casas, muitas vítimas nunca foram localizadas. Aos poucos a destruição foi substituída pela esperança, as casas foram construídas sobre os escombros.” *Jornal da TV Vitória*, TV Vitória, 11/11/ 2013.

⁸⁶ **Após 1 ano da tragédia, Morro do Bumba é chamado de cemitério.** Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/00I5043786-EI8139,00-.>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

em Nova Friburgo, na região serrana, em janeiro de 2011, provocadas por temporais de grandes proporções. Ao comparar os enfoques ele disse que, apesar da semelhança pelo fato de os acidentes terem sido causados por fortes chuvas, com casas localizadas em morros, o fator econômico representou um grande diferencial.

FABIANO MAZZINI: Houve uma exploração incomum para o fato de a tragédia ter ocorrido em uma região onde, no passado, funcionou um antigo lixão. Portanto, neste caso, a mídia trabalhou as causas do soterramento concluindo pela responsabilidade das pessoas em morar em um terreno instável e pela responsabilização do poder público de ter se omitido diante de uma ocupação irregular. Na região serrana, no entanto, o interesse da especulação imobiliária e, igualmente, a existência de ocupação também irregular, mas por famílias de poder aquisitivo maior, foi minimizado na cobertura.

Acompanhei algumas notícias sobre a tragédia no Morro do Bumba pela internet e vi uma reportagem no *Jornal Nacional*, da TV Globo, que tomou como uma de suas referências, o fato de muitas casas terem sido construídas sobre um antigo depósito de lixo, procurando saber por que os moradores não haviam sido avisados de que havia risco. Ainda, segundo a matéria, a construção da estrada sem muros de contenção, somada à água empoçada, teria contribuído para o desmoronamento mas, apesar de se referir à falta de políticas públicas, não fez, no contraponto, observações sobre questões estruturais que poderiam ter levado os moradores a ocupar o local.

Tempos depois, analisando o trabalho jornalístico sobre o acidente em entrevista à Diniz (2012), Novaes questionou uma das ações mais comuns no dia a dia do jornalismo que é a falta de continuidade na cobertura⁸⁷ dizendo que, quando algum fato tem impacto, o fato é noticiado. Depois, é completamente esquecido.

Quem está tratando das consequências dos desastres climáticos na região serrana do Rio de Janeiro depois de um ano? Quem está indo lá ver o que aconteceu e o que está sendo feito para resolver? (...) Como não há cobrança, problemas estruturais como habitação nas encostas e nas margens dos rios não são combatidos (DINIZ, 2012, pág. 3).

⁸⁷ Isto é quase uma norma no telejornalismo podendo-se ver uma exceção nesse sentido no quadro **Prometeu, cumpriu** apresentado pela TV Gazeta e referente a cobranças de ações dos poderes públicos sobre a falta de infraestrutura registrada em bairros da Grande Vitória.

Outra questão observada foi falta de referências a investimentos em políticas ambientais e a acordos entre governos e indústrias denotando o uso mercantilista da natureza e deixando claro, como observou Gerusa Contti, a necessidade urgente de políticas, cuidados e práticas que contribuam para novas compreensões sobre a importância do meio ambiente para a vida. E questionou: “o que é melhor? Gastar milhões para consertar o que já estragamos e continuar estragando ou modificar as nossas práticas?”

Sem dúvida, não há soluções fáceis, nem rápidas a se considerar o que as notícias vêm mostrando em relação a atitudes individuais e coletivas nos modos como lidamos com a cultura-natureza (TRISTÃO, 2013) submetida a um veloz processo de destruição que tem merecido pouca atenção de muitos veículos de comunicação. Em muitos deles, como analisa Bueno, há “intenção deliberada de falsear a verdade, com o objetivo de criar uma imagem positiva para organizações ou empresas que se empenham em moldar um discurso descolado da realidade” (2011, p. 4).

Não se pode ignorar que essa é uma perspectiva altamente desafiadora para o jornalismo, no entanto, como observa Thelmo Scarpine, “é possível imprimir à apuração um caráter socialmente mais responsável e ético abordando, também, responsabilidades de toda a coletividade na preservação ambiental”.

Diante do pensamento fragmentado e dicotômico, muito presente no jornalismo e de uma percepção social que ignora cuidados com o meio ambiente, mudar concepções paradigmáticas implica em mudar pensamentos e atitudes que envolvem a família, a escola e poderes públicos assumindo-se uma responsabilidade que é de todos e que não pode ser trabalhada de forma independente. É urgente a prática de outras racionalidades, percepções e valores que contribuam para gerar um saber solidário aberto à diversidade.

A premissa que norteia o paradigma proposto é o diálogo de saberes que permita construir espaços de fronteiras; formar um pensamento crítico, criativo e sintonizado com a necessidade de propor respostas para o futuro, capaz de analisar as complexas relações entre os processos naturais e sociais e de atuar no ambiente em uma perspectiva global, respeitando as diversidades socioculturais (JACOBI, FRANCO, TRISTÃO, 2009, p. 4).

4.3 ANIMAIS, ENTRE FLASHES E CURIOSIDADES, NA LÓGICA DA DEVASTAÇÃO AMBIENTAL

Na discussão envolvendo questões relacionadas à vida dos animais foi possível observar que os assuntos mais frequentes nos telejornais se referiram a cuidados, à caça predatória, a maus tratos e ao descumprimento do defeso, muito embora, a curiosidade e, não, a extinção, tivesse sido a pauta principal. Efeitos imediatos da dimensão antropocêntrica de mundo, revelados pela veloz destruição de espécies e perda de seus habitats naturais, contrariam a perspectiva socioeducativa da educação ambiental (CARIDE, MEIRA, 2001; TRISTÃO, 2008) em suas apostas éticas de respeito aos animais que vivem situações preocupantes como mostrou a série feita pela TV Gazeta sobre a seca na região do rio Doce.

Uma realidade trágica. Mais de três mil espécies catalogadas estão ameaçadas de extinção. Capivaras, comuns na região tempos atrás, já não são mais vistas com frequência como informou o biólogo entrevistado pela matéria.

EDUARDO SEGATTO, biólogo: a principal ameaça observada para a fauna é a destruição dos habitats e que a gente vê bastante descaracterizada. Com a ocupação humana desordenada, alguns municípios estão em uma situação muito ruim (...) a caça ainda é bastante cultural na maioria dos municípios. A fauna pede socorro e o momento é esse pra começar agir e fazer alguma coisa (*ESTV 1ª Edição, TV Gazeta, 06/06/2014*).

Houve, como mostraram as análises, considerável espaço para a proteção ao defeso sendo este o único momento em que o telejornalismo se referiu claramente às infrações como crimes ambientais, o que não ocorreu, por exemplo, em relação aos grandes investimentos portuários envolvendo empresas e governos. No entanto, mesmo em relação a agressão aos animais, as notícias ficaram restritas a delitos e a crimes ambientais cometidos por pessoas comuns conforme se viu no telejornal *Tribuna Notícias 1ª Edição*, de 16/11/2013, sobre a detenção de quatro pescadores em Água Limpa, no município de Jaguaré, flagrados portando cento e cinquenta metros de rede e uma tarrafa em época de defeso. Um dia antes, uma reportagem do Bom Dia Espírito Santo, da TV Gazeta, se referiu ao cerco da polícia ambiental

no município de Colatina onde pescadores não estavam respeitando a piracema e usavam vários artifícios para driblar a lei.

SGTO. BERGAMIM, entrevistado: Geralmente, se coloca uma boia feita de pet, estica-se uma linha e nessa linha se coloca vários anzóis e, por isso, é chamado espinhal. Na medida em que o peixe na sua rota migratória se depara com o espinhal, que é o alimento dele, é fisgado.

ALESSANDRO BACHETI, entrevistado: O que dificulta um pouco a fiscalização é que, a cada ano, os pescadores escondem mais as redes. Aqui, por exemplo, a rede estava escondida no meio das pedras, o rio estava alto e ninguém conseguia ver a armadilha mas agora, que a água baixou, veja só, a rede apareceu (*Bom Dia Espírito Santo*, TV Gazeta, 15/11/2013).

As abordagens, apresentadas em operações policiais e em ações das comunidades, foram mais frequentes nas televisões Gazeta e Tribuna observando-se no telejornal *Tribuna Notícias 1ª Edição* de 11/12/2013 uma notícia sobre o aparecimento de um urutau, ave rara e típica do serrado⁸⁸, encontrada em Barro Vermelho, bairro de Vitória. Não se esclareceu, no entanto, a importância da ave em sua migração vez que os animais estão submetidos à crise ambiental e são banidos de seus habitats naturais a partir da leitura antropocêntrica que legitima o domínio e a exploração do humano sobre a natureza.

Nos limites do sujeito, consciente e pensante, o homem ficou confinado ao mundo dos interesses. Tudo o que não é humano, incluindo outras formas de vida, foi excluído da atribuição de valores (...). A ética antropocêntrica é a ética que só valoriza o homem e que considera que seus interesses são mais importantes que de qualquer outra espécie; e que são, na realidade, os únicos importantes (CARIDE, MEIRA, 2001, p. 255).

Muitas vezes, além de narradas de forma fragmentada, as notícias recorreram à brincadeira e ao sarcasmo como se viu, ainda, no telejornal *Tribuna Notícias 1ª Edição*, da TV Tribuna, que mostrou uma jaguatirica capturada que “deu um susto” em moradores de um distrito do município de Cachoeiro de Itapemirim.

⁸⁸ Ainda de acordo com a notícia trata-se de uma ave de hábitos noturnos que estava no jardim de um edifício. Um mês antes, um ninho de urutau havia sido encontrado na Universidade Federal do Espírito Santo, de acordo como *Tribuna Notícias 1ª Edição*, da TV Tribuna, de 11/12/2013.

APRESENTADOR: O animal, com cerca de dez quilos, foi recolhido pela polícia ambiental nesse fim de semana na área urbana. Um carpinteiro capturou o animal em uma armadilha e disse que a criação de galinha dele estava sendo atacada. Pois é, a jaguatirica foi solta em uma área de proteção ambiental, o animal está na lista de ameaçados de extinção. Uma pena para as galinhas né, que estavam presas e a jaguatirica que estava com fome (*Tribuna Notícias 1ª Edição*, TV Tribuna, 18/11/2013).

Embora tenha citado o fato de o animal estar ameaçado de extinção, a matéria terminou sem qualquer nexos ao se referir ao desfecho do caso e recorreu ao humor sem sentido e deslocado que não condiz com a pertinência do assunto. A forma espirituosa nada acrescentou em relação à necessária discussão sobre a destruição da biodiversidade (CARIDE, MEIRA, 2001) e reforçou a ideia moderna responsável pelo distanciamento do humano de outras formas de vida pouco contribuindo para ações transformadoras que ultrapassem a retórica conservadora.

Nesse sentido, a falta de consideração sobre a importância da vida dos animais pode ser vista, também, no *ES no Ar*, da TV Vitória, sobre o aparecimento de um elefante marinho na baía de Vitória⁸⁹.

APRESENTADOR: Olha, um elefante marinho foi encontrado em Vitória e parecia estar muito doente. Moradores viram o bicho nadando próximo à prainha de Santo Antônio e, segundo algumas pessoas, parecia estar muito cansado e bufava a todo momento. Muitos curiosos foram ao local, o que assustou o animal, que saiu do mar e acabou encalhado na terra. O batalhão da polícia militar ambiental foi chamado e, segundo eles, o elefante é o mesmo que foi encontrado em Guarapari e já estava sendo monitorado (*ES no Ar*, TV Vitória, 13/12/2013).

Durante dias, o elefante marinho foi a “estrela” dos noticiários com o *ESTV1ª Edição*, da TV Gazeta, de 08/12/2013, abrindo espaço para manifestação do ambientalista responsável por cuidar do animal que foi isolado em uma área para ser preservado de curiosos que queriam fotografá-lo e tocá-lo. A curiosidade foi reação muito comum e, também, um protagonismo questionado pelo ambientalista porque as pessoas poderiam deixar o animal ainda mais cansado, machucá-lo ou se

⁸⁹ Em outros momentos, os telejornais mostraram notícias sobre um tamanduá encontrado no município de Bom Jesus do Norte, outro tamanduá-mirim encontrado no município de Guaçuí e sobre uma tartaruga gigante em desova na praia de Itaparica, em Vila Velha, mas não fizeram referências a questões como a destruição da fauna nem à falta de políticas ambientais de preservação.

machucar. Os cuidados foram repercutidos pelo *ESTV 2ª Edição*, da TV Gazeta, que informou que o elefante iria ser transportado de avião para a Bahia para continuar o tratamento.

CESAR FERNANDES, repórter: Depois de se perder no polo sul, ser resgatado em Aracruz e ficar hospedado em Guarapari, Zoiodo segue seu caminho. A partir de agora ele vai pra Bahia e deve enfrentar um voo de umas cinco horas pois faz escala no Rio de Janeiro. Em Salvador ele vai morar no instituto de pesquisas enquanto faz um tratamento. A previsão é que em noventa dias, Zoiodo esteja recuperado.

APRESENTADOR: O elefante marinho fez boa viagem. Chegou por volta de quatro da tarde na Bahia e foi direto para o instituto de animais marinhos onde ficará até estar completamente recuperado (*ESTV 2ª Edição*, TV Gazeta, 14/12/2013).

Mudar o sentido das coberturas ambientais pressupõe outras racionalidades que implicam, na opinião de Thelmo Scarpine, em valorizar “experiências bem sucedidas que possam estimular outros telespectadores” observando-se, neste sentido, uma matéria apresentada pelo *ESTV 1ª Edição* que chamou atenção para a história de solidariedade a um passarinho preso em fios de eletricidade no bairro Bento Ferreira, em Vitória. Um resgate comovente segundo destacou a reportagem.

JOSÉ, morador sem sobrenome identificado: A mãe dele, de vez em quando, vem tratar dele.

RAFAELA MARQUEZINE, repórter: A mãe dele, seu José acredita, é um canarinho que toda hora chegava por ali e parecia alimentar o filhotinho preso. Mas mesmo com ajuda até quando ele iria resistir?! O pessoal do bairro pediu socorro; para chegar perto dos fios só mesmo a turma da companhia de energia e do resgate. Depois, de mão em mão, o passarinho passou pelos moradores até aquele que, com todo cuidado, conseguiu desenroscar a linha.

RAFAELA MARQUEZINE, repórter: Depois, outro morador correu pra levar o passarinho para o veterinário. Final feliz, graças ao amor materno né, seu José?

JOSÉ, morador sem sobrenome identificado: Coisa de mãe mesmo e de quem tem sentimento pelo filho (*ESTV 1ª Edição*, TV Gazeta, 11/12/2013).

As denúncias sobre agressões e maus tratos deixam ver ações contraditórias ao conjunto de valores, práticas e atitudes sociais em relação aos animais como apresentado, também, na edição de 11/11/2013, do *Jornal da TV Vitória*, da TV

Vitória, sobre suspeitas de ações de um exterminador no bairro de Sotema, no município de Cariacica.

Dias depois, o telejornal *Tribuna Notícias 2ª Edição*, da TV Tribuna, divulgou uma ação de entidades protetoras contra a morte de um cão, sufocado pelo dono em Vila Velha, e que pediam punição para os agressores e fim da crueldade contra os animais em um ato realizado em frente ao prédio do Ministério Público daquele município.

MARTA PUTON, Sociedade Protetora de Animais: A gente vem acompanhando pelas redes sociais, (...) e muitas pessoas nos ligam fazendo denúncias. A gente fica impotente porque não tem o que fazer, porque a gente depende desse trâmite aqui para que a justiça seja feita!

LIVIA CAMARGO, ativista: A sociedade não aguenta mais crime e violência contra os animais. Cada vez mais a sociedade se mobiliza, entendeu? Se de fato foi proposital, se foi um crime, a gente quer punição (*Tribuna Notícias 2ª Edição*, TV Tribuna, 02/12/2013).

Se a referência aos animais foi frequente, as notícias deixaram de lado a complexidade de questões relacionadas à biodiversidade e não se reportaram à importância de se evitar ações predatórias e agressivas, o que implica na necessidade de uma revisão do marco ético que afeta os valores do humano em sua relação com o meio ambiente.

Deixaram de contextualizar a considerável gama de significados objetivos e subjetivos relacionados à biodiversidade na perspectiva ética, cultural e ecológica e ignoraram a compreensão da diversidade como patrimônio da humanidade e base de processos ecológicos.

Assumiram a visão antropocêntrica questionada por estudos de etologia que começam a mostrar que “não há uma separação radical e nítida entre as expressões racionais, culturais, psíquicas ou emocionais que supostamente distinguem o ser humano das que caracterizam o “ser” de outras espécies” (CARIDE, MEIRA, 2001, p. 256).

4.4 SENTIDOS ATRIBUÍDOS A PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO

Enquanto espaços de discussão dos inúmeros desafios contemporâneos, os meios de comunicação movimentam questões importantes na tessitura do processo de conhecimento sobre o meio ambiente, porém, como vem problematizando esta tese, poucas vezes superam a epistemologia positivista de forma a tornar visíveis experiências não legitimadas pelas ciências hegemônicas (SANTOS, 2007; CARIDE; MEIRA, 2001; TRISTÃO, 2008). Para compreender como o conhecimento-emancipação (SANTOS, 2007) está inserido nas notícias fiz uma análise dos sentidos atribuídos à sustentabilidade a partir dos telejornais semanais *Jornal do Campo* (Rede Gazeta); *TV é Notícia*⁹⁰, *Oportunidades* e *ES Rural* (TV Educativa); *Terra Capixaba* (TV Tribuna) e *Espaço Sustentável* (TV Capixaba) e do programa diário *Fala Espírito Santo* (Rede Vitória) discutindo questões relacionadas à arquitetura, reflorestamento, cultivo de produtos orgânicos e movimentos do campo em suas ações políticas em torno da agricultura familiar.

Considerando, no entanto, o significativo número de reportagens sobre a mata atlântica em programas da TV Tribuna, Capixaba e Educativa procurei verificar como abordavam a questão ambiental sobre um dos maiores biomas do país, cada vez mais submetido à destruição em função de impactos como a especulação imobiliária, intensa concentração urbana, atividades agroindustriais, incêndios, plantio de eucaliptos e pastagens, dentre outros fatores que estão presentes, tanto em nível regional, quanto nacional.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Fundação SOS Mata Atlântica⁹¹ apontaram perda de duzentos e trinta e cinco quilômetros de vegetação nativa provocada por desmatamentos entre 2010 e 2012.

⁹⁰ O TV é ciência foi objeto da dissertação **TV é ciência: caminhos do jornalismo científico no estado do Espírito Santo** (2013), do jornalista Lucyano Jesus Ribeiro, responsável pelo programa, e foi desenvolvida na Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia.

⁹¹ **Divulgados novos dados sobre a situação da Mata Atlântica.** Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/14622/divulgados-novos-dados-sobre-a-situacao-da-mata-atlantica/>>. Acesso em: 24 out. 2014.

Mata Atlântica



Destruição da mata atlântica em todo Espírito Santo agravada por fatores como ocupação urbana, plantio de eucalipto, agropecuária e incêndios.

FOTOS: Rubem Côgo e Internet
ARTE: Thais Fernandes

Dentre as abordagens analisadas, o enfoque mais abrangente foi feito pelo programa *TV é Ciência*, exibido pela TV Educativa, que associa a divulgação do conhecimento científico a saberes populares inseridos por meio do conhecido recurso jornalístico chamado “povo fala,” feito, normalmente, nas ruas.

SANDRA CRISTINA, entrevistada: Eu acho que é um bioma natural que a gente tem que preservar porque o ar que gente respira depende, além da Amazônia, também da mata atlântica que está mais próxima da gente. É como se fosse um filtro, né? Para que a gente não fique respirando tanta poeira.

JUCIMARA COSTA, entrevistada: É a preservação da nossa própria vida né? Para os nossos filhos.

EVANDRO FERNANDES, entrevistada: É através dela que nós guardamos a nossa vida. Podemos deixar para a posteridade e, também, para nossos filhos e nossos netos um país mais limpo, mais tranquilo para tudo mundo (*TV é Ciência*, TV Educativa, novembro, 2013).

Embora os convidados tivessem informações sobre o tema em discussão acabaram caindo em narrativas lineares (SANTOS, 2007, 2008), mais voltadas ao que a mata atlântica tem a oferecer em termos de tranquilidade, ar mais limpo e importância para a vida humana deixando muito claro, mais uma vez, o modo dicotômico de viver na natureza a partir de reducionismos e da visão antropocêntrica em que o humano se coloca superior às demais formas de vida (CARIDE, MEIRA, 2001). Na perspectiva da pesquisa científica, o programa abordou um trabalho desenvolvido na área de biodiversidade animal pela Universidade Federal do Espírito Santo, em parceria com órgãos de desenvolvimento científico- tecnológico e com o Museu Melo Leitão, localizado em Santa Teresa.

SERGIO LUCENA, professor entrevistado: Nós estamos com um projeto na região serrana do Espírito Santo de conservação do muriqui que é um dos primatas mais ameaçados de extinção do mundo e um dos mais ameaçados da mata atlântica, também. Ele é muito importante, primeiro porque é o maior primata americano, maior primata das Américas. É uma espécie que sofreu muito com o desmatamento da mata atlântica brasileira e está em uma situação crítica em termos de conservação, então se tornou um símbolo para conservação da própria floresta, para a biodiversidade. Pelos números que nós dispomos, atualmente, infelizmente são cerca de apenas novecentos indivíduos vivendo em alguns fragmentos de mata atlântica e, o que é pior, é que as populações em cada fragmento são muito pequenas, então a chance de extinção é muito grande (*TV é Ciência*, TV Educativa, outubro, 2014).

No destaque à mata atlântica, o programa *Espaço Sustentável*, da TV Capixaba, mostrou a apresentadora Samantha Nepomuceno fazendo trilhas ecológicas no Parque da Fonte Grande, em Vitória, em um passeio com um grupo de crianças que, segundo registrou, foram “conhecer de perto o que é ecologia, meio ambiente e geografia.” O passeio contou com orientações do professor de Geografia, Alvim Montarroyos que justificou a visita dos alunos para o “contato com a natureza, com o

arbusto, com a vegetação e com a fauna do local” e teve monitoramento de um educador ambiental que também se reportou a aspetos da região.

WILSON DE SOUZA, educador ambiental: Nós temos a Foz do rio Bubu, lá do lado de Cariacica, o Moxuara. Dá para as crianças perceberem que Vitória é realmente uma ilha. Vocês podem ver o braço de mar do Oceano Atlântico contornando aqui Vitória, e, ao fundo, a gente tem o rio Jucu desaguando no Oceano Atlântico (*Espaço Sustentável*, TV Capixaba, 05/07/2014).

A reportagem ficou muito restrita à exploração das “belezas naturais da mata atlântica” e aos elogios da “vista, uma das mais bonitas da ilha de Vitória” e praticamente não deu atenção às crianças apesar de ter informado, no início, que elas estavam fazendo um passeio para aprender questões relacionadas ao meio ambiente. Embora tivesse contado com a participação do professor de Geografia e do educador ambiental deixou de mostrar que, além de um exuberante conjunto que abriga significativa parcela da diversidade biológica do país, a mata atlântica é, também, um dos biomas mais ameaçados do mundo sofrendo constantes agressões que destroem os ecossistemas.

Na TV Tribuna, as consequências da destruição foram apresentadas em reportagem no programa *Terra Capixaba*, feita na propriedade do produtor rural, Jorge Saiter, em Afonso Claudio, interior do Espírito Santo, uma área que estava sendo recuperada pelo projeto corredores ecológicos.

JORGE SAITER, proprietário: A gente tem orgulho disso aqui (...) os meus avós, os meus pais imaginavam o benefício que isso podia ter como área preservada. Isso gerou a pousada preservando a história. A gente mostra o turista essa preservação porque 30% da propriedade é de vegetação nativa (*Terra Capixaba*, TV Tribuna, 19/07/2014).

A propriedade faz parte do circuito turístico rural e a matéria transitou entre turismo, preservação e lembranças de destruição das florestas usando como mote algumas pinturas feitas a partir de fotos antigas, datadas de 1945 a 1958, que tinham muito significado nas memórias afetivas do produtor rural, Eloni:

ELONI, morador sem identificação de sobrenome: Sessenta e cinco anos atrás quando papai comprou o terreno era tudo mata e onde essa árvore estava em pé, era mata. Pra ir para o serviço a gente passava perto dessa árvore que ficava na beira do caminho. Era a árvore mais linda que existia nessa área. Com o passar do tempo foram derrubando as matas até que um dia seu Vitalino resolveu derrubar a mata onde ela estava. E aí ela ficou em pé sozinha por muitos anos mas tinha um galho de uns cinco metros abaixo da copa e que foi puxando ela devagar até que um dia não aguentou; quebrou e caiu (*Terra Capixaba*, TV Tribuna, 19/07/2014).

Envolvida, todavia, com o imediatismo e com o enfoque ao turismo e ao lazer, a reportagem ficou reduzida à perspectiva das belezas naturais deixando de apresentar uma visão abrangente sobre os danos e as causas do desmatamento. Como verifiquei, nenhuma matéria explorou a destruição da mata cuja vegetação foi drasticamente reduzida registrando-se, ainda, a falta de reflexão e de crítica sobre os impactos socioambientais, suas causas e consequência em nome do desenvolvimento predatório em curso no Espírito Santo.

Foi ignorada a complexidade da problemática socioambiental inserida no contexto global de atos da pressão humana sobre as florestas que vão sendo rapidamente substituídas por monoculturas e atividades mais rentáveis que alimentam, também, o comércio internacional (CARIDE, MEIRA, 2001). Nesse caso houve, ainda, a presença de uma concepção dissociativa da natureza e da cultura com predomínio de uma racionalidade que controla e destrói o meio ambiente (TRISTÃO, 2005).

As reportagens foram unilaterais e reforçaram uma prática que na avaliação de Thelmo Scarpine contribui para que a informação tenha caráter “superficial e imediatista uma vez que ignoraram que as questões ambientais devem contemplar conhecimentos e abordagens científicas que levem conhecimentos diversos à sociedade”. Ficaram distantes de apostas em transformações significativas diante das dimensões que atingem o meio ambiente e deixaram de cumprir um papel importante na discussão sobre a complexidade do tema.

É essencial que os meios de comunicação de massa evitem contribuir para a deterioração do meio humano e, divulguem, pelo contrário, uma informação de caráter educativo sobre a necessidade de protegê-lo e melhorá-lo para que a humanidade se possa desenvolver em todos os aspetos (CARIDE, MEIRA, 2001, p. 172).

Essa perspectiva implica em exercitar práticas em que a solidariedade prevaleça no lugar da ganância e do lucro diante dos grandes desafios que envolvem a complexidade ambiental partindo-se do exercício de ações éticas e políticas baseadas em preocupações com o momento presente, mas também, com responsabilidades em relação ao futuro.

A nova ética não é antropocêntrica, nem individualista, nem busca apenas a responsabilidade pelas consequências imediatas (...) nos torna responsáveis pelo outro, seja ele um humano, um grupo social, a natureza, etc.; esse outro inscreve-se, simultaneamente, na nossa contemporaneidade e no futuro cuja possibilidade de existência temos que garantir no presente (SANTOS, 2001b, p.112).

Fazendo recorrente uso das narrativas dicotômicas, nenhuma notícia se referiu a incêndios mostrados pelos telejornais locais que, no entanto, nunca alertam para prejuízos à fauna e à flora como se viu no verão de 2014 quando foram destruídos vários quilômetros da Reserva Biológica de Comboios, na parte localizada no município de Linhares.

Outra situação crítica em termos das abordagens sobre práticas sustentáveis ficou por conta do programa *Fala Capixaba*, da TV Vitória, registrada na cobertura da entrega do prêmio ecologia, de iniciativa do governo do estado e patrocinado pelas empresas Fibria, Petrobrás, Samarco e Vale, grandes poluidoras regionais, promotoras de injustiças sociais e envolvidas em inúmeros casos de destruição ambiental. Já na abertura do programa, a apresentadora Thais Venâncio destacou o patrocínio do prêmio pelas empresas e assumiu um tom festivo ao se reportar ao glamour da cerimônia de premiação que considerou “privilegio, prestígio, uma honra, tão bonito.” Na entrevista, ao vivo, a ex-secretária de Meio Ambiente, Diane Rangel, também se fixou no apelo emocional.

DIANE RANGEL, ex-secretária de meio ambiente: Estou muito emocionada. Uma pessoa do interior, de um município do interior, mas de um trabalho lindo, então, eu acho assim, outra coisa. É isso que muda o mundo, o trabalho de cada um, em cada lugar, fazendo a diferença (*Fala Capixaba*, TV Vitória, 16/12/2013).

Prosseguindo, o programa apresentou uma entrevista do ex-governador Renato Casagrande que se referiu à preservação dos recursos naturais como tarefa “que não é apenas da administração pública de governos estaduais, municipais, federal, mas, também, da sociedade”.

RENATO CASAGRANDE, ex-governador do estado: Nós queremos, de fato, jogar foco nesse trabalho, jogar luz nesse trabalho porque na hora em que se dá uma premiação a essas entidades você incentiva que mais pessoas continuem lutando, trabalhando para que a gente tenha um Estado com sustentabilidade na área ambiental (*Fala Capixaba*, TV Vitória, 16/12/2013).

A entrevista foi evasiva não se observando nem uma pergunta sequer ao ex-governador a propósito da nevrálgica situação ambiental ou sobre ações de sustentabilidade que o estado estaria desenvolvendo. O programa passou muito longe da crítica à degradação ambiental pautada por um modelo de desenvolvimento insustentável (TRISTÃO, 2005) que é lastreado no crescimento econômico “medido pelo aumento do PIB e outros indicadores, todos eles contaminados por uma visão meramente financista” (BUENO, 2011, p. 4).

Deixou de reforçar a questão ecológica e negligenciou a possibilidade de politizar a questão.

THELMOS SCARPINE: A cobertura é pautada por interesses comerciais e mercadológicos dos veículos de comunicação locais que têm nas grandes empresas poluidoras e promotoras de desmatamento os principais anunciantes. Paradoxalmente, essas empresas patrocinam prêmios de preservação do meio ambiente e de sustentabilidade.

DANILO SOUZA: Empresas como a Arcelor Mittal e Aracruz Celulose despejam anualmente fortunas em patrocínio nas emissoras locais. O cinismo é tamanho que patrocinam produtos das emissoras locais em comemoração ao “Dia do Meio Ambiente,” “Semana do Verde” e outros eventos.

Em alguns momentos, raros é verdade, foi possível verificar nas reportagens analisadas atitudes favoráveis ao ambiente como se viu no programa *Gazeta Comunidade*, da TV Gazeta, em 16/11/2013, que apresentou uma matéria sobre práticas sustentáveis desenvolvidas por Rubens (sem identificação de sobrenome)

em seu movimento de vontade de transformação social e de uma atitude socialmente responsável.

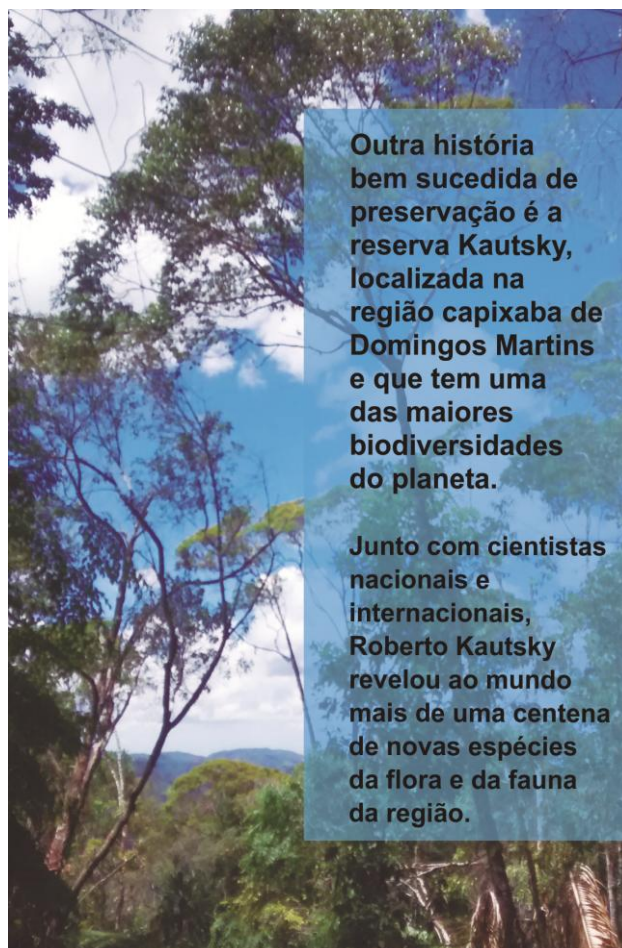
Sozinho, ele plantou mais de mil árvores nos últimos cinco anos em um morro do bairro de Argolas, Vila Velha, enfrentando queimadas, “motivo de grande tristeza”, mas que não o impediram de seguir adiante, sem perder a esperança.

Rubens explicou à repórter Sayonara Brandão que colabora como pode com seu pequeno paraíso que batizou de Jardim do Éden, pois é um “eterno apaixonado pela natureza.” Pelo menos três vezes por semana ele subia o morro para cuidar da vegetação.

O programa *Oportunidades*, da TV Educativa, também discutiu práticas sustentáveis a partir da arquitetura das cidades, poluição, urbanização e investimentos em obras públicas reunindo os arquitetos Heliomar

Venâncio, Priscilla Loureiro e Gregório Repsold e apresentando uma abordagem filosófica sobre caminhos do ser sustentável.

Discutiu como o brasileiro pensa a sustentabilidade e lembrou práticas no tempo histórico destacando o trabalho de mestres da arquitetura brasileira, como Oscar Niemeyer e Lucio Costa.



Outra história bem sucedida de preservação é a reserva Kautsky, localizada na região capixaba de Domingos Martins e que tem uma das maiores biodiversidades do planeta.

Junto com cientistas nacionais e internacionais, Roberto Kautsky revelou ao mundo mais de uma centena de novas espécies da flora e da fauna da região.

FOTO: Rubem Côgo

ARTE: Thais Fernandes

PRISCILLA LOUREIRO, arquiteta: Se pensar em Brasília você pensa em edifícios que tem proteção do sol, os edifícios de Niemeyer são envidraçados mas têm grandes pórticos em volta, grandes varandas em volta justamente para sombrear os vidros e criar um micro clima ambiental

muito mais condizente com aquele ambiente. Quer dizer, gastando menos ar condicionado porque é um espaço mais fresco para não entrar sol diretamente. Muitos arquitetos trabalham as proteções de janelas com circulação de ar cruzado. Então, quando a gente pensa nessas decisões a gente já tá pensando em arquitetura sustentável que, para mim, é também o projeto e as decisões envolvendo as condições espaciais internas.

GREGÓRIO REPSOLD, arquiteto: Nós, infelizmente, importamos modelos de países de clima temperado cuja realidade é completamente diferente do nosso clima tropical e fizemos a arquitetura em caixa de vidros. O que é até um contrassenso no nosso país, no nosso clima. Têm outro agravante que é o custo de manutenção desses prédios que é muito alto. O desconforto interno é muito grande, então, há um grande equívoco realmente e não é só prédios antigos, não, prédios novos também (*Oportunidades*, TV Educativa, 18/06/2013).

Entraram em pauta, ainda, temas atuais na perspectiva do urbanismo como o melhor uso dos ventos, reutilização de águas da chuva, arborização de ruas e uso desmedido de malha asfáltica, enfim, ações insustentáveis desenvolvidas pelo poder público.

GUILHERME KLAWS, apresentador: Vamos falar da arquitetura de obras públicas (...) aqui no Espírito Santo temos muitos exemplos como a retirada de paralelepípedos para jogar o asfalto por cima.

GREGÓRIO REPSOLD, arquiteto: Nós temos no Brasil uma questão que é o seguinte; os políticos entendem que o desenvolvimento é a qualquer preço. Não pode ser a qualquer preço, o desenvolvimento tem que ser acima de tudo, sustentável, socialmente, culturalmente, economicamente, né? (...) Voltando para o nosso caso aqui, Vila Velha, por exemplo, Vitória, Serra, Cariacica ou qualquer cidade do Espírito Santo. Quando você começa a pavimentar as ruas com asfalto você vai transformar aquilo em uma camada impermeável, então, elas viram grandes calhas que conduzem a água para parte mais baixa da cidade e é por isso que tem essas enchentes todas.

GUILHERME KLAWS, apresentador: Além do calor, né?

GREGÓRIO REPSOLD, arquiteto: É, o calor insuportável, fica tudo preto e fosco né? Porque a cor e o sistema absorvem mais energia (...). Outra coisa, o asfalto na Grande Vitória, como um todo, parece uma grande estrada de terra preta porque ela trepida para todos os lados, tem buracos e é exatamente essas obras que eles fazem cortando o asfalto o tempo todo. (*Oportunidades*, TV Educativa, 18/06/2013).

Apesar de explorar a importância de práticas sustentáveis, não abordou criticamente a falta de políticas na área de energia mais limpa por parte do governo do estado que, contraditoriamente, não teve um representante no programa. No plano dos

serviços e dos investimentos públicos, o arquiteto Heliomar Venâncio chamou atenção para responsabilidades dos governos em políticas que desfavorecem o meio ambiente como é o caso do setor automobilístico que entope ruas e congestionam o trânsito.

HELIOMAR VENÂNCIO, arquiteto: Não investem no transporte público onde deveriam investir. Eu acho que eles dão desconto e incentivo para o produto errado. Então, a gente tá falando aqui de casas sustentáveis, de produtos sustentáveis que é tudo de bom, mas não tem um grande incentivo fiscal, seja do governo federal, estadual ou municipal (*Oportunidades*, TV Educativa, 18/06/2013).

De fato, o incentivo ao uso de automóveis, consagrados como símbolo de status pelas telas da tevê a partir de apelos sociais que impõem satisfação e otimismo, desconsidera a realidade das ruas cada vez mais submetidas a intensos congestionamentos. Por sua vez, nenhum telejornal se referiu à produção dos gases poluentes e, tampouco, ao fato de os veículos trafegarem normalmente, com um ou, no máximo, dois passageiros. Apesar de Vitória ser uma cidade com reduzida estrutura para um tráfego tão intenso, o máximo que as notícias mostraram era que o trânsito estava “mais, lento, menos lento”.

Nos últimos anos, especialmente em 2012, a indústria automobilística recebeu incentivos do governo federal e mostrou um crescimento do número de carros que tem implicações concretas e imediatas no cotidiano das cidades como se vê, na capital capixaba, no centro de inúmeros desafios à mobilidade urbana.

Em 2014, o governo Renato Casagrande anunciou a construção de uma quarta ponte ligando os municípios de Vitória e Cariacica e a modernização do sistema de transportes coletivos em obras que iriam implicar em grandes investimentos na construção de terminais exclusivos para ônibus⁹², dentre outras obras. É interessante observar, no entanto, que o potencial marítimo da baía de Vitória não é aproveitado como transporte público e que o uso da bicicleta como mobilidade social começou a ser discutido há bem pouco tempo. Assim que assumiu o governo do Espírito Santo,

⁹²ALVES, H. **Hartung apresenta primeiro ato de mobilidade: o cancelamento do edital do Aquaviário.** Disponível em: <<http://seculodiario.com/21029/13/hartung-apresenta-primeiro-ato-de-mobilidade-o-cancelamento-do-edital-do-aquaviario-1>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

em janeiro de 2015, o governador Paulo Hartung cancelou o edital de concessão para obras que atenderiam à proposta de reconfiguração do esgotado modelo de transporte público na Grande Vitória, exclusivamente rodoviário e precário (ALVES, 2015).

Foi possível verificar nas reportagens que os governos são pouco comprometidos com a sustentabilidade (CARIDE, MEIRA, 2001; GAUDIANO, 2005) e que a falta de crítica sobre os múltiplos impactos ambientais reflete, a exemplo da maioria das matérias analisadas, o afastamento e a separação entre o humano e a natureza no uso de recursos naturais seguindo-se na contramão de pressupostos da educação ambiental que buscam a associação dos problemas ambientais a condições sociais e culturais (GAUDIANO, 2005, TRISTÃO, 2013). Foram reproduzidas lógicas jornalísticas distantes da compreensão de valores em torno de sustentabilidade na perspectiva também apontada por Caride e Meira (2001) e por Santos (2001b) e que nos inscreve na responsabilidade com os recursos naturais.

As notícias avançaram pouco em termos da articulação de conhecimentos sobre o desenvolvimento do ambiente, das comunidades e das pessoas, suas vidas e suas culturas (GAUDIANO, 2005) e ficaram longe de apostas em transformações significativas diante de dimensões que atingem tanto o sujeito individual quanto o coletivo na relação que estabelecem com a natureza. Não questionaram dimensões paradigmáticas que mostram a humanidade se contrapondo à natureza e tentando submetê-la em detrimento ao complexo processo ambiental e de uma convivência mais respeitosa e harmoniosa com o meio ambiente.

4.5 AÇÕES POLÍTICAS EM DEFESA DE UMA VISÃO ECOLÓGICA DE MUNDO

O sentimento de coletividade vinculado a conhecimentos populares e a diálogos voltados à formação do pensamento crítico e criativo (CARIDE, MEIRA, 2001; GAUDIANO, 2005; TRISTÃO, 2013) estão presentes nas ações políticas do Movimento Sem Terra, do Movimento Camponês Popular e do Movimento dos Pequenos Agricultores que integram uma vasta rede de articulações que dá ênfase

à agroecologia e à soberania alimentar impulsionada por práticas relacionadas à saúde, reforma agrária e segurança alimentar.

Os movimentos produzem alternativas ao pressuposto do mercado e constituem espaços de convivência voltados a aprendizagens e a possibilidades de valorização de saberes produzindo ações ecológicas que buscam superar o pragmatismo do conhecimento-regulação (SANTOS, 2001b). Seus saberes e protagonismos se aproximam de princípios defendidos pela educação ambiental enquanto prática social em defesa do compromisso com a cidadania ambiental e de sensibilização para uma relação cotidiana melhor com o que nos rodeia (CARIDE, MEIRA, 2001).



FOTO: Acervo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em caminhada no Espírito Santo

Procurando conhecer como as ações dos movimentos ligados ao campo são abordadas pelo telejornalismo local analisei notícias apresentadas especificamente pelos programas semanais *Jornal do Campo*⁹³ (TV Gazeta) e *ES Rural* (INCAPER/TV Educativa) tomando como referência questões sintonizadas com o

⁹³ O *Jornal do Campo*, recorrentemente citado, é o programa local mais antigo voltado a práticas na agricultura e apresentou no período recortado para análise, informações relevantes para a discussão sobre a temática proposta em torno de sustentabilidade.

sentimento de co-responsabilização e ações que contribuem para ressignificar o reducionismo imposto pelo conhecimento científico (JACOBI, TRISTÃO, 2010).

Em suas práticas políticas, os movimentos se contrapõem ao agronegócio e ao êxodo rural defendendo a reforma agrária como questão ampla apesar de não ter muito a comemorar neste sentido já que os números no primeiro governo da presidenta Dilma Rousseff foram considerados os piores dos últimos vinte anos pela Comissão Pastoral da Terra⁹⁴. Houve diminuição de desapropriação de terra, da quantidade de famílias assentadas e de demarcações de terras de indígenas e de quilombolas conforme balanço de janeiro de 2015, divulgado dois dias após da ministra da Agricultura, Katia Abreu, ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura e estreitamente ligada ao agronegócio, ter dito que não existem mais latifúndios no país e negado a necessidade de uma reforma agrária ampla.

Ao mesmo tempo, a Pastoral da Terra apontou que trinta e quatro trabalhadores rurais foram assassinados em 2014 em áreas de conflito no Pará, Maranhão e Mato Grosso do Sul, estados que lideram a violência no campo.

Movendo-se contra a corrente, os movimentos desenvolvem ações políticas e institucionais que compreendem a agricultura familiar de forma interligada, como registra Stédile⁹⁵, um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Defendemos a soberania alimentar como um direito que cada povo e todos os povos têm de produzir seus próprios alimentos, de forma independente, saudáveis, com qualidade para atender a toda sociedade. Os alimentos não são uma mercadoria e sua produção e distribuição não devem se submeter às regras do mercado capitalista. Nenhum povo é livre se não produzir seus próprios alimentos (STÉDILE, 2004, p. 1).

⁹⁴ NASCIMENTO, L. **CPT considera reforma agrária do Governo Dilma a pior dos últimos 20 anos**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-01/cpt-considera-reforma-agraria-do-governo-dilma-pior-dos-ultimos-20-anos>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

⁹⁵ STÉDILE, J.P. **Terra, Sociedade e agricultura: Propostas para um outro mundo possível**. Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2004/textos/portugues/Stedile.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

As práticas agrícolas e de segurança alimentar contrárias ao agronegócio, à “revolução verde” e ao modelo capitalista de exploração da natureza (CARIDE, MEIRA, 2001; SANTOS, 2007) integram a bandeira política em torno da agricultura orgânica baseada na agricultura familiar e implicam no conceito de autonomia dos povos contra a tentativa de controle da produção por gigantes transnacionais⁹⁶. Nestes termos, uma conquista do movimento foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar definindo que, por lei, pelo menos 30% de toda a merenda escolar devem ter origem na agricultura familiar.

A produção dos assentamentos é direcionada para o que chamamos de mercado institucional. O camponês não é comerciante, é camponês. A Conab foi um programa conquistado junto ao governo federal que garante a compra de duzentos e noventa e sete tipos de diferentes alimentos produzidos em assentamentos. (...) Gilberto Kassab, quando prefeito, dizia que “em SP não havia agricultura” e seguiu comprando da Nestle ao invés de fomentar a agricultura familiar. Fernando Haddad, por sua vez, que foi um dos construtores do PNAE, aderiu e fez um acordo por arroz orgânico e suco de uva orgânico. Hoje, as crianças de São Paulo não comem mais arroz com veneno da Bayer, mas, sim, arroz orgânico da agricultura familiar (STÉDILE, 2015, p. 4)⁹⁷.

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento Camponês Popular também desenvolvem trabalhos de resistência pautados pela busca de independência, com participação das famílias, integram o processo de soberania alimentar e de participação social trabalhando contra o atual modelo de agronegócio que gera empobrecimento e exclusão no campo e assumem práticas e propostas centradas na criticidade e na emancipação. Pode-se dizer que uma de suas principais ações está no cuidado com a terra e na preservação da natureza destacando-se dentre suas atividades, o uso de sementes nativas, também chamadas de crioulas, da paixão ou sementes salvas, consideradas mais

⁹⁶ O governo federal registra que o Brasil reduziu em 84.9% o número de subalimentados a partir de 1990 observando-se a queda mais acentuada, a partir de 2002, como resultado de um conjunto de políticas que incluem aumento de renda, apoio à agricultura familiar e fortalecimento do programa nacional de merenda escolar que atende a quarenta e três milhões de crianças e jovens em escolas públicas do país. **Políticas públicas brasileiras despertam atenção de vários países**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/junho/brasil-superar-a-fome-e-possivel>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

⁹⁷ BIANCHI, F. **'Imprensa é hegemonizada pelo agronegócio'**. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/clipping/joao-pedro-stedile-imprensa-e-hegemonizada-pelo-agronegocio-940116/>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

resistentes, menos dependentes de insumos e adaptadas às características do local de origem. São conservadas pelos produtores rurais ao longo dos anos e em algumas regiões do país são trocadas anualmente entre propriedades que criam grupos guardiões.

Como o mapa de gravações da tese mostrou total ausência de cobertura sobre práticas dos movimentos do campo decidi verificar como é o tratamento dado a práticas de cultivo analisando, inicialmente, uma matéria apresentada pelo *ES Rural*, programa institucional do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), veiculado pela TV Educativa. O programa focalizou o cultivo de plantas medicinais em uma horta na Unidade de Internação, autarquia do governo do estado, localizada em Cariacica, na região metropolitana da Grande Vitória.

A reportagem mostrou ações desenvolvidas por adolescentes e por servidores e foi considerada socioeducativa, terapêutica e possibilidade de formação de valores de solidariedade pelos coordenadores do projeto. Parte da colheita era destinada à Pastoral da Saúde do bairro Campo Grande, também localizado no município de Cariacica, que atua na área de fitoterápicos.

ADOLESCENTE, entrevistado: É bom ficar plantando aqui, conhecendo mais, mexendo mais com terra.

CARLA RENATO BARCELOS, agente Socioeducativa do IASES: Eles melhoraram muito o comportamento ao ajudar, estar participando, entendeu? Então, é uma forma de terapia pra eles. Com essas medicações nós percebemos que a frequência de meninos gripados, de garganta inflamada, diminuiu muito.

AFONSO VALENTIM, chefe da Fazenda do INCAPER: A utilização das plantas medicinais traz não só benefício interno mas o fato de mostrar pra sociedade o efeito de diversas plantas medicinais para a saúde (*ES Rural*, TV Educativa/INCAPER, 05/08/2014).

Como o trabalho é institucional e, portanto, tem o objetivo de divulgar positivamente ações do instituto, a matéria cumpriu tal função muito embora tivesse deixado de explorar a importância do uso de plantas como alternativa de tratamento à saúde e destacado pouco o trabalho da pastoral, sabidamente, valorizado pelas comunidades. De qualquer modo, apontou práticas que envolviam um conjunto de

atores do universo educativo e potencializou outras racionalidades para o engajamento do conhecimento e de formação em relação à problemática ambiental.

Isso se concretiza pela adoção de uma abordagem metodológica interdisciplinar, da complexidade do conhecimento baseado em valores e práticas sustentáveis indispensáveis para estimular o interesse e o engajamento de cidadãos e cidadãs na ação e na responsabilização (JACOBI, FRANCO, TRISTÃO, 2009, p. 3).

Em seguida, analisei reportagem feita pelo *Jornal do Campo* sobre outra experiência com uma horta, desta vez, na escola municipal Ebert de Souza, localizada na Serra, e também considerada possibilidade de promover integração com a comunidade.

ROGER MARTINELLI, professor entrevistado: Hoje nós temos uma sociedade urbana em que as pessoas perderam o contato com a natureza. Então, eu acredito que nós, como professores, incentivando os alunos a manusear, preparar o solo, fazer o plantio e colher vamos aproximá-los novamente do mundo natural porque vai trazer aquele senso de pertencimento, não é?

OÉIAS SANTOS, aluno entrevistado: Aprendemos aqui como se prepara o solo para plantar e aprendemos, também, como cuidar. Eu tenho horta em casa só que alguns detalhes, sobre como adubar direito, eu aprendi aqui nessa horta orgânica (*Jornal do Campo*, TV Gazeta, 24/11/2013).

A reportagem associou práticas pedagógicas e sustentáveis, reforçou o valor do meio ambiente mostrando, também, o cultivo de produtos sem agrotóxicos e se pautou pelos benefícios do cultivo orgânico. Buscou a formação de hábitos de alimentação mais saudáveis que contribuíssem com o processo de aprendizagem em relação à qualidade de vida e a novas leituras da realidade e o que foi observado pelo aluno entrevistado.

LEANDRO TEDESCO, repórter: Faz muita diferença?

OSÉIAS SANTOS, aluno entrevistado: Faz muita diferença. Muita diferença porque os pés de alface lá de casa, eles não ficam grande igual esses daí, né? Eu aprendi que a gente tem que fazer um círculo assim, colocar um pouco do adubo e tampar de novo, aí o pé de alface tem uma resistência maior (*Jornal do Campo*, TV Gazeta, 24/11/2013).

Promoveu-se aproximação entre uso da natureza e práticas de solidariedade já que parte da produção de alimentos era distribuída para as famílias dos alunos, partilhando, desse modo, de dimensões de cooperação compreendidas pela educação ambiental como forma de mobilização e possibilidade de desenvolver relações de confiança horizontalizadas e solidárias. Potencializam práticas coletivas engajadas através do diálogo e da negociação.

A valorização das culturas locais, o respeito à multiplicidade de experiências, valores e ideias na construção de ações para a sustentabilidade podem ser a chave para uma mobilização comunitária. Isso se constrói a partir de uma estreita relação que se tece entre a escola e seu entorno imediato através de diagnósticos coletivos, encontros, eventos e efetiva participação na elaboração de propostas de ação (JACOBI, FRANCO, TRISTÃO, 2009, p. 9).

O *Jornal do Campo* deixou, no entanto, de explorar consequências do uso dos venenos, o que pode provocar desde câncer a depressão e doenças de pele, dentre outras, e, na semana seguinte, voltaria a se referir ao tema, fazendo, desta vez, uma reportagem em Santa Maria de Jetibá, na área rural, onde agricultores haviam deixado de usar agrotóxicos em função de problemas de saúde. Complementou a abordagem, mostrando a venda de orgânicos na feira da Praça do Papa, em Vitória e ligou o processo de produção à venda para o consumidor final informando que os orgânicos podem custar até três vezes mais caro nos supermercados.

Deixou de lado, mais uma vez, os benefícios da agricultura orgânica para a saúde apesar de ter entrevistado a gastrônoma Silvana Cortes que relacionou o consumo à segurança alimentar justificando que “a gente só ganha, está livre de agrotóxicos, livre de qualquer coisa que faça mal à nossa saúde,” ignorando um tema nevrálgico no debate nacional, que é o uso dos venenos.

Movimentos em todo o país defendem políticas públicas de saúde e de alimentação segura e adequada, incluindo a qualidade dos alimentos, em ações presentes na agricultura e que, embora de forma, ainda lenta, vem aumentando no Espírito Santo. A produção orgânica por meio de projetos experimentais, como mostrou o próprio *Jornal do Campo* em edição de 17/01/2015 está sendo desenvolvida em quinze

propriedades voltadas para a produção de uva e acena com a perspectiva de que é um modelo possível e viável como registrou o técnico de agricultura orgânica entrevistado pelo programa.

São iniciativas que, em boa parte das vezes partem dos próprios agricultores ou de pessoas interessadas na ideia, como Malu Lauer, que começou a se dedicar ao cultivo orgânico por discordar do uso de agrotóxicos. Para tanto, ela que teve que mudar a concepção na propriedade começando pelo processo de desintoxicação do solo, pois, como disse à reportagem, foi preciso deixar a terra parada durante três anos para “descansar e perder a informação dos venenos”.

A Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida e a Via Campesina fazem um trabalho de resistência que reúne diversas entidades e conta com a participação de movimentos sociais e de ONGs que se somam à resistência histórica dos movimentos da agricultura alternativa, muito importante para o país.

Trata-se de uma luta sem fim contra o agronegócio, governos e gigantes da indústria e do comércio na medida em que o Brasil ainda utiliza venenos já proibidos em outros países⁹⁸ por razões que incluem um modelo agrícola baseado no grande uso de produtos químicos e na escala industrial de produção alimentar.



DIVULGAÇÃO: Via Campesina, disponível em: <www.contraagrototoxicos.org.br>

⁹⁸ Um dos produtos agrotóxicos mais utilizados no Brasil é o glifosato, comercializado com o nome de Roundup, proibido na Colômbia, Dinamarca e em El Salvador. Estudo recente da Agência Internacional para Investigação sobre Câncer (IARC, sigla em inglês), instituição especializada da Organização Mundial de Saúde, confirmou a relação direta do glifosato como agente potencial de câncer em humanos e em animais. **Colômbia suspende pulverização aérea com glifosato.** Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/05/13/colombia-suspende-pulverizacao-aerea-com-glifosato.html>>. Acesso em: 25 maio 2015.

Em relação ao uso dos agrotóxicos vale destacar a pressão das empresas produtoras que criam inúmeros entraves para dificultar o processo de reavaliação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) pois quando pressionadas em função das evidências de que os venenos podem causar danos à saúde entram na justiça tornando mais morosos os processos. Além disso, corporações como a Cargill, Monsanto, Du Pont, e Syngenta conciliam produtividade e uso intensivo de agrotóxicos com o monopólio do comércio de sementes transgênicas.

A questão agrícola incide diretamente sobre o equilíbrio ecológico, dificilmente recuperável, trazendo consequências que limitam direitos e opções. Exigem mudanças e ações que envolvem a todos e, em especial, os governos como defendeu Gerusa Contti.

É necessário que os dirigentes busquem meios para a preservação de nossos recursos renováveis e que haja uma mudança radical na mentalidade quanto às questões ambientais e à sustentabilidade. Precisamos resolver questões que passam pelas necessidades básicas da população, pela solidariedade com as gerações futuras, pelo engajamento da sociedade nessa luta e, principalmente, por novas formas de sentir e viver a vida.

A produção de alimentos geneticamente modificados em larga escala é voltada ao modelo produtivo na agricultura industrial e é marcada por falta de diálogo com a sociedade diante do controle da produção e de recursos naturais por parte de transnacionais do agronegócio que geram um modelo anti-solidário, anti-verde e anti-humanitário.

Tudo está ligado: a crise alimentar, a crise ambiental, a crise energética, a especulação financeira sobre commodities e recursos naturais, a grilagem e a concentração de terra, a expansão desordenada da fronteira agrícola, a voracidade da exploração dos recursos naturais, a escassez da água potável e a privatização da água, a violência no campo, a expulsão de populações de suas terras ancestrais para abrir caminho a grandes infraestruturas e megaprojetos, as doenças induzidas pelo meio ambiente degradado dramaticamente (SANTOS, 2013, p. 89).

A discussão política feita pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) reúne inúmeros pesquisadores e mostra evidências da capacidade produtiva da agroecologia,

o que pressupõe, acima de qualquer coisa, uma mudança de paradigma diante de uma questão não apenas técnica, mas principalmente, econômica e política frente ao poderoso discurso do marketing verde. Atualmente, inclusive, empresas do agronegócio estão se diversificando para produzir produtos de controle biológico como alerta em entrevista, Fernando Carneiro, pesquisador da Fiocruz Ceará e coordenador do Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e das Águas – Teia de Saberes e Práticas (OBTEIA).

É importante que esse processo esteja presente nas discussões dos movimentos sociais com a sociedade e a academia para buscar desenvolver tecnologias que ajudem no empoderamento dos produtores e na situação econômica deles, e, não, criar formas de deixá-los mais dependentes. O que as grandes empresas criam são tecnologias que fazem com que as pessoas fiquem mais dependentes delas. Essa é a grande armadilha da lógica da economia verde. Temos de romper com essa lógica e fazer uma mudança do modelo. Ao invés de concentrar renda e tecnologia temos de buscar um modelo de agricultura que distribua renda e que faça com que as tecnologias sejam acessíveis. Esse é o caminho para sair do impasse da economia verde (FACHIN, COSTA, 2015, p. 5)⁹⁹.

Fazendo uma aproximação com o pensamento da educação ambiental é possível argumentar que os movimentos produzem ações interdisciplinares (GAUDIANO, 2005) na medida em que articulam a questão agrícola com ações sustentáveis que se contrapõem à degradação e à destruição provocadas pela ganância e insensatez de um modelo civilizatório que ignora a finitude dos recursos naturais e, mais que isto, destrói velozmente o que existe. Partilhando de dimensões marcadas pelo conceito polissêmico de organização de conhecimentos, os movimentos buscam interface com a abordagem interdisciplinar a partir de paradigmas não científicos e não neutros como defende a educação ambiental.

Numa perspectiva política, o interdisciplinar questiona as práticas de produção e de reprodução do conhecimento, a própria concepção de ciência e sua relação com a Ética e com o social, a noção de assunto epistêmico, e evidentemente, as consequências de sua aplicação na Natureza e na Vida, em seu conjunto (GAUDIANO, 2005, p. 137).

⁹⁹ FACHIN, P. COSTA, A. **Agrotóxicos e agroecologia. Uma questão técnica? Não! Paradigmas diferentes em disputa. Entrevista especial com Fernando Carneiro.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/539755-agrotoxicos-perspectivas-de-uma-desregulamentacao-na-legislacao-sao-enormes-entrevista-especial-com-fernando-carneiro>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

Empreendendo sua jornada política, se contrapõem ao agronegócio, ao latifúndio, ao capital financeiro e às multinacionais que encontram forte apoio de governos associados a interesses econômicos e sociais que destroem a natureza.

É cada vez mais notória a complexidade do processo de transformação de uma sociedade crescentemente não só ameaçada, mas diretamente afetada por riscos e agravos socioambientais onde a dimensão da sustentabilidade se apresenta como alternativa. Assim, a ideia de sustentabilidade implica na necessidade de definir uma limitação quanto às possibilidades de um crescimento desordenado e implementar um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de interlocutores e participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo o que reforça um sentimento de co-responsabilização e de constituição de valores éticos (JACOBI, FRANCO, TRISTÃO, 2009, p. 3).

Em minhas análises verifiquei, ainda que, além de eliminar espaços para os movimentos do campo e se pautar por abordagens dicotômicas, os programas evitaram críticas e mantiveram um padrão muito semelhante ao dos telejornais diários. Produziram silenciamentos sobre danos ambientais caracterizando a opção editorial das empresas de comunicação pelo jornalismo conservador e excludente, uma questão conhecida há longa data pelos movimentos do campo e pelo ativismo social.

Nos últimos anos, no entanto, os movimentos construíram suas próprias redes de informação que compreendem desde simples boletins informativos até modernos sites na internet gerando interfaces comunicacionais que possibilitam a ampliação da visualização de imagens e o “direito de falar e ser escutado” (BARBERO, 2014, p. 107).

Nesse sentido, os movimentos de campo são importantes aliados na luta pela democratização da informação utilizando diversos meios que incluem as redes sociais, construindo meios alternativos e redes informativas configuradas a partir dos anos 1980 com a criação e o incremento de políticas de comunicação do ativismo social. Inseridos na luta pela democratização da informação, os movimentos multiplicam imagens de seus lugares de pertencimento e vão deixando para trás os

tempos em que era praticamente impossível dar visibilidade às suas ideias,¹⁰⁰ produzindo, como discute Barbero, a construção visual do social na qual se “reflete o deslocamento da luta pela representação para a demanda pelo reconhecimento” (2014, p.108).

O *Jornal Sem Terra*, primeiro veículo de comunicação do MST, é um dos precursores do jornalismo popular camponês e foi lançado nos anos 1980 no acampamento da Encruzilhada Natalino, localizado em Ronda Alta (RS), sendo utilizado tanto como instrumento de divulgação das bandeiras de luta quanto para formação e mobilização.

Recentemente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra passou a investir na formação de comunicadores populares através do curso de jornalismo da terra na Universidade Federal do Ceará.

¹⁰⁰ LIMA, M. **MST, importante aliado da democratização da comunicação.** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/mst-importante-aliado-da-democratizacao-da-comunicacao-5397.html>>. Acesso em: 07 fev. 2015.

5 O ATIVISMO SOCIAL EM BUSCA DE OUTROS REPERTÓRIOS ARGUMENTATIVOS

Ações desenvolvidas pelos movimentos sociais em busca de democracia, justiça social e condições dignas de vida constituem resistências e avanços produzindo um tempo de insurgências que demarca a perseverante história de lutas contra a agenda global capitalista reunindo verdadeiras multidões que transformam as ruas do mundo em palcos de defesa dos mais diferentes princípios e reivindicações. Traduzem a ideia de uma cidadania multicultural que adquire significado mais preciso nas lutas pelo reconhecimento cultural e político e pela redistribuição econômica.

São lutas contra um modelo de globalização que tenta impor um caminho único e anular a diversidade de ideias, conhecimentos e ações, requerendo, a seu contrário, outra construção social e coletiva, um estatuto de participação política que se contraponha à desigualdade e à exclusão social (TRISTÃO, 2008).

Esse círculo de reciprocidades repercute novas exigências de inteligibilidades defendidas pela ecologia dos reconhecimentos (SANTOS, 2007) e pela educação ambiental contra a visão hegemônica de um padrão econômico excludente e predatório (CARIDE, MEIRA, 2001; GAUDIANO, 2005; TRISTÃO, 2013) e constitui ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural em suas formas distintas de organização.

Diferentes estratégias que vão da denúncia à pressão direta como mobilizações, marchas, concentrações, passeatas e negociações em torno de atividades, experiências, criatividade e inovações socioculturais mostram os movimentos ocupando ruas e produzindo diagnósticos sobre a realidade social (GOHN, 2011) e construindo redes de resistência à exclusão que se revelam em discursos, ações e sentimentos de pertencimento. Uma ampla rede de resistências e de insurgências que se contrapõem à miséria, à exclusão e aos conflitos sociais.

Ao longo dos tempos, os movimentos demarcam uma história de ativismo e de protagonismo (SANTOS, 2007) que mostra um mundo em contínua defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da diversidade cultural, da ética e da

democracia da mídia dentre muitas e diversas outras aspirações que passam por questões étnicas, culturais e sociais.

É importante agregar novas formas de aprendizagem social, expansão dos lócus de aprendizado e de interpretação do cotidiano, de arenas de negociação e jogos de papéis. Essas estratégias podem ser entendidas como espaços de convivência e de formação de conhecimentos sobre aprendizagem social na gestão compartilhada e participativa do contexto socioambiental pertencente a esses sujeitos resgatando o espírito de comunidade (JACOBI, FRANCO, TRISTÃO, 2009, p. 10).

Buscam não apenas soluções locais, mas também, alternativas à globalização baseadas no respeito às diferentes culturas. Mobilizações do campo se articulam com movimentos nas cidades. No plano nacional e internacional são inúmeras reações a lógicas desagregadoras e excludentes.

Os movimentos emancipatórios colocam em prática novos conhecimentos, outras experiências simbólicas e modelos cognitivos diante da celebração de lógicas altamente conservadoras e excludentes. Avançam em relação à ideia de progresso contínuo (SANTOS, 2001a, 2001b) e de supervalorização do crescimento econômico que deixa muitos rastros de devastação no planeta e muitas pessoas vivendo na miséria. .

A trama meio ambiente-sociedade-educação ambiental relaciona-se diretamente com o cotidiano e a historicidade das comunidades-sociedade e ecossistemas em geral uma vez que envolve o processo de “ser sendo” sujeito no coletivo, na relação com o mundo (TRISTÃO, 2008, p. 1).

Os atuais cenários abrigam novos tipos de demandas, identidades e repertórios que ultrapassam fronteiras e fazem enfrentamentos ao pensamento único ditado pelo mercado e às suas tentativas de dominação pelo capital e pela exclusão. Insurgências, intervenções sociais locais e globais repercutem anseios e apelos por uma nova ordem na política, na cultura, na economia e na comunicação.

Ações coletivas do Fórum Social Mundial¹⁰¹, do 15M, também conhecido como Os Indignados¹⁰², e do Occupy Wall Street¹⁰³, dentre outros, reúnem multidões e demarcam diversas reações contra lógicas excludentes e desagregadoras. Histórias de ativismo e de resistências aos inúmeros desafios contemporâneos, como registrou Santos, em entrevista à Mendonça.

Analiso os diversos movimentos que surgiram no mundo desde 2011; a primavera árabe, o occupy [Wall Street, nos EUA], o dos indignados, no sul da Europa e na Grécia, o movimento "Yosoy 132" que é contra a fraude eleitoral no México, o movimento estudantil do Chile em 2012 e, também, os protestos no Brasil. Considero que 2011/2013 é um daqueles momentos no mundo como nós tivemos em 1968, 1917, 1848. São momentos de movimentos revolucionários. O que os caracteriza fundamentalmente hoje? São sinais de que, em muitos países, estamos a entrar num processo de guerra civil de baixa intensidade: uma grande agitação social porque as instituições não funcionam propriamente. Na Europa, a rua é o único espaço público que não está colonizado pelo capital financeiro. Nos EUA, a mesma coisa. Há uma deterioração das instituições, uma ideia de que a democracia foi derrotada pelo capitalismo. No sul da Europa isso parece muito claro e as ruas e as praças são os únicos espaços onde o cidadão pode se manifestar (MENDONÇA, 2013, p. 3)¹⁰⁴.

Na gênese dos grandes movimentos globais, a primeira edição do Fórum Social Mundial que aconteceu em Porto Alegre, no início dos anos 2000, propôs a luta contra o neoliberalismo, contra o imperialismo e, sobretudo, contra desigualdades sociais. O mais recente fórum foi realizado na Tunísia, em abril de 2015, pautado por discussões em torno do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado que se traveste

¹⁰¹ SANTOS, B.S. **Outro Mundo Necessário**. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Outro-Mundo-Necessario/33194>>. Acesso em 15 maio 2015.

¹⁰² Manifestações realizadas em 2011 na Alemanha, Espanha, Portugal, Grécia, Roma, França e Estados Unidos contra o sistema financeiro mundial cobrando mudanças no modelo econômico vigente e protestando contra o desemprego e pacotes de austeridade fiscal que elevaram a taxa de impostos. Os movimentos denunciaram que os meios de comunicação estão condicionados, que os bancos e os governos criaram a crise econômica e que os políticos apenas representam a si mesmos.

¹⁰³ O Occupy Wall Street levou milhares de norte-americanos a uma ocupação pacífica em Wall Street, Nova Iorque, defendendo justiça econômica e protestando contra a cobiça empresarial, a corrupção do sistema político e a desigualdade tendo-se estendido a outras cidades americanas. Surgiu no bojo da crise financeira que atinge o capitalismo global desde 2008. **Ocupar Wall Street...e depois?** ALVES, G. Disponível em <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Ocupar-Wall-Street-e-depois-%0D%0A/2/17889>>. Acesso em: 20 maio 2015.

¹⁰⁴ MENDONÇA, R. **'Dilma tem grande insensibilidade social' diz guru da esquerda**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1362319-dilma-tem-grande-insensibilidade-social-diz-guru-da-esquerda.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

de racismo, xenofobia e islamofobia, fontes de dominação e de opressão na contemporaneidade.

Os movimentos protagonizam ações em torno do conceito dignidade, amplo e de vocação intercultural e que inclui os direitos humanos e concepções de respeito pelo humano e pela própria natureza concebida como ser vivo e fonte de vida. Como novamente registra Santos na entrevista à Mendonça, repercutem a busca por direitos sociais e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

O movimento do Brasil tem uma genealogia, uma história, semelhante ao movimento dos indignados de Portugal, da Espanha e da Grécia. São jovens democracias onde houve uma expectativa de uma social democracia, uma democracia com fortes direitos sociais, de educação, saúde e transporte. Havia uma expectativa de uma sociedade mais inclusiva. Essa era a promessa. A democracia não é simplesmente mero voto e a representação política se traduz em direitos sociais e econômicos. Portanto, nesses casos [Brasil e indignados], os movimentos surgem da ruína dessas aspirações. Democracias suficientemente jovens para ainda acreditar que eles têm esses direitos. Aqui [no Brasil], a juventude se dá conta que aquela democracia que ela acreditou não funciona, está sendo derrotada pelo capitalismo. Os países dão mais atenção aos mercados internacionais, aos grandes grupos transnacionais do que dão aos seus cidadãos (...). A democracia é exercida hoje contra o bem estar. Tinha-se a ideia que caminhávamos para um Estado de bem estar. De alguma maneira, hoje, o Estado é um Estado de mal estar. O que aconteceu no Brasil, no meu entender, é essa frustração (MENDONÇA, 2013, p. 4) ¹⁰⁵.

Em termos internacionais, o ano de 2015 registrou o movimento Je Suis Charlie, organizado na França em protesto contra o atentado à revista francesa satírica Charlie Hebdo, ocorrido em janeiro, que resultou na morte de doze pessoas. O atentado, assumido pelo grupo Al Qaeda, motivou o protesto de milhares de pessoas que foram às ruas defender a liberdade de imprensa.

Em reação, o grupo lançou, naquele mesmo mês, uma edição especial com nova caricatura do profeta Maomé e que resultou em inúmeros protestos em países muçulmanos e em incêndios a igrejas e a centros culturais franceses ¹⁰⁶.

¹⁰⁵ MENDONÇA. R. Op. cit. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1362319-dilma-tem-grande-insensibilidade-social-diz-guru-da-esquerda.shtml>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

¹⁰⁶ A revista tem como marca principal a produção de charges e de informações ridicularizando o islamismo e outras religiões e publica, assiduamente, caricaturas de Maomé. **Novos protestos**

No Brasil, a prática dos movimentos caminha em históricas manifestações e sacudiu o país em junho de 2013 em torno do Movimento Passe Livre (MPL), iniciado em São Paulo, em defesa de passagens de ônibus gratuitas. As manifestações, pautadas pelo Movimento Passe Livre, foram antecedidas de atos realizados entre 2003 e 2005 em Salvador (“Revolta do Buzu”) e em Florianópolis (“Revoltas da Catraca”) e ganharam amplas proporções em junho de 2013 em resposta ao aumento da tarifa do transporte público.

O dia vinte de junho de 2013 registrou uma grande onda de manifestações que, somadas, foram consideradas as maiores desde o movimento “Fora Collor,” na década de 1990 (INTERVOZES, 2014) e que representaram o ápice dos protestos. Em um ato realizado na capital paulista o movimento enfrentou forte repressão militar e conseguiu adesões de outras cidades que tiveram ou estavam prestes a ter aumento tarifário.

A partir do dia dez começa a fase da expansão dos protestos. Gradativamente, a partir desta data, outras capitais, como Rio de Janeiro e Recife também registram (ou retomam, como foram os casos de Porto Alegre e Natal) manifestações contra os reajustes nas tarifas do transporte público recém-anunciadas. Em poucos dias, outras cidades também tiveram seus protestos. Nesta etapa, o foco sai de São Paulo e as manifestações ganham um tom “nacional” (INTERVOZES, 2014, p. 11)¹⁰⁷.

Na sequência, os protestos foram marcados por forte repressão policial na fase caracterizada pelo início da Copa das Confederações, organizada pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), evento preparatório para a Copa do Mundo de 2014, no Brasil, quando foram diminuídos valores originais de passagens em São Paulo e em outras cidades.

Gigantescas mobilizações defenderam uma pauta que foi se adensando com a inserção de novas propostas que incluíram a prioridade de investimento dos

contra “Charlie” provocam tumulto em países muçulmanos. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2015/01/17/novos-protestos-contra-quotcharliequot-provocam-tumulto-em-paises-muculmanos.htm>>. Acesso em: 19 de maio 2015.

¹⁰⁷ **Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo.** Disponível em <<http://intervozes.org.br/arquivos/interliv009vozsmp-baixa.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.

recursos públicos em saúde e educação e a ampliação de direitos sociais aglutinando diversos grupos pautados pela contestação à corrupção e pela crítica aos gastos públicos com a copa do mundo. No campo das reformas políticas se veria um país às voltas com a morosidade da justiça onde tramitava desde abril de 2014, a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pela Ordem dos Advogados do Brasil contra o financiamento empresarial de campanhas políticas¹⁰⁸ e considerada fundamental para prevenção e combate à corrupção¹⁰⁹

Em janeiro de 2015, um coletivo formado por movimentos sociais, centrais sindicais e partidos de esquerda divulgou a carta da Frente Pelas Reformas Populares, assinada por vinte e seis organizações que defenderam o enfrentamento a pautas da direita na sociedade, no congresso, judiciário e nos governos. Incluiu, ainda, a prioridade a investimentos sociais, a luta contra ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários, a contestação contra a repressão às lutas sociais e o genocídio de jovens pobres e negros¹¹⁰.

Nas lutas locais ou globais, o ativismo social progressista segue sua trajetória em busca de mudanças que apontam para uma situação contrária à supremacia da racionalidade cognitivo-instrumental e do sistema global irracional que tenta separar práticas políticas a partir de excessos de regulamentação (SANTOS, 2001a, 2001b) insuficientes e inadequados também diante da problemática socioambiental.

Aposta em novas aprendizagens e em novas narrativas argumentativas de solidariedade, direitos humanos e de autodeterminação fundadas na racionalidade estético-expressiva (SANTOS, 2008) e vividas como possibilidade de superação de energias regulatórias.

¹⁰⁸ A Campanha do Plebiscito Oficial pela Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político promoveu atos cobrando do Supremo Tribunal Federal a votação da ação de inconstitucionalidade do financiamento empresarial para políticos e interrompida pelo pedido de vistas do ministro Gilmar Mendes.

¹⁰⁹ Em setembro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o financiamento eleitoral por empresas por meio de normas que terão efeito a partir de 2016. As doações de pessoas físicas continuam autorizadas e devem ser reguladas pelo Legislativo. **Gilmar Mendes perde e STF veta doação de empresas.** MARTINS, M. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/gilmar-mendes-perde-e-stf-veta-doacao-de-empresas-2560.html>>. Acesso em: 20 out. 2015.

¹¹⁰ CARVALHO, I. **Frente de esquerda quer ir às ruas para defender reformas populares e direitos.** Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/01/22/frente-de-esquerda-ira-ruas-repressionar-por-reformas-populares-e-direitos-trabalhistas/>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

Os movimentos (...) têm estado na frente da luta por uma ecologia dos reconhecimentos. A ecologia dos reconhecimentos torna-se mais necessária à medida que aumenta a diversidade social e cultural dos sujeitos colectivos que lutam pela emancipação social, a variedade das formas de opressão e de dominação contra as quais combatem (SANTOS, 2008, p. 111).

As resistências ao predomínio do mercado se fundamentam na rejeição à rentabilidade e a lógicas que ignoram vínculos societários e inovações sociais (BARBERO, 2008) e buscam ressignificar promessas de justiça, liberdade, igualdade e solidariedade não concretizadas e, ainda, aspirações para a imensa maioria da população mundial. Produzem sentidos e resistência que vão se transformando em lutas.

O que os novos movimentos sociais e as minorias _étnicas, as mulheres, jovens ou homossexuais_ demandam não é tanto serem representados, mas reconhecidos: fazerem-se visíveis em sua diferença. O que dá lugar a um novo modo de exercer politicamente seus direitos (BARBERO, 2014, p.108).

Governos associados a corporações, por meio de financiamento de campanhas ou lobbies nos parlamentos, apontam novos desafios para os movimentos no entender do ativista e um dos criadores do Occupy Wall Street, Micah White que, em entrevista à Pelegrini, defendeu a importância de se reinventar os protestos.

Nós acreditamos, ou quisemos acreditar, que um grande número de pessoas indo para as ruas causarão possíveis mudanças em seus governos mas quando se alcança isso, percebe-se que isso não é verdade. A única forma de vencer é criar algo híbrido entre um movimento social e um partido político (...). Temos de mostrar que movimentos sociais requerem coisas difíceis como vencer eleições, escrever legislações, governar nossas cidades (PELEGRINI, 2015, p. 3)¹¹¹.

¹¹¹ **“A democracia está em crise porque o dinheiro controla governos.”** PELLEGRINI, M. Disponível em<<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-democracia-esta-em-crise-porque-o-dinheiro-controla-governos-7013.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015

5.1 MONOPÓLIO DE INFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA SOBRE O ATIVISMO SOCIAL

O uso da convergência, convivência e conexão de novas tecnologias contribui para quebrar monopólios da informação (BARBERO, 2014; LIMA, 2001; FENAJ, 2014) produzindo novos diálogos entre sujeitos e tecendo uma ampla rede de articulação cosmopolita que tem impulsionado o intenso protagonismo dos movimentos globais e é demarcada, na comunicação, pela luta para democratizar os meios.

O movimento de junho de 2013 buscou na liberdade expressão a construção de espaços alternativos valendo-se das redes sociais e da cobertura independente para alargar um debate que atravessou ruas, mídias sociais e a grande mídia conservadora contribuindo para alterar a interface das comunicações na construção do direito de informar e de ser informado (BARBERO, 2014, p. 107).

Em uma perspectiva geral, as manifestações podem ser pensadas como parte de processos de ação coletiva desenhados nas últimas décadas e que revelam modos inovadores de organização e de mobilização de diversos atores conectados em rede pelas tecnologias da comunicação, afinal, um elemento catalisador do processo.

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015, a internet é o meio de informação que mais cresce entre os brasileiros tendo aumentado de 26% para 37% o número de usuários diários em relação ao ano anterior, sendo 65% de jovens na faixa de dezesesseis a vinte e cinco anos.

São usos de mais de cinco horas em média o que promove um verdadeiro campo de batalha entre a velha ordem midiática, formada pelos sistemas impressos e radiofônicos, e as redes sociais, com predomínio do Facebook (83%), do Whatsapp (58%) e do Youtube (17%)¹¹².

As tecnologias da informação, como registra Barbero, contribuem para introduzir “uma verdadeira explosão do discurso público despotencializando o centralismo burocrático da maioria das instituições e potencializam a criatividade social no

¹¹² **Pesquisa Brasileira de Mídia** Op. Cit. Disponível em <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2015.

desenho da participação cidadã” (2014, p. 110). As redes, diz ainda o autor, não são apenas técnicas mas, também, sociais e constituem enclaves de interação social, de conflitos simbólicos e de interesses políticos e econômicos que as tornam decisivamente integrantes da arte de narrar.

Mas, se as novas mídias são um divisor de águas na comunicação diante dos contextos sociocultural, político e econômico, não se pode negar o significativo papel da televisão enquanto meio de informação mais usado no dia a dia, uma vez que chega aos lares de mais de 70% dos brasileiros.

Na apresentação dos atos de protestos em junho e nos meses seguintes, os telejornais deixaram muito claro suas posições ao apoiar os movimentos conservadores e repudiar os progressistas que enfrentaram velhas lógicas de descredenciamento.

Em outros momentos clamava-se pela repressão da polícia que já estava desfechando uma série de ações cruéis contra manifestantes e transformando as ruas em verdadeiros campos de batalha com o uso de balas de borracha e de gás lacrimogêneo e fazendo prisões ilegais.

Nacionalmente, foram várias prisões e, além da violência explícita da polícia, houve agressão por parte dos próprios manifestantes que contestavam a mídia corporativa em ações marcadas pela violência contra jornalistas em diversas cidades.

Em meio a pressões e à censura, um rojão disparado por um manifestante, em fevereiro de 2014, provocou a morte do repórter cinematográfico Santiago Andrade atingido quando fazia cobertura para a TV Bandeirantes do Rio de Janeiro.

Houve, também, em diversos momentos, infiltração de grupos de direita mas a mídia conservadora não deixou isso claro e usou narrativas homogêneas para desqualificar as ações, sem mostrar exatamente de onde partiam atos de vandalismo¹¹³.

¹¹³ **Durante entrevista a blogueiros, integrantes do MPL celebram a vitória, falam em infiltrados e expõem próximos passos.** Disponível em <<http://www.viomundo.com.br/politica/durante-entrevista-a-blogueiros-integrantes-do-mpl-celebram-a-vitoria-e-expoe-proximos-passos.html>>. Acesso em: 15 maio 2015.

De maneira geral, os protestos foram registrados inicialmente como uma vaga caracterização da participação de agentes políticos sem diferenciar o que estava ocorrendo, registrando-se coberturas extremamente tendenciosas que refletiram opiniões e desejos de grupos políticos, sociais e econômicos ligados e alinhados aos interesses da mídia conservadora.

A violência praticada contra os profissionais da imprensa é uma das consequências dessa parcialidade das empresas de comunicação na distorção dos fatos e de informações como se viu, por exemplo, em especial na TV Globo, que se valeu de contextos como vandalismo, baderna e bagunça para apresentar o movimento. Em reação, voltou às ruas, o bordão “o povo não é bobo, abaixo a rede Globo”, velha tática dos movimentos sociais em protesto contra tentativas da emissora de enganar a opinião pública.

Sobraram acusações e faltaram análises ficando muito clara a singularidade característica da grande mídia conservadora em suas tentativas de descredenciar, silenciar, controlar e censurar a informação.

Em Vitória, o movimento também levou multidões às ruas e, a exemplo de outras capitais, a repressão tentou acabar com a mobilização criando um cenário de guerra.



O uso de bombas de gás lacrimogênio, balas borracha e de um enorme aparato policial contra as manifestações

FOTO: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo
Ação da polícia contra protestos na avenida Jerônimo Monteiro, Centro de Vitória

deixaram várias pessoas feridas e detidas. Houve, também, violência por parte de grupos que destruíram parte das instalações do Banco do Estado do Espírito Santo,

do Palácio Anchieta, sede do governo do estado, e do prédio da superintendência de comunicação governamental, localizados no centro de Vitória.

O Sindicato dos Jornalistas fez reuniões com jornalistas atingidos, com o sindicato das empresas de comunicação e com a Secretaria de Segurança Pública do governo Casagrande contestando a violência contra o jornalismo e contra o movimento e discutindo formas de proteger os profissionais.

A atuação do governo, como avaliou Fabiano Mazzini, mostrou “falta de controle das situações e, em grande medida, despreparo das forças policiais para conviver com a democracia opostos”. Disse ainda que é preciso atentar para a violência policial e que as agressões dos manifestantes também devem ser repudiadas pois, em hipótese alguma, se justificam, nem mesmo pelo entendimento distorcido entre os interesses dos grupos (econômicos) de comunicação e o exercício do jornalismo. Indo, no entanto, um pouco adiante, considerou necessários os questionamentos.

FABIANO MAZZINI: Penso que se a cobertura da mídia foi questionada é porque muitos movimentos sociais e militantes conseguem observar quando a cobertura está disforme e incompleta. E é bom que seja assim. Demonstra amadurecimento de parte da sociedade na exigência de uma informação de melhor qualidade.

Em uma única noite mais de cem mil pessoas ocuparam a Terceira Ponte que liga Vitória a Vila Velha. Na Assembleia Legislativa, o movimento defendeu a revisão do preço do pedágio, cobrado pela empresa Rodosol. Manifestantes do movimento OcupaAles ocuparam o gabinete da presidência e, em seguida, o restaurante, de onde saíram dez dias depois. O movimento, iniciado em dois de julho de 2013, foi fundamental para o início de ações de revisão do contrato¹¹⁴ e, mesmo que não tenha havido retorno imediato, o governador Renato Casagrande anunciou em 22 de abril de 2014 a suspensão da cobrança do pedágio (ALVES, 2014).

¹¹⁴ **Relatório final de auditoria pede anulação do contrato de concessão da Rodosol.** SAMORA, N. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/20972/9/relatorio-final-de-auditoria-pede-anulacao-do-contrato-de-concessao-da-rodosol-1>>. Acesso em: 25 maio 2015.



Os movimentos nas ruas de Vitória, em defesa de novos repertórios argumentativos.



FOTOS: Internet e Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo
Na sequência, Terceira Ponte, Reta da Penha e Assembleia Legislativa.

ARTE: Thais Fernandes

Repetindo situação nacional, os protestos confirmaram o lugar da comunicação atravessada por novas tecnologias com transmissões em tempo real como foi feito pelo Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo e pelo grupo Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) formado por uma rede de produtores culturais.

Ao narrar os acontecimentos das ruas diretamente para a rede de computadores, mostrando a notícia em seu estado original e sem passar pela edição, os grupos independentes enfrentaram velhos padrões da mídia conservadora e superaram a centralização de conteúdos.

Em uma das raras vezes em que o telejornalismo se propôs a discutir e refletir sobre o movimento foi no programa *Oportunidades*, da TV Educativa, que fez uma leitura crítica sobre as manifestações, o papel dos manifestantes, da imprensa e do poder público. Também em pauta, o uso massivo e a velocidade da informação pelas redes sociais, o protagonismo como possibilidade de nova sociabilidade, a defesa de políticas públicas, a insatisfação generalizada e o posicionamento adotado pelos meios de comunicação¹¹⁵.

RACHEL FUCUDA, socióloga: Eu não estou focando em nenhum grupo e nem estou focando nos jovens que é um grupo que puxou pela maior familiaridade com as redes sociais, com as mídias sociais. Mas vamos lembrar uma frase de uma pessoa na passeata que saiu com seu neto de três anos no colo e disse: eu também vim. Eu estou me sentindo representado por isso aqui, por essa galera que não tem rosto, não tem nada e eu quero estar aqui. Quero estar aqui para mostrar que também estou insatisfeito com o sistema como um todo, né? E quero essa mudança, penso que essas pessoas são politizadas, sim. Elas pensam no sistema, elas podem não compreender a forma como o sistema age, a maioria não compreende o papel do vereador ou o papel do prefeito mas elas compreendem o seguinte; eu tenho direito a certos serviços e eu quero esses serviços de qualidade. É isso que elas compreendem.

MAURICIO ABDALLA, filósofo: Nós vimos em um primeiro momento um fenômeno mundial, global, de insatisfação que está levando diversos indivíduos às ruas também de uma maneira meio difusa, também de uma maneira não muito definida, que demonstra uma insatisfação com o quadro

¹¹⁵ Programa dirigido e apresentado por Guilherme Klaws entrevistando os professores da Universidade Federal do Espírito Santo, Raquel Fucuda, socióloga e mestre em História Social das Relações Políticas e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias; Víctor Gentili, professor de jornalismo, doutor em Comunicação e fundador da Rede Nacional de Observadores da Imprensa e Mauricio Abdalla, filósofo e doutor em Educação.

global. Isso caracteriza, assim como caracterizou na história passada, uma insatisfação com a maneira do ser humano ser no mundo. Uma insatisfação com o processo civilizatório que chegou a um momento que não está mais dando conta de satisfazer as necessidades básicas, nem do corpo, nem do espírito, nem da cultura, nem do lazer, etc. Então, em um primeiro momento, essas manifestações estão produzindo uma insatisfação generalizada.

VICTOR GENTILLI, professor de Jornalismo: É importante chamar a atenção porque na hora em que a gente pensa nos meios de comunicação tem que pensar em não combater o jornalismo que é uma atividade essencial para a população. As mídias sociais, nesse momento, colocam o jornalismo em xeque e o jornalismo precisa se adequar a essa nova realidade. Mas não é o fim do jornalismo (*Programa Oportunidades*, TV Educativa, 13/07/2013).

Passada a efervescência, as jornadas de junho se dispersaram temporariamente enquanto o palco local das ruas e das notícias continuava ocupado por movimentos sindicais e populares. Os sindicalistas fizeram manifestações mais específicas defendendo reposição salarial e condições de trabalho e enfrentaram o velho e desgastado descredenciamento da mídia conservadora como se viu na notícia do telejornal *Tribuna Notícias 1ª Edição*, da TV Tribuna, sobre a paralisação dos rodoviários ocorrida em novembro de 2013. Ouvindo usuários, a repórter destacava que muita gente havia sido surpreendida e teve dificuldades para chegar ao trabalho por causa do reduzido número de coletivos.

SUZY FARIA, repórter: No início da manhã muita reclamação nos pontos de ônibus (...). O motivo: nem um coletivo circulou cedinho, o que fez esse rapaz perder o dia de trabalho.

SUZY FARIA, repórter: Nós passamos neste ponto aqui em Cariacica por volta das nove e meia da manhã e encontramos pessoas que estavam esperando pelo coletivo. Mesmo a greve tendo sido relâmpago e tendo terminado praticamente às sete horas da manhã encontramos um rapaz que ainda tentava chegar ao trabalho e estava esperando o coletivo desde as seis horas da manhã. Não passou nem um ônibus ainda?

ENTREVISTADO não identificado: Passou, mas tá tudo cheio, lotado. Passa direto, não pára.

SUZY FARIA, repórter: Você já avisou ao patrão?

ENTREVISTADA não identificada: Avisei, ele tá me esperando até agora. Tem que ir, né, se não for, perde o dia.

SUZY FARIA, repórter: Uma senhora que veio da Bahia, saiu de lá às onze horas da noite, tinha previsão de chegar em Viana, na casa dela, às oito da

manhã e, às nove e meia, estava aqui esperando ônibus para terminar a viagem.

ENTREVISTADA não identificada: Ônibus que é bom, nada! Eles falam que tem 30% da frota rodando mas não tem isso, não. Porque se tivesse não tinha essa população toda no ponto de ônibus.

SUZY FARIA, repórter: Se a normalidade no transporte demorou, no trânsito o caos foi imediato e, aí, haja paciência. Na subida da Terceira Ponte, em Vila Velha, o visual é comum no dia a dia, só difere hoje pelo numero maior de veículos. E para quem depende dos ônibus, além da espera, foi duro suportar o trânsito (*TN1ª Edição*, TV Tribuna, 19/11/2013).

A defesa do processo produtivo e a crítica ao movimento foram reforçadas pelo comentário final da apresentadora que disse ser realmente “complicado para o trabalhador sair cedo, ser pego de surpresa (...) ficar horas no trânsito e em pontos de ônibus e que motoristas e cobradores podem buscar seus direitos mas não dá para ter uma atitude “egoísta”. O fato de terem sido priorizadas narrativas destacando a interrupção do direito individual de ir e vir pode ser explicado por iniciativas dos telejornais de explorar a prestação de serviço como forma de se aproximar do telespectador, como observou Fabiano Mazzini. Mas, disse, ainda, a abordagem é feita de modo “meio esquisito, até sórdido”.

A estratégia caiu como luva na cobertura dos movimentos sociais e sindicais, sobretudo nos processos da luta na rua. Assim, em nome da prestação de serviço, o telejornal vai focar no trânsito e no seu reflexo e, não, na disputa que motivou o protesto. E ainda vai responder para quem questionar a limitação do enfoque, ‘mas houve um grande engarrafamento, não houve? ‘As pessoas tiveram o seu direito de ir e vir negado, não tiveram?’

Mais uma vez a história se repetiu em novo protesto dos rodoviários noticiado pelo telejornal *Tribuna Notícias 1ª Edição* em 11/12/2013, com a repórter Mariana Rodrigues também se referindo ao trânsito complicado por causa do protesto. Dias antes tinha ocorrido uma passeata de policiais civis até o palácio Anchieta e, recorrendo ao velho e conhecido jargão sobre a interrupção do tráfego de veículos, o telejornal *ESTV 2ª Edição*, da TV Gazeta divulgou a seguinte notícia:

REPÓRTER: Durante a tarde de hoje cerca de cento e cinquenta polícias civis saíram em passeata da chefatura da polícia civil na Reta da Penha e

seguiram até o palácio Anchieta, no centro. Com cartazes, apitos e, até um caixão pediam melhores condições de trabalho. O trânsito ficou lento em várias avenidas e, no fim da tarde, a curva do Saldanha ficou praticamente parada, o que irritou os motoristas.

MOTORISTA, não identificado: Eu acho um absurdo isso daqui! Libera uma via pelo menos. Quer manifestar eu sou a favor, agora bloquear a gente, aqui? Deixa de a gente seguir, ir trabalhar, é um absurdo.

MOTORISTA, não identificado: Isso aí é uma falta de respeito com a gente. Estou desde quatro da manhã trabalhando. Não tem condição, não (*ESTV 2ª Edição, TV Gazeta, 11/11/2013*).

Não houve entrevista com o comando de greve e o governo também se manifestou por nota dizendo que havia atendido aos principais pedidos e que estava estudando os demais.

Os protestos continuaram movimentando as ruas da Grande Vitória e nos telejornais permaneceu a velha lógica de descredenciar o movimento como se viu no *ES No Ar*, da TV Vitória, de 13/12/2014, sobre uma manifestação no bairro Planalto Serrano, localizado no município da Serra, onde vinte e cinco famílias haviam recebido ordem de despejo. Na manhã daquele dia, os moradores haviam fechado um trecho da BR101, fato relatado ao vivo pela repórter Layla Novaes, que contou a história de reintegração a favor de um empresário apesar de os moradores dizerem que residiam no local há cerca de vinte anos e que podiam comprovar a posse. A matéria deu destaque, também, ao congestionamento provocado pelo bloqueio das duas pistas que “deixou o trânsito parado em quatro bairros” e foi muito parcial, agravada pela opinião do apresentador.

EDUARDO SANTOS, apresentador: Layla, a polícia já está no local? Batalhão de missões especiais, ou não? Como é que tá a situação do policiamento no local?

LAYLA NOVAES, repórter: Por enquanto, aqui, Dudu, está tudo tranquilo. São cerca de trinta manifestantes e, no local, a gente já percebe a presença de uma viatura da polícia militar. Onde nós estamos foi feito essa barricada (*ES no Ar, TV Vitória, 13/12/2013*).

Viu-se, uma vez mais no padrão de cobertura, a reprodução da linha editorial de um telejornalismo muito pouco atento às reivindicações dos moradores.

No começo de 2014, estudantes do Colégio Estadual Maria Ortiz também estavam nas ruas cobrando investimentos no ensino. Dias depois, servidores públicos se manifestaram contra a política salarial e ambiental do governo Renato Casagrande enfrentando as conhecidas narrativas jornalísticas que tentam despolitizar e criminalizar os movimentos.

Em março de 2015, novos protestos locais e nacionais ocuparam as ruas em um cenário que deixou muito clara, então, a polarização e as divergências entre o governo e o PSDB, enquanto principal partido de oposição, e grupos de direita. Os movimentos sociais organizados em torno da União Nacional dos Estudantes, do Movimento Sem Terra e da Central Única dos Trabalhadores defenderam a democracia, o governo Dilma Rousseff, que entrara no segundo mandato, e a Petrobras, que passava por investigação por corrupção envolvendo gestores, empresários e políticos de diversos partidos.



FOTO: Internet

A oposição foi às ruas dias depois liderada por uma corrente denominada Aliança Nacional de Movimentos que reúne grupos como o Movimento Brasil Livre, o Revoltados Online e o Vem Pra Rua, contrários ao governo Dilma Rousseff e que também seguiram na esteira de denúncias sobre a corrupção na Petrobrás. Grupos

de direita protestaram contra a democracia pedindo intervenção militar lembrando tristes e terríveis tempos.



FOTO: Agência Brasil/ Caros Amigos

Na cobertura feita pela TV Globo, os movimentos favoráveis ao governo e à democracia foram praticamente ignorados ou mostrados de forma muito diferente do que apontavam as redes sociais. Dados curiosos se referiam ao quantitativo de participantes, sempre apresentado pela mídia conservadora como menor, ao destaque à ação da polícia como promotora da ordem ignorando-se suas agressões aos manifestantes e, ainda, à exploração de imagens de destruição de imóveis sem situar os grupos responsáveis que, muitas vezes, estavam infiltrados.

Por sua vez, os que protestavam contra o governo receberam farta divulgação por meio de chamadas para a população ir às ruas em uma cobertura que destacava cartazes e faixas e o colorido do verde-amarelo que identifica o movimento. Ficava clara, mais uma vez, a parcialidade característica dos meios conservadores o que não é nenhuma novidade como mostra a linha do tempo histórico, considerando o papel da mídia corporativa contra governos de esquerda e movimentos emancipatórios, mostrando que, nos dias de hoje, pouco mudou. De principal

suporte da ditadura civil-militar entre os anos 1960-1980, a mídia assumiu, ainda mais claramente, seu papel de forte aliada do mercado e de políticos conservadores.

5.2 COMUNIDADES INTERPRETATIVAS E A DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA MÍDIA CONSERVADORA

Como a mídia tradicional no Brasil vive muito distante da comunicação plural e do reconhecimento da multiplicidade de saberes, ampliar espaços no sentido de viver e de pensar diferente é um longo caminho para desarmar tendências autoritárias (BARBERO, 2013), centralizadoras, restritivas e seletivas que representam grande comprometimento à democracia como discutido e problematizado por esta tese. Verifica-se na televisão em geral, a geração de uma cadeia de informações que subverte e limita sentidos e contamina o telejornalismo como destacou Thelmo Scarpine.

Na época em que trabalhei como repórter na TV Gazeta (final da década de 1980 e começo dos anos 1990) e cobria as greves na Vale do Rio Doce, hoje, Vale, e CST, hoje, ArcelorMittal, era comum a equipe ser hostilizada pelos trabalhadores nos piquetes e, algumas vezes, até com violência. Apesar de realizar nosso trabalho com seriedade, ouvindo todas as partes envolvidas na questão, por determinações superiores, a reportagem sofria cortes e distorções no processo de edição com abordagem sempre favorável às empresas em questão.

A verticalidade e a hierarquia (SANTOS, 2001a, 2001b, 2008) predominantes no modelo de televisão privada desafiam questões elementares do direito à informação diante da transformação das concessões públicas em balcão de interesses e de lógicas particulares que envolvem os administradores das concessões, divididos entre governos, políticos, igrejas e empresários. Como vem problematizando esta tese, esses grupos, cada qual com suas defesas personalistas, produzem e apresentam uma cobertura socioambiental muito aquém da pluralidade e da diversidade defendidas pela educação ambiental e pelo jornalismo progressista. Constroem lugares de privilégios que eliminam vozes discordantes, tentam

criminalizar e ignorar movimentos e grupos sociais e transformam a natureza em mero negócio raramente fazendo críticas à destruição dos recursos naturais.

FABIANO MAZZINI: Toda notícia carrega uma subjetividade que lhe é inerente. Acho que o mais importante é o princípio ético, a veiculação de qualquer notícia de interesse coletivo acima de qualquer outro interesse. Penso que é função do jornalismo praticar uma cobertura contextualizada seguindo a responsabilidade primordial do jornalismo, sem deixar que o aspecto mercadológico imediato defina o ritmo da cobertura.

Arguir questões que priorizam o imperativo econômico implica, em paralelo, em discutir as diferentes interfaces da informação com aspectos culturais, significações e cognições e questionar a falta de democratização na informação de um sistema que atropela o caráter público das concessões por meio de conchavos e de acordos entre governos, políticos e empresários que transformaram em privado o sistema de caráter público.

No cenário de complexidade em que se insere o socioambiental não se pode ignorar que os paradigmas dicotômicos reproduzidos pela televisão e seus telejornais conservadores embaraçam compreensões sobre questões cada vez mais conflituosas e complexas de dimensões que atingem tanto o individual quanto o coletivo.

A ideia de uma cidadania multicultural, individual ou coletiva adquire um significado mais preciso como palco privilegiado de lutas pela articulação ante a exigência do reconhecimento cultural e político e a redistribuição econômica e social. Ao alargar o círculo da reciprocidade e o círculo das diferenças iguais, a ecologia dos reconhecimentos cria novas exigências de inteligibilidade recíproca (SANTOS, 2008, p. 111).

A cobertura avessa à cultura-natureza (TRISTÃO, 2013) passa, também, pela falta de um serviço de comunicação com regras claras e definidas que possam oxigenar a informação e garantir, de fato, a liberdade de expressão. A discussão presente no movimento nacional em torno da comunicação vem argumentando em favor da pluralidade da informação diante de um sistema excludente e limitante que gera tensões entre estado, empresários e políticos travando-se uma verdadeira batalha em defesa da democracia e da diversidade na informação (LIMA, 2001; BRITTOS,

BOLLAÑO, 2005). Um debate histórico que compreende a produção e a distribuição de conteúdos.

Devemos re-enquadrar toda a discussão da democratização das comunicações em torno do conceito de "direito à comunicação". É preciso que a mídia seja entendida como um poder e a comunicação, como um direito que compreenda não só a liberdade de expressão, como os direitos à informação e ao conhecimento. Um direito tão fundamental como a educação e/ou a saúde, por exemplo (LIMA, 2009, p. 2).

As manifestações de junho de 2013 reacenderam antigas discussões sobre a democratização da mídia e deixaram muito clara a necessidade de construção de novos espaços que abriguem a diversidade de ideias e de opiniões contrapondo-se ao saturado modelo de comunicação onde impera a ausência de transparência e a subordinação do jornalismo a interesses do mercado. Algo que só deverá mudar por pressão da sociedade, como observou Fabiano Mazzini, muito embora propostas nesse sentido venham sendo articuladas por diversos movimentos no Brasil ao longo dos últimos anos caminhando-se no sentido do conhecimento emancipação (SANTOS, 2001a) na medida em que se contrapõem a interesses particulares e personalistas e a narrativas jornalísticas tendenciosas, seletivas e discriminatórias.

Longe de ser ganha, a luta permanente pela democratização da comunicação passa pela criação e atuação de comunidades interpretativas (SANTOS, 2001a) que afirmem a importância da informação como locus de diversidade e de pluralidade em tempos da velocidade da informação que trazem a marca de práticas informativas exercitadas pelos movimentos sociais por meio de jornais, programas radiofônicos e, em grande parte, pelas redes sociais.

Sem dúvida, isso representa um significativo avanço mas é preciso mudar o panorama diante da insistente e imperativa centralidade no sistema de comunicação e colocar em prática uma regulação que supere o controle da informação e estabeleça o cumprimento de preceitos contrários à formação de monopólios no sistema, como previsto pela Constituição Federal até hoje não regulamentados em função da omissão de governos federais e das articulações do empresariado e de políticos 'donos' das concessões.

Em termos mundiais, a discussão sobre a pluralidade na mídia remonta aos anos 1970 com o movimento em torno da Economia Política da Comunicação, organizado no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e que reuniu vários países. Defendia o respeito aos direitos humanos, a redução da dependência dos países em desenvolvimento e a formulação de políticas nacionais de comunicação ligadas aos objetivos de desenvolvimento social, cultural e econômico (MIEGE, 2000).

Ainda de acordo com o autor, as teses contestavam o papel global das empresas multinacionais que vendiam tecnologia para o mercado de comunicação e comercializavam bens de consumo socioculturais por meio de ideias, gostos, preferências e crenças. Defendiam a redistribuição e o reequilíbrio dos fluxos de informação entre países ricos e em desenvolvimento em propostas contempladas na constituição de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC), discutidas no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Embora inviabilizado por países como o Brasil, França e Estados Unidos, o debate em torno da comunicação continua integrando as lutas do ativismo social que carrega a bandeira do direito à informação e à liberdade de expressão defendendo que os meios sejam, efetivamente, espaços sociais democráticos que acolham a diversidade de ideias e de opiniões.

Na verdade, como observou Fabiano Mazzini, o trabalho em favor da comunicação democrática pressupõe “o fortalecimento de um sistema público de comunicação longe do interesse exclusivo de rendimento financeiro imediato e da apropriação política de suas ações,” uma questão que pontuou os debates da Primeira Conferência da Comunicação (CONFECOM), realizada em 2009, que discutiu a falta de democracia na informação e grande influência dos meios na formação da opinião pública¹¹⁶.

¹¹⁶ A conferência, realizada em Brasília, representou diversos estados brasileiros e o Distrito Federal e foi precedida de discussões regionais mobilizando mais de trinta mil pessoas. Seis mil delegados discutiram os desafios da área e apresentaram recomendações de políticas ao poder público. O empresariado da mídia começou a participar da preparação da conferência mas se afastou. VALENTE, J. **5 anos de Confecom: muito barulho por nada?** Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/5-anos-de-confecom-muito-barulho-por-nada->

A conferência defendeu a regulamentação de artigos constitucionais que tratam de finalidades artísticas, informativas, educativas e culturais na programação do rádio e na TV e proíbem práticas de monopólio e oligopólio nas comunicações. Foram produzidas inúmeras formulações em torno de ações na cultura, economia e política e proposta a criação de um marco regulatório com mecanismos transparentes e democráticos para a concessão e a renovação de outorgas, além do impedimento de sublocação da grade de programação e do controle de emissoras por parlamentares e seus familiares.

Ainda na pauta, a criação do Conselho Nacional de Comunicação e de órgãos congêneres nos estados para elaborar e acompanhar a promoção de políticas de comunicação com efetivo funcionamento, diferente do atual, que é um órgão de assessoramento do Congresso Nacional. Outras propostas incluem a produção e a distribuição de conteúdo fundadas em direitos e deveres na informação e que passam pela valorização da cultura local e pela inserção e criação de mecanismos de inclusão da educação para a mídia dentro e fora do espaço escolar.

Os grupos locais também organizaram sua conferência colocando-se contrários à concentração, defendendo a implantação de cidades digitais no Espírito Santo e a criação de mecanismos que garantam a circulação e difusão de bens culturais regionais. Propuseram a criação do Conselho Estadual de Comunicação, fundado na participação popular e no incentivo à arte e à cultura, e a construção de uma política democrática de comunicação no sistema estatal, RTV-ES, formado pela Rádio Espírito Santo e TV Educativa.

Cabe considerar que, embora tenha enviado representantes à conferência, o governo Paulo Hartung, administrador do sistema à época, não efetivou nenhuma das propostas. Repetindo ação nacional, o empresariado da mídia local não assumiu qualquer das decisões da conferência.

Uma tentativa de criar o conselho partiu do ex-deputado petista Claudio Vereza que fez a indicação ao governo do estado passando, em função disto, por vários

questionamentos públicos por parte do jornal *A Gazeta*. O conselho definia questões em torno de liberdade de expressão, respeito aos valores éticos e sociais e acompanhamento de conteúdos transmitidos, modos de financiamento e gestão de informações no sistema RTV-ES, sem qualquer vinculação com o setor privado.

A administração seguinte, do socialista de Renato Casagrande, também ignorou o resultado da Confecom e assumiu posição idêntica em relação ao seminário *A TVE e a Rádio Espírito Santo que Queremos*,¹¹⁷ realizado no início de seu mandato, e que apontou várias ações para a construção de uma política de comunicação democrática para o sistema RTV-ES, ainda hoje, pautado pela prioridade à cobertura de atos de governadores. Em 2013, o Fórum Estadual de Cultura retomou discussões sobre a criação da comunicação plural e diversa e reforçou a necessidade de investimentos na RTV-ES, questões incluídas no Plano Estadual de Cultura.

No começo de 2015, diretores dos sindicatos dos Jornalistas, dos Radialistas e dos Servidores Públicos se reuniram com a superintendente de Comunicação, Andreia Lopes, já em novo governo Paulo Hartung (2015-2019), discutindo a necessidade de investimentos no sistema e reiterando a necessidade de uma política de comunicação plural e democrática.

Em termos nacionais, o saldo também é altamente negativo em relação à política de comunicação já que nenhuma das propostas aprovadas pela Confecom foi viabilizada. No governo Luiz Ignácio Lula da Silva chegou a ocorrer uma discussão sobre a atualização do marco regulatório na gestão de Franklin Martins como ministro-chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. No primeiro mandato de Dilma Rousseff o projeto foi engavetado mostrando que os desafios em torno da comunicação, democratização e distribuição das concessões e dos conteúdos (LIMA, 2001; FENAJ, 2104) representam um verdadeiro calcanhar-de-aquiles para os movimentos.

Apesar de as propostas não terem ido adiante, a Confecom é um marco fundamental na história das políticas de comunicação no Brasil não só por ter

¹¹⁷ Realizado em abril de 2011 em parceria entre o Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência e a Comissão de Cultura e Comunicação Social da Assembleia Legislativa.

ampliado uma discussão que contou com expressiva participação da sociedade mas, sobretudo, por ter apontado caminhos de reorganização do setor.

Estas setecentas propostas são na verdade uma agenda política que deve ser selecionada e encaminhada como políticas públicas a partir do agente público que é o governo. A sociedade civil fez a sua primeira parte garantindo e propondo políticas (...). O governo, que bancou a parte inicial da consulta popular, agora deve transformar o que foi proposto, a partir de sua visão política que é a sua prerrogativa, propor regulações e regulamentações que traduzam estas propostas (SCHRÖDER, 2010, p. 2).

Enquanto os governos não concretizam as propostas de democratização, lobbies poderosos de empresários e de políticos subvertem o discurso e tentam caracterizá-lo como censura. Apesar disso, os movimentos ligados ao Fórum Nacional pela Democratização da Informação continuam suas lutas e, no início de janeiro de 2015, entregaram ao ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, Projeto de Lei de Iniciativa Popular para a Comunicação Social e Eletrônica¹¹⁸ que prevê a diversidade e a pluralidade de vozes na comunicação.

O ministro disse que o governo reconhece a necessidade de nova legislação e que ainda em 2015 tem planos de fazer uma discussão pública com movimentos sociais, empresários e gestores sobre propostas e ideias voltadas à construção do marco regulatório das comunicações¹¹⁹. Decerto, isso não será nada fácil, pois bastou que ele anunciasse a intenção de promover um debate sobre a democratização e a regulação econômica dos meios para diversas vozes da Câmara Federal se manifestarem radicalmente contra dizendo que farão o impossível para inviabilizar o projeto.

O enfrentamento à velha prática de alijar opiniões discordantes da grande mídia, alinhada ao latifúndio e ao agronegócio, mostra que o “Brasil terá que chegar a formas de controle da informação que não se confundem com censura_ porque a

¹¹⁸ Projeto discutido com movimentos sociais e segmentos da sociedade civil e que precisa de representação popular para ser levado ao Congresso.

¹¹⁹ **FNDC cobra diálogo entre Ministério das Comunicações e sociedade.** Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/noticias/fndc-cobra-dialogo-entre-ministerio-das-comunicacoes-e-sociedade-924516/>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

informação é um direito da sociedade que não pode ser, absolutamente, apropriado como está sendo” (NOVAES, 1989. p. 18).

Antes mesmo que ocorra a regulação é preciso fazer valer mecanismos de direito de resposta que traduzam uma real liberdade de informação e garantam o cumprimento de deliberações que contemplem a diversidade e a pluralidade inerentes à cultura-natureza (TRISTÃO, 2013) pois os cidadãos precisam estar protegidos de abusos. A imprensa não está acima da sociedade, por mais que, no Brasil, se comporte como tal.

É preciso, portanto, superar o centralismo e abrir espaço para vários pontos de vista, como também reiterado pelos jornalistas em seu congresso nacional de 2014, realizado em Maceió, onde reafirmaram compreensões sobre a informação enquanto instrumento de divulgação da diversidade de culturas, opiniões, ideias e fatos (FENAJ, 2014). Embora seja um assunto completamente ignorado pela mídia conservadora, as deliberações do congresso tiveram espaço no programa local *Conexão Brasília*, da TV Educativa, apresentado pelo convidado desta tese, Thelmo Scarpine, que destacou as dificuldades da luta pela democratização dos meios e apostou na resistência contra as oligarquias político-econômicas.

O ideal seria a revisão e democratização das concessões dos canais de rádio e televisão no Brasil mas como na atual conjuntura isso está fora de cogitação, chegando até mesmo a ser mera utopia, deveria haver maior mecanismo de controle da sociedade civil organizada sobre as práticas e conteúdos da mídia. Ainda somos uma sociedade refém dos poderes políticos e econômicos constituídos em oligarquias

Mesmo diante de entraves, outra conquista nacional em torno da comunicação foi o programa independente *Observatório da Mídia*, lançado em 1996 na internet e exibido pela TV Brasil que funciona como fórum permanente de análise do produto jornalístico. Ação semelhante é desenvolvida por secções regionais dos observatórios de mídia (CHRISTOFOLETTI, MOTTA, 2008) que cumprem o papel

de lançar um olhar atento aos meios apontando falhas, deslizos éticos e coberturas tendenciosas contribuindo para a análise e a crítica da prática jornalística¹²⁰.

Os movimentos pela democracia na informação produzem uma ampla rede de contestações ao modelo economicista (FENAJ, 2012) buscando na pluralidade da produção e da circulação de bens simbólicos e materiais, outras possibilidades, uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007) que associe conhecimentos e experiências como possibilidades de produzir transformações. Superando desafios, levam adiante a agenda pública sobre o direito à informação enfrentando forças conservadoras e produzindo novas argumentações interpretativas que se sobrepõem a lógicas excludentes e economicistas.

Não há, por certo, soluções acabadas, mas Gaudiano (2005) traz algumas inquietações inscritas pela educação ambiental diante dos processos sociais.

Às iniquidades, combatê-las com discursos que invoquem a equidade e a justiça social, que abordem os conflitos e as contradições que nos rodeiam e que foram ocultadas por agentes específicos, obscurantistas e repressivos (...) que conservam o desejo firme de tornar sustentável, em longo prazo, a colonização ideológica e política de nossas vidas (GAUDIANO, 2005, p. 190).

Em suas lutas, os movimentos apostam em um modelo social que avance diante do economicismo e de parâmetros moldados pelo mercado e fazem coro à opinião de Hall, segundo a qual, a economia não é o único fator determinante da vida, como argumentou em uma de suas últimas entrevistas ao jornal *The Guardian*,¹²¹ sobre a crise que ameaçava a estabilidade de vários países europeus. Hall disse que havia certamente um fundo econômico na crise, mas existia, ao mesmo tempo, grande dificuldade de se construir alternativas políticas em função da prioridade à perspectiva neoliberal e defendeu outras possibilidades que ampliassem o espaço da discussão porque limitar a disputa política dentro dos parâmetros societários

¹²⁰ Regionalmente é um trabalho do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência que atua na área da democratização dos meios e em pesquisas na comunicação.

¹²¹ **O pessimismo de Stuart Hall é um alerta importante para os rumos da esquerda na América Latina.** OLIVEIRA, D. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/quilombo/2012/03/29/>> Acesso em: 04 abr. 2012.

hegemônicos da economia de mercado caminha, inevitavelmente, para uma sociedade administrada, sem política.

A defesa da comunicação democrática por parte dos movimentos sociais e do jornalismo progressista, pressupondo a informação enquanto bem público e direito social, não é, certamente, questão exclusiva do Brasil mas, aqui, cabe reiterar, o seleto grupo de empresários exerce imenso poder em defesa de seus interesses particulares transformando o espaço público em um espaço privado que fecha os olhos para as incontáveis disparidades que atingem diversos grupos sociais. Assume um projeto de mundo excludente e predatório produzido em grande medida, pela ganância de lucro. Seus relatos tendenciosos e silêncios coniventes sobre a problemática socioambiental não conseguem esconder, no entanto, a perversa face de uma das maiores concentrações de renda do planeta repercutindo o gritante quadro geral de desigualdade social e de injustiças socioambientais.

Meu primeiro diagnóstico radical de nossa situação presente em nível mundial é que vivemos em sociedades politicamente democráticas mas socialmente fascistas. Ou seja: está emergindo uma nova forma de fascismo que não é um regime político mas um regime social. É uma situação de gente muito poderosa que tem poder de veto sobre os setores mais fracos da população (SANTOS, 2007, p. 88).

Diante desse cenário é urgente reiterar as apostas contra o apartheid identitário e cultural, ampliar a constituição de comunidades interpretativas e a expansão da democraticidade e do discurso argumentativo validados por valores éticos interculturais fundados na dignidade humana (SANTOS, 2001a, 2001b, 2015). É fundamental ultrapassar o racionalismo estreito, mecanicista, utilitarista e instrumental da ciência moderna e garantir a construção de novas subjetividades que nos permitam não apenas criar um novo conhecimento mas nos reconhecer nele.

A amplitude do novo paradigma significa, antes de mais, o alargamento das razões com as quais se podem justificar as condutas, um alargamento da racionalidade cognitivo-instrumental para uma racionalidade mais ampla onde caiba, além dela, a racionalidade moral-prática e a racionalidade estético-expressiva, um alargamento de demonstração racional para a argumentação racional, em suma, um alargamento da racionalidade para a razoabilidade (SANTOS, 2001a, p. 334).

O percurso que fiz nesta tese confirmou minha convicção de que é fundamental ultrapassar o conservadorismo da mídia corporativa pautada pelo modelo neoliberal que subjuga, destrói e desrespeita diferentes modos de vida e continuar a luta contra a retórica excludente da televisão privada e do jornalismo conservador. Muito embora, como diz Barbero, sejam atravessados pela lógica de mercado, os meios de comunicação “constituem hoje espaços decisivos de visibilidade e de reconhecimento social” (2014, p. 106), o que pressupõe, ainda no entender desta tese, insistir na veiculação da informação mediada por um processo ético, criterioso, independente e sem preconceito, princípios intrínsecos ao exercício da profissão, como destaca mais uma vez o presidente da FENAJ.

A imprensa, sem aspas, para ser amada, deve simplesmente cumprir o seu papel social. Abdicar, verdadeiramente, de defender a si mesma ou partes da sociedade. Garantir que o jornalismo produzido nessas empresas seja efetivamente feito por jornalistas com autonomia, comprometidos com o interesse público, livres das pressões salariais e de condições de trabalho humilhantes. Deve filtrar os interesses oriundos de seus anunciantes e não sucumbir às fórmulas fáceis e simplórias para gerir negócios que inviabilizem o jornalismo bem feito. Nem abrir mão da produção cultural qualificada e diversificada (SCHRÖDER, 2014, p.1).

Minha aposta enquanto jornalista-pesquisadora e que tive oportunidade de exercitar nesta tese me permitiu conhecer ainda mais de perto a atuação do telejornalismo local em relação à problemática socioambiental e me mostrou que o lugar ocupado pela educação ambiental é desanimador diante da falta de pluralidade e de diversidade em relação ao humano e da ausência de denúncias sobre a veloz destruição da natureza em nome do progresso. Em seu recorte-retrato sobre os atravessamentos entre a notícia e a educação ambiental, a tese mostrou o telejornalismo local repetindo ações de falta de pluralidade e de democracia muito presentes no jornalismo nacional, o que representa um enorme desafio para a sociedade.

Um desafio que exige mudanças de visões, novos pensamentos e novas insurgências no sentido de democratizar a informação buscando transformações efetivas que se reflitam em uma cobertura socioambiental ampla, diversa e efetivamente plural que passe pela ampliação do diálogo com os grupos sociais na

construção de outros modos de viver o socioambiental. Deve ser uma luta de toda a sociedade. Exige transformações paradigmáticas no sentido de contribuir para a superação do modo de se apropriar do meio ambiente como fonte exclusiva de consumo que ignora a finitude dos recursos naturais. Pressupõe avançar em relação ao padrão dicotômico que reproduz a seletividade temática, exclui aspectos culturais e ignora repercussões do desenvolvimento predatório.

Certamente, a informação não pode continuar como propriedade exclusiva de seletos grupos midiáticos, todavia, mudanças em favor de uma cobertura efetivamente plural e democrática passam pela superação da centralização, o que pressupõe, acima de tudo, permanentes confrontos com o pensamento do mercado que exclui historicamente o humano e o ambiental.

A despeito de concepções unilaterais na informação, acredito, no entanto, que insurgências e intervenções individuais e coletivas apontam horizontes possíveis no sentido de avançar em relação à perspectiva humanista defendida pelo jornalismo progressista e pela educação ambiental transcendendo linearidades e integrando as diferentes culturas e as múltiplas formas que dão sentido ao mundo.

As resistências desatreladas de lógicas utilitaristas podem afirmar compromissos éticos de respeito ao outro, de aceitação da diversidade e das diferenças compondo outros cenários que traduzam o espírito da natureza, ela mesma, um exercício pleno de multiplicidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. EBC. NASCIMENTO, L. **CPT considera reforma agrária do governo Dilma a pior dos últimos 20 anos**. 07/01/2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-01/cpt-considera-reforma-agraria-do-governo-dilma-pior-dos-ultimos-20-anos>>. Acesso em: 12/01/2015.

ANPED. TRISTÃO. M. **Enunciações das Narrativas sobre Educação Ambiental. de sujeitos Praticantes**. Disponível em <[31reniao.anped.org.br/1trabalhoT22-494 -Int.pdf](http://31reniao.anped.org.br/1trabalhoT22-494-Int.pdf)> . 2008. Acesso em 15 jan. 2015.

A sociedade ocupa a TV: O caso Direitos de Resposta e o controle público da mídia. São Paulo: Intervenções-Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2007.

BARBERO, J, M. Novos regimes de visualidade e descentramentos culturais. In FILÉ, V. (Org.). **Batuques, fragmentações e fluxos: zapeando pela linguagem audiovisual no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Dp&A, 2000.

_____. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. POLITO, R., ALCIDES, S. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 2008.

_____. **Comunicação na Educação**. Trad.: M. I. V.LOPES; MELO D., São Paulo: Contexto, 2014.

BBC BRASIL. **Os 85 mais ricos do mundo têm o mesmo patrimônio de metade da população**. 20/01/2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140120_riqueza_relatorio_oxfam_fn>. Acesso em: 30/03/2015.

BERNARDO. A. **A guardiã do Planeta**. Revista Família Cristã. Ano 78. Ago. 2012. Nº 920.

BOITEMPO. MORAES, D. **Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo**. 17/07/2013 Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/17/por-que-a-concentracao-monopolica-da-midia-e-a-negacao-do-pluralismo/>>. Acesso em: 25/01/2015.

BRASIL DEBATE. **Economia Solidária se aproxima das origens do socialismo, diz Singer**. 23/12/2014 Disponível em <<http://brasildebate.com.br/economia-solidaria-se-aproxima-das-origens-do-socialismo-diz-singer/>>. Acesso em: 12/01/2015.

BRITTOS, V.C, BOLAÑO, C.R.S. **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. São Paulo: Paulus, 2005.

BUCCI, E. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 1977.

_____. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da Modernidade**. Trad. CINTRÃO H.P., LESSA A.R. Trad/introdução: ANDRADE G. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **N.G. Diferentes, Desiguais e Desconectados.** Trad. MARQUES L.S. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CARIDE, J.A; MEIRA, P. A. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano.** Lisboa: Ed. Piaget, 2001.

CARTA CAPITAL. LIMA, M. **MST, importante aliado da democratização da comunicação.** 13/02/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/mst-importante-aliado-da-democratizacao-da-comunicacao-5397.html>. Acesso em: 07/02/2015.

CARTA CAPITAL. MARTINS, M. **Gilmar Mendes perde e STF veta doação de empresas.** 18/09/2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/gilmar-mendes-perde-e-stf-veta-doacao-de-empresas-2560.html>. Acesso em: 20/10/2015.

CARTA CAPITAL. PELLEGRINI, M. **“A democracia está em crise porque o dinheiro controla governos”.** 03/06/2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/a-democracia-esta-em-crise-porque-o-dinheiro-controla-governos-7013.html>. Acesso em: 05/06/2015.

CARTA CAPITAL. VALENTE, J. **5 anos de Confecom: muito barulho por nada?.** 18/12/2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes>. Acesso em: 01/01/2015.

CARTA MAIOR. ALVES, G. **Ocupar Wall Street...e depois?.** 13/10/2001. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Ocupar-Wall-Street-e-depois-%0D%0A/2/17889>. Acesso em: 20/05/2015.

CARTA MAIOR. PASSOS, N. **Os 30 anos do comício que a Globo transformou em festa.** 24/01/2001. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-30-anos-do-comicio-que-a-Globo-transformou-em-festa-/4/30084>. Acesso em: 04/04/2015.

CARTA MAIOR. SANTOS, B.S. **Outro Mundo Necessário.** 05/04/2015. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Coluna/Outro-Mundo-Necessario/33194>. Acesso em: 15/05/2015.

CHRISTOFOLETTI, R. MOTTA, L.G. **A Cidadania se mobiliza para monitorar a mídia.** In: Observatórios de Mídia, Olhares de cidadania. Org. CHRISTOFOLETTI, R. MOTTA, L.G. São Paulo: Paulus, 2008

DONOS DA MÍDIA. **As redes de TV. Donos da Mídia.** Disponível em: <http://donosdamidia.com.br/redes/tv>. Acesso em: 20/05/2015.

EMPREENDEDORISMO SOCIAL. **Cidades são oportunidades para os empreendedores sociais.** Disponível em: <http://www.empreendedorismosocial.org.br/index.php?>. Acesso em: 12/02/2013.

Empresas Radiofônicas no Espírito Santo. Documento interno do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão do Espírito Santo, 2014.

FENAJ. **A incapacidade para democracia e para o debate público está no DNA da Rede Globo.** 15/01/2010. Disponível em: www.fenaj.org.br/Consulta. Acesso em: 08/09/2014.

FENAJ. **Resoluções do 35º Congresso Nacional dos Jornalistas**. 10/12/2012. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/congressos/xxxv_resolucoes.pdf>. Acesso em: 20/02/ 2013.

FENAJ. **Resoluções do 36º Congresso Nacional dos Jornalistas**. 2014. Disponível em: < <http://www.fenaj.org.br/congressos.php>>. Acesso em: 10/01/2015.

FENAJ **Relatório da FIJ registra 135 jornalistas mortos no exercício da profissão em 2014**. 06/01/2015. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4242>>. Acesso em: 14/01/2015.

FENAJ. **Dia do Jornalista é marcado com ato na Câmara dos Deputados pela aprovação da PEC do Diploma**. 07/04/2015. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4298>>. Acesso em: 10/04/2015.

FENAJ. SCHRÖDER C. **O jornalismo e a valorização dos jornalistas**. 07/04/2015. Disponível em <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4297>>. Acesso em: 05/05/2015.

FENAJ. **Jornalistas protestam em São Paulo contra demissões em massa**. 15/05/2015. Disponível em <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4328>>. Acesso em: 02/06/2015.

FNDC. BIANCHI, F. **'Imprensa é hegemonizada pelo agronegócio'**. 22/01/2015. Disponível em: <<http://www.fndc.org.br/clipping/joao-pedro-stedile-imprensa-e-hegemonizada-pelo-agronegocio-940116/>>. Acesso em: 10/06/2015

FNDC. **FNDC cobra diálogo entre Ministério das Comunicações e sociedade**. 29/01/2015. Disponível em: <<http://fndc.org.br/noticias/fndc-cobra-dialogo-entre-ministerio-das-comunicacoes-e-sociedade-924516/>>. Acesso em: 21/02/2015.

FOLHA. LOBATO, H. **ACM deu emissoras de rádio a senadores que o julgarão**. 06/05/2001. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0605200106.htm>>. Acesso em: 20/12/2011.

FOLHA. MENDONÇA, R. **'Dilma tem grande insensibilidade social' diz guru da esquerda**. 26/10/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/10/1362319-dilma-tem-grande-insensibilidade-social-diz-guru-da-esquerda.shtml>>. Acesso em: 10/11/2014.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2014. **ATV é loira e o país não é**. Disponível em<https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=QTF7VruKNsrM8AeFs6iQBg&gws_rd=ssl#q=PESQUISA+A+TV+%C3%89+LOURA%2C+FUNDA%C3%87AO+PERSEU+ABRAMO++>>. Acesso em: 30/12/2014.

GAUDIANO, E. G. **Educação Ambiental**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

GAZETA ON LINE. VALFRÉ. V. **Comício pelas Diretas Já reuniu 60 mil pessoas na Praça Oito**. 17/04/2014. Disponível em <http://www.gazetaonline.com.br/_conteudo/2014/04/noticias/politica/1484728-comicio-das-diretas-ja-reuniu-60-mil-pessoas-na-praca-oito.html>. Acesso em 23/09/2014.

GLOBO. BARBOSA, D. CARVALHO, E. **Rio+20 aprova texto sem definir objetivos de sustentabilidade.** 22/06/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/rio20/noticia/2012/06/rio20-termina-sem-definir-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel.html>>. Acesso em: 20/09/2012.

GLOBO. **Governo do RJ estuda mais medidas caso nova lei de royalties seja mantida.** 08/03/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/governo-do-rj-estuda-mais-medidas-caso-nova-lei-de-royalties-seja-mantida.html>>. Acesso em: 10/06/2013.

GLOBO. **Dilma chega ao ES para sobrevoar áreas de risco por causa da chuva.** 24/12/2013. Disponível em <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2013/12/dilma-chega-ao-es-para-sobrevoar-areas-de-risco-por-causa-da-chuva.html>>. Acesso em: 20/01/2015.

GOMES, H.; OVERBEEK, W. **Aracruz Credo, 40 anos de violações e resistência no ES. Rede Alerta contra o Deserto Verde.** Vitória: Rede Brasil, 2011.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais.** SOVIK, L. (Org). Trad., REZENDE, L. A. (et all). Belo Horizonte: UFMG/UNESCO/Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** Trad. SILVA, T.T. LOPES.L.G. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HART, P. HART, Paul. Narrativa, conhecimento e metodologias emergentes na pesquisa em educação ambiental. In: GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de. **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

HELOÍZA TOLIPAN NOTÍCIAS. **Empreguetes com tudo! Cheias de Charme supera ibope do Jornal Nacional.** 17/08/2012. Disponível em:<<http://www.jb.com.br/heloisa-tolipan/noticias/2012/08/17/empreguetes-com-tudo-cheias-de-charme-supera-ibope-do-jornal-nacional/>>. Acesso em: 20/11/2012.

HERZ, D. **A História Secreta da Rede Globo.** Disponível em<<http://www.danielherz.com.br/node/166>>. Acesso em: 08/10/2013.

INTERCOM. **Jornalismo Ambiental: Uma Breve Análise da Abordagem na Mídia Impressa.** CARDINALLI, M.A. Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, entre 3 e 5 de julho de 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1431-1.pdf>> Acesso em 05/12/2013.

INTERVOZES. **Em nome do público, mas sem o público.** In **Concessões de Rádio e TV, Onde a Democracia ainda não chegou.** Nov./2007. Disponível em: <<http://www.intervozes.org.br/arquivos/interrev001crtodnc>>. Acesso em: 14/06/2015.

INTERVOZES. **Uma história de apropriação do público pelo privado.** In **Concessões de Rádio e TV, Onde a Democracia ainda não chegou.** Nov./2007. Disponível em<<http://www.intervozes.org.br/arquivos/interrev001crtodnc>>. Acesso em: 14/06/ 2015.

INTERVOZES. **Vozes Silenciadas: mídia e protestos: a cobertura das manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo.** Dez/2014. Inter vozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social – São Paulo: Inter vozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2014. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/arquivos/interliv009vozsmeop-baixa.pdf>>. Acesso em: 15/05/2015.

ISEARCH OMIGA PLUS. NOVAES. W. **Amazônia, a atualidade do “Desmatamento Zero”.** 27/01/2015 Disponível em: <http://isearch.omiga-plus.com/?type=hp&ts=1421777219&from=face&uid=ST3250318AS_6VMAX05J>. Acesso em: 27/05/2015.

JACOBI. P., TRISTÃO, M. A Educação Ambiental e os Movimentos de um Campo de Pesquisa: entre, através e além do ambientalismo e da educação. In JACOBI. P., TRISTÃO, M (Orgs.): Educação Ambiental e os movimentos de um campo de pesquisa. São Paulo: Annablume, 2010.

JORNALISTAS- R.S. **Presidente da Fenaj, Celso Schröder, tem artigo publicado em ZH.** 17/02/2014. Disponível em <<http://www.jornalistas-rs.org.br/index.php/item/90-presidente-da-fenaj-celso-schroeder-tem-artigo-publicado-em-zh/90-presidente-da-fenaj-celso-schroeder-tem-artigo-publicado-em-zh.html>>. Acesso em: 10/12/2014.

JUSBRASIL. RODRIGUES, M.M. **Política Nacional do Meio Ambiente e a eficácia de seus instrumentos.** 2013. Disponível em: <<http://carollinasalle.jusbrasil.com.br/artigos/112287074/politica-nacional-do-meio-ambiente-e-a-eficacia-de-seus-instrumentos>>. Acesso em: 21/01/2015.

LATINO AMERICANA. STÉDILE, J P. **Terra, Sociedade e agricultura: Propostas para um outro mundo possível.** 2004. Disponível em: <<http://latinoamericana.org/2004/textos/portugues/Stedile.htm>>. Acesso em: 26/01/2015.

LAYRARGUES, P.P. O Cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** Org. LOUREIRO. F.B. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIGA OPERÁRIA **Uma montanha de ouro por trás de Belo Monte.** 27/08/2014. Disponível em: <<http://www.ligaoperaria.org.br/1/?p=7429>>. Acesso em: 24/01/ 2015.

LIMA, V. **Mídia Teoria e Política.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MELO, J.M.; TOSTA, S.P. **Mídia e educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Coleção Temas & Educação.

MIEGE, B. **O Pensamento Comunicacional.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO. **Políticas públicas brasileiras despertam atenção de vários países.** 09/06/2015. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/junho/brasil-superar-a-fome-e-possivel>>. Acesso em: 16/06/2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Carta da Terra**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CartaDaTerraHistoria2105.pdf>. Acesso em: 20/12/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa de Educomunicação Sociambiental/** Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Documentos Técnicos Nº 2, Brasília: 2005.

MOREIRA, C; CALEFFE, L.G. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro, DP&A: 2008.

MST. CHIARETTI, D. **"Estamos indo direto para o matadouro" diz o cientista Antonio Nobre**. 03/11/2014. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2014/11/03/estamos-indo-direto-para-o-matadouro-diz-o-cientista-antonio-nobre.html>>. Acesso em: 20/01/2015.

MST. **Cúpula dos Povos: luta continua para mudar o sistema, não apenas o clima**. 17/12/2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2014/12/17/cupula-dos-povos-luta-continua-para-mudar-o-sistema-nao- apenas-o-clima.html>>. Acesso em: 15/01/2015.

MST. **Colômbia suspende pulverização aérea com glifosato**. 13/05/2015 Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/05/13/colombia-suspende-pulverizacao-aerea-com-glifosato.html>>. Acesso em: 25/05/2015.

NOTÍCIAS TERRA. **Após 1 ano da tragédia, Morro do Bumba é chamado de cemitério**. 02/04/2011 Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5043786-EI8139,00-Apos+ano+da+tragedia+Morro+do+Bumba+e+chamado+de+cemiterio.html>>. Acesso em: 10/07/2012.

NOTÍCIAS UOL. **Novos protestos contra "Charlie" provocam tumulto em países muçulmanos**. 17/01/2015. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2015/01/17/novos-protestos-contracharlie- provocam-tumulto-em-paises-muculmanos.htm>>. Acesso em: 19/05/2015.

NOVAES, W. **A quem pertence a informação**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Nova, Pesquisa e Assessoria. Cadernos de Educação Popular, 1989.

_____. **A Terra pede Água**. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1992.

_____. **A Década do Impasse, Da Rio-92 à Rio+10**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2002.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. DINIZ, L. **Meio ambiente: a mídia (ainda) de olhos fechados**. 14/06/2012. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ambiente_a_midia_de_olhos_fechados>. Acesso em: 14/12/2012.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes**. 22/08/2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/direito-humano-a-comunicacao-um-mundo-muitas-vozes/>>. Acesso em: 12/01/2012.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. LIMA, V. 01/07/2003. **Propriedade e Diversidade: existe concentração na mídia brasileira? Sim.** Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/plq010720031.htm>>. Acesso em: 20/01/2012.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. LIMA, V. **Como democratizar as comunicações.** 15/09/2009. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/como-democratizar-as-comunicacoes/>>. Acesso em: 26/01/2014.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. MARTINS, R. **A grande imprensa é mesmo golpista?** 03/02/2015. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed836_a_grande_imprensa_e_mesmo_golpista?>. Acesso em: 06/02/2015.

OUTRAS PALAVRAS. CASTLHO, I. **Por uma democracia menos cacique.** 10/03/2013. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/por-uma-democracia-menos-cacique/>>. Acesso em: 15/12/2014.

OUTRAS PALAVRAS. **Como o pós-consumismo floresce na Alemanha.** 10/09/2014. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/destaque-outrasmidias/como-a-alemanha-reage-ao-consumismo/>>. Acesso em: 12/12/2014.

PASSOS, A. B. C. D. **O Ambientalismo como Espaço Histórico e Político da Educação Ambiental: Sentidos Produzidos.** Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo: 2005.

PERIÓDICOS UFSC. Tristão, M. **Educação Ambiental e a Emergência de uma Cultura Sustentável no cenário da globalização**. Jan/jul 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p207/22511>>. Acesso em: 23/01/2015.

PORTAL SAO FRANCISCO. **Projeto Tamar** Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-projeto-tamar/meio-ambiente-projeto-tamar-1.php>>. Acesso em: 10/04/2013.

Povo exige. Campanha das Diretas Já continua. A TRIBUNA LIVRE. 1984.

PRIMI, L. **Impactos das Mudanças Climáticas.** Especial Caros Amigos. Ano XVIII, nº 72, 2014.

RADIOAGENCIANP. SILVEIRA, D. **Com novo Código Florestal, desmatamento na Amazônia cresce 437%.** 19/07/2013. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/11787-com-novo-codigo-florestal-desmatamento-na-amazonia-cresce-437-por-cento>>. Acesso em: 24/01/2015.

RAMOS, L. F. A. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação.** São Paulo: Annablume, 2005.

RECICLOTECA. QUEIRÓZ, T. **Consumo, Consumismo e seus impactos no Meio Ambiente.** 15/03/2010. Disponível em: <<http://www.recicloteca.org.br/consumo/consumo-e-meio-ambiente/>>. Acesso em: 23/05/2014.

REDALCY. TRISTÃO, M. **Uma Abordagem Filosófica da Pesquisa em Educação Ambiental**. Revista Brasileira de Educação, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27529319003>>. Acesso em: 29/01/2014.

REVISTA FÓRUM. OLIVEIRA, D. **O pessimismo de Stuart Hall é um alerta importante para os rumos da esquerda na América Latina**. 29/03/2012. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/quilombo/2012/03/29/>> Acesso em: 04/04/2012.

REVISTA FÓRUM. **As 29 recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade**. 10/12/2014. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2014/12/10/29-recomendacoes-cnv/>>. Acesso em: 15/12/2014.

REVISTA FORUM. CARVALHO, I. **Frente de esquerda quer ir às ruas para defender reformas populares e direitos**. 22/01/2015 Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/01/22/frente-de-esquerda-ira-ruas-pressionar-por-reformas-populares-e-direitos-trabalhistas/>>. Acesso em: 15/02/2015.

REVISTA GLOBO RURAL. FERREIRA, V. **Seca e calor provocam prejuízos de R\$ 1,390 bi no Espírito Santo**. 22/01/2015. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Cafe/noticia/2015/01/seca-e-calor-provocam-prejuizos-com-de-r-1390-bi-no-espírito-santo.html>> Acesso em: 22/05/2015.

REVISTA USP. LIMA, V. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.61, Março/maio, 2004 Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/61/05-venicio.pdf>>. Acesso em: 23/05/2015.

RODRIGUES, L. **Polícia mata com aval do estado**. Revista Caros Amigos. Ano XVII, nº 66. 2014.

ROVAI, R; LAZZARDI, R.A. **BR Ol e Daniel Dantas me demitiram**. Revista Fórum, nº 61, ano 07, 2008.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice: O social e Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001a.

_____. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo. Cortez, 2001b.

_____. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Gramática do Tempo**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B.S., Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento. In **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. SANTOS, B.S., CHAUI, M. São Paulo: Cortez, 2013.

SCIELO. GOHN, M.G. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Mai/ago 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>>. Acesso em: 20/04/2014.

SCIELO. JACOBI, P. R. M. TRISTÃO; FRANCO, M.I. **A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento**. 2009. Cad. CEDES. vol. 29 no.77. Campinas. Jan./Apr.2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000100005>. Acesso em: 20/02/2015.

SCIELO. TRISTÃO, M. **Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido**. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a08v31n2.pdf>>. Acesso em: 12/07/2014.

SECOM. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015**. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 17/05/2015.

SÉCULO DIÁRIO. ALVES. H. **'Suspensão do pedágio é uma vitória semiconquistada, semiconcedida'**. 23/04/2014. Disponível em <<http://seculodiario.com.br/16513/13/suspensao-do-pedagio-e-uma-vitoria-semiconquistada-semiconcedida-1>>. Acesso em: 10/08/2014.

SÉCULO DIÁRIO ALVES, H. **Hartung apresenta primeiro ato de mobilidade: o cancelamento do edital do Aquaviário**. 12/02/2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com/21029/13/hartung-apresenta-primeiro-ato-de-mobilidade-o-cancelamento-do-edital-do-aquaviario-1>>. Acesso em: 14/04/2015.

SÉCULO DIÁRIO. COIMBRA, U. **De alarmante a caótica: poluição do ar causada pelo pó preto na Grande Vitória só piora**. 13/01/2015. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/20837/10/de-alarmante-a-caotica-poluicao-do-ar-causada-pelo-po-preto-na-grande-vitoria-so-piora>>. Acesso em: 13/03/2015.

SÉCULO DIÁRIO. COIMBRA, U. **Poluidoras 'compram' omissão dos prefeitos em troca de financiamento de campanhas**. 22/01/2015. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/20982/10/poluidoras-compram-omissao-dos-prefeitos-em-troca-de-financiamento-de-campanhas-1>>. Acesso em: 23/04/2015.

SÉCULO DIÁRIO. COIMBRA, U. **Ação requer fim de contrato que terceiriza licenciamento ambiental**. 02/02/2015 Disponível em <<http://seculodiario.com.br/21138/10/acao-requer-fim-de-contrato-que-terceiriza-licenciamento-ambiental-1>>. Acesso em: 15/03/2015.

SÉCULO DIÁRIO. COIMBRA, U. **Câmara de Vitória dá oito anos de prazo para Vale e Arcelor continuarem a poluir o município**. 10/02/2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/21294/10/camara-de-vitoria-da-oito-anos-de-prazo-para-vale-e-arcelor-continuarem-a-poluir-o-municipio-1>>. Acesso em: 24/05/2015.

SÉCULO DIÁRIO. COMETTI, A. **Documentário retrata saga quilombola na luta por suas terras**. 25/08/2013. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/12554/10/documentario-retrata-saga-quilombola-na-luta-por-suas-terras>>. Acesso em: 07/01/2015.

SÉCULO DIÁRIO. COMETTI, A. **Decreto sobre padrões de qualidade do ar não estabelece prazos para redução das emissões**. 16/12/2013. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/14502/10/decreto-sobre-padroes-de-qualidade-do-ar-nao-estabelece-prazos-para-reducao-das-emissoes-1>>. Acesso em: 13/02/2014.

SÉCULO DIÁRIO. COMETTI, A. **Municípios capixabas ainda não conseguiram implantar Política de Resíduos Sólidos**. 04/03/2014. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/15651/10/municipios-capixabas-ainda-nao-conseguiram-implantar-politica-de-residuos-solidos-1>>. Acesso em: 27/06/2014.

SÉCULO DIÁRIO. COMETTI, A. **SOS Espírito Santo Ambiental requer anulação do decreto estadual da qualidade do ar**. 03/06/2014. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/17200/10/sos-espírito-santo-ambiental-requer-anulacao-do-decreto-estadual-da-qualidade-do-ar-1>>. Acesso em: 20/03/2015.

SÉCULO DIÁRIO. COMETTI, A. **Novos-portos-brasileiros-sao-pensados-em-esquema-varejista**. 18/09/2014. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/18879/10/novos-portos-brasileiros-sao-pensados-em-esquema-varejista-1>> 2:6/09/2014> Acesso em: 20/12/2014.

SÉCULO DIÁRIO. SAMORA, N. **Relatório final de auditoria pede anulação do contrato de concessão da Rodosol**. 21/01/2015. Disponível em: <<http://www.seculodiario.com/20972/9/relatorio-final-de-auditoria-pede-anulacao-do-contrato-de-concessao-da-rodosol-1>>. Acesso em: 25/05/2015.

SÉCULO DIÁRIO. SAMORA, N. **Hartung veta projetos aprovados e pede devolução das matérias de Casagrande**. 04/02/2015. Disponível em: <<http://seculodiario.com/21180/8/hartung-veta-projetos-aprovados-e-pede-devolucao-das-materias-de-casagrande>>. Acesso em: 24/02/2015.

SEDES. **ES receberá R\$ 13,4 bilhões em investimentos portuários**. 06/12/2012. Disponível em: <<http://www.sedes.es.gov.br/index.php/noticias/465-es-recebera-r-13-4-bilhoes-em-investimentos-portuarios>>. Acesso em: 06/11/2015.

SILVA S., B. WALÊ, **Genocídio e Epistemicídio: as mortes indignas do povo negro**. Caros Amigos Especial. Ano XVII . Nº 66. 2013.

SJSP.ORG. **Inauguração de Praça e Memorial, SJSP cita documento histórico sobre a morte de Vlado**. 25/10/2013. Disponível em: <http://sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4580&catid=4580>. Acesso em: 30/12/2014.

SINDIPÚBLICOS. VERVOLET, R. **O legado ambiental do Governo Casagrande e o continuísmo de PH – o futuro repetindo o passado**. 05/01/2015. Disponível em: <<http://www.sindipublicos.com.br/>>. Acesso em: 05/04/2015.

SINDIPÚBLICOS. **ES lidera desperdício de água no Sudeste e trata apenas 32,15% de seu esgoto**. 23/01/2015. Disponível em: <<http://www.sindipublicos.com.br/es-lidera-desperdicio-de-agua-no-sudeste-e-trata-apenas-3215-de-seu-esgoto/>>. Acesso em: 24/05/2015.

SOSMA. **Divulgados novos dados sobre a situação da Mata Atlântica**. 04/06/2013. Disponível em: <http://www.sosma.org.br/14622/divulgados-novos-dados-sobre-a-situacao-da-mata-atlantica/>. Acesso em: 24/10/2014.

TEORIA e DEBATE. LIMA, V. A. **As manifestações de junho e a mídia**. 19/06/2013. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/colunas/midia/manifestacoes-de-junho-e-midia#sthash.8DyvmwPk.dpuf>. Acesso em: 25/11/2014.

TRISTÃO, M. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2008.

TRISTÃO, M., LACERDA A.B. **A Convergência entre Educação Ambiental e direitos humanos um debate desde a complexidade**. Vitória, 2013 (Documento inédito).

TV GAZETA. **Documentário 30 em 30 Programas, Conexão Geral Especial TV Gazeta 30 anos**. (CD ROM). GONZAGA, C., BURURA, R. Manaus, 2006.

UFPR. BUENO, W. C. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/11897>. Acesso em: 20 set. 2014

UFPR. BUENO, W. C. **Jornalismo ambiental e transparência corporativa: o marketing verde como estratégia de mistificação**. REVISTA AÇÃO MIDIÁTICA - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós Graduação em Comunicação Vol 1. Nº 2. Ano 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/viewFile/26426/17634>. Acesso em: 23/05/2012.

UFRGS. BELMONTE, R.V. **História do Jornalismo Ambiental Brasileiro**. 05/06/2015. Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo/10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. Disponível em: www.ufrgs.br/...historia-do-jornalismo/historia-do-jornalismo-ambiental.... Acesso em: 10/12/2015

UNICAMP. **Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo**. Jul./dez. 2004. SERRA, M A. FERNANDES, R G. Disponível em: www.eco.unicamp.br/dopo/downarq.php?id=572&tp=a. Acesso em: 12/02/2015.

UNISINOS. FACHIN, P. COSTA, A. **Agrotóxicos e agroecologia. Uma questão técnica? Não! Paradigmas diferentes em disputa. Entrevista especial com Fernando Carneiro**. 10/02/2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/539755-agrotoxicos-perspectivas-de-uma-desregulamentacao-na-legislacao-sao-enormes-entrevista-especial-com-fernando-carneiro->. Acesso em: 11/06/2015.

VALENTE, J. Casos emblemáticos de violações de direitos. In **Violações de Direitos na Mídia Brasileira: um conjunto de reflexões sobre como coibir violações de direitos no campo da comunicação de massa**. VARJÃO, S. Brasília, DF: ANDI, 2015.

VARJÃO, S. Brasília, DF: ANDI, 2015. **Violações de direitos na mídia brasileira: ferramenta prática para identificar violações de direitos no campo da comunicação de massa**. Brasília, DF: ANDI, 2015. V.1.

VIOMUNDO. **Durante entrevista a bloqueios, integrantes do MPL celebram a vitória, falam em infiltrados e expõem próximos passos**. 19/06/2013. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/politica/durante-entrevista-a-blogueiros-integrantes-do-mpl-celebram-a-vitoria-e-expoe-proximos-passos.html>>. Acesso em: 15/05/2015.